FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA



ANO 104 ★ Nº 34.797 QUARTA-FEIRA, 10 DE JULHO DE 2024 R$ 6,90

Deputados aprovam nova reforma do ensino médio

A Câmara aprovou ontem a nova reforma do ensino médio e, agora, a matéria segue para sanção ou veto do presidente Lula (PT). Ficaram de fora a obrigatoriedade das aulas de espanhol e a nova definição de carga horária para alunos de nível técnico profissional. Também foi cortada a imposição de uma escola de ensino médio noturno por cidade. **Cotidiano B1**

PF vê contradições em versões dadas por Bolsonaro

Relatório da Polícia Federal aponta três contradições na versão dada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) sobre a suposta venda em favor dele de joias recebidas pelo governo. Para a PF, é falsa a explicação sobre ter guardado itens na casa do ex-piloto Nelson Piquet. **Política A4**

Parecer é aposta da defesa para tirar do STF caso das joias

Política A5

Falta de verbas trava avanço de candidatos LGBT+

Apesar da maior visibilidade de candidaturas LGBTQIA+ no país, entraves financeiros e políticos, sobretudo dentro dos partidos, impedem um aumento no número de eleitos, especialmente no Poder Executivo. Há dificuldades na formação de líderes nesse segmento. **Política A7**



Lançamento do foguete Ariane 6, em Kourou, na Guiana Francesa Jody Amiet/AFP

Lira acelera reforma tributária na Câmara

Presidente da Casa apressa tramitação da regulamentação antes do recesso parlamentar com aval do Executivo

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), acelerou a tramitação da regulamentação da reforma tributária na Casa, às vésperas do recesso.

Em uma tentativa de realizar uma força-tarefa para analisar os projetos de lei, Lira suspendeu as reuniões das comissões temáticas até quinta-feira (11) e pautou para ontem a votação em plenário do requerimento de urgência do primeiro texto que havia sido enviado pelo Executivo.

A expectativa, com isso, é que o projeto, prioritário para o governo, possa ser votado no plenário hoje, com sessão começando pela manhã e se estendendo ao longo do dia.

A iniciativa gerou incômodo em deputados, que se queixaram da velocidade da tramitação da matéria. Setores como o das indústrias de medicamentos, de alimentos, mineração e petróleo estão apreensivos com o risco de não terem suas demandas atendidas.

O movimento de Lira teve respaldo do governo. Na terça, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, esteve com o presidente da Câmara e lideranças partidárias para apresentar o impacto das mudanças na alíquota média de referência dos novos impostos. A regulamentação da reforma tributária é considerada a principal prioridade do Executivo em 2024. **Mercado p.1**

Estados sem dívida pedem ajuda igual à prevista para devedores

Governadores de estados sem dívidas com a União, a maioria de Norte e Nordeste, cobram que o valor da renúncia que o governo federal fará aos estados superendividados seja repassado a um fundo temporário.

Ele serviria para bancar projetos em educação e prevenção a eventos climáticos.

A minuta será levada ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e ao ministro Fernando Haddad.

São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul concentram, sozinhos, 87% da dívida consolidada líquida de todos os entes da federação, estimada em R$ 826,4 bi. **Mercado p.3**

Bolívia não pode cair em armadilha golpista, diz Lula

Em visita à Bolívia, o presidente Lula afirmou nesta terça-feira (9) que o país sofreu uma "grave ameaça" com a tentativa de golpe militar contra o governo de Luis Arce, no fim de junho, e que a nação não pode sucumbir ao que descreveu como armadilha do golpismo. **Mundo A8**

'Brasil tem que ajudar a conter crise em Darién'

Em entrevista à **Folha**, José Raúl Mulino, presidente do Panamá, pede ajuda do Brasil para conter a crise migratória no estreito de Darién. **Mundo A8**

Cemitério no Rio reúne ossadas de 50 mil escravizados

Cotidiano B3



Eduardo Knapp/Folhapress

PORTO DE SANTOS ESPERA NOVOS ACESSOS PARA EVITAR COLAPSO

Para superar gargalo de acessibilidade ao terminal portuário que recebe 20 mil caminhões por dia, alternativas em estudo sugerem construção de uma nova pista no complexo Anchieta-Imigrantes e túnel ligando Santos a Guarujá **Mercado p.10**

Elio Gaspari

Milei provoca e Lula não resiste

Lula foi exaustivamente aconselhado a esquecer Milei, mas sua compulsão falou mais alto ao responder sobre ele. Sendo um provocador, o argentino ganhou não indo à reunião do Mercosul e ganhará sempre que conseguir chamar a atenção para suas excentricidades. **Política A7**

EDITORIAIS A2

STF tem de preservar reforma da Previdência

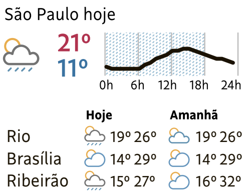
A respeito de dispositivos em julgamento na corte.

O legado de Lattes

Acerca de centenário do nascimento do cientista.

ATMOSFERA

São Paulo hoje



	Hoje	Amanhã
Rio	19° 26°	19° 26°
Brasília	14° 29°	14° 29°
Ribeirão	15° 27°	16° 32°

ISSN 1414-5723
9 771414 572049 34797

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

Leandro Assis e Triscila Oliveira



EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

STF tem de preservar a reforma da Previdência

Não se vê justificativa para a derrubada de regras importantes no regime dos servidores públicos, o que resultaria em custos para toda a sociedade

O Supremo Tribunal Federal está perto de invalidar dispositivos importantes da reforma da Previdência Social aprovada em 2019. Interrompido por pedido de vista do ministro Gilmar Mendes, o julgamento deve ser retomado em breve, com riscos graves para os sistemas de seguridade que cobrem os servidores públicos.

O custo potencial de 15 ações em análise na corte (duas ainda não levadas a julgamento) chega a R$ 497,9 bilhões. Tema particularmente sensível é a contribuição progressiva do funcionalismo, cuja eliminação traria perdas de R$ 300 bilhões em dez anos —no cálculo de Paulo Tafner, citado em reportagem do jornal Valor Econômico.

Em relação a esse caso, o placar no STF está empatado em 5 a 5, e a conclusão depende do voto do ministro Gilmar Mendes.

A controvérsia diz respeito ao dispositivo da reforma que instituiu alíquotas crescentes, de 7,5%, para remunerações de um salário mínimo, até 22%, para vencimentos acima de R$ 52 mil.

A norma, cujo princípio é correto e segue a lógica progressiva do Imposto de Renda, é ainda mais relevante no regime deficitário dos servidores —cujos benefícios, sobretudo os mais elevados, não guardam historicamente consistência com as contribuições.

Caso a cobrança seja derrubada, volta a valer a contribuição linear de 11%, que é insuficiente para custear as aposentadorias em qualquer análise atuarial séria.

O custo dos rombos em sistemas privilegiados ante o regime geral do setor privado (RGPS) não pode ser repassado à coletividade. Não há nada juridicamente errado com a cobrança progressiva nem se sustenta a premissa de confisco para quem recebe vultosos montantes, não acessíveis no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

Outro ponto em julgamento é a possibilidade de cobrança de contribuição sobre aposentadorias acima de um salário mínimo no caso de déficit atuarial. Antes da reforma, havia imunidade tributária para aposentadorias até o teto do RGPS, hoje em R$ 7.786 mensais.

Sobre este tema o STF já tem maioria de 6 a 4 pela inconstitucionalidade, embora os magistrados ainda possam alterar o voto.

Deveriam fazê-lo, pois o argumento de isonomia com os trabalhadores privados não deveria ser invocado apenas em partes. Considerando cada sistema em sua integralidade, não há dúvida de que o do funcionalismo é mais favorável.

Além das considerações de equidade, os três níveis de governo têm as finanças combalidas, e ampliar o deficit previdenciário traria empecilhos óbvios para a prestação de serviços públicos essenciais. Que o STF, sem prejuízos para a legalidade, preserve a coletividade.

O legado de Lattes

Centenário celebra cientista brasileiro que foi um dos pioneiros no estudo de partículas subatômicas

Comemora-se quinta-feira (11) o centenário de nascimento de Cesare Mansueto Giulio (César) Lattes. Jovens cientistas talvez só o conheçam por nomear a Plataforma Lattes, onde registram seus currículos, porém Lattes foi a seu tempo o físico mais admirado do Brasil.

Aos 23 anos, deu a contribuição à física de partículas que o levou perto de ganhar o prêmio Nobel, façanha quase impensável hoje em dia.

Em 1947, Lattes conseguiu comprovar experimentalmente a existência de uma partícula, píon (então batizada como méson pi), o que ajudou explicar a coesão dos núcleos atômicos. Ele aperfeiçoou emulsões fotográficas que capturavam traços de raios cósmicos quando expostas em grandes altitudes.

Os núcleos de átomos contêm nêutrons e prótons. Estes últimos têm carga elétrica positiva, o que em princípio implicaria repulsão entre uns e outros, como polos iguais de ímãs, mas eles ficam confinados no núcleo.

O físico Hideki Yukawa havia formulado em 1934 a hipótese de que prótons e nêutrons se mantinham unidos por força de uma partícula que chamou de méson.

Com Cecil Powell na Universidade de Bristol, Reino Unido, Lattes levou emulsões para o Pic du Midi (2.800 m), na França, e logrou dois registros da nova partícula. Na montanha boliviana de Chacaltaya (5.500 m), capturou 30 rastros de mésons e a atenção mundial.

Depois, na Universidade da Califórnia, nos EUA, tornou-se um dos pioneiros no estudo de componentes subatômicos obtidos pela colisão de partículas em aceleradores. Ele e Eugene Gardner realizaram as primeiras detecções de píons produzidos artificialmente.

Os mésons pi motivaram dois Nobel. Em 1949 premiou-se Yukawa pela previsão teórica; em 1950 foi a vez de Powell, pela detecção experimental. Indicado cinco vezes, o jovem Lattes se viu preterido.

Até hoje se ouvem lamúrias por o que alguns consideram uma injustiça, mal disfarçando o incômodo com o fato de um brasileiro jamais ter recebido um Nobel. Maior e mais justa homenagem se fará ao grande físico, contudo, se for lembrado antes por sua excelência do que pela ausência da láurea.

Irredutivelmente autoritário

Hélio Schwartsman

Deu na **Folha** que o número de internações involuntárias de usuários de crack na capital paulista disparou no último ano. Ao que tudo indica, isso é um reflexo da política de combate às drogas adotada pelo governo de Tarcísio de Freitas.

Há poucas coisas tão complexas e difíceis quanto os transtornos mentais. Se, em condições normais, a marca do ser humano já é a diversidade, ela ganha escala logarítmica quando falamos de doenças mentais. Aí, cada caso é um caso. O que funciona para um paciente ou mesmo para muitos pacientes não funciona para outro grupo, de modo que o sistema precisa ter abertura para lidar com múltiplas situações.

Mesmo com esse considerando, penso que é um erro abraçar uma política pública que amplie as internações involuntárias. Há muito poucas vagas para tratamento de dependentes de álcool e drogas no SUS e a procura é grande. A maior parte das pessoas que deseja uma internação não a consegue. Os índices de sucesso desse tipo de tratamento, que já não são brilhantes quando o paciente quer submeter-se a ele, pioram significativamente quando ele é imposto contra sua vontade. Parece óbvio, portanto, que as escassas vagas devem ser destinadas àqueles que têm maiores chances de utilizá-las bem.

Outra objeção é de ordem jurídica. A lei nº 10.216, que disciplina as internações involuntárias, é um escândalo. Ela permite que um indivíduo seja privado de sua liberdade, em tese sem limite de tempo, por determinação de um psiquiatra (e não de juiz) e sem direito a segunda opinião médica ou revisão judicial, o que é assegurado até a assassinos confessos.

Na forma em que está, a lei funciona não só para promover intervenções genuinamente sanitárias, mas também, e aí de forma deturpada, como ferramenta de controle policial. Não é uma coincidência que governos irredutivelmente autoritários como o de Freitas morram de amores pelas internações involuntárias.

helio@uol.com.br

O 'caixa dois' das joias

Bruno Boghossian

A Polícia Federal descreve no inquérito das joias o funcionamento de uma máquina que reproduz marcas conhecidas da relação de Jair Bolsonaro com o poder. Uma delas é o uso das estruturas do governo para fins particulares. Outra é a confusão deliberada entre público e privado.

Os dois desvios aparecem no que poderia ser descrito como um "caixa dois" de presentes recebidos pelo então presidente. Segundo a PF, o departamento responsável pela catalogação desses bens deixava de registrar certos itens quando Bolsonaro manifestava interesse neles.

O Gabinete Adjunto de Documentação Histórica tinha o dever de produzir uma lista de presentes dados a Bolsonaro. Em seguida, eles poderiam ser incorporados ao acervo público ou ao acervo privado do presidente, a partir de análise técnica.

O militar que chefiava o órgão, dizem investigadores, "dava tratamento aos presentes conforme os interesses do chefe do Executivo". Numa troca de mensagens de áudio com um funcionário, o capitão de corveta Marcelo Vieira recomenda que alguns itens não sejam catalogados.

"Se o presidente falar: 'Eu quero agora sem registro', não manda para o GADH registrar", disse.

A recomendação veio com um alerta: a omissão dos bens só deveria ser feita quando a entrega dos presentes não fosse pública. "Teve registro fotográfico?", questionou. "Tem que ter todo um cuidado pra que a gente não exponha o presidente".

A conversa de Vieira com o funcionário ocorreu em setembro de 2021 e tratava de um conjunto de seis facas recebidas por Bolsonaro. A PF, porém, afirma que o modus operandi foi usado para ocultar o relógio Patek Philippe que o presidente recebeu em visita ao Bahrein e seria vendido no ano seguinte.

O diálogo contradiz o depoimento de Vieira aos investigadores. Na ocasião, ele disse que a avaliação dos bens não levava em conta o valor ou o "gosto do presidente". Afirmou ainda que todos os presentes seriam direcionados ao acervo público ou ao acervo privado.

Evidências que Roger Waters nega

Mariliz Pereira Jorge

Roger Waters disse ao jornalista britânico Piers Morgan que não há evidências de que mulheres foram estupradas no 7 de outubro, em Israel. O ex-vocalista do Pink Floyd reforça uma narrativa nefasta que ganhou coro dos antissemitas de plantão: de que o Hamas não cometeu as atrocidades que foram noticiadas.

Por causa de gente como Waters, assisti a cenas que vão me aterrorizar para sempre. Por causa do negacionismo de sommelier de massacre, acordo no meio da noite com a imagem de famílias carbonizadas vivas. Ninguém me contou. Um terrorista corta a barriga e retira o feto de uma mulher, amordaçada, mas consciente. Outro integrante do Hamas, afunda com o cano da arma os olhos de uma vítima. Tem imagem de bebês mortos a tiros e queimados.

A ONU confirmou. New York Times, BBC, entre outros, relataram a selvageria a que mulheres foram expostas, mas Waters et Caterva dizem que não há evidência. Por causa deles me submeti a violência de ver todo tipo de estupro. Em um deles, um "lutador pela liberdade" sodomiza uma mulher com o punho. Waters sabe o que é sodomizar? Eu não li, não me contaram, assisti a essa cena monstruosa.

Roger Waters já assistiu a uma decapitação? Eu já, cabeças decepadas com enxadas. Será que ele já viu o olhar de alguém prestes a ser assassinado? É a face do mais profundo terror. Ninguém me contou, estive no kibutz Nir Oz, onde cem pessoas, 1/4 dos residentes, foram mortas ou sequestradas. O cheiro das casas vazias é de morte. Andei sobre o rastro de sangue seco da carnificina promovida por um grupo que, se depender do antissemitismo reinante, será canonizado.

Mas você não se solidariza com as mortes em Gaza? Profundamente, assim como não nego a dor dos palestinos, mas não ignoro o medo entre os judeus de que o 7 de outubro se repita como promete um dos líderes do Hamas, endossado pelos idiotas úteis que cantam "from the river to the sea".

O equilíbrio químico

Deirdre McCloskey

Economista, é professora emérita de economia e história na Universidade de Illinois, em Chicago. Escreve às quartas

Estou assistindo a um curso de palestras sobre química do ensino médio. O que uma economista e historiadora idosa desejaria em tal curso, especialmente considerando que há 65 anos ela já o fez?

Bem, recentemente percebi que minha provedora de TV a cabo tem uma grande coleção de produtos da Teaching Company. A empresa grava há décadas palestras de bons professores sobre todo tipo de assunto.

Há muito tempo, eu costumava comprar seus DVDs pelo correio (lembra dos DVDs?) e assistia aos cursos enquanto me exercitava na esteira. Mais uma vez, fiquei louca assistindo a eles —um curso sobre história da Mesopotâmia, um curso de engenharia básica. Então, por que não química elementar, considerando que esqueci quase toda a minha química? Química orgânica é a próxima!

O que me impressiona profundamente é que minha própria ciência, a economia, desde a década de 1940 tomou a direção errada, em comparação com ciências como química, meteorologia, engenharia ou até mesmo história. Todos esses assuntos fazem medições.

Nem tudo na química tem números do mundo real. Acabei de terminar a unidade do curso sobre o Princípio de Le Chatelier. Como o excelente professor Frank Cardulla, da Virgínia, explicou cuidadosamente, ao contrário da maioria das ideias químicas, o Princípio é qualitativo, não quantitativo.

Ele diz que um sistema em equilíbrio resistirá a mudanças e tentará retornar ao seu equilíbrio anterior. Ótimo. Mas não diz como, ou quanto. O grande Paul Samuelson destacou o Princípio de Le Chatelier em seu livro imensamente influente de 1947, "Fundamentos da Análise Econômica". Ele e seu cunhado, outro ganhador do Nobel, Kenneth Arrow, lançaram a economia em busca de teoremas qualitativos.

Afinal foi uma ideia muito ruim, acabando com minha amada economia. Combinada com o enganoso critério "quantitativo" dos chamados "testes de significância estatística", ela deixa a economia sem medidas.

Os historiadores econômicos medem. Mas outros economistas não.

Um economista hoje em dia se sente à vontade para declarar que "se houver um excedente, não importa quanto, o governo perfeito, não importa quão perfeito, deve intervir".

Volte ao modo da química. A equação de estado de um gás ideal, uma equação quantitativa, é igual, termo por termo, ao grande princípio de que a inflação é, em todo lugar e sempre, um fenômeno monetário.

E quanto.

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

A volta da Uber ao STF

Se o século 20 foi a 'era dos extremos', parece que o 21 será a 'sem extremos'

Mariana Cotta
Pós-graduanda em direito penal pela Escola Paulista de Direito e em segurança pública e investigação criminal pela Escola Mineira de Direito

A Uber regressou ao Supremo Tribunal Federal (STF) para pleitear a a suspensão de processos em outras instâncias do Judiciário que discutem a existência de vínculo empregatício entre motoristas e entregadores com as plataformas de transporte.

O pleito foi feito pelos advogados que representam a empresa no final de junho, em um recurso extraordinário que está sob a relatoria do ministro Edson Fachin. A Uber pleiteia que Fachin suspenda os demais processos envolvendo análise de vínculo de trabalho com aplicativos enquanto se aguarda o desfecho do caso principal na corte.

A compreensão de que o indivíduo se converte em empreendedor, trabalhando por sua conta e risco e sem direitos trabalhistas —estes apontados como causadores de desemprego— foi flexibilizada, sob uma perspectiva autodenominada de liberal. E o tema chegou além-mar.

Meses após promulgarmos a nossa reforma trabalhista, a França promulgou a sua, para desregulamentar o mercado de trabalho. Ultrapassado o fordismo, em que o sistema de trabalho se tornou metódico e especializado, chegamos à fase da uberização, em que o trabalhador se converteu em empreendedor, com o direito de se associar a algum aplicativo e dirigir seu veículo por 10 ou 16 horas, sem férias ou outras garantias.

A normatização legal cede espaço a negociações entre as partes, já que a ideia de Estado tem se tornado demodê. São os novos tempos.

Como o mercado de trabalho tem se tornado cada vez mais global, a flexibilização de um impõe a flexibilização dos demais. Já que as empresas concorrem entre si sem limites territoriais, a ausência de normas trabalhistas impõe concorrência desequilibrada a quem ainda as possui.

A própria Organização Internacional do Trabalho já reconhece, no preâmbulo de sua constituição, esse fenômeno: "A falha de qualquer nação em adotar um sistema de trabalho verdadeiramente humano dificulta os esforços de outras nações que desejam melhorar o destino dos trabalhadores em seus próprios países".

[...]

A normatização legal cede espaço à negociação entre as partes, já que a ideia de Estado tem se tornado demodê. São os novos tempos. Como o mercado de trabalho tem se tornado cada vez mais global, a flexibilização de um impõe a flexibilização dos demais. Já que as empresas concorrem entre si sem limites territoriais, a ausência de normas trabalhistas impõe concorrência desequilibrada a quem ainda as possui

Se o século 20, com suas crises e guerras, foi alcunhado de a "era dos extremos" por Eric Hobsbawm, caminhamos para definir o século 21 como a "era sem extremos", em que o terceiro mundo passou a ser modelo para o primeiro, igualando-o em nossa miséria.

Em 2022, o jornal The Guardian publicou que um ex-funcionário da Uber revelou ter participado de um sistema de lobby voltado à erosão de direitos trabalhistas e manipulação da opinião pública em diversos países. A investigação, levada a cabo pelo jornal britânico conjuntamente ao Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos (ICIJ), analisou mais de 124 mil documentos, culminando com as declarações de Mark MacGann, que admitiu que "a abordagem da empresa nesses lugares era essencialmente quebrar a lei, mostrar o quão incrível era o serviço da Uber e depois mudar a lei. Meu trabalho era construir relações com o mais alto nível do governo e negociar".

Diversos países foram objeto desse lobby. Há documentos apontando a relação com funcionários do governo Obama, com o Partido Conservador do Reino Unido, com a Comissão Europeia, além de um diálogo com o então ministro e atual presidente francês, Emmanuel Macron.

Coincidência ou não, à época da atuação de MacGann diversas reformas trabalhistas eclodiram mundo afora.

A lei 13.429/2017, conhecida por Lei da Terceirização, ao lado de atualizações normativas importantes, inaugurou, em terra brasilis, essa nova compreensão, em que o indivíduo se converte em empreendedor, estando por sua conta e risco.

Quanto tempo demoramos para esquecer?

Quando o coração se esquece de que um dia teve empatia por um estranho?

S. Ganeff
Escritora, é a mais jovem finalista do Prêmio Jabuti, com 'As Vozes da Minha Cabeça'

Meu caro leitor, tenho uma pergunta: quanto tempo demoramos para esquecer? É evidente que quando se esquece não se lembra mais de quando lembrou da última vez; mas quando foi a última vez? Quanto tempo leva para o tempo levar as nossas memórias? Quando é que... ops! Esqueci o que iria dizer. Desculpa, leitor. Isso acontece.

A guerra da Síria, por exemplo, teve o início de seu conflito em 2011. Vou repetir, 2011. Você lembrava que fazia tanto tempo assim, leitor? É esperado que não se lembre do que 2011 trouxe ao mundo (se não nos lembramos, nem mesmo, da última postagem que vimos no feed). Mas é esperado que se lembre de hoje. Então eu lhe pergunto, a guerra da Síria acontece hoje? Você lembra se a guerra da Síria continua hoje, agora mesmo? Leitor, eu lhe digo, neste exato momento em que conversamos, que a Síria permanece em ruínas, pior do que estava em 2011. Quando foi que nos esquecemos? Quando foi que a notícia ficou velha demais para ser sequer mencionada? Afinal, eu duvido que você tenha ouvido falar na guerra da Síria em muito tempo.

Me pergunto o que aconteceu com os civis da Ucrânia agora que o mundo esqueceu deles. Será que eles ainda sangram? Será que as pessoas permanecem sem suas casas? Será que o presidente da Ucrânia, em pessoa, continua lutando ativamente no conflito ou será que ele também, eventualmente, esqueceu que hoje ainda era dia de luta? Eu tinha uma amiga da Ucrânia... qual era o nome dela mesmo...? Que loucura... me esqueci...

A gente nem sequer lembra do vírus que parou o mundo. "Nossa, parece que foi em outra vida...". Quando foi que nos acostumamos tanto a ponto de esquecer das pessoas que foram morar nas ruas por conta da Covid? Quando foi que começamos a desviar, com tanta naturalidade, nosso trajeto em linha reta na calçada ao encontrar pessoas deitadas no papelão?

Quando é que as tragédias avassaladoras se tornam cotidiano? Quando é que o nosso coração para de se sensibilizar e simplesmente esquece que um dia sentiu empatia por um estranho em situação vulnerável? Quando, leitor, esquecemos de sentir?

[...]

Quando foi que começamos a desviar, com tanta naturalidade, o nosso trajeto em linha reta na calçada ao encontrar pessoas deitadas no papelão? Quando é que as tragédias avassaladoras se tornam cotidiano?

As crianças cruelmente impedidas de uma vida digna na Síria se tornaram adultos e é tão rotina que, hoje, anunciar o conflito sírio seria como anunciar que o Sol nasceu. Acontece todo dia... Uma identidade, um povo foi dizimado e já virou cotidiano, só se fala da Ucrânia quando Putin lembra das cinco famílias que tiveram suas casas explodidas pela manhã. E os moradores de rua vítimas da Covid... esses foram lembrados apenas com um tal de artigo de opinião que fala sobre o tempo do tempo.

Marajó? Palestina? Os curdos? Lembra desses, leitor?

Por isso, Rio Grande do Sul, eu aconselho a aproveitarem o tempo para pedir o máximo de ajuda que conseguirem. Eu recomendo pedirem socorro o mais alto que conseguem. Indico que façam o tempo parar. Um dia, o novo vira velho e uma tragédia se torna mais um caso olvidado dentro do armário.

Que o Brasil inteiro nunca se esqueça de vocês. Como nunca deveria ter se esquecido de ninguém.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço



Galvão Bertazzi

Presentes de alto valor

"Bolsonaro desviou R$ 6,8 milhões em joias e presentes, diz PF após corrigir estimativa" (Política, 8/7). Bolsonaro será inocentado por excesso de provas, pois parece que faltam convicções aos investigadores dos crimes praticados. Se for condenado agora, será apenas pelo roubo de joias, ficando a responsabilidade pela morte de pelo menos 500 mil pessoas e a tentativa de golpe de Estado em segundo plano.
Adilson Roberto Gonçalves (Campinas, SP)

*

O bolsonarismo é digno de estudos! A defesa de princípios morais e de caráter vai sendo relativizada ao gosto dos ídolos envolvidos! Risível a tentativa de passada de pano e simetria com adversários demonizados! Lamentável!
Jorge Cesar Bruno (Rio de Janeiro, RJ)

Disputa municipal

"Bolsonaro adota estilo 'roubei sim, e daí?'" (Alvaro Costa e Silva, 8/7). O Rio de Janeiro não dá sorte mesmo. Só tem tranqueira na política. Não que em outros lugares seja diferente. Mas o RJ não merece políticos de tão baixo nível.
Helio Sisco (Curitiba, PR)

*

Honestidade não é um conceito recorrente no mundo político. Triste.
Nacib Hetti (Belo Horizonte, MG)

*

Se o RJ vai se libertar dessa gente, por que SP não repete o mesmo?
Claudio Monteiro (São Paulo, SP)

Desavenças ideológicas

"Lula manda recado velado a governo Milei no Mercosul e critica agenda conservadora" (Mundo, 8/7). Ao ver que a Argentina não está de acordo com o resto da América do Sul, fica clara a importância da diversidade de ideologias, pois a esquerda, que se diz arejada e progressista, chama qualquer adversário de ultradireita. Alguém tem "perna esquerda e perna ultradireita"? É cansativo esse eterno discurso que só gera mais animosidade ao que deveriam ser apenas diferenças.
Roberto Moreira da Silva (Cotia, SP)

*

Que o Milei é doido, ninguém duvida, nem seus eleitores, agora querer atribuir a ele agenda conservadora, ao invés do correto, extremismo, é abusar do leitor. Conservador é o centrão.
Antônio João (Brasília, DF)

Reajuste

"Petrobras aumenta preços da gasolina e do gás de cozinha" (Mercado, 8/7). Gasolina a R$ 6,40, gás a R$ 120. E aí, Lula, vai continuar com a verborreia?
Artur Mendes (Campinas, SP)

*

Desde que Lula assumiu, a gasolina sofreu poucas alterações de preço. Quando aconteceu, foram pequenas as oscilações em quase dois anos de mandato. Na gestão anterior, a oscilação era constante. Tudo isso sem contar na alta do preço repassado ao consumidor final.
Matheus Queiroz (Espírito Santo do Turvo, SP)

Charge

Fiquei impressionada com a capacidade de comunicação da tirinha Vida Besta, de Galvão Bertazzi, publicada na Ilustrada em 8/7. Uma sequência de apenas quatro quadrinhos definiu o que é vencer na sociedade capitalista.
Patricia Porto da Silva (Rio de Janeiro, RJ)

Processo terapêutico

"Minhas sessões de terapia no hipermercado" (Giovana Madalosso, 7/7). Antiaderente é fundamental. Não dá para viver com tanta experiência colada nas escolhas que precisamos fazer todos os dias. No mais, uma panela é o instrumento perfeito para variadas transformações e reinvenções nos mais diferentes processos.
Fabiana Menezes (Belo Horizonte, MG)

*

Adorei. Também faço terapia e odeio fazer quando há outras pessoas em casa. Meus gatos, porém, guardam todos os meus segredos.
Julia Rochedo (São Paulo, SP)

*

Faço terapia há pelo menos cinco anos e ter privacidade para a sessão é um dos segredos da evolução terapêutica. Esses dias fiz sessão online no trabalho e mesmo estando em uma sala fechada e longe, ainda me sentia no trabalho. Não tem jeito, quando preciso conversar e chorar, prefiro estar sozinha e longe das pessoas.
Daniela Carneiro (Porto Velho, RO)

Juventude espiritualizada

"Por que jovens estão menos religiosos, mas não abrem mão da espiritualidade" (Folhateen, 8/7). A maioria faz parte da manada, sequer sabe definir claramente no que acredita, na prática adota um mosaico dos vários sistemas que melhor justificam sua visão de mundo.
Marcos Machado (Brotas, SP)

*

Espiritualidade não tem nada a ver com essas religiões de prateleiras, faz muito bem, pois muitas guerras e sofrimentos foram provocados notadamente pelas religiões monoteístas. Principalmente quando se misturam religiões com política, as guerras ditas santas, que de santas não têm nada, mas têm a ver com dominação e subjugação do outro pela força e pela mente.
Roberto Ken Nakayama (São Paulo, SP)

Descendência

"A infância que almejamos para os filhos" (Vera Iaconelli, 8/7). Quando penso em ter filho, me imagino tirando alguém que mora em um lugar perfeito para conhecer um lugar horrível.
Flávio Sasso (Santa Cruz de Minas, MG)

*

Não tem fórmulas. É apenas uma experiência. Para ser perfeita, tem que ser repleta de idiossincrasias e não de situações programadas e controladas. Temos que deixar fluir, trabalhando o tempo todo para criar um ambiente de paz e acolhedor.
Marcelo Magalhães (Rio de Janeiro, RJ)

PAINEL

Fábio Zanini
painel@grupofolha.com.br

Estrela guia

Um decreto da Presidência publicado na última quarta (3) gerou insatisfação entre ministérios, especialmente os da área de infraestrutura. A medida determina que toda negociação de órgãos federais com empresas privadas, como revisões em contratos e concessões, precisa ter a participação e assessoramento da Advocacia-Geral da União. Representantes das pastas reclamam que a medida burocratiza os processos e tira autonomia. Outra queixa foi de que não teria havido aviso prévio.

BURACO NA PISTA A necessidade de autorização inclui negociações no âmbito do TCU, o que gerou reclamações também na corte. Um efeito foi sentido já na sexta (5), com o cancelamento de uma reunião com a concessionária ViaBahia, responsável por duas estradas federais no estado. Participariam TCU, Ministério dos Transportes, Agência Nacional de Transportes Terrestres e a empresa, para discutir investimentos.

OUTRO LADO A AGU diz que o decreto segue o que já manda a lei 9.469/97 e que apenas cria um novo programa para "busca de soluções consensuais". Também afirma que os ministérios atuarão de forma conjunta nos processos de negociação e nega que eles tenham sido pegos de surpresa, pois o assunto estaria sendo discutido desde o ano passado com a Casa Civil.

FORA... A operadora TIM comunicou à defesa de Filipe Martins, ex-assessor de Jair Bolsonaro (PL) que está preso desde fevereiro, que enviou dados de geolocalização do celular dele para o STF. A empresa diz, no entanto, que não poderá repassá-los aos advogados sem autorização judicial —no caso, do ministro Alexandre de Moraes.

...DE ÁREA A defesa diz que os dados provam que Martins não saiu do Brasil com Bolsonaro no final de 2022, como diz Moraes na justificativa para mantê-lo preso. Os advogados acusam o ministro de ignorar informações que levariam à soltura do ex-assessor.

AREIA Jair e Michelle Bolsonaro confirmaram presença no lançamento da pré-candidatura da deputada federal Rosana Valle (PL) à Prefeitura de Santos, no próximo domingo (14) à tarde. O casal, assim, deve ficar distante do ato marcado para o mesmo dia por ativistas bolsonaristas para a avenida Paulista, contra uma alegada "perseguição" do STF. O ex-presidente quer evitar bater de frente com o Judiciário no momento em que sofre múltiplas investigações.

PÚLPITO O ministro Wellington Dias (Desenvolvimento Social) será o representante brasileiro no Fórum Político da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável. Ele falará no evento, que ocorre entre 15 e 17 de julho em NY, sobre a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, no âmbito do G20.

CHAMA... A empresa de tecnologia Mooh!Tech afirma ter levado calote de R$ 287,2 mil da CBF por serviços que teriam sido prestados em 2022. Ela foi contratada durante a pandemia para implantar um protocolo sanitário em partidas. Os pagamentos pendentes seriam de R$ 95 mil referentes à partida entre Brasil e Chile, no Maracanã, pelas Eliminatórias da Copa do Catar, e serviços de suporte técnico ao longo da vigência do contrato.

...O VAR A entidade afirma que a empresa não prestou o serviço para a partida da seleção contra os chilenos. Também diz que "há discrepância nos valores cobrados pelos supostos serviços", considerando que a Mooh!Tech pediu entre R$ 17,4 mil e R$ 53,4 mil por trabalho semelhantes em outras partidas. A empresa diz que o valor varia conforme o número de torcedores que usam um aplicativo digital que desenvolveu.

RECEITA O Ministério da Saúde incluiu nesta quarta (10) remédios para o tratamento de colesterol alto, Parkinson, glaucoma e rinite entre os que podem ser retirados de graça. A expectativa é que cerca de 3 milhões de pessoas que já utilizam o programa sejam impactadas. A medida deve gerar economia para os usuários de até R$ 400 por ano. Com os novos remédios, o governo vai passar a oferecer 95% dos medicamentos e insumos de forma gratuita.

VIA RÁPIDA A Defensoria Pública da União entrou com ação judicial pedindo a dispensa de visto de entrada para haitianos que já têm autorização prévia do governo brasileiro para vir ao país por motivo de reunião familiar. O órgão diz que a demora em conceder o documento tem levado meses e até anos. A DPU sugere a consolidação de uma lista pelo Ministério da Justiça e o Itamaraty com as autorizações de residência prévia já concedidas.

EM NOME DA LEI A Secretaria de Justiça da cidade de SP e o Procon municipal planejam blitze em postos de combustíveis da capital. O objetivo é coibir venda de combustíveis adulterados e fraudes em bombas, entre outros delitos. Segundo o secretário Fernando José da Costa, haverá apoio logístico da Polícia Civil nas operações, a exemplo do que ocorria quando ele ocupava cargo equivalente no governo estadual.

Com Guilherme Seto e João Pedro Pitombo

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado		Digital Premium
PLANO MENSAL	R$ 29,90		R$ 44,90
EDIÇÃO IMPRESSA	**Venda avulsa**		**Assinatura semestral***
	seg. a sáb.	**dom.**	**Todos os dias**
MG, PR, RJ, SP	R$ 6,90	R$ 9,90	R$ 1.085,90
DF, SC	R$ 8	R$ 11	R$ 1.374,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 8,50	R$ 12	R$ 1.729,90
AL, BA, PE, SE, TO	R$ 13	R$ 15,50	R$ 1.868,90
Outros estados	R$ 13,50	R$ 16,50	R$ 2.315,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO FOLHA (verificado por PwC)
834.898 - Fechamento 2º Semestre de 2023
Assinantes Folha + Venda Avulsa Impressa. Veja os critérios em folha.com.br/circulacao-verificada/

PF rebate em indiciamento explicações de Bolsonaro e cita versões contraditórias

Relatório policial sobre caso das joias questiona argumentos sobre guarda de itens no Brasil; defesa do ex-presidente nega ilegalidades

Matheus Teixeira e José Marques

BRASÍLIA A investigação da Polícia Federal sobre joias recebidas pelo governo brasileiro em favor de Jair Bolsonaro (PL) avançou em contraponto a argumentos do ex-presidente, que sempre insistiu ter agido na legalidade por entender que os presentes seriam para ele, não para acervo público.

A PF aposta em ao menos três contradições de Bolsonaro e de outros depoentes para que o relatório em que aponta indícios da prática de três crimes prevaleça e culmine em condenação.

Bolsonaro foi indiciado na semana passada sob suspeita dos delitos de associação criminosa, lavagem e peculato/apropriação de bem público.

Além dele, outras 11 pessoas também foram indiciadas. Na segunda (8), o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes retirou o sigilo dos autos e abriu vista para a Procuradoria-Geral da República se pronunciar.

Nos documentos da investigação, a PF afirma que o ex-presidente deu uma explicação falsa sobre ter guardado joias na casa do ex-piloto Nelson Piquet e cita versões contraditórias sobre um dos relógios que recebeu e, também, em relação à retenção de outras joias no Aeroporto de Guarulhos (SP).

O recebimento de dinheiro, de forma fracionada, é um dos elementos importantes para a PF, e que se relaciona ao crime de lavagem de dinheiro. O ex-ajudante de ordens Mauro Cid relatou em colaboração premiada que o pai dele, o general da reserva Mauro Lourena Cid, entregou US$ 68 mil da venda de joias a Bolsonaro.

"O dinheiro seria entregue sempre em espécie de forma a evitar que circulasse no sistema bancário", diz trecho do depoimento do delator à PF.

Sobre um relógio Patek Philippe, a defesa de Bolsonaro afirmou, no ano passado, que ele nem sequer sabia da existência do acessório. A polícia, porém, tem elementos que mostram que o ex-presidente e Cid conversaram sobre o presente recebido pelo regime saudita. Em conversa por aplicativo, Bolsonaro enviou imagens do relógio e também um certificado do item a Cid.

A PF também afirma que as declarações de Bolsonaro sobre onde guardou parte das joias "não condizem com a realidade dos fatos".

Em depoimento à polícia, o ex-presidente afirmou que não levou para os Estados Unidos um kit da marca Chopard, que contém uma caneta, um par de abotoaduras, um anel, um relógio e um masbaha, símbolo da cultura islâmica.

O ex-presidente disse que os itens tinham ficado em um galpão emprestado por Nelson Piquet, onde ficaria parte do acervo de presentes que recebeu em seu mandato.

A PF sustenta, no entanto, que ele levou o kit para os EUA no avião presidencial —em voo feito no dia 30 de dezembro de 2022, antes de acabar seu mandato. De acordo com a polícia, Cid foi o responsável por levar os acessórios a uma loja especializada em leilão de joias. Elas chegaram a ser postas à venda, mas não foram arrematadas.

"As afirmações foram prestadas com o objetivo de esconder das autoridades, naquele momento, que os bens foram ilegalmente para o exterior para serem vendidos", diz o relatório da PF.

A defesa de Bolsonaro foi procurada pela reportagem sobre esses pontos, mas não se manifestou a respeito.

A PF também colheu informações indicando que Bolsonaro sabia da movimentação para a venda de um conjunto de joias presenteado pela Arábia Saudita —nesse caso, o chamado kit rosé.

De acordo com a PF, isso fica claro numa troca de mensagens, de 4 de fevereiro de 2023, com Mauro Cid. O ex-ajudante de ordens envia link de um leilão e o ex-presidente responde "selva". O termo é uma forma de saudação comum no Exército, com um "ok" ou um "tudo certo".

De acordo com a investigação, o desvio ou tentativa de desvio de presentes recebidos pelo governo brasileiro teve como alvo bens cujo valor de mercado soma R$ 6,8 milhões.

Há outros elementos que implicam Bolsonaro nos documentos da Polícia Federal tornados públicos pelo ministro Alexandre de Moraes.

Em um dos relatórios de análise policial, é mencionado que o genro do empresário do agronegócio que hospedou Jair Bolsonaro nos EUA entregou dinheiro em espécie para o ex-presidente no último dia de 2022 e do mandato.

A citação ao empresário chamado Paulo Junqueira (e de seu genro, Samuel Solitto) é feita em conversas entre Mauro Cid e outros ex-auxiliares.

"De acordo com as mensagens enviadas pelo aplicativo WhatsApp, Samuel Solitto, genro do empresário Paulo Junqueira, teria entregado dinheiro e um cartão do empresário ao assessor especial do ex-presidente da República, Marcelo Câmara", diz a PF.

A reportagem não localizou Junqueira.





1 Conjunto de joias masculinas entregue pela Arábia Saudita e que é alvo da investigação da PF **2** Kit de joias femininas entregue pela Arábia Saudita em 2021 e que ficou retido pela Receita no aeroporto de Guarulhos
Reprodução e Danilo Verpa - 14.mar.23/ Folhapress

> **[Bolsonaro] compareceu de forma espontânea aos autos e requereu que os referidos bens fossem, desde logo, depositados naquela corte de contas**
>
> **Defesa de Jair Bolsonaro** em nota na segunda (8), sobre a devolução de itens ao Tribunal de Contas da União, em 2023

Ex-chefe da Receita diz que ex-presidente tentava liberação

Ranier Bragon e Bruno Boghossian

BRASÍLIA O ex-secretário da Receita Federal Julio Cesar Vieira Gomes confirmou em depoimento à Polícia Federal ter tratado diretamente com Jair Bolsonaro da liberação das joias presenteadas pela Arábia Saudita e apreendidas na alfândega do aeroporto de Guarulhos (SP).

Em 2023, a **Folha** revelou, com base em relatos feitos em condição de anonimato, que os dois haviam falado sobre o assunto por telefone em 27 de dezembro de 2022, dias antes do fim do mandato de então presidente.

O ex-chefe da Receita afirmou à corporação ter conversado pela primeira vez a respeito em um encontro pessoal na primeira quinzena de dezembro de 2022, possivelmente no Palácio do Planalto. A segunda foi o telefonema de 27 de dezembro.

"Ao final da reunião, o presidente da República questionou ao declarante se tinha ciência de alguma apreensão da Receita Federal decorrente de uma viagem para Arabia Saudita", diz a transcrição do depoimento feita pela PF, sobre a primeira conversa.

No telefonema do dia 27 de dezembro, o ex-chefe do órgão disse que recebeu ligação de Bolsonaro "para agradecê-lo pela sua gestão e, nessa oportunidade, o ex-presidente perguntou se teria informações sobre a pesquisa solicitada dias antes sobre as joias retidas".

"O declarante reiterou que sempre fez referência ao acervo público como destino dos bens e que teria repassado para Mauro Cid orientações gerais para encaminhar o ofício."

Defesas citam vice de Aras para tirar Moraes de caso das joias

Lindôra Araújo defendeu que investigação tramitasse na primeira instância

José Marques



O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em evento em São Paulo Rafaela Araújo - 14.jun.24/Folhapress

BRASÍLIA Uma manifestação assinada por Lindôra Araújo, então vice de Augusto Aras na PGR (Procuradoria-Geral da República), tem sido citada por defesas dos indiciados para respaldar a tese de que o inquérito das joias deveria tramitar na Justiça Federal em Guarulhos (região metropolitana de São Paulo), não no STF (Supremo Tribunal Federal).

Na corte, o inquérito foi enviado para a responsabilidade do ministro Alexandre de Moraes. Isso ocorreu porque foi apontada conexão com a investigação das milícias digitais, também relatada por ele. A Polícia Federal indiciou o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e mais 11 pessoas pelo caso na última semana.

Em manifestação de 16 páginas de agosto do ano passado, ao ser chamada a opinar sobre diligências relacionadas ao caso, Lindôra buscou desconstruir os argumentos que a PF apresentou ao Supremo à época.

Ela diz que a apuração sobre as joias não "ostenta vinculação alguma" com o inquérito das milícias digitais, e que a autoridade policial tenta "justificar a atração da competência do Supremo Tribunal Federal" e da relatoria de Moraes ao caso.

"O encontro fortuito de elementos informativos relacionados a outros fatos supostamente criminosos não, por si só, configura conexão", diz Lindôra, acrescentando que não há investigado com foro especial no processo para que ele tramite no tribunal.

No parecer, Lindôra diz ainda que, como parte das joias foram retidas pela alfândega da Receita Federal no aeroporto de Guarulhos e foi aberto um inquérito sobre o tema na localidade, todos os autos deveriam ser enviados para a 6ª Vara Federal da cidade.

Ela disse que "tampouco parece razoável" que um caso sem autoridades com foro especial corra no Supremo, "sem que disso não se vislumbre a assunção do risco de nulidade futura".

A manifestação de Lindôra foi mencionada pelos advogados de Bolsonaro, Paulo Cunha Bueno e Daniel Tesser, em nota à imprensa nesta segunda-feira (8), após a retirada do sigilo dos autos.

Eles dizem que a investigação não deve ser de competência do Supremo ou de Moraes, e mencionam que é um "aspecto sobre o qual a Procuradoria-Geral da República, já em agosto de 2023, expressamente declinou da competência para a tramitação da apuração, indicando o MM. [meritíssimo] Juízo de 1.ª instância em Guarulhos".

"Como sói acontecer nos feitos que envolvem o ex-presidente, a apuração permaneceu tramitando na Suprema Corte, ignorando-se a manifestação da PGR", acrescentou.

Outros advogados que trabalham no caso, além do de Bolsonaro, já vêm citando essa manifestação de Lindôra de forma crítica ao Supremo. É o caso do advogado Eduardo Kuntz, que defende Marcelo Câmara e de Marcelo Vieira, ex-assessores de Bolsonaro.

Em nota sobre os dois, ele menciona que a Procuradoria-Geral da República já se posicionou sobre a "impertinência e ilegalidade da aludida investigação em razão da flagrante incompetência do Supremo Tribunal Federal para atuar no referido feito".

Ele também defende Fabio Wajngarten, que já advogou para Bolsonaro. Kuntz afirma que a OAB foi acionada para se manifestar sobre eventuais incongruências no relatório.

Com a mudança na PGR e a troca de Aras por Paulo Gonet no comando do órgão no ano passado, o posicionamento a respeito do tema pode ser modificado —Gonet analisa essa questão.

Lindôra deixou o cargo de vice-PGR, mas continua como uma das subprocuradoras-gerais da República, posto mais alto de carreira no Ministério Público Federal. O atual vice-PGR é Hindenburgo Chateaubriand.

Apesar da manifestação de Lindôra, os investigadores da Polícia Federal em Guarulhos defenderam que o STF decidisse sobre a competência. Em agosto de 2023, os autos foram enviados para o tribunal por decisão judicial em Guarulhos, com aval do Ministério Público Federal em São Paulo.

Aras foi indicado em duas ocasiões por Bolsonaro para ocupar a Procuradoria-Geral, e Lindôra, considerada o braço direito do ex-procurador-geral, é conhecida pela proximidade com a família do ex-mandatário.

Nesta segunda, Moraes retirou o sigilo do caso da venda de joias recebidas de presente pelo governo brasileiro.

O ministro considerou que, com o relatório final do caso apresentado pela PF na semana passada, não há razão para manter o processo sob sigilo. Agora, a PGR terá que pedir mais provas, arquivar o caso ou apresentar denúncia.

Zema diz que Justiça precisa dar tratamento igual a todos

Artur Búrigo

BELO HORIZONTE O governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), afirmou que sua relação com Jair Bolsonaro (PL) não irá mudar em função do indiciamento do ex-presidente no caso das joias recebidas de governos estrangeiros.

"Minha relação com ele é boa, sempre foi a mesma, não mudaremos. Eu sou favorável a toda investigação e sou favorável também a todo direito de defesa. Quem sou eu para fazer qualquer avaliação disso?", disse Zema em entrevista à **Folha** nesta terça-feira (9).

O governador também repetiu um argumento citado pela defesa do ex-presidente e pelo senador Sergio Moro (União Brasil-PR) ao dizer que as investigações da Justiça mudam de acordo com o governante de ocasião.

"Se ele [Bolsonaro] for investigado dessa forma, todos os ex-presidentes também precisariam ser. Eu sou favorável a um tratamento isonômico. Parece que no Brasil, infelizmente, a Justiça tende a investigar mais ou menos determinadas pessoas de acordo com quem está governando, o que é muito ruim", afirmou Zema.

O governador é cotado como presidenciável no campo da direita para 2026.

Ala do PT resiste a financiar, e Boulos pode ter verba menor

PSOL, partido do pré-candidato, quer que petistas apliquem cerca de R$ 40 milhões na campanha em SP

Catia Seabra e Matheus Teixeira

BRASÍLIA Uma ala do PT resiste nos bastidores à ajuda financeira pleiteada pelo deputado federal Guilherme Boulos (PSOL-SP) para sua campanha à Prefeitura de São Paulo.

Segundo os próprios petistas, o desejo do pré-candidato do PSOL é que o partido da vice, Marta Suplicy (PT), destine cerca de R$ 40 milhões a fim de atingir o limite legal de gastos estimado em, aproximadamente, R$ 70 milhões —os outros R$ 30 milhões seriam desembolsados pela sigla de Boulos. Essa proposta de valores teria sido levada diretamente ao presidente Lula (PT).

No entanto, apesar do compromisso do presidente de apoiar financeiramente o candidato do PSOL, no PT a expectativa é que o aporte seja mais tímido do que o requerido pelo psolista. Até porque os pré-candidatos petistas de outras cidades reivindicam o dinheiro para suas campanhas.



Boulos e Lula, em evento em SP Marlene Bergamo - 29.jun.24/Folhapress

O PT já indicou que fará repasses a Boulos, mas o montante a ser investido ainda não está definido. O aporte na capital paulista ficou condicionado ao apoio do PSOL à candidatura de Rogério Correia (PT) à Prefeitura de Belo Horizonte —o apoio da sigla também era desejado pelo PDT de Duda Salabert.

Em um primeiro momento, integrantes da direção do PT chegaram a avaliar a hipótese de destinação de recursos diretamente para o PSOL em São Paulo. Mas essa possibilidade foi enterrada nesta segunda-feira (8).

Em uma reunião virtual, o comando do PT decidiu não destinar recursos de seu fundo eleitoral a outros partidos nas eleições de 2024.

Essa vedação está expressa em documento a ser encaminhado ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral). A resolução permitirá apenas a destinação de recursos a candidaturas de petistas a vice nas cidades com mais de 100 mil habitantes, contanto que a contribuição seja aprovada pela Executiva Nacional do PT.

Embora essa resolução repita a proibição de 2020 e 2022, defensores da candidatura de Boulos nutriam a esperança de que fosse aberta uma exceção em 2024, dada a importância da disputa de São Paulo para a esquerda.

Pela deliberação desta segunda-feira, no entanto, o valor a ser destinado à campanha de Boulos dependerá do aval do PT.

Em junho, a **Folha** mostrou que Lula foi acionado por integrantes do partido para arbitrar um conflito entre alas que discordam sobre o repasse à campanha de Boulos. Na ocasião, Lula determinou que o PT ajudasse a chapa financeiramente.

Petistas, em oposição a um aporte expressivo, lembram que o dinheiro terá que sair da cota reservada às candidatas brancas, o que representa cerca de 25% do que o PT tem direito.

Dentro do partido, houve quem se opusesse à aliança com Boulos, patrocinada por Lula. Duas figuras influentes no PT são, por exemplo, apontadas por petistas como fonte de resistência a um repasse elevado a Boulos.

Responsável pela distribuição de recursos, a tesoureira do partido, Gleide Andrade, e o secretário de Comunicação do PT, o deputado federal Jilmar Tatto (SP), estariam no rol dos que defendem que as candidaturas do partido sejam privilegiadas.

Um dos entraves para ajudar Boulos é a resistência interna no PT em fazer o maior aporte do país na campanha municipal a uma chapa que não é encabeçada pelo partido. Integrantes da legenda defendem que a verba deve ser usada para fortalecer a sigla e investir em candidatos a vereador e prefeito com chances de vitória.

A esperança no PSOL é que haja uma intervenção de Lula em favor de Boulos para viabilizar um repasse maior. A eleição na capital paulista é considerada central na preparação do terreno para 2026, sobretudo por que uma vitória da esquerda contra o atual prefeito, Ricardo Nunes (MDB), representaria uma derrota para o grupo político do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

A chance de vitória, aliás, foi decisiva para o PT ceder e apoiar Boulos. Em 2020, os petistas insistiram em uma candidatura própria, e Jilmar Tatto acabou apenas na sexta colocação com 8,6% dos votos.

A estimativa é que o limite de gastos na eleição em São Paulo para o primeiro turno seja de cerca de R$ 70 milhões. No pleito de 2020, o teto foi de R$ 51,7 milhões no primeiro turno e outros R$ 20,7 milhões para o segundo turno.

R$ 40 milhões
É o valor que o PSOL pediu ao PT para financiamento da chapa que tem Boulos na cabeça e a petista Marta como vice

R$ 70 milhões
É aproximadamente o montante estimado de limite de gastos para o primeiro turno na eleição de São Paulo neste ano

Pré-candidatos participam de sabatinas Folha/UOL em SP

SÃO PAULO A **Folha** e o UOL promovem a partir desta quarta-feira (10) sabatinas com quatro dos principais pré-candidatos à Prefeitura de São Paulo.

Nesta quarta (10), às 16h, o entrevistado será o ex-coach Pablo Marçal (PRTB). Na sexta (12), às 10h, será a vez do deputado federal Guilherme Boulos (PSOL). A sabatina do prefeito Ricardo Nunes (MDB), será na segunda-feira (15), às 10h. O último a participar será José Luiz Datena (PSDB), na terça-feira (16), às 10h.

Como definido previamente em reunião com integrantes das pré-campanhas, **Folha** e UOL convidaram os quatro postulantes mais bem posicionados na mais recente pesquisa do Datafolha.

As entrevistas serão conduzidas por Fabíola Cidral, com participação da colunista Raquel Landim, do UOL, e de Carolina Linhares, repórter da **Folha**.

A disputa pela capital paulista segue empatada entre Nunes, com 24%, e Boulos, com 23%, conforme levantamento Datafolha divulgado na sexta-feira (5). Datena soma 11%, e Pablo Marçal tem 10%.

Nunes assumiu a prefeitura em maio de 2021, com a morte de Bruno Covas (PSDB). Na busca pela reeleição, ele conta com o apoio do do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), responsável pela indicação do vice, o ex-comandante da Rota e coronel da reserva da Polícia Militar Ricardo Mello Araújo (PL).

Porém, como Bolsonaro é o padrinho político que mais afasta os eleitores na capital, Nunes tem aparecido em agendas mais ao lado do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Boulos, por outro lado, busca vencer o pleito com o apoio do presidente Lula (PT). Coube aos petistas, que pela primeira vez não terão candidatura própria na disputa, a indicação da ex-prefeita Marta Suplicy como vice na chapa. O acordo foi fechado no início do ano, quando a indicada voltou a se filiar ao PT.

Veja o calendário de sabatinas Folha/UOL para Prefeitura de SP

- **10.jul, às 16h** Pablo Marçal (PRTB)
- **12.jul, às 10h** Guilherme Boulos (PSOL)
- **15.jul, às 10h** Ricardo Nunes (MDB)
- **16.jul, às 10h** José Luiz Datena (PSDB)

Cidades O ciclo de sabatinas promovido por **Folha** e UOL entrevistou pré-candidatos de Belo Horizonte, Salvador, Porto Alegre e Recife; Além de São Paulo, haverá sabatinas em outras 13 cidades

Também são pré-candidatos à prefeitura a deputada federal Tabata Amaral (PSB), com 7% das intenções de voto, e Marina Helena (Novo), com 5%, o deputado federal Kim Kataguiri (União Brasil), com 3%. Altino (PSTU), Ricardo Senese (UP), João Pimenta (PCO) e Fernando Fantauzzi (DC) tem 1% cada.

O ciclo de sabatinas promovido por **Folha** e UOL foi iniciado em junho e contemplou até aqui pré-candidatos de Belo Horizonte, Salvador, Porto Alegre e Recife.

Além de São Paulo, ainda haverá sabatinas em outras 13 cidades. São elas: Rio de Janeiro, Maceió, Manaus, Fortaleza, Curitiba, Guarulhos, São Bernardo do Campo, Santo André, Osasco, Campinas, Sorocaba, Ribeirão Preto e São José dos Campos.

A oficialização das candidaturas deve acontecer até o dia 5 de agosto, data-limite definida pela Justiça Eleitoral para a realização das convenções partidárias. O primeiro turno está marcado para o próximo dia 6 de outubro.

Além das sabatinas, **Folha** e UOL irão promover também debate com os principais candidatos à Prefeitura de São Paulo. O encontro no primeiro turno será em 30 de setembro, às 10h. Caso haja segundo turno, haverá outro em 21 de outubro, também às 10h.

Marcelo S. Camargo/Divulgação Governo de SP

Francisco Cepeda/Divulgação Governo de SP

TARCÍSIO E NUNES ACOMPANHAM DESFILE DO 9 DE JULHO EM SP

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), participou nesta terça-feira (9) de sua segunda cerimônia do 9 de Julho, uma das principais datas cívicas do estado; evento incluiu a entrega da Medalha Constitucionalista a 32 personalidades e autoridades, sendo três secretários estaduais, e o prefeito Ricardo Nunes (MDB), que é pré-candidato à reeleição em outubro, também compareceu

Milei é um provocador

Lula acabou caindo na armadilha do argentino

Elio Gaspari

Jornalista, autor de cinco volumes sobre a história do regime militar, entre eles "A Ditadura Encurralada".

Lula perdeu tempo na segunda-feira ao responder às provocações do presidente argentino, Javier Milei, mesmo sem citá-lo. Foi diplomaticamente elíptico, mas, mesmo assim, era isso que Milei queria. O presidente hermano tornou-se uma ausência relevante na reunião do Mercosul em Assunção. Sua ausência teve um peso superior a uma eventual presença. Para um presidente performático, melhor negócio não há.

As relações do Brasil com a Argentina sempre tiveram altos e baixos mas, pela primeira vez, numa das pontas está um provocador interessado em tirar proveito do tumulto. Caso típico de fanático sem causa.

O Brasil já se meteu nos assuntos argentinos impedindo que o ex-presidente Juan Perón descesse em Buenos Aires, em 1964. Já a Argentina, nos anos 70, dedicou-se à tarefa impossível de barrar a construção da hidrelétrica de Itaipu. (As ditaduras só se entenderam quando colaboraram para sequestrar e assassinar brasileiros e argentinos.)

Lula respondeu a Milei com tintas de cientista político, condenando o que chamou de "nacionalismo arcaico". Gastou seu latim. Guardadas as proporções, Milei precisa de um Lula, como Lula precisa de um Roberto Campos Neto.

Noves fora os aspectos pessoais da dissidência de Milei, o Mercosul tornou-se uma bola de ferro presa ao tornozelo da diplomacia brasileira. O bloco está estiolado a ponto de não conseguir consensos para os comunicados conjuntos da rotina diplomática.

Desde o século passado o Planalto persegue o sonho de um acordo do Mercosul com a União Europeia. O profissionalismo do Itamaraty consegue manter viva uma negociação natimorta, mas a França não quer o acordo e de nada adianta chamá-la de protecionista. (Até porque Lula condena um "nacionalismo arcaico" enquanto seu governo ergue barreiras contra os carros elétricos da China, protegendo montadoras septuagenárias.)

O Uruguai já disse que pretende assinar um acordo comercial com a China. O Brasil não gosta da ideia, mas ela parece a cada dia mais inevitável. Essa é uma questão teoricamente relevante, mas as birras de Milei em torno do Mercosul são ridículas. Ele bloqueia iniciativas de gênero, metas ambientais e até mesmo o funcionamento de dois centros de estudos. Nada disso tem a menor importância, pois os países continuarão funcionando (ou não) à revelia do bloco.

Há aspectos das relações entre a Argentina e o Brasil que independem dos humores dos governantes. O pior que se pode fazer numa situação dessas é fingir não polemizar, indo-se para condenações elípticas. Se o Brasil prefere não cair nas provocações de Milei deve honrá-lo com um respeitoso silêncio. Afinal, se ele acreditava tirar dividendos de uma ida ao Balneário Camboriú para encontrar-se com Jair Bolsonaro, deu com os burros n'água.

Lula foi exaustivamente aconselhado a esquecer Milei, mas sua compulsão falou mais alto e ele acabou aceitando o desafio para ensinar que "Eu acho que quem perde é que não vem". Essa lógica funciona para chefes de Estado convencionais, coisa que Javier Milei não é. Sendo um provocador, ganhou não indo à reunião do Mercosul e ganhará sempre que conseguir chamar atenção para suas excentricidades.

| DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | SEG. Deborah Bizarria, Camila Rocha | TER. Joel Pinheiro da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | **QUI. Conrado H. Mendes** | SEX. Marcos Augusto Gonçalves | SÁB. Demétrio Magnoli

Candidaturas LGBT+ avançam, mas dificuldades persistem

Falta de verba e entraves em partidos impedem aumento do número de eleitos

Matheus Tupina

SÃO PAULO Apesar da maior visibilidade de candidaturas LGBTQIA+ no país, principalmente no Legislativo, entraves financeiros e políticos, inclusive dentro dos partidos, impedem um aumento no número de eleitos, sobretudo no Poder Executivo.

Além das dificuldades de formação de lideranças desse segmento pelas legendas, não há incentivos financeiros a essas candidaturas, sub-representadas diante da população do país.

A falta de mais lideranças políticas LGBTQIA+ dificulta a institucionalização de direitos garantidos, como de casamento e de adoção por famílias homoafetivas, hoje consagrados por decisões do STF (Supremo Tribunal Federal) e do Conselho Nacional de Justiça.

Segundo a Aliança Nacional LGBTI+, organização que atua pelos direitos dessa população, as eleições de 2022 contaram com 356 candidaturas LGBTQIA+ para deputados federal e estadual, além de senador e governador no país.

A entidade considerou para a conta o número de candidatos que se denominam publicamente LGBTQIA+. Não existem dados em relação aos pleitos anteriores, mas há uma percepção de avanço da pauta e de maior visibilidade dos parlamentares eleitos.

A maioria dos postulantes do segmento tentou vaga em São Paulo, com 66 postulantes, seguido por Minas, com 33, e pelo Rio Grande do Sul, com 31.

Ainda segundo o levantamento, foram eleitos no país cinco deputados federais, 13 estaduais e um deputado distrital e os governadores Eduardo Leite (PSDB), no Rio Grande do Sul, e Fátima Bezerra (PT), no Rio Grande do Norte.

A organização registra ainda que a maioria dos LGBTQIA+ eleitos são do PSOL, com nove, seguido do PT, com cinco.

A proporção, porém, é baixa. O número de congressistas desse segmento eleitos para a Câmara dos Deputados equivale a 1% do total de todos os assentos disponíveis: 513.

Esse número inclui as duas primeiras mulheres trans a ocupar cadeiras na Câmara: Erika Hilton (PSOL-SP) e Duda Salabert (PDT-MG).

Para Ricardo Sales, chefe executivo da Mais Diversidade, consultoria de diversidade e inclusão que opera na América Latina, a representação política da população LGBTQIA+ ajudaria a mudar leis em prol da institucionalização de direitos já adquiridos.

Ele diz que a comunidade se vê excluída de espaços onde há o poder de decisão, alegando existir ameaças LGBTfóbicas à atividade dos congressistas que os representam, além dos desgastes pessoais que essa violência política gera.

Sales afirma ainda que a população LGBTQIA+ não busca reivindicar privilégios, mas pensar em um modelo de sociedade que inclua todos os brasileiros. Para isso, ele cita a necessidade de as máquinas partidárias, uma das interlocutoras no poder, inserirem mais as minorias.

Um dos motivos para a necessidade de maior representatividade dessa comunidade na política, diz o chefe da Mais Diversidade, é a consolidação de políticas públicas.

"Quando há lei e há política pública, governos preconceituosos tem mais dificuldade de destruir todo o avanço do país para uma comunidade, como ocorreu na administração passada", diz, citando retrocessos para minorias no mandato de Jair Bolsonaro (PL).

A deputada federal Daiana Santos (PC do B-RS), mulher negra e lésbica em primeiro mandato na Câmara, diz que quanto mais o movimento avança, mais se acentua uma mobilização conservadora contra pautas como a da população LGBTQIA+.

Ela diz ver resistência de partidos em pautar a importância de representatividade em seus quadros. A congressista acrescenta, ainda, a necessidade de ir além da inserção de pessoas —é preciso pensar políticas públicas concretas para esse eleitorado.

Santos defende, ainda, a existência de mecanismo para inserir mais as pautas da comunidade no Congresso, especialmente para evitar a inviabilização das candidaturas desse grupo e do de mulheres e negros. Ela cita a PEC da Anistia, que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), tenta colocar em votação, sem sucesso.

Propostas de retirada de sanções às agremiações que não preencheram a cota mínima de recursos para as candidaturas de mulheres e negros nas eleições, segundo ela, fazem esses postulantes serem inviabilizados eleitoralmente.



Ação contra homofobia no Congresso Gabriela Biló - 17.mai.22/Folhapress

Foi apresentado em 2020 na Câmara projeto para reservar 30% das candidaturas dos partidos e coligações à pessoas LGBT+, sem prejuízo dos postulantes homens ou mulheres e em complemento à cota já existente de candidaturas femininas.

O texto ainda destina 30% do fundo eleitoral a essas candidaturas, além do tempo de propaganda eleitoral no rádio e na TV. Alexandre Frota (então no PSDB-SP), autor do texto quando ele ainda era deputado, argumentou que lésbicas, gays, bissexuais e transexuais são as pessoas menos representadas na política.

Frota afirmou ainda que os avanços nos direitos para pessoas LGBTQIA+ vieram de decisões judiciais e que somente a representação dessa população trará maiores conquistas a este segmento da sociedade.

Apesar disso, a proposta está parada desde a apresentação, não chegando a ser apreciada pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Casa. Em 2023 o deputado Diego Garcia (Republicanos-PR) foi designado relator, mas nem sequer há texto nem discussão em andamento.

Cleyton Feitosa, doutor em ciência política pela UnB (Universidade de Brasília) com tese sobre o movimento LGBTQIA+ e os partidos brasileiros, vê com bons olhos a iniciativa, por significar o reconhecimento do problema da sub-representação e das distorções do sistema político brasileiro.

Ele diz que as candidaturas deste segmento tendem a ser vistas pelas lideranças partidárias como candidaturas de nicho, dando a elas um caráter proporcional. Cita, ainda, a dificuldade de formação de lideranças políticas LGBT+.

Para Feitosa, candidaturas heterossexuais, masculinas, brancas e cisgêneras ficam favorecidas a cargos do Executivo porque as legendas investem em perfis mais palatáveis à sociedade, estruturalmente LGBTfóbica, a fim de conseguir o voto majoritário.

Ele entende ser necessário um arcabouço de iniciativas com efeitos ao longo do tempo para alavancar a representação LGBTQIA+.

Dentre as ações imediatas, cita o patrocínio financeiro, logístico e pessoal pelas siglas, além do levantamento de dados pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) para cobrar das agremiações ações mais incisivas de inclusão de minorias. "É necessário um pacto nacional no sentido de fomentar esse debate."

Em viagem à Bolívia, Lula faz alerta contra as armadilhas do golpismo

Petista abordou de forma sutil disputa interna ao criticar 'desunião das forças democráticas'

Renato Machado

SANTA CRUZ DE LA SIERRA (BOLÍVIA) O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou nesta terça-feira (9) que a Bolívia sofreu uma "grave ameaça" com a tentativa de golpe militar contra o governo de Luis Arce, no fim de junho, e que o país não pode sucumbir ao que descreveu como armadilha do golpismo.

O mandatário brasileiro não citou em seu discurso o ex-presidente boliviano Evo Morales, que vive uma disputa política com Arce a respeito da sucessão presidencial. Ao mesmo tempo, criticou a "desunião das forças democráticas" internas —fala vista como um recado aos dois líderes.

Lula também citou na declaração as eleições presidenciais na Venezuela, programadas para o dia 28 deste mês, dizendo esperar que o pleito ocorra de forma tranquila e que os concorrentes aceitem o resultado final. Ainda afirmou que espera receber Caracas de volta ao Mercosul em breve.

Lula falou à imprensa na tarde desta terça, ao lado de Arce. Não houve espaço para perguntas de jornalistas. O brasileiro realiza uma visita oficial à Bolívia, em Santa Cruz de la Sierra, em um momento em que o país ainda sente os efeitos de uma tentativa de golpe militar.

Antes, de domingo (7) à segunda (8), o brasileiro participou da cúpula de chefes de Estado do Mercosul, em Assunção, no Paraguai.

"Assim como no Brasil, a democracia boliviana prevaleceu após um longo caminho entrecortado por golpes e ditaduras. Mas o que julgávamos que era o fim da estrada provou ser ainda um terreno movediço", afirmou o brasileiro.

"O povo boliviano já havia provado desse gosto amargo com o golpe de Estado de 2019 e agora se viu acometido pela tentativa de 26 de junho. Às vésperas de comemorar o seu bicentenário em 2025, a Bolívia não pode voltar a cair nessa armadilha. Não podemos tolerar devaneios autoritários e golpismos", completou.

A viagem a Santa Cruz de la Sierra estava marcada há alguns meses, e tinha como objetivo celebrar a relação entre os dois países, impulsionar as trocas comerciais e também marcar a entrada da Bolívia no Mercosul. No entanto, ganhou novos contornos com a tentativa fracassada de golpe.



No último dia 26, o general Juan José Zúñiga e seus comandados tomaram a praça em La Paz onde fica o palácio presidencial e tentaram destituir Arce do cargo. O movimento foi controlado. Já Zúñiga acabou preso e acusou —sem apresentar provas— o presidente boliviano de tentar um autogolpe.

A versão também foi defendida pelo correligionário de Arce e ex-presidente Evo Morales, que vem travando uma disputa política dentro do partido de ambos, o MAS (Movimento ao Socialismo), e em todo o país para voltar ao poder. Evo declarou que o objetivo da ação era melhorar a imagem do atual chefe do Executivo.

O ex-presidente busca disputar um quarto mandato nas eleições presidenciais de 2025, embora esteja impedido pela mais alta corte do país. Houve rumores de que Evo buscaria se encontrar com Lula durante a sua estada em Santa Cruz de la Sierra, o que não se confirmou.

O presidente também afirmou que convidou a Bolívia para participar da cúpula do G20, que será realizada no Rio de Janeiro em novembro. Luis Arce disse ao brasileiro que pretende ingressar nos Brics, grupo que originalmente era formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, mas que foi expandido no ano passado.

Durante o evento em Santa Cruz de la Sierra, integrantes dos governos assinaram uma série de atos, em áreas como combate ao tráfico de pessoas, fortalecimento em gestão migratória e saúde.

Também foram assinados memorandos de entendimento no setor de energia. Um deles tratava do lítio, mineral utilizado na fabricação de baterias que é abundante no território boliviano —após a tentativa de golpe, houve quem tenha especulado que o ato fosse motivado pelo interesse internacional no material.

Outro dos acordos prevê que a usina de Jirau, sobre o Rio Madeira, opere na cota de 90 metros em alguns períodos do ano. Parte desse excedente será destinado para a Bolívia.

Milei tem mau gosto mas não atrapalha relação, diz Alckmin

O vice-presidente brasileiro, Geraldo Alckmin (PSB), disse nesta terça (9) que o líder argentino Javier Milei tem mau gosto, mas que isso não afeta relações comerciais entre Brasília e Buenos Aires. Milei esteve no Brasil pela primeira vez no final de semana para a Cpac, conferência conservadora realizada em Balneário Camboriú (SC). "Não afeta [comércio entre Argentina e Brasil]. São relações de Estado. O mau gosto do Milei é assunto dele. Temos que fortalecer as relações de Estado", disse Alckmin. A declaração de Alckmin foi dada a jornalistas após a abertura do Transformar Juntos 2024, evento do Sebrae em Brasília.



Lula (PT) é recebido pelo presidente da Bolívia, Luis Arce, em Santa Cruz de la Sierra Ricardo Stuckert/PR

Brasil pode ajudar com crise em Darién, diz presidente do Panamá

ENTREVISTA
JOSÉ RAÚL MULINO

Mayara Paixão

ASSUNÇÃO Ex-ministro da Segurança que ajudou a expulsar grupos guerrilheiros da floresta que separa seu país da Colômbia, José Raúl Mulino assumiu no dia 1º a Presidência do Panamá com outra proposta para o lugar, conhecido como estreito de Darién.

Mulino, 65, quer impedir a passagem pela selva que se tornou uma rota rumo aos Estados Unidos para centenas de milhares de imigrantes.

Às margens da cúpula do Mercosul no Panamá, da qual participou como convidado após manifestar desejo de fazer algum acordo com o bloco integrado por Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia, ele recebeu a **Folha** em seu hotel para falar sobre Darién.

O político, que inicialmente se lançou-se nas eleições como candidato a vice e terminou como o líder de sua chapa ao ver Ricardo Martinelli inabilitado, afirma que o Brasil precisa ajudar no controle da crise de Darién.

O Brasil é porta de entrada para imigrantes de outros continentes e de países como Cuba, que depois rumam ao norte das Américas passando pela perigosa selva. Também é o país de origem de milhares de crianças que, com seus pais migrantes, fazem esse trajeto.

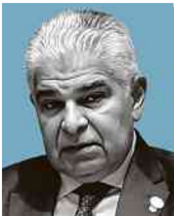
Há uma semana, Mulino selou acordo com os EUA, que devem bancar a deportação de imigrantes do Panamá para seus países de origem e ajudar no treinamento das forças panamenhas de segurança.

*

A proposta de fechar a passagem por Darién é realista? Quem controla a entrada da floresta no lado colombiano é o narcotráfico, o Clã do Golfo. Como isso vai acontecer? Primeiro, já começamos a fazer isso, colocando ao longo das rotas uma barreira para evitar que [os migrantes] continuem transitando, principalmente de forma desordenada, como acontecia. Está acontecendo sem maiores problemas. Nosso conceito é integral.

Estamos vendo o fechamento ordenado por parte do Panamá, o acordo com os EUA para iniciar a repatriação, espero que em breve, e a conversa que tivemos com o presidente [da Colômbia, Gustavo] Petro de fazer três etapas de aproximação. Em primeiro lugar com os povos originários [do lado colombiano], depois uma reunião de chanceleres, e a terceira etapa culmina com uma reunião trilateral em Washington. Petro, o presidente [Joe] Biden e eu.

Estamos caminhando para isso, e evidentemente o problema não é nosso. Origina-se com a abertura da porta de entrada pela Colômbia. Ouvi alguém da migração da Colômbia dizer que eles não concordavam com isso. É uma decisão soberana no Panamá, em nosso território. Lamento se causamos algum transtorno, algum problema logístico, mas para mim os interesses do Panamá estão acima de qualquer outro.



José Raúl Mulino, 65
Empossado presidente do Panamá em 1º de julho, é advogado e foi ministro de Relações Exteriores e de Segurança. Cursou mestrado em direito marítimo nos EUA.

Mas hoje vocês já estão impedindo que as pessoas cheguem ao lado panamenho? Por enquanto é um fluxo ordenado, controlado. Isso vai nos ajudar no momento do fechamento, ter uma única entrada. Esperamos que a Colômbia colabore conosco.

Para o Panamá é uma missão importante do ponto de vista humanitário e da segurança, porque lá funcionam clãs importantes do narcotráfico e Deus sabe que outras atividades ilícitas, como tráfico de pessoas e de crianças.



O sr. acha que o Brasil deve ajudar na crise de Darién, que tem um papel a cumprir nela? Acredito que sim. Tomara que os países que têm o conceito de livre trânsito, livre entrada, que não exigem vistos, cooperem. Cada um é livre para permitir ou não a entrada de pessoas em sua jurisdição. Mas definitivamente os países por onde entram, aproveitando-se desses benefícios migratórios, se podemos chamá-los assim, têm ou deveriam ter um papel a desempenhar.

Isso não é novo. Quando fui ministro da Segurança, enfrentei muito isso com africanos de diferentes partes da África. Eles entravam pelo Brasil em um voo da South African Airways, na Cidade do Cabo, para São Paulo. E dali começavam a peregrinação. Naquela época, os números também eram muito reduzidos. Mas eles vinham de lá.

O Panamá quer que o Brasil esteja nesse plano de controlar a migração? Não só o Brasil. Acredito que todos os países afetados por esse problema, em diferentes graus de participação, deveriam nos ajudar a controlá-lo. Ou seja, é um tema não apenas político, com consequências políticas, mas também humanitário. Sinceramente, esta é uma situação muito penosa, crítica, alarmante. Estamos lidando com seres humanos. Aí não podemos diferenciar.

Antes não era um problema como hoje. Entravam de 25 a 30 pessoas por mês, 1.200 por ano. Agora são 1.200 por dia. Além disso, os custos econômicos para a República do Panamá giram em torno de US$ 100 milhões (R$ 542 milhões) por ano, o que é muito dinheiro para nós.

Para os estudiosos de migração, há um consenso de que, quando se fecha uma rota, seja ela difícil ou impossível, quase como Darién, outras começam a surgir. É possível, é possível. Mas não é que o problema vai ser criado, ele já foi criado e existe 24 horas por dia, sete dias por semana. Muitos perderam suas vidas, mulheres foram estupradas, outros foram roubados. Pode ser que outras rotas se abram. Mas bem, esse é o nosso trabalho, evitar que isso aconteça, e é por isso que nos defendemos em todas as frentes.

Nas eleições nos EUA, o que pode mudar nesse acordo de segurança para Darién? Eu espero que nada, porque de qualquer forma, seja Biden ou Trump, o problema vai continuar. A fronteira dos EUA não é o Texas, a fronteira é Darién no Panamá. Se eu tiver que conversar com Trump sobre isso, explicarei.

Acredito que essas são políticas de Estado que devem continuar, independentemente de quem esteja no governo. Como dizemos no Panamá, cada professor tem seu método, e talvez o estilo de Trump não seja o estilo de Biden, mas o problema está lá e precisa ser resolvido.

Enfermeira brasileira gerencia clínica de aborto legal nos EUA

Myriam Marques promove serviço em ambulatório da Universidade Columbia

TODAS

Isabela Rocha

SÃO PAULO A Universidade Columbia, em Nova York, inaugurou em março deste ano um dos primeiros serviços de aborto medicamentoso em uma universidade privada nos Estados Unidos. O procedimento está disponível nas universidades públicas do estado desde maio de 2023.

A brasileira Myriam Marques, 60, gerente-assistente de enfermagem no ambulatório estudantil, ajudou a montar e supervisiona a equipe de quatro enfermeiros que faz os procedimentos.

O primeiro passo da universidade para implementar o serviço foi enviar uma pesquisa aos funcionários para saber quem estaria disposto a fazer os atendimentos. Foi fácil encontrar enfermeiros, diz Marques. "Nova York é um estado muito progressista. Mais enfermeiras queriam participar do que precisávamos. Enfermeiros homens também."

O aborto por pílula é gratuito e está disponível no ambulatório estudantil para alunos e parceiros destes listados como dependentes, desde que paguem uma taxa de serviços de saúde e tenham o plano da instituição. Caso um aborto cirúrgico seja necessário, a paciente é encaminhada para um provedor fora do campus.

Primeiro, a paciente faz uma triagem via telefone e passa por um aconselhamento para entender suas opções: abortar, entregar a criança para adoção ou ficar com ela. Se o aborto for a decisão final, o procedimento é agendado.

Duas pílulas são administradas: uma de mifepristona, que inibe a ação da progesterona (hormônio que ajuda a preparar o útero para a implantação do embrião), e uma de misoprostol, que induz contrações uterinas.

A paciente toma a primeira pílula no consultório e a segunda em casa. Uma semana após o tratamento, retorna ao centro médico.

O aborto medicamentoso tem de 98% a 99% de eficácia, de acordo com guia disponível no portal da universidade.



A enfermeira brasileira Myriam Marques, 60
Arquivo Pessoal

> "As mulheres que morrem de aborto são as pobres, as pretas, as trabalhadoras, as que já têm filhos

"Os serviços de saúde devem atender às mulheres em todas as necessidades da vida reprodutiva. A necessidade de interromper uma gravidez pode acontecer, e devemos ser capazes de atendê-la para evitar o aborto inseguro", diz Marques.

Mulheres em seus 20 anos fizeram mais da metade (57%) dos abortos nos EUA em 2021, de acordo com dados do Centro de Controle e Prevenção de Doenças do país. A maior incidência de abortos por mil mulheres foi registrada nessa faixa etária: 19,7 entre mulheres de 20 a 24 anos e 19,4 entre mulheres de 25 a 29 anos.

Marques é um ponto de apoio para brasileiros e outros imigrantes que tentam navegar pelo sistema de saúde americano, incluindo mulheres que desejam abortar. "Sempre que eu pego meu telefone tem alguém atrás de mim", diz. "Já fui muito procurada por mulheres da comunidade que queriam abortar: evangélicas, não evangélicas, jovens, estudantes. Todos os tipos de mulher imigrante. Aí faço a triagem e indico para uma clínica."

Graduada e mestre em enfermagem pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Marques começou sua carreira no sistema de saúde público brasileiro. No fim dos anos 1980, ela e as colegas notaram uma diminuição dos casos graves após abortos ilegais. "Começou a correr entre nós que as mulheres estavam usando uma tal de pílula do aborto", conta. "Não tínhamos dados concretos, mas ficamos felizes de saber dessa opção, que parecia segura."

O Cytotec, remédio usado contra úlceras, foi descoberto como abortivo por acaso por mulheres brasileiras. "Muitas feministas correram para comprar, guardar", relembra.

A Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) categorizou o produto como um medicamento controlado em 1998. Hoje, muitas gestantes ficam à mercê de traficantes, que vendem as pílulas clandestinamente.

Em 1994, Marques era enfermeira obstétrica em Betim, município da região metropolitana de Belo Horizonte. Ela conta ter acompanhado em primeira mão as consequências de abortos induzidos ilegalmente. "Vi muitas mortes horríveis, situações muito tristes. Na minha experiência, as mulheres que morrem de aborto são as pobres, as pretas, as trabalhadoras, as que já têm filhos."

Muitas vezes era Marques quem dava a notícia da morte aos parentes. Várias das pacientes eram adolescentes.

A enfermeira conta ter visto mulheres tentarem abortar de toda maneira, seja por vias legais ou ilegais, inserindo tubos, talos de mamona e arames de cabide no útero — às vezes por 24 horas— para induzir contrações uterinas e interromper a gestação.

"A morte de mulheres por aborto é angustiante", afirma. "Você está no plantão, fazendo o parto, todo mundo feliz, e uma mulher morre. Em geral, ela já chega com infecção. A situação vai ficando grave e ela morre de sepse, que é uma infecção generalizada."

Marques está em Columbia há quatro anos. Também atua na organização Defend Democracy in Brazil (defenda a democracia no Brasil), nos EUA, e na Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos e na Articulação de Mulheres Brasileiras, no Brasil.

Para ela, o aborto é mais um procedimento relacionado à saúde da mulher, que deve ser resolvido na privacidade de cada consultório, "entre a mulher e a médica". "Não tem nada de mais", diz.

Contatada, a Universidade Columbia não quis dar declaração.



LÍDERES MUNDIAIS CELEBRAM 75 ANOS DA OTAN
Reunidos em Washington, líderes dos países-membros da aliança militar ocidental anunciaram entrega de mais cinco sistemas de defesa aérea à Ucrânia Yves Herman/Reuters

Frente de esquerda discute aliança com centro para poder governar na França

SÃO PAULO Ainda que tenha se tornado o maior bloco parlamentar da França após o segundo turno das eleições legislativas, a esquerdista Nova Frente Popular (NFP) discute a participação dos centristas no governo, já que a coalizão não conquistou a maioria absoluta dos assentos na Assembleia Nacional.

A NFP elegeu 182 parlamentares, seguida pelo bloco Juntos, do presidente Emmanuel Macron, com 168 deputados, e pela Reunião Nacional (RN), sigla ultradireitista de Marine Le Pen, com 143 cadeiras. Antes, esses grupos ocupavam, respectivamente, 150, 250 e 89 assentos.

Nenhum dos lados se aproximou, portanto, da maioria absoluta de 289 dos 577 deputados, o que implica a necessidade de alianças ao menos pontuais para o próximo governo e mergulha a França em um contexto de incerteza sobre a sua governabilidade a duas semanas do início das Olimpíadas de Paris.

"O caminho para o governo é muito estreito, muito frágil, mas temos que tentar. O presidente tem que nos deixar governar", disse Fabien Roussel, secretário-nacional do Partido Comunista, um dos membros da NFP, em entrevista à rádio francesa RTL nesta terça-feira (9).

Os líderes da coalizão se reúnem desde domingo (7) para tentar chegar a um consenso sobre a indicação do primeiro-ministro e sobre as estratégias para governar sem maioria no Parlamento.

O segundo turno da eleição foi marcado pela formação de uma "frente republicana", com mais de 200 candidatos de esquerda desistindo em favor de candidatos do centro e vice-versa para impedir a vitória da ultradireita.

Mesmo que parte dos membros da NFP afirme que a união será necessária, Jean-Luc Mélenchon, 72, líder do partido França Insubmissa (LFI) recusa a opção de juntar-se a legendas de fora da coalizão. O político defende que as legendas implementem integralmente o programa que propuseram, o que inclui aumento do salário mínimo, redução da idade de aposentadoria e limitação dos preços de combustíveis, energia e alimentos básicos.

Entre centristas, há quem sugira a dissolução da aliança de esquerda para que os integrantes mais moderados do grupo possam formar uma coalizão mais ampla. A deputada Yael Braun-Pivet, presidente da Assembleia Nacional, propôs na segunda (8) a união entre centro, esquerda e direita, excluindo LFI e RN.

Em contrapartida, membros da esquerda instaram o Juntos a se dissolver para que alguns de seus integrantes apoiem a NFP. "Os macronistas de esquerda poderiam se juntar a nós. Estaríamos abertos a isso", disse Johanna Rolland, prefeita de Nantes e membro do Partido Socialista, em entrevista ao canal de televisão France 2.

Até que o bloco se decida e anuncie sua indicação de primeiro-ministro, Macron pediu ao atual premiê, Gabriel Attal, que permaneça no cargo.

Mélenchon e seus aliados defendem que o novo premiê seja alguém do LFI. Em entrevista à emissora TF1, o político não descartou o interesse no cargo, mas também sugeriu nomes próximos, como os deputados Manuel Bompard e Mathilde Panot.

Com Reuters

Rússia ordena prisão de Iulia Navalnaia, viúva de líder opositor

SÃO PAULO Um tribunal em Moscou condenou nesta terça-feira (9) Iulia Navalnaia, 47 —viúva do político de oposição russo Alexei Navalni— a dois meses de cárcere.

Navalni morreu em fevereiro em uma prisão na região de Iamalo-Nenets, no Ártico, e cumpria 30 anos de pena por condenações diversas. Após a morte do marido, a economista russa ganhou relevância internacional e disse que assumiria sua atividade política.

A corte decidiu que a opositora, que vive fora da Rússia, é culpada de participar de um grupo extremista. A decisão significa que ela será presa caso volte a pisar no país natal.

O Judiciário russo, em tese, é independente, mas seu alinhamento com os interesses do Kremlin é notório.

Nesta terça-feira, Navalnaia pediu aos seus apoiadores que se concentrassem não na ordem de prisão contra ela, mas na luta contra o presidente russo, Vladimir Putin.

"Quando vocês escreverem sobre isso, por favor, não se esqueçam de escrever o principal: Vladimir Putin é um assassino e um criminoso de guerra", afirmou no X. "O lugar dele é na prisão, e não em algum lugar em Haia, em uma cela aconchegante com uma TV, mas na Rússia —na mesma colônia e na mesma cela de dois por três metros em que ele matou Alexei."

No final de 2020, em Tomsk, na Sibéria, Navalni foi envenenado naquilo que é amplamente descrito como um complô de serviços de segurança russos.

Levado para a Alemanha em coma, ele foi tratado. Voltou a Moscou em janeiro de 2021 e, ao ser preso, disparou uma onda nacional de protestos que foi violentamente reprimida pela polícia.

O Kremlin negou ter ordenado a morte de Navalni.

Com Reuters

Câmara aprova novo ensino médio com mais disciplinas tradicionais

A Casa retirou mudanças feitas pelo Senado, como obrigatoriedade de espanhol; texto vai para sanção

Paulo Saldaña e Matheus Teixeira

BRASÍLIA A Câmara aprovou nesta terça-feira (9) a nova reforma do ensino médio e, agora, a matéria segue para sanção ou veto do presidente Lula (PT). O início da implementação do novo modelo é previsto já para o ano que vem, mas o formato desse processo ainda será definido.

Os deputados reverteram os principais pontos que foram alterados pelo Senado. Com isso, ficou de fora a obrigatoriedade do ensino de espanhol e também uma nova definição de carga horária para alunos do ensino técnico profissional.

A obrigatoriedade de ter uma escola de ensino médio noturno em cada município, prevista pelo Senado, foi um dos itens acatados pela Câmara. Não constava no relatório apresentado inicialmente, mas passou como emenda.

Essa previsão, que desagradava secretários de Educação estaduais, deve ser regulamentada pelas redes de ensino, segundo o texto.

O projeto prevê a adequação do Enem ao novo formato da etapa em 2027: a previsão é que a prova contemple não só a parte comum do currículo mas também os conteúdos dos itinerários.

Os deputados mantiveram os pontos principais que haviam sido acordados com o governo na primeira votação, em março. O ministro da Educação, Camilo Santana, já havia manifestado estar de acordo com a versão aprovada pela Casa —a tendência é que Lula sancione o texto aprovado.

A etapa continua dividida em dois blocos, como é hoje: a parte comum e os itinerários formativos. Mas agora haverá mais tempo para essa parte comum e previsão de combinação de conteúdos de itinerários, de modo a garantir mais opções para os alunos.

Assim, fica ampliado das atuais 1.800 horas para 2.400 horas a parte comum curricular (de uma carga total de 3.000 horas). Na prática, isso aumenta o tempo de aulas de disciplinas tradicionais, como história, geografia e sociologia, e pode ter impacto na carga de português e matemática.

O novo teto deixa uma exceção que hoje não existe: para estudantes da educação técnica profissional, essa base geral pode ser menor, de 2.100 horas (prevendo que 300 horas devem aliar a formação geral e o ensino técnico).

No Senado, as 2.400 horas da parte comum haviam sido mantidas, mas a relatora do texto na Casa, senadora Professora Dorinha (União-TO), trouxera nova definição para alunos do ensino técnico profissional: passava de 2.100 horas para 2.400 a carga horária da parte comum, até 2029.

O item, que deixaria o tempo de horas da parte comum no mesmo patamar de outros itinerários, resultariam em um ensino médio acima das 3.000 horas no itinerário técnico. O ponto trouxe reações, sobretudo de secretários de Educação.

O ensino de espanhol deixa de constar como conteúdo fixo da área de linguagens, como previu o texto do Senado. E volta a ser mencionado como uma possibilidade de oferta.

O governo Michel Temer (MDB) aprovou em 2017 o chamado Novo Ensino Médio, quando o relator na Câmara, deputado Mendonça Filho (União Brasil-PE), era ministro da Educação. Foi neste momento que a lei consolidou a flexibilização do currículo, com a divisão em dois blocos.

Os chamados itinerários formativos são organizados por diferentes áreas: linguagens, ciências humanas, ciências da natureza, matemática e ensino técnico profissionalizante. A previsão é de que os alunos escolham qual área seguir.

Com a implementação da reforma nas escolas, a partir de 2022, apareceram os problemas, como perdas de conteúdos tradicionais e oferta deficiente dos itinerários.

Pressionado por mudanças e pedidos de revogação da reforma, o governo Lula promoveu uma consulta pública e encaminhou ao Congresso, em outubro de 2023, projeto de lei com propostas de alterações. O projeto passou na Câmara e Senado, mas como sofreu alterações entre os senadores, retornou para os deputados.

Com relação a atividades a distância, foi mantido como já aprovado na Câmara a oferta do "ensino médio mediado por tecnologia", de forma excepcional. O que é visto por críticos do texto como menor controle a esse tipo de oferta com relação à redação do Senado, que explicitava como "ensino presencial mediado por tecnologia".

Em experiência do ensino mediado por tecnologia, como a do Amazonas, alunos não têm contato presencial com professores, só com tutores.

O texto de Mendonça acatou mudança promovida pelo Senado que dá ao Conselho Nacional de Educação a missão de elaborar diretrizes nacionais de aprofundamento de cada uma das áreas do conhecimento. No texto original da Câmara, caberia ao MEC essas diretrizes.

Esse trabalho deve ocorrer ainda neste ano. A falta de diretrizes tem sido apontada como um das causas das deficiências e desigualdades na oferta dos itinerários formativos.

Outro ponto alterado que havia sido aprovado pelos senadores diz respeito à possibilidade da atuação de professores no ensino técnico que tenham notório saber em determinada área. O Senado enrijeceu as regras para contratação de profissionais sem formação em docência, mas a Câmara retomou a flexibilidade.

Primeiro, os deputados aprovaram, por 437 votos a 1, os trechos do texto que foram acolhidos do Senado e que, na visão da esquerda, representavam melhorias em relação à redação da Câmara.

Depois, a Casa analisou o que o relator retirou do que foi aprovado o Senado —e a condução da votação pelo presidente Arthur Lira (PP-AL) causou revolta no plenário. As rejeições do relator foram aprovadas em votação simbólica, mas partidos de esquerda se queixaram de não terem podido orientar votação contrária.

2.400 horas

passam a ter a parte comum curricular do novo ensino médio, de uma carga total de 3.000 horas. Na prática, isso aumenta o tempo de aulas de disciplinas tradicionais, como história, geografia e sociologia

2.100 horas

pode ser a base geral para estudantes da educação técnica profissional, prevendo que 300 horas desse montante devem aliar a formação geral e o ensino técnico



Aula de ensino médio em escola estadual na Chácara Santo Antônio, na zona sul de São Paulo Bruno Santos - 12.ago.22/Folhapress

Escolas criam estratégias para tentar tirar os alunos do celular

Laura Mattos

SÃO PAULO Escolas particulares têm quebrado a cabeça bolando estratégias para tentar tirar as crianças e os jovens do celular. Entre as tentativas de colégios de São Paulo estão projetos culturais nos intervalos, como apresentações de músicas, e campeonatos esportivos. Além disso, inspetores circulam por corredores e pátios incentivando alunos que não saem dos smartphones a participarem das atividades.

Alguns desses colégios consideram que, com essas estratégias e com um trabalho de conscientização, não é necessário proibir o uso do celular, como vem acontecendo em várias escolas do Brasil, do Canadá, dos EUA e de países da Europa. Já outros admitem que, mesmo com projetos assim, não tem sido fácil lidar com o vício de crianças e adolescentes nos smartphones e já cogitam aderir ao banimento.

No colégio Rio Branco, há nos intervalos atividades de música, poesia e jogos. "Também deixamos disponíveis, por exemplo, violão e livros, mas os jovens têm dificuldade de olhar para essas coisas", diz a diretora, Esther Carvalho.

"Não adianta a gente achar que eles vão deixar o celular para ler um livro porque não estão habituados. Fora do horário regular das aulas, quando os alunos ficam na escola para outras atividades, é muito difícil que se desconectem. O ônus de liberar o celular na escola tem sido grande."

Esther é pesquisadora da tecnologia aplicada à educação, mestre e doutoranda da PUC-SP, e tem visitado países que são referência em processos educacionais, como Finlândia, Suécia e Irlanda, para conhecer as melhores práticas.

Ela lembra que, originalmente, o smartphone foi visto como um recurso para uso pedagógico de muita potência.

"Um dia, vi alunos usando o celular para entrevistar pessoas e fazer um trabalho, e isso é uma beleza, não gostaríamos de perder isso. Mas temos que pensar em outros dispositivos, porque 80% do uso do celular acaba sendo fora do pedagógico, do que faz sentido para a escola", diz.

A diretora conta que muitas famílias querem a proibição do celular na escola e que, em reuniões, o assunto tem sido discutido. Um dos encontros teve como tema o best-seller "A Geração Ansiosa", do psicólogo Jonathan Haidt, que trata do colapso da saúde mental entre crianças e jovens no mundo em razão do uso dos smartphones. Ele defende que as crianças e adolescentes não tenham smartphones até os 14 anos, e que as escolas sejam ambientes livres de celulares.

Esther acha "o termo banimento pesado", mas admite que "a regra de utilizar o celular apenas para o uso pedagógico não tem sido suficiente" e que "deixar para a criança e o jovem decidirem se vão usar o celular na escola é muita responsabilidade diante do apego que temos à tecnologia".

Para ela, seria preciso repensar inclusive a utilização do celular pelos professores e funcionários. "Precisamos dar o exemplo, e não basta a escola proibir, é preciso formar uma rede com as famílias. Mas, sim, temos que tomar medidas. Do jeito que está não dá para continuar."

No colégio Visconde de Porto Seguro, o projeto para tirar os estudantes do celular se chama Porto Disconnect. Nos intervalos, há jogos de vôlei, basquete, futebol, de futmesa (algo como o tênis de mesa, mas com bola de futebol), além de jogos de tabuleiro.

"Temos funcionários que ficam no intervalo incentivando os alunos a deixarem o celular no armário e a participarem das atividades", conta Joice Leite, diretora de educação digital. "O mantra do Disconnect é deixar o celular."

Além disso, as salas são trancadas no recreio, para que os alunos não possam ficar usando o celular. Outra decisão foi a de não colocar o celular como ferramenta pedagógica. "Essa é nossa primeira regra, entendendo tudo o que envolve o uso dos smartphones por crianças e jovens. Para a tecnologia na educação, há computadores. A formação dos professores parte da ideia de que celular não é instrumento de aprendizagem."

Já no Bandeirantes, os celulares são usados para atividades em sala de aula. Segundo a diretora pedagógica do colégio, Mayra Ivanoff, o tablet é que é o material pedagógico obrigatório, desde o 5º ano, mas muitos estudantes preferem utilizar o smartphone.

"O celular tem elementos que distraem a atenção? Sim, mas até o computador tem. Faz parte da estratégia da aula envolver os alunos no aprendizado", afirma a diretora.

No Vera Cruz, o debate sobre o banimento está intenso, embora o colégio também invista em projetos para que os alunos se desconectem do celular. Entre as atividades nos intervalos, há musicais, exposições, campeonatos esportivos organizados pelos professores de educação física e a saída para a praça em frente à escola.

O colégio, neste ano, vetou os celulares nas viagens de estudo. "Eles ficaram cinco dias sem o celular. Alguns nos agradeceram pela oportunidade de vivenciar a viagem de um jeito diferente", conta o coordenador do fundamental 2 (6º a 9º ano), Daniel Helene. "Outros reclamaram e alguns burlaram a regra. E houve famílias que se engajaram para que eles burlassem."

"Não adianta a gente achar que eles vão deixar o celular para ler um livro porque não estão habituados. Fora do horário regular das aulas é muito difícil que se desconectem. O ônus de liberar o celular na escola tem sido grande

Esther Carvalho
diretora do Colégio Rio Branco

Sob revisão, área do Jockey já tem até condomínio lançado

Decisão da Câmara confronta contrato que impede uso multifamiliar de lotes

Clayton Castelani e Leonardo Fuhrmann

SÃO PAULO Recentes alterações na Lei de Zoneamento aprovadas pela maioria dos vereadores paulistanos podem abrir caminho para negócios imobiliários num trecho do bairro Cidade Jardim (zona oeste) com grande potencial de valorização nos arredores do Jockey Club de São Paulo.

Além de facilitar futuros empreendimentos, as mudanças dão à única obra importante em curso no local –a construção de um condomínio de casas comercializadas por valores entre R$ 1,8 milhão e R$ 3,9 milhões– novos argumentos contra uma ação judicial de moradores que tentam barrar a sua conclusão, avaliam especialistas em legislação urbana e o próprio responsável pelo empreendimento.

A obra é só uma amostra do que está por vir, dizem moradores contrários ao projeto, que apontam a existência de aproximadamente 30 lotes cujos proprietários aguardam mudanças no regramento.

Quatorze quadras numa área de 3,5 km² encostadas na ponta ao sul da pista do hipódromo, quase todas ocupadas por casarões murados bem conservados em ruas arborizadas, formam o tabuleiro sobre o qual ocorre a disputa entre proprietários de imóveis contrários e favoráveis às alterações nas regras de ocupação do solo.

Até abril deste ano, o mapa legal da cidade demarcava quase a totalidade desse território como ZER, sigla que determina o uso exclusivamente residencial com imóveis de até 10 m de altura. As exceções eram lotes nas bordas de duas avenidas, a dos Tajuras e a professor Alcebíades Delamare, onde são permitidos comércios sem grande capacidade de receber público. As vias são zonas corredores, chamadas Zcor. Em dois tempos, porém, a Câmara derrubou essas regras.

Na revisão da Lei de Zoneamento, em 2023, o Legislativo municipal transformou 12 das 14 quadras residenciais em uma das zonas da cidade destinadas à construção de grandes prédios para o melhor aproveitamento da infraestrutura urbana. Esse pedaço do bairro passou a ser uma ZEM (Zona Eixo de Estruturação da Transformação Metropolitana). O prefeito Ricardo Nunes (MDB) vetou a alteração, mas os vereadores derrubaram esse veto, em abril deste ano.

No mês passado, a Câmara revisitou as regras de zoneamento. Apelidada de "revisão da revisão", a nova discussão foi pautada sob a justificativa de corrigir o mapa publicado pela prefeitura porque algumas poucas quadras ficaram em branco —ou seja, sem regras de uso e ocupação.

Ao final do processo, com a votação do projeto em 2 de julho, parte das cerca de 40 emendas aprovadas alteraram a lei para permitir a construção de prédios em diversas áreas da cidade. Uma delas foi direcionada à vizinhança do Jockey.

Duas quadras na borda da nova ZEM da Cidade Jardim, que ainda se conservavam como ZER e Zcor, foram transformadas em Zona Mista pela emenda do vereador Isac Félix (PL) –mas ainda dependem da sanção do prefeito.

As aplicações imediatas dessa alteração são o aumento da altura máxima das construções, de 10 m para 28 m, e o fim do uso exclusivamente residencial.

Nos dois casos, as mudanças têm grande potencial para facilitar a venda de casas para incorporadores imobiliários. A compra de terrenos em bairros caros só vale a pena para o setor com a possibilidade de multiplicação do tamanho do terreno por uma área construída bem maior.

Mas há ainda um efeito menos explícito que a emenda pode provocar. A depender da interpretação que se dá para as regras urbanísticas da cidade e decisões judiciais sobre o tema, a proposta do vereador coloca em uma zona cinzenta um dos principais argumentos de moradores que tentam barrar o avanço do adensamento de bairros residenciais: a regra contratual que impõe o uso unifamiliar de cada lote.

Mudanças na vizinhança do Jockey

Depois de demarcar hipódromo como parque, Câmara de SP faz novas alterações que transformam área residencial próxima em zonas com maior potencial imobiliário

ZEPAM
As Zonas Especiais de Proteção Ambiental são destinadas à proteção ambiental, como é o caso dos parques
A área do Jockey Club de São Paulo foi indicada como parque na revisão do Plano Diretor, em 2023

ZEM
A Zona Eixo de Estruturação da Transformação Metropolitana permite uso não residencial com grandes prédios
Esse trecho deixou de ser uma ZER (Zona Exclusivamente Residencial) na revisão da Lei de Zoneamento de 2023

ZM
A Zona Mista mescla prédios médios (até 28m) residenciais e comerciais
A quadra, que é uma zona residencial, foi apontada como ZM por emenda aprovada em 2 de julho



* Os perímetros de zonas são ilustrativos e podem conter ligeiras divergências em relação às alterações oficiais no zoneamento

Fonte: Câmara Municipal de São Paulo

Essa restrição existe porque companhias responsáveis por esse tipo de loteamento registraram em contrato que só uma família poderia morar em cada imóvel. A imposição tem sido respeitada pela legislação urbana nas zonas exclusivamente residenciais. Para outras zonas –incluindo Zcor, ZM e ZEM que existem na vizinhança do Jockey–, a prefeitura desconsidera a restrição.

É justamente na quadra demarcada como Zona Mista na "revisão da revisão" que está em construção o condomínio de casas contestado na Justiça pela Sociedade Amigos da Cidade Jardim, sob a alegação de descumprimento da restrição de uso unifamiliar. O empreendimento tem sete unidades no terreno da esquina da rua Jaguanambi com a avenida Prof. Alcebíades Delamare.

Considerando só o licenciamento da prefeitura, o uso multifamiliar estaria liberado até mesmo antes das duas mudanças feitas pela Câmara, pois o lançamento se deu em uma Zcor, ressalta Octávio Moreira, diretor da Eko Realty, uma das empresas à frente do empreendimento.

Moreira, embora defenda que a criação da Zona Mista não afeta diretamente o seu empreendimento, disse por email à **Folha** que a medida enfraquece argumentos contrários à instalação do condomínio.

"A discussão pode ficar mais esvaziada, uma vez que a última alteração de zoneamento aprovada pelos vereadores amplia o uso com um zoneamento mais permissivo, passando de 10 m de altura para 28 m", diz.

A Sociedade Amigos da Cidade Jardim discorda do uso multifamiliar em qualquer situação que contrarie o contrato do loteador, e esse é um ponto central da ação judicial contra o condomínio, diz o presidente da entidade, o advogado Marcelo Gatti Reis Lobo. "A restrição de uso deve ser preservada, independentemente do zoneamento", diz.

A sobreposição do contrato sobre o zoneamento também é defendida pela advogada Renata Esteves, especialista em legislação urbana do Movimento Defenda São Paulo. Mas ela reforça que as recentes modificações no zoneamento criam "fatos novos" na discussão e que isso é prejudicial aos defensores dos bairros residenciais.

Descaracterizações de zonas residenciais são argumentos frequentes do setor imobiliário e de políticos desenvolvimentistas para que se permita a liberação de outros usos em ZERs, afirma Esteves.

Félix não quis comentar sobre uma possível relação da sua emenda com o desenvolvimento imobiliário e afirmou que a motivação da proposta é a adequação às características do entorno, como ele destacou no texto aprovado.

Num movimento anterior às revisões de zoneamento, a Câmara aprovou no primeiro semestre de 2023 a inclusão da área do Jockey na lista de parques do Plano Diretor, a lei que define a estratégia de crescimento da cidade. A Casa também aprovou o fim das corridas de cavalos no local, decisão provisoriamente suspensa pela Justiça.

Amuralhado e com movimento somente aos finais de semana, o Jockey é apontado por críticos como responsável pela degradação do bairro. A criação do parque têm grande potencial para valorizar a área, segundo o urbanista Marcelo Ignatios.



CIDADE DE SP REGISTRA TARDE MAIS FRIA DO ANO
Homem caminha no centro de São Paulo nesta terça (9), em meio à chuva e ao frio; capital registrou 13,4ºC, na tarde mais fria de 2024 Rafaela Araújo/Folhapress

Prefeitura afasta guardas que agrediram morador de rua em SP

SÃO PAULO A Prefeitura de São Paulo afastou três agentes da GCM (Guarda Civil Metropolitana) que foram filmados agredindo com chutes e socos um morador de rua durante uma abordagem embaixo do viaduto do Glicério, na região central da cidade.

As agressões aconteceram durante uma abordagem na manhã do último sábado (6). O homem, que teria reagido à ação, recebeu chutes quando já estava rendido. O padre Júlio Lancellotti, coordenador da Pastoral do Povo da Rua, compartilhou vídeos das agressões nas redes sociais.

Em nota, a Secretaria Municipal de Segurança Urbana afirmou que já iniciou os procedimentos disciplinares.

"Após o rito legal, a punição será determinada conforme regramento da instituição", afirma a gestão do prefeito Ricardo Nunes (MDB).

Nesta terça (9), Nunes afirmou que o caso "será punido exemplarmente". Ele negou qualquer relação entre as agressões e suas próprias falas a favor da reação da GCM contra agressões.

"Aquela atitude não representa o que é a corporação da Guarda Civil Metropolitana", disse Nunes à imprensa, após a cerimônia de comemoração do feriado de 9 de julho. "Esse é um momento, ali, muito difícil [de abordagem], tentando conter a Feira do Rolo, que é algo que a gente não deseja para a cidade, [mas] nada justifica uma ação truculenta daquelas."

No dia 26 de junho, dez dias antes das agressões contra o morador de rua, o prefeito afirmou que se alguém enfrentar o poder público, vai "tomar na testa". Ele comentava a decisão judicial que impede a GCM de usar balas de borracha, bombas de gás e formação de ataque semelhantes às da pela Polícia Militar durante ações em meio aos usuários de drogas que frequentam a cracolândia.

A decisão também determinou que a prefeitura crie um canal de comunicação para denúncias de abuso de agentes e encaminhá-las ao comando para a instauração de processos administrativos. A GCM também terá que formular em até 60 dias um plano rotineiro de atuação na cracolândia.

Nesta terça, Nunes disse que sua declaração dizia respeito aos protocolos de segurança da GCM.

"Se você tiver uma situação em que os usuários de crack partam para cima dos guardas civis metropolitanos, obviamente que eles precisam se defender", afirmou.

As agressões foram registradas por pessoas que estavam no local. Os vídeos mostram ainda que um dos guardas apontou a arma até mesmo em direção às pessoas que filmavam e mandou que todos saíssem do local.

As imagens mostram que três guardas abordaram o rapaz, que resistiu e foi jogado ao chão. Mesmo caído, o homem foi cercado pelos agentes que deram chutes e socos nele.

Outro guarda usou o cassetete para bater no homem, que continuava resistindo. Ele, então, foi segurado por seis guardas, que, novamente, o jogaram no chão e pisaram nele.

Na sopa de letrinhas do G20, a defesa da reforma do multilateralismo

Em reuniões na semana passada, recomendações convergentes dos grupos de engajamento foram levadas às lideranças das maiores economias globais

Ilona Szabó de Carvalho
Empreendedora cívica, mestre em estudos internacionais pela Universidade de Uppsala (Suécia). É autora de "Segurança Pública para Virar o Jogo"

Para quem não acompanha de perto o processo preparatório para a Cúpula do G20, em novembro, no Rio, as reuniões recentes de seus 13 grupos de engajamento (T20, B20, C20, entre outros), podem parecer uma sopa de letrinhas e números. É importante, portanto, destacar que recomendações convergentes de um amplo arco da sociedade civil foram apresentadas aos representantes dos chefes de Estado das 20 maiores economias do mundo, como contribuição à declaração final da cúpula.

A presidência brasileira do G20 trouxe a inovação de reunir os grupos de engajamento sob o chamado "G20 Social", para ampliar o processo de escuta e a gama de recomendações em documentos preparatórios para as reuniões oficiais. Não é coisa pouca. Se considerarmos o tamanho dos PIBs em questão, a sociedade civil tem uma oportunidade única de influenciar a agenda global.

Para trazer exemplo concreto: o Instituto Igarapé faz parte do T20, o grupo de engajamento dos "think tanks", e lidera, com o Institute for Global Dialogue, da África do Sul, a força-tarefa "Fortalecendo o multilateralismo e a governança global".

O T20, coordenado pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Fundação Alexandre de Gusmão (Funag), tem a missão de reunir "think tanks" e analisar dados científicos para balizar diversos debates do G20. Em seis forças-tarefas, que envolveram 121 instituições de todo o mundo, foram avaliadas mais de 300 propostas. Na coliderança da força-tarefa sobre multilateralismo, composta por 26 organizações, selecionamos 51 trabalhos e coletamos, organizamos e sintetizamos suas principais contribuições.

Além disso, contribuímos com informações para outras forças-tarefas, nos temas de governança e desigualdades na inteligência artificial, desenvolvimento sustentável, reforma da arquitetura financeira internacional e financiamento climático e da natureza. Levamos aos sherpas cinco recomendações, alinhadas ao longo de sete meses de trabalho colaborativo:

1 - Fortalecer a eficácia e eficiência das instituições multilaterais por meio da construção de confiança, responsabilidade e inclusão.

2 - Fortalecer a governança global por meio de maior participação de atores não estatais e subnacionais.

3 - Aprimorar a cooperação global e os investimentos em desenvolvimento sustentável resiliente, inclusive através da reforma da arquitetura financeira internacional.

4 - Fortalecer a governança para promover respostas eficientes a ameaças fronteiriças relacionadas à saúde global, danos digitais e crime organizado transnacional.

5 - Avançar novas normas e métricas para a cooperação para o desenvolvimento e aprimorar a responsividade e transparência do G20.

Em resumo, o que defendemos para os líderes mundiais é a necessidade de reforma do sistema multilateral para que se torne mais representativo, inclusivo, eficiente e atualizado para enfrentar os desafios globais atuais.

Isso é urgente. As tensões políticas, econômicas e sociais criam uma incerteza crescente que dificulta o progresso em compromissos como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o Acordo de Paris. A crescente competição, a desigualdade aprofundada e a inércia institucional tornam a cooperação multilateral cada vez mais difícil.

O processo do G20 pode servir como uma plataforma-chave para alinhar esforços e contribuir em outros fóruns, como a Cúpula do Futuro.

O destaque dado para a reforma da governança global pela presidência brasileira do G20 é um passo na direção certa para o fortalecimento de um sistema multilateral que atenda às gerações atuais e futuras. Nossa tarefa, agora, é gastar saliva e sola de sapato para influenciar as decisões sobre estes temas nos fóruns internacionais e governamentais. É este nosso compromisso na nossa sopa de letrinhas do G20.

| DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, Giovana Madalosso | TER. Vera Iaconelli | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | **QUI. Sérgio Rodrigues** | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho


Ossada no local onde ficava o cemitério, na zona portuária do Rio Eduardo Anizelli/Folhapress

Cemitério no Rio de Janeiro tem ossada de 50 mil escravizados

Local na zona portuária completa 250 anos em 2024 e foi descoberto em 1996 durante obra em um jardim

Aléxia Sousa

RIO DE JANEIRO Por cerca de 60 anos, o Cemitério dos Pretos Novos funcionou como um depósito de corpos de escravizados recém-chegados da África ao porto do Rio de Janeiro —aqueles que não sobreviviam aos maus tratos da captura e à viagem transatlântica dos navios negreiros eram enterrados no local.

Dezenas de milhares de corpos despedaçados, queimados e espalhados, cobertos apenas com algumas pás de terra, eram dispensados no cemitério que funcionou de 1772 a 1830, no Valongo, na zona portuária carioca.

O local abrigou cerca de 50 mil ossadas de africanos, que "eram enterrados nus, envoltos e amarrados em esteiras, sem qualquer ritual religioso, reza, encomendação ou sacramento", segundo o historiador Murilo de Carvalho na introdução do livro "À flor da Terra" do também historiador Júlio César Medeiros.

O terreno destinado aos sepultamentos era muito pequeno para tantos corpos que eram cortados e imprensados ali. Apesar disso, é considerado o maior cemitério de escravos deste gênero nas Américas. "Pretos novos" é como eram chamados os cativos africanos que chegavam já mortos ou morriam logo após o desembarque.

A existência do cemitério ficou escondida por mais de 160 anos. Ele só foi descoberto em 1996, quando uma família resolveu fazer uma obra em seu quintal. Merced e Petrúcio Guimarães dos Anjos descobriram acidentalmente o Cemitério dos Pretos Novos, ao iniciarem as reformas em sua residência, na rua Pedro Ernesto. Naquele ano, iniciou-se o processo de salvamento arqueológico dos remanescentes ósseos.

"As ossadas começaram a aparecer logo no primeiro dia de obra. Cheguei a separar os ossos em 11 caixas, eram ossos de cabeça, pedaços de arcada dentária, estavam bem quebrados, mas dava para identificar. Eu peguei as caixas de papelão em um mercado para conseguir dar conta da grande quantidade de ossada", conta Merced, que procurou um vizinho que estudava a história do bairro e confirmou que no local funcionava um cemitério de escravizados há mais de cem anos.

Após a descoberta, o IAB (Instituto de Arqueologia Brasileira) confirmou que os vestígios arqueológicos se tratavam das ossadas depositadas no antigo Cemitério dos Pretos Novos.

Para abrir sua casa à pesquisa, ela e o marido Petrúcio e as três filhas foram morar em um galpão particular, onde ficaram por três anos. A família Guimarães dos Anjos resolver então retornar à sua residência e realizar por conta própria exposições itinerantes com o material encontrado nas escavações.

As atividades eram realizadas sem qualquer tipo de patrocínio ou subvenção. "Nós entendemos a importância desse lugar para a história da cidade e principalmente para a divulgação da história da escravidão e dos pretos novos, e tornamos um espaço de visitação pública", disse Merced, carioca, filha de português e espanhola.

Após anos aguardando alguma iniciativa do poder público, a família, com ajuda de alguns amigos, fundou no local o IPN (Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos), em 2005.

Cerca de quatro anos depois, virou um espaço de oficinas e palestras. Além disso, recebeu a premiação máxima do Iphan (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), concedida pela preservação do sítio arqueológico.

Hoje o terreno reúne biblioteca e memorial com painéis, fotos e parte dos fragmentos encontrados no sítio arqueológico, como artefatos domésticos.

Em um galpão anexo funciona a Galeria Pretos Novos de Arte Contemporânea, aberta em 2011. Nesse mesmo ano, ocorreu a primeira pesquisa arqueológica cientificamente orientada, que buscou a localização exata do cemitério para fins de preservação.

A partir de novas investigações arqueológicas em 2017, foi encontrado o primeiro esqueleto inteiro e articulado no cemitério. As análises iniciais apontam que o corpo pertencia a uma jovem africana capturada e sequestrada para ser vendida no mercado da escravidão, no Rio de Janeiro, mas que não resistiu aos maus tratos.

A equipe de arqueologia batizou o achado de Bakhita, em homenagem à padroeira dos sequestrados e escravizados, Santa Josefina Bakhita, a primeira santa africana, canonizada em 2000 pelo papa João Paulo 2º.

"A existência do cemitério era conhecida por historiadores e pela literatura, mas foi apagada. Isso ficou totalmente desconhecido e nunca foi interesse falar sobre a real história desses africanos sequestrados e trazidos para o Brasil. É isso que inspira a nossa trajetória até aqui. Precisamos manter viva essa memória, precisamos mostrar, falar sobre o que aconteceu para entender como a gente veio parar nessa sociedade que ainda escraviza, que tira o nosso conhecimento", afirmou Merced, hoje presidente do IPN.

Para trazer luz sobre essa história, ela diz que o instituto planeja lançar ainda neste ano, em comemoração aos 250 anos do Cemitério dos Pretos Novos, dois livros de óbitos que trazem dados sobre o sepultamento dos escravizados enterrados no local.

"Tem alguns buracos, alguns anos que foram simplesmente apagados, mas conseguimos reunir dados de longos períodos sobre esses enterros. Esses livros que vamos lançar trazem o nome de quem mandou enterrar, de qual navio o escravizado chegou e de que porto ele veio. É um material rico, que vai permitir a realização de muitas pesquisas que vão revelar muitas histórias", disse.

Aeroporto de Porto Alegre retoma embarque no dia 15

PORTO ALEGRE O aeroporto internacional Salgado Filho, em Porto Alegre, voltará a receber operações de embarque, desembarque e check-in a partir de segunda-feira (15). A informação foi confirmada pela concessionária Fraport, que administra o local.

A liberação do prédio é parcial, e inclui apenas os terminais de passageiros no segundo e terceiro piso do aeroporto, não afetados diretamente pela elevação do lago Guaíba.

O pavimento térreo, onde a água atingiu 65 centímetros, teve a faxina concluída no fim de junho, mas ainda não tem prazo para reabertura. Os voos seguem acontecendo na base aérea de Canoas. O transporte entre o aeroporto e a base aérea será feito por ônibus disponibilizados pela Fraport.

O terminal provisório montado nas dependências do ParkShopping Canoas será desativado no domingo (14).

A conclusão da análise da pista do Salgado Filho deve ocorrer neste mês, e a expectativa é que seja divulgado um prazo mais preciso para a retomada completa do aeroporto. A previsão inicial é de reabertura na segunda quinzena de dezembro.

Em nota, a concessionária destaca que os passageiros devem estar no aeroporto ao menos 3 horas antes do horário do voo, e que o embarque é encerrado 1h30 antes da saída. Os passageiros não podem ir até a base para embarcar diretamente.

O check-in e despacho de bagagens vão ocorrer temporariamente na área do check-in internacional no segundo piso do terminal, que é acessado exclusivamente pela rampa externa.

Depois, os passageiros devem subir mais um andar rumo à área de embarque internacional, onde será feita a inspeção de segurança.

De acordo com a concessionária, foram realizados testes na linha de ônibus que vai conectar o aeroporto à base aérea em diferentes horários, e "nenhuma alteração relevante de horário foi constatada".

Carlos Villela


Área do aeroporto de Porto Alegre Carlos Macedo - 4.jun.24/Folhapress

Incêndio destrói exposição da Warner sobre cinema no Rio

RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO Um incêndio destruiu na madrugada desta terça-feira (9) uma exposição sobre cinema da Warner Bros na área externa do Shopping Nova América, em Del Castilho, zona norte do Rio. Ninguém ficou ferido.

Os bombeiros conseguiram controlar as chamas durante a madrugada e, depois do trabalho de rescaldo, finalizaram a ocorrência às 6h.

Era a primeira vez que a exposição ocorria no Rio de Janeiro. Dentro do espaço há salas com efeitos especiais, adereços e figurinos inspirados em filmes consagrados da Warner Bros., como Batman, Harry Potter e Senhor dos Anéis.

Montada no estacionamento do shopping Nova América, a Casa Warner tem 1.500 m². Toda a estrutura do pavilhão foi destruída.

Não houve visitação na segunda-feira (8) e não haveria nesta terça, pois a exposição só estava aberta ao público de quarta a domingo. Nesta terça, uma tarja incluída no site para a compra dos ingressos comunica que a exposição foi cancelada.

Lançada no dia 14 de junho, a Casa Warner funcionaria até o dia 31 de agosto. O shopping não informou se ela poderá ser recuperada no futuro, ou transferida de local.

Mulheres relatam maus-tratos depois de aborto espontâneo

Pacientes e especialistas apontam falhas no atendimento em hospitais no país

TODAS

Geovana Oliveira

SÃO PAULO Joyce Favacho, 28, nem sabia que estava grávida quando, em 2019, foi parar no Hospital Santa Casa, em Belém do Pará. Na noite anterior, ela havia encontrado coágulos de sangue na calcinha e algo que, entre eles, parecia uma membrana transparente. De manhã, enquanto ainda sangrava, disse para a recepcionista do hospital que estava sofrendo um aborto, mas não teve o acolhimento esperado.

Primeiro, precisou provar a gravidez. Depois, afirma ter sido tratada de forma brutal pelos profissionais que deveriam assisti-la, incluindo enfermeiros e técnicos de enfermagem. Quando foi realizar a curetagem, procedimento indicado para remover os restos do abortamento, não recebeu anestesia —prática que é considerada uma forma de violência obstétrica, afirma Mariana Prandini, pesquisadora de direitos da mulher e professora da Faculdade de Ciências Sociais da UFG (Universidade Federal de Goiás).

No Brasil, o aborto só é permitido em três situações — estupro, anencefalia do feto ou risco de vida para a mulher. Há relatos de especialistas e dados que indicam que, mesmo nos casos legais ou até espontâneos, o sistema de saúde pode se converter em um sistema de policiamento às mulheres.

Quando a jovem foi para a consulta, a médica pediu que ela tirasse a mão das partes íntimas, que usava para estancar o sangue. Nesse momento, ela diz ter ouvido a auxiliar de limpeza reclamar de mulheres que "sempre vêm nessa situação para cá". "Foi aí que percebi que achavam que eu tinha provocado."

Ela foi encaminhada para a curetagem. Sob supervisão de uma médica mais experiente, foi atendida por cinco residentes. Quando a aspiração começou, Joyce reclamou da dor intensa, e a supervisora informou aos alunos que eles haviam aplicado a anestesia errado, mas a operação iria continuar.

"Chorei durante o procedimento. Me marcou o sentimento de trauma pela forma como fui tratada", diz.

Em uma pesquisa publicada em 2022, Prandini categoriza as formas de violência obstétrica em casos de abortamento em violência física; omissão nos padrões de qualidade do atendimento; ameaças de criminalização ou efetiva criminalização; estigma e discriminação; e gaslighting (termo usado para quando a vítima é tida como "mentirosa").

A geógrafa Rebecca, 34 (o sobrenome foi omitido para preservar a identidade da personagem) sofreu algumas. Ela soube desde o início de sua gestação, em 2016, que tinha uma alta possibilidade de abortamento espontâneo. Quando percebeu um sangramento mais forte que o normal e cólicas, foi ao Hospital Central da Santa Casa de São Paulo.

A médica que a atendeu perguntou repetidamente "o que ela tomou". Ela disse que não havia tomado nada, e pediu um remédio para a dor que sentia. Rebecca então ouviu a médica dizer que não daria, pois se ela tivesse tomado algo e consumisse o remédio, poderia morrer.

"Comecei a gritar alto por ajuda até chegar um médico que me reconheceu de um atendimento anterior. Ele sentou comigo, pegou minha mão, pediu desculpa e explicou os procedimentos", diz.

Depois, passou três horas sem tomar um remédio para estancar seu sangramento até o médico visitá-la e confirmar um quadro anêmico.

"Os médicos homens foram muito solícitos. É horrível falar isso, mas as mulheres, não", lamenta Rebecca.

Tanto Rebecca quanto Joyce afirmam que não denunciaram os hospitais por medo de serem revitimizadas.

Procurada, a Santa Casa de São Paulo afirma, em nota, que "mesmo que ocorra uma suspeita de abortamento [ilegal] de forma insegura, a equipe multiprofissional é orientada a realizar o atendimento de forma profissional e imparcial, sem julgamentos".

A Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará, que gerencia o hospital em Belém, disse que "o acolhimento da paciente [Joyce] seguiu todas as diretrizes legais do Ministério da Saúde, com total assistência da equipe multiprofissional do hospital".

O misoprostol, indicado inicialmente para tratamento de úlcera, é usado para abortos legais no SUS (Sistema Único de Saúde). Antes dos remédios abortivos, as mulheres recorriam a métodos físicos, como inserir objetos no útero. Essas práticas, porém, denunciam as tentativas de encerrar a gravidez.

"Quando não é evidente o que ocorreu, começa-se um processo de tortura. Os relatos nos mostram isso", diz Prandini.

A Defensoria Pública de São Paulo relata o caso de A.P.L., 19, presa em flagrante após sofrer um aborto no banheiro de seu trabalho. O policial, no depoimento, disse que fez o flagrante no hospital, após ouvi-la dizer às enfermeiras que teria sofrido um aborto. Ela permaneceu internada com escolta policial até pagar fiança no valor de R$ 1.500 —quase o dobro de seu salário na época.

A enfermeira do caso falou em depoimento que A.P.L. passou mal e foi ao banheiro e lá sentiu algo saindo de dentro. Naquele momento, ela não sabia que se tratava de um feto.

A jovem negava saber que estava grávida e nenhum exame pericial comprovou que o aborto foi provocado. Apesar disso, ela foi denunciada em um processo que, desde a sua prisão em 2013 até o cumprimento final das condições impostas pelo juiz, durou quatro anos.

"A criminalização do aborto vai misturar o espaço da polícia com a própria saúde. E vai fazer com que mulheres que praticam aborto ilegal ou têm um aborto espontâneo comecem a se afastar da saúde por medo de violências ou de serem denunciadas", diz a defensora pública Paula Sant'Anna Machado de Souza.

Segundo ela, isso acontece porque o aborto ainda é tratado "nessa zona mista de crime, com culpabilização da vítima" por profissionais que veem o abortamento pelo viés da moralidade e da religião.

Em 2019, a professora Nathalye de Almeida Duarte, 31, chegou ao HMMR (Hospital da Mulher Mariska Ribeiro), no Rio de Janeiro, com manchas de sangue na perna. Ela estava grávida do namoro que tinha há cinco anos.

No hospital, a enfermeira pediu para que ela fosse ao banheiro para verificar se seu sangue era "de verdade".

Nathalye chora quando conta que precisou abaixar o short para a enfermeira fiscalizá-la.

Ela passou três dias indo ao hospital sem ser atendida, até expelir o feto no banheiro da unidade de saúde.

A direção HMMR afirma que não encontrou nenhum registro deste caso e que "o HMMR é uma unidade preparada para o cuidado humanizado à mulher".

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Anunciava a saideira no bar de jeito original

CARLOS DOS SANTOS MONTEIRO (1965 - 2024)

Paulo Eduardo Dias

SÃO PAULO Uma batida em um prato de bateria era o aviso de que a noite no Malta Rock Bar, no bairro Mirandópolis, zona sul de São Paulo, estava chegando ao fim. O som era um indicativo que havia chegado a hora de pedir a saideira. Amante de rock, Carlos dos Santos Monteiro, o Nenê, tinha incorporado em seu estabelecimento um ritual de pubs na Inglaterra que fecham com o aviso do sino.

"Ele fez isso porque tocava bateria e era uma forma diferente", relatou o jornalista Ricardo Batalha, 55, amigo há mais de 30 anos.

Eles se conheceram em meados dos anos 1980. Naquela altura, Nenê havia feito uma viagem para Portugal, onde havia comprado uma bateria azul da Tama, algo raro e caro para os padrões brasileiros.

Na mesma década, ele foi o responsável por criar um festival de música na Escola Estadual Alberto Levy, no Planalto Paulista, também na zona sul da capital.

Nenê foi baterista de algumas bandas, entre elas a de heavy metal Acmon.

O Malta Rock Bar foi aberto durante a pandemia. Apesar do momento difícil para o comércio, o negócio prosperou, realizando um sonho antigo de Nenê.

Fã de bandas como Rainbow, Dio, Black Sabbath, Iron Maiden, Queensrÿche e Deep Purple, Nenê contemplou o bar com quadros, e dava oportunidades para músicos e conjuntos nacionais se apresentaram.

Batalha conta que o Malta Rock Bar teve shows de artistas internacionais, como os americanos Jeff Scott Soto e Ron Keel, e os chilenos do Exxocet. Em um certo dia, recebeu o músico Andreas Kisser, guitarrista do Sepultura.

"Não importava se era amigo novo ou antigo, tratava todo mundo sem distinção. Tratava todo mundo como amigo", diz Batalha.

Segundo o jornalista, Nenê sempre gostava de estar antenado sobre o que tocava no momento e questionava os clientes sobre novidades de bandas no país.

Batalha afirmou que a esposa de Nenê, Luciana Rumi, foi muito importante na trajetória do bar.

"Ele não era só dono de um bar, ele tinha o lado fã. Ele também gostava, tocava cajón [instrumento de percussão peruano]. A chopeira fazia alusão a uma bateria. Eu que indiquei para alugar o imóvel do Malta", relembrou o jornalista.

"A gente vibrava com o sucesso dele, ele vibrava com o sucesso dos amigos. Não era aquele cara protocolar dono de bar."

O Malta Rock Bar fechava pouco depois da meia-noite. Por volta das 23h30 do dia 15 de junho, Nenê, de 58 anos, foi morto na entrada do bar. Ele deixa a mulher, Luciana.

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo:
tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha:
tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção:
folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.



A ministra Nísia Trindade participa de cerimônia sobre saúde e educação no Palácio do Planalto Pedro Ladeira - 4.jun.24/Folhapress

'Fomos em grande parte derrotados na vacinação de Covid', diz Nísia Trindade

SAÚDE PÚBLICA

Vinicius Sassine

BELÉM A ministra da Saúde, Nísia Trindade, disse na terça-feira (9) que é preciso assumir a derrota na vacinação contra a Covid-19, em razão de uma "desinformação criminosa" que tem sido "bem-sucedida" até agora.

Na mesma fala, a ministra deu uma explicação para o atraso do governo Lula (PT) na compra de vacinas adaptadas para a variante XBB e afirmou que não faltarão imunizantes.

"Nós fomos em grande parte derrotados na questão da vacinação contra a Covid, a gente tem de assumir isso", disse Trindade, em um painel durante a 76ª reunião anual da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), realizada em Belém, no campus da UFPA (Universidade Federal do Pará).

"Falar de derrota é um pouco forte, mas a gente tem de assumir que nessa vacina específica criou-se de fato uma percepção de risco da vacina maior do que o risco da doença. Temos de trabalhar isso para superar", afirmou a ministra.

Políticos como o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e seu entorno e milícias digitais atuaram contra a vacinação, tanto durante a pandemia quanto posteriormente. As campanhas feitas contrariam a ciência, que atesta a eficácia dos imunizantes, cruciais para a superação das fases mais críticas e letais da pandemia.

"Superamos a fase da pandemia, mas a Covid continua um problema de saúde pública. Precisamos pensar em outras estratégias, além de campanhas", disse Trindade. "A vacinação de crianças e adolescentes, que é um direito previsto no Estatuto [da Criança e do Adolescente], foi colocada como livre arbítrio. Liberdade democrática não significa supremacia de uma vontade individual em detrimento do coletivo."

O Ministério da Saúde adiou o início da campanha de vacinação contra a Covid em razão de atraso na compra de doses. Até agora, a pasta entregou menos de 10% das vacinas atualizadas contra a doença.

Segundo o ministério, houve repasse de 5,7 milhões de imunizantes atualizados desde o começo de maio. São vacinas adaptadas para a variante XBB. O plano é distribuir 70 milhões de doses até o fim do ano.

A campanha atual é voltada para pessoas com mais de 60 anos, com comorbidades, imunocromprometidos, profissionais de saúde, gestantes, puérperas, indígenas, quilombolas, profissionais que atuam no sistema carcerário, pessoas em privação de liberdade, adolescentes e jovens cumprindo medidas socioeducativas, pessoas em situação de rua e crianças de seis meses a cinco anos de idade.

"Houve muita controvérsia em torno dessa vacina do ponto de vista do prazo. Deveríamos ter comunicado melhor. A ideia de que houve um atraso ficou marcada no imaginário", disse Trindade.

Segundo ela, um pregão emergencial foi feito para um número menor de doses, e um segundo pregão está em fase de conclusão. "Não haverá falta de vacinas contra a Covid-19, a despeito da desinformação que acontece quanto a essas questões. No final deste mês já teremos condições de completar essa vacinação."

A ministra disse que a procura também é baixa pela vacina contra a dengue, e que aguarda o imunizante desenvolvido pelo Instituto Butantan, previsto em 2025.

Trindade citou a dengue como uma doença inserida num quadro de emergências climáticas, com incidência nunca vista e com extensão a países onde a doença não era uma realidade, como o Uruguai.



Fazendeiro ucraniano caminha depois que o vilarejo onde morava, Afanasiiivka, foi alagado em razão da explosão de uma represa Oleksii Filippov - 10.jun.23/AFP

Ucrânia reúne evidências de 'ecocídio' da Rússia na guerra

Kiev tem tentado documentar a destruição ambiental causada pelas tropas de Moscou no conflito

Clara Balbi

KIEV Desde o início da Guerra da Ucrânia, iniciativas que buscam documentar potenciais crimes cometidos pelas tropas russas vêm se multiplicando, na esperança de levar agressores ao banco dos réus.

Mas enquanto alguns esforços nesse sentido reverberaram no mundo inteiro, como as investigações acerca do massacre dos habitantes de Butcha, outros chamam menos a atenção. É o caso, por exemplo, da documentação dos danos da invasão russa ao meio ambiente ucraniano, que alguns descrevem como "ecocídio".

O conceito nasceu nos anos 1970, mas só ganhou uma definição três anos atrás, após uma reunião de juristas. Na época, o crime foi descrito como a decisão de se executar de "atos ilegais ou injustificáveis" mesmo se tendo ciência da grande probabilidade de que eles causariam "danos graves e amplos ou duradouros ao meio ambiente".

No Brasil, organizações de direitos humanos e líderes indígenas chegaram a usar o termo para se referir ao desmantelamento de políticas ambientais promovido pelo governo Jair Bolsonaro (PL).

Muitos ativistas defendem que o ecocídio seja incluído no Estatuto de Roma, o tratado fundador do TPI (Tribunal Penal Internacional), juntamente com o genocídio, os crimes contra a humanidade, os crimes de guerra e o crime de agressão. Ele se tornaria desse modo o "quinto crime internacional" sob o escopo de atuação da corte, o que permitiria à Ucrânia e a seus aliados denunciar autoridades envolvidas em agressões ao meio ambiente.

E os impactos dessas agressões são imensos —algo especialmente preocupante dado que a Ucrânia é um dos países com mais biodiversidade da Europa, abrigando representantes de cerca de 35% de todas as espécies do continente.

Um dos eventos mais exemplificativos dessa dimensão do conflito foi a explosão —que Kiev afirma ter sido intencional— de uma represa de Nova Kakhovka pelos russos em uma área ocupada de Kherson, no sul, em junho passado.

Dezenas de pessoas morreram e vilarejos inteiros foram alagados no incidente, que o próprio presidente ucraniano, Volodimir Zelenski, chamou de ecocídio. A poluição do solo e do oceano por algumas das substâncias arrastadas pelo fluxo da água, como pesticidas e óleos, é exemplo de um impacto ambiental com que gerações de ucranianos terão de lidar. Outras ocorrências mencionadas para fundamentar as acusações de que Moscou cometeu ecocídio são as mortes em massa de golfinhos no mar Negro, que alguns cientistas postulam serem resultado da intensa atividade militar na área; as invasões a instalações de energia atômica, como a usina nuclear de Zaporíjia, no sul, até hoje ocupada pelos russos, ou a planta desativada de Tchernóbil, perto da capital; e as explosões de refinarias de petróleo em cidades como Jitomir e Lviv.

A ONG ucraniana EcoAction criou uma base de dados para registrar todos esses potenciais crimes. Ela contabiliza 1.682 casos de agressões ao meio ambiente pelos invasores do início da guerra até 9 de maio, última data em que foi atualizada. O governo apresenta uma estimativa muito maior, de 5.257 agressões ao meio ambiente.

Dos danos, o mais difíceis de contabilizar são provavelmente aqueles causados ao clima. Oleksii Riabitchin, doutor em economia especializado em mudanças climáticas, integra uma equipe internacional que vem tentando justamente estabelecer uma metodologia para esses cálculos.

O objetivo da iniciativa é servir de base para uma legislação que obrigue Estados agressores a pagarem pela emissão adicional de gases poluentes nos territórios que invadiram.

Riabitchin, que é negociador da delegação ucraniana para a COP (conferência das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas) desde 2015, afirma que esses cálculos são complexos devido à longa cadeia de desdobramentos que uma guerra pode provocar.

Ele dá como exemplo as linhas áreas que, por causa das sanções contra a Rússia, precisam percorrer rotas de voo mais longas para não sobrevoar o território do país e, com isso, acabam por emitir mais carbono. "Na natureza, tudo está conectado", resume. "Quando se causa um dano à Ucrânia, isso significa muitos outros países sofrem."

Bohdan Kutchenko, cientista ambiental e integrante da EcoAction, ressalta ainda que, em diversas ocasiões, o conflito aprofunda e se sobrepõe aos desastres provocados pelas mudanças no clima.

Este seria o caso dos incêndios florestais. Eles já vinham destruindo áreas de vegetação cada vez maiores em razão dos verões mais secos. Mas essa destruição é potencializada pela guerra. O especialista afirma que a presença das forças russas dificulta ainda a contenção de danos. Matas fechadas, por exemplo, são perigosas para bombeiros em razão da grande quantidade de minas terrestres que escondem em seus solos.

Já áreas perto das linhas de frente das batalhas ou ocupadas pelos russos estão fora de alcance para os pesquisadores, o que impede que eles avaliem com a devida rapidez o grau de prejuízo causado por uma ou outra catástrofe ambiental. E, "à medida que o tempo passa, menos visíveis ficam essas consequências, e menores são as chances de avaliar precisamente os níveis de dano", completa.

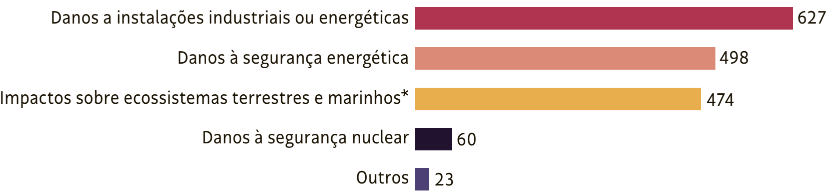
Kutchenko diz não acreditar que a inclusão do crime de ecocídio no Estatuto de Roma levaria a Rússia a interromper as agressões contra o meio ambiente ucraniano.

Ao mesmo tempo, pondera, "o reconhecimento do ecocídio é importante para o futuro, para mostrar que quem comete esses crimes será punido". "Esta é a nossa chance de mandar um recado para os futuros agressores e dizer que eles vão pagar pelos danos ao meio ambiente que cometerem", afirma ele.

A jornalista viajou a convite do Ministério das Relações Exteriores da Ucrânia

Impacto ambiental da Guerra da Ucrânia

Possíveis crimes ambientais cometidos pela Rússia desde invasão ultrapassam 1.500, segundo ONG



Tipo	Casos
Danos a instalações industriais ou energéticas	627
Danos à segurança energética	498
Impactos sobre ecossistemas terrestres e marinhos*	474
Danos à segurança nuclear	60
Outros	23

Ao menos 5 possíveis crimes ambientais atingiram o país por inteiro



* Inclui mortes de gado

Fonte: ONG EcoAction

2 milhões de toneladas de lixo plástico podem ir ao mar no Brasil

Fernanda Mena

SÃO PAULO Fragmentos de plástico, bitucas de cigarro, pedaços de isopor, tampinhas de garrafas plásticas e embalagens de delivery de alimentos. Esses são os cinco itens mais encontrados nos mares do Brasil durante as coletas amostrais que o projeto Blue Keepers, do Pacto Global da ONU, realiza periodicamente em quase 20 pontos do país.

Entre rios, mares, lagoas e manguezais, o projeto reuniu um inventário com 55 mil itens classificados por categoria de material e, quando possível, pela marca à qual o resíduo pertence. O plástico é o tipo de material mais presente. Estima-se que os oceanos tenham um estoque de 75 a 200 milhões de toneladas de resíduos plásticos.

"Os itens segregados geraram um banco de informações de quase 190 tipos de produtos que agora podem direcionar políticas públicas e investimentos", afirma a geógrafa Gabriela Otero, 40, gerente de resíduos e circularidade do Pacto Global da ONU no Brasil e coordenadora do Blue Keepers.

"Isso porque a gente consegue dizer para as empresas que determinado produto está problemático em certa região, na qual é preciso investir em infraestrutura de coleta e reciclagem, além do design e definição de materiais desses produtos. Quando o resíduo está valorizado, ele não vai parar no mar. O caminho dele é desviado para a reciclagem."

Segundo Otero, hoje 80% dos resíduos que circulam no mar têm origem continental. Às vezes, a centenas de quilômetros de distância do oceano.

*

Quais são os resíduos mais encontrados nas coletas? Do nosso ranking hoje, o item mais encontrado é o fragmento de plástico rígido ou mole. Produtos de limpeza, cosméticos, embalagem de salgadinho, de doce e de alimentos. São resíduos domésticos que entraram no corpo hídrico, sofrem degradação e se fragmentam. É um problema que não surgiu na praia. Depois vem a bituca de cigarro, o isopor de delivery e e-commerce, o pino plástico, que é usado em laboratório, mas que também é para vender cocaína, e a haste de cotonete.

Usa-se tanto cotonete assim? Recentemente conversamos com marcas que produzem cotonete e foi estarrecedor para elas saber que as hastes plásticas estão entre os resíduos mais encontrados nas coletas. O cotonete não é um objeto de consumo de praia, mas acontece que o consumidor joga cotonete no vaso sanitário, o que é errado.

Como os resíduos dos brasileiros vão parar no mar? Fizemos um diagnóstico da gestão de resíduos nas 5.570 cidades brasileiras, do que ia para aterro sanitário, do que vai para lixão e aterro controlado e colocamos geograficamente em variáveis naturais, como precipitação, proximidade da orla e de rios. Fizemos a projeção de que mais ou menos 3 milhões de toneladas de resíduos plásticos vão para o ambiente por ano. Disso, 2 milhões de toneladas têm alto risco de parar no oceano.

Qual é a relação entre o setor empresarial e o plástico nos oceanos? Os produtos que vão parar no oceano, via de regra, foram objetos de consumo produzidos por empresas. O papel do Pacto Global da ONU é o engajamento responsável e consciente dessas empresas pautadas em evidência e informação. O Blue Keepers reuniu essas informações para poder informar uma marca que identificou uma presença preocupante do seu produto nas coletas amostrais e que pode trabalhar com ela para desviar esse resíduo do oceano por meio de coleta seletiva, logística reversa, comunicação do produto e redesign da embalagem.

Qual é o papel dos consumidores? As pessoas deixaram de consumir o canudo e acham que já fizeram a sua parte e protegeram o oceano. Mal sabem elas que a quantidade de plástico que elas descartam está escapando do sistema de coleta, da cooperativa e indo para o mar. O primeiro elo da cadeia é o consumidor, que precisa consumir menos e descartar corretamente. Mas o poder público precisa acompanhar o mercado, e vice-versa porque tem uma variedade de produtos novos que chegam ao mercado em grande quantidade, mas que não têm reciclabilidade, e o poder público não dá conta.



Franceses observam o lançamento do foguete Ariane 6 em um telão montado na Cidade do Espaço, em Toulouse, nesta terça-feira (9) Valentine Chapuis/AFP

Agência Espacial Europeia volta ao espaço com o Ariane 6

Lançado do Centro Espacial da Guiana Francesa, veículo substitui o Ariane 5

Salvador Nogueira e Claudinei Queiroz

SÃO PAULO Na terceira tentativa, o foguete Ariane 6, da ESA (Agência Espacial Europeia), foi lançado às 16h04 (de Brasília) desta terça-feira (9) do Centro Espacial da Guiana Francesa, em Kourou. O sucesso do veículo, operado pela empresa Arianespace, representa o retorno da capacidade operacional europeia no serviço espacial.

Planejado para ser lançado em 2020, o foguete sofreu uma série de contratempos ao longo de seu desenvolvimento, como problemas técnicos, paralisação durante a pandemia de Covid-19 e mudanças no projeto. Após novo adiamento em 2023, a missão deu certo desta vez.

O Ariane 6 também confirma a aposentadoria de seu predecessor, o Ariane 5, que fez seu último voo no ano passado e foi responsável por 117 lançamentos entre 1996 e 2023, com cinco falhas.

A versão do foguete que foi ao espaço nesta terça, chamada Ariane 62, possui dois propulsores auxiliares de propelente sólido e é capaz de levar até 10,3 toneladas a uma órbita terrestre baixa. O foguete ainda possui uma versão mais potente, o Ariane 64, que no futuro poderá levar à órbita até 21,6 toneladas, capacidade de apenas ligeiramente maior que a do Ariane 5.

Como se tratava de um teste, o lançador transportou apenas satélites e experimentos de pequeno porte, produzidos por agências espaciais, universidades e empresas.

O Ariane 6 já tem 30 voos contratados, 18 dos quais para a gigante Amazon, que planeja a constelação de satélites de telecomunicação Kuiper para competir com a Starlink, da SpaceX.

O plano é passar cinco meses analisando os dados do primeiro voo e então realizar o primeiro lançamento comercial, no fim do ano. Para 2025, a Arianespace espera conduzir seis voos, depois oito em 2026, dez em 2027 e então atingir a cadência de nove anuais em 2028 e 2029.

"Um foguete completamente novo não é lançado com frequência, e o sucesso está longe de ser garantido. Foi um privilégio testemunhar este momento histórico quando a nova geração da família Ariane da Europa decolou —com sucesso— efetivamente reinstaurando o acesso europeu ao espaço", disse o diretor-geral da ESA, Josef Aschbacher.

Uma hora após o lançamento, o primeiro conjunto de satélites a bordo da Ariane 6 foi liberado do estágio superior e colocado em uma órbita a 600 km acima da Terra. Satélites e experimentos de várias agências espaciais, empresas, institutos de pesquisa, universidades e jovens profissionais foram incluídos neste voo inaugural.

Além do foguete, segundo a ESA, o lançamento demonstrou o funcionamento da plataforma de lançamento e das operações em solo no Spaceport da Europa, em Kourou. A nova zona de lançamento dedicada e personalizada foi construída pela agência espacial da França, a Cnes, e permite uma reciclagem mais rápida dos lançamentos da Ariane.

O primeiro estágio do novo foguete conta com uma versão aprimorada do motor Vulcain, usado no Ariane 5. Movido a hidrogênio e oxigênio líquidos, ele já tem uma longa história de sucesso.

Quanto aos propulsores auxiliares de propelente sólido, eles são essencialmente os mesmos já usados no foguete Vega-C, fabricado pela italiana Avio e destinado a lançamentos de pequeno porte.

Já o segundo estágio é o que traz as maiores novidades, com um novo motor, chamado Vinci, também movido a hidrogênio e oxigênio líquidos, capaz de se reacender diversas vezes, facilitando a entrega de satélites em órbitas diferentes na mesma missão.

O principal objetivo do novo lançador era restabelecer a capacidade perdida com a Ariane 5, mas custando consideravelmente menos que seu antecessor —a meta é uma redução de 40% no custo. Um voo do Ariane 5 custava por volta de US$ 175 milhões.

A pegadinha é que o programa também envolve um subsídio fornecido pela ESA para as operações de até US$ 365 milhões anuais, para preservar a autonomia europeia para lançamentos espaciais.

Uma escolha controversa no design do lançador foi descartar qualquer perspectiva de reutilização, indo na contramão do que tem feito a SpaceX. Segundo a ESA, esse esforço é desnecessário pela demanda limitada de lançamentos de grande porte.

Biólogo faz projeto de informação para combater a má fama de morcegos no Brasil

Letícia Naísa

SÃO PAULO Sorrateiro e silencioso, o personagem Batman é inspirado em um morcego. Assim como o animal silvestre, ele tem hábitos noturnos e se esconde em uma caverna. A popularidade do super-herói entre crianças é um dos motivos que faz com que morcegos sejam animais adorados na infância.

"Eles voam, vivem de cabeça para baixo, são noturnos e misteriosos", descreve Enrico Bernard, biólogo e professor do departamento de zoologia da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco). "Os adultos começam a botar medo nas crianças por falta de informação correta", afirma o pesquisador.

Associados à bruxaria, aos vampiros e a outras criaturas das trevas na ficção, morcegos são encarados com desconfiança também na vida real. É verdade que podem transmitir raiva e que alguns tipos de coronavírus circulam entre eles, e é daí que vem a má fama dos mamíferos.

Para combater essa má reputação e conscientizar as pessoas pela conservação dos morcegos, Bernard conduz oficinas de boas práticas no manejo de morcegos para agentes de controle agropecuário e de saúde.

A iniciativa começou em meados de 2023 e faz parte do Plano de Ação Nacional para Conservação de Cavernas (PAN Cavernas do Brasil), conduzido pelo Cecav (Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas), do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade).

Na conversa com seu público-alvo, Bernard conta alguns fatos interessantes sobre os morcegos. "Se você gosta de chocolate ou de tequila, por exemplo, você deve aos morcegos o controle de insetos-praga do cacau e a polinização da planta que é usada para produção da tequila [chamada de agave-azul]", conta o pesquisador. Além de ajudar na polinização, eles são predadores de muitas pragas agrícolas dessas plantações.

Para Bernard, os morcegos devem ser um foco de atenção nos estudos para prevenir uma próxima pandemia. "Eles voam e podem cruzar barreiras intransponíveis para outros animais, eles têm grande mobilidade, então, no monitoramento das populações está a chave para a prevenção", diz o biólogo.

Seja no ambiente urbano ou rural, o manejo deve ser cuidadoso para não dizimar as populações de morcegos, já que isso pode gerar um desequilíbrio ecológico. "Transmissão de raiva ligada a morcegos vampiros, por exemplo, deve ser encarada como desequilíbrio, pode indicar que eles estão perdendo seu habitat natural", aponta Bernard.

Os morcegos, segundo o pesquisador, são fiéis às suas fontes de alimento. Das 1.456 espécies conhecidas, apenas 3 se alimentam de sangue de outros animais. O resto consome frutas e pequenos insetos.

Os pesquisadores atentam para o fato de que nem sempre os morcegos são transmissores diretos de vírus aos humanos. De maneira geral, eles podem transmitir vírus para outros animais que podem contaminar as pessoas. Curiosamente, os animais não adoecem como os humanos quando carregam esses vírus.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
UASG 80011
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90021/2024

Objeto: Contratação, na forma continuada, de serviços de acessibilidade comunicacional, abarcando o uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras), nas manifestações públicas e nos diversos conteúdos divulgados pelo TRT 15. **Abertura do pregão: 24/07/2024, às 11h00. Local:** https://www.gov.br/compras/pt-br. Cadastramento de Propostas até a abertura do pregão. Informações: licita@trt15.jus.br Íntegra do edital: endereço eletrônico acima e site do TRT: https://docs.google.com/spreadsheets/d/18nxxrx5f5TjF0A_DbAOH4fTejFuvWDUWoxbeXpsJaB0/edit#gid=0&fvid=237527314

CIDADE DE SÃO PAULO — **SUBPREFEITURA ITAQUERA**

AVISO DE ABERTURA LICITAÇÃO

Processo SEI: **6041.2024/0002008-3** - Concorrência: **90008/SUB-IQ/2024**

Objeto: **Contratação de empresa especializada em engenharia para construção de sala multiuso, em área municipal localizada na Avenida Dr. Francisco Munhoz Filho, em frente ao Número 1.380, Itaquera, São Paulo - SP** - Data/hora da sessão pública: **24 de julho de 2024 às 09h30min** - LOCAL: **Subprefeitura Itaquera - Rua Augusto Carlos Bauman nº 851 - Itaquera** - As empresas interessadas em participar da Concorrência deverão consultar o sítio eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br e o Edital disponível: https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br.

CIDADE DE SÃO PAULO — **SUBPREFEITURA PARELHEIROS**

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Concorrência **nº 01/SUB-PA/2024** - Processo SEI **nº 6047.2024/0000707-1**

Objeto: **Contratação de empresa especializada de engenharia ou arquitetura para execução de obras de contenção de margens de córrego, pavimentação e serviços complementares, na Rua São Sebastião da Barra, altura do número 38 - Parque Amazonas - São Paulo - SP** - Data/hora da sessão pública: **25/07/2024 às 09:00 horas.** Download do edital: https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br e PNCP - Portal Nacional de Contratações Públicas - https://www.gov.br/pncp/pt-br e Portal de Compras do Governo Federal https://www.gov.br/compras/pt-br.

CIDADE DE SÃO PAULO — **SUBPREFEITURA CASA VERDE CACHOEIRINHA**

AVISO DE LICITAÇÃO

Concorrência Eletrônica Nº 90008/SUB-CV/2024 - Processo SEI **Nº 6033.2023/0003124-1**

Objeto: **Contratação de empresa especializada para revitalização de área municipal localizada na Av. Mariana Caligiori Ronchetti, Altura do 134 - Jardim Peri - São Paulo - SP, conforme especificações contidas no anexo I - termo de referência, deste edital** - Tipo **menor preço**, modo de disputa **aberto e fechado**, regime de execução **empreitada por preço unitário** e critério de julgamento **menor valor - Data e Hora da Sessão:** 29/07/2024 - às 10h00min - **Local:** A participação na presente licitação dar-se-á por meio de sistema eletrônico, pelo acesso ao site https://www.gov.br/compras - **UASG nº 925069**, nas condições descritas neste Edital - Download do edital: https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br - Seção Negócios - Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha - Coordenadoria de Administração e Finanças e pelo portal Compras.gov.br - https://www.gov.br/compras - Os pedidos de esclarecimentos e impugnações deverão ser solicitados EXCLUSIVAMENTE através do endereço de correio eletrônico: cplsubcv@smsub.prefeitura.sp.gov.br.

CIDADE DE SÃO PAULO — **CULTURA**

AVISO - ALTERAÇÃO

CHAMAMENTO PÚBLICO **nº 03/2023/SMC/LEIPAULOGUSTAVO** - Processo nº **6025.2023/0031872-5.**

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, reabre procedimento de chamamento público para **EDITAL DE REFORMA, RESTAURO E MANUTENÇÃO DE SALAS DE CINEMA DA CIDADE DE SÃO PAULO**, cujas inscrições estarão reabertas no período compreendido entre o dia **11/07/2024 até às vinte e três horas e cinquenta e nove minutos de 26/07/2024**. O presente edital tem por finalidade, conforme o Artigo 6º, Inciso II da Lei Complementar nº 195/2022, selecionar e apoiar projetos de reforma, restauro e manutenção de salas de cinema da cidade de São Paulo. A inscrição deverá ser realizada inteiramente online, sendo que o interessado deve ser inscrito virtualmente pelo portal: https://leipaulogustavo.prefeitura.sp.gov.br/.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
AVISO DE REABERTURA DE PRAZO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024-RP
PROCESSO SEI Nº 0001880-24.2024.4.03.8001

Comunicamos a reabertura de prazo da licitação supracitada, publicada no Jornal Folha de S. Paulo em 20/06/2024.
Objeto: Registro de preços para a aquisição de equipamentos de segurança para os agentes da polícia judicial da Justiça Federal.
Obtenção do novo edital: a partir de 10/07/2024, às 08h00, no endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br e https://web.trf3.jus.br/contas/Licitacoes
ou na Divisão de Compras e Licitações, situada na Avenida Paulista nº 1.842 - Torre Norte - 11º andar – Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01310-945.
Informações através dos telefones: (11) 3012-1072/3/4, das 13h00 às 19h00.
Recebimento das propostas: até 23/07/2024, às 13h00, no endereço eletrônico Portal de Compras do Governo Federal – www.gov.br/compras/pt-br.
Abertura das propostas: 23/07/2024, às 13h00.
São Paulo, 08 de julho de 2024.
LEONARDO BARBOSA MENDES - Pregoeiro

EDITAL DE LEILÃO EXTRAJUDICIAL - "Apartamento – Helbor Carpe Diem Bosque Maia" – Guarulhos/SP

BCO leilões

ROGÉRIO DAMÁSIO DE OLIVEIRA, Leiloeiro Oficial - JUCESP nº 1021, autorizado por TRUE SECURITIZADORA S/A, CNPJ. 12.130.744/0001-00, com sede na Avenida Santo Amaro, nº 48 - 2º Andar, conjuntos 21 e 22 - Vila Nova Conceição, cidade de São Paulo/SP, faz saber que, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514/1997, que instituiu a alienação fiduciária dos bens imóveis, realizará o leilão na modalidade exclusivamente ONLINE dos imóveis abaixo, em 1ª praça que terá início em 29/07/2024, a partir das 14:00 horas, encerrando-se em 02/08/2024 às 14:00 horas, caso os lances ofertados não atinjam o valor da avaliação na 1ª praça, a praça seguirá sem interrupção até às 14:00 horas do dia 19/08/2024 (2ª praça). Devedores fiduciantes: **LEONARDO AVILA (CPF. 320.030.418-93) E THABATA PATRICIA BOMFIM DOS SANTOS AVILA (CPF. 332.689.908-43).** Descrição do Imóvel: Apartamento nº 126, da Torre 2 - Matrícula 143.197 do 2º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Guarulhos/SP. Descrição completa: Apartamento nº 126, da Torre 2, localizado no 12º pavimento do empreendimento denominado Condomínio Helbor Carpe Diem Bosque Maia, situado na Rua Terceiro Sargento Francisco Luiz Roberto Boening, nº 80, no bairro Vila Progresso, na cidade de Guarulhos/SP, com área construída de uso privativo e exclusivo de 116,72 m², área comum de 85,08m², área total construída de 201,80m². Corresponde a esta unidade o coeficiente de proporcionalidade de 0,267985000% e fração ideal de 25,7558m², com direito ao uso de 2 (duas) vagas para veículos em área comum de uso indeterminado. (Contribuinte nº 083.82.45.0198.02.072). Lance Mínimo em **1º Leilão: R$ 1.072.856,51.** Lance Inicial em **2º Leilão: R$ 1.003.721,49.** Ônus e Gravames: Não consta na certidão de matrícula obtida em 12/06/2024. Nos valores de 2ª Praça estão incluídas as despesas (como prêmios de seguro, dos encargos contratuais, emolumentos, despesas de retomada e cobrança, ITBI e despesas com publicidade do presente Edital), já atualizadas até a data do leilão. Não obstante, cumpre ao interessado buscar eventuais outros débitos sobre o imóvel, inclusive condomínio e IPTU devidos até a data da alienação, os quais são de responsabilidade e pagamento pelo arrematante. Forma de pagamento: A venda será à vista, observado o direito de preferência do Devedor Fiduciante na arrematação do imóvel (Art.27, Parágrafo 2-B, Lei 9514/97), sem concorrência de terceiros, após a averbação da consolidação da propriedade fiduciária no patrimônio do credor fiduciário e até a data da realização do segundo leilão pelo valor da dívida acrescendo-se a comissão de 5% do leiloeiro. Condições Gerais: Os interessados deverão se cadastrar no site www.bcoleiloes.com.br e se habilitar antes do início do leilão. Os lances online e seus incrementos deverão estar de acordo com valores mínimos estabelecidos e concorrerão em igualdade de condições. A eventual desocupação do imóvel é de responsabilidade do arrematante. São ainda de responsabilidade do arrematante todas as despesas relativas à aquisição do imóvel no leilão, como, mas não se limitando ao pagamento de comissão do Leiloeiro de 5% (cinco por cento) sobre o valor de arrematação, que será realizado no ato da arrematação, despesas com Escritura Pública ou Particular com a Constituição de Alienação Fiduciária em Garantia, Imposto de Transmissão de Bem Imóvel (ITBI), eventuais foro, taxas, alvarás, certidões, emolumentos, IPTU e débitos com a Associação dos Moradores etc. Os imóveis serão vendidos no estado em que se encontram e sem qualquer garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações extrajudiciais eletrônicas e vistoriar o bem, não podendo o arrematante alegar desconhecimento das condições, características e estado de conservação. **As comunicações ao devedor fiduciante nos endereços físicos do contrato bem como eletrônico informando as datas, local e horário da praça foram enviadas na forma do artigo 27, Parágrafo 2º - A, da Lei 9.514/97.** Mais informações no escritório do leiloeiro ou através dos e-mails: contato@bcoleiloes.com.br e comercial@bcoleiloes.com.br. ROGÉRIO DAMÁSIO DE OLIVEIRA, Leiloeiro Oficial - JUCESP nº 1021.

CIDADE DE SÃO PAULO — **SUBPREFEITURA VILA MARIANA**

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO **Nº 90014 SUB-VM/2024 -** PROCESSO: **6059.2024/0002072-3.**
Tipo: **MENOR PREÇO** - OBJETO: **Aquisição de Bobina para impressora térmica.**
DATA DA SESSÃO: **12/07/2024 às 08H00MIN -** ENDEREÇO ELETRÔNICO: (https://www.gov.br/compras) - UASG nº **925092** - Id contratação PNCP: **49269236000117-1-000585/2024 -** Local: https://www.gov.br/compras - O termo de referência, o resultado da dispensa e os demais atos pertinentes também constarão do site https://www.gov.br/compras - Edital disponível: **https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br.**

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLICIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE POLICIA JUDICIÁRIA DA MACRO SÃO PAULO – DEMACRO
DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE GUARULHOS
"DR. ROBERTO MONTEIRO DE ANDRADE"

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PROCESSO SEI: 058.00056165/2024-10
PREGÃO ELETRÔNICO DSP. Grs. 90003/2024

INTERESSADO: DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE GUARULHOS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE INSUMOS DE INFORMÁTICA. Encontra-se aberto na DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE GUARULHOS, PREGÃO ELETRÔNICO do tipo MENOR PREÇO, DO MODO DE DISPUTA ABERTO, CONSOANTE Lei Federal nº 14.133/2021 destinado a aquisição de insumos de informática. A abertura da sessão pública será realizada dia 22/07/2024, às 09:00 horas; no endereço eletrônico www.gov.br/compras, data do início do prazo para envio de propostas eletrônicas dar-se-á a partir do dia 10/07/2024. Consulta ao edital e anexos poderão ser obtidos no endereço eletrônico www.doe.sp.gov.br. Esclarecimentos através do e-mail guarulhos.uge@policiacivil.sp.gov.br.

CIDADE DE SÃO PAULO — **EDUCAÇÃO**

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO: **90008/DRE-IQ/2024 -** PROCESSO SEI: **6016.2024/0084111-0.**
Tipo: **Menor Preço Global -** Modalidade: **Dispensa de Licitação.**
OBJETO: **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de controle de pragas urbanas, contemplando desratização, descupinização, desinsetização e assemelhados em caráter preventivo e corretivo das Unidades pertencentes à Diretoria Regional de Educação Itaquera -** Data/hora da sessão pública:**18/07/2024, às 08h00.**
Local: https://www.gov.br/compras/pt-br, no dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital.

CIDADE DE SÃO PAULO — **SUBPREFEITURA IPIRANGA**

COMUNICADO DE ABERTURA

Pregão eletrônico **Nº 90001/SUB-IP/2024 -** Processo SEI **Nº 6039.2024/0002644-7.**
Regime de execução: **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO -** Tipo: **MENOR PREÇO.**
OBJETO: **FORNECIMENTO DE 500 (QUINHENTOS) SACOS DE 28,5 K DE CONCRETO ENSACADO DE CURA RÁPIDA, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ANEXO 1 - TERMO DE REFERÊNCIA, DESTE EDITAL -** Local: **https://www.gov.br/compras/pt•br - UASG nº 925075 -** Data e Hora de Abertura: **23/07/2024 às 10h00 -** O caderno de licitação, composto de Edital e seus Anexos, poderão ser obtidos gratuitamente, via internet, no endereço eletrônico da Prefeitura do Município de São Paulo, mediante acesso ao site: NovoDOC - Diário Oficial Cidade de São Paulo (prefeitura.sp.gov.br)

SINDICATO DOS HOSPITAIS, CLÍNICAS, CASAS DE SAÚDE, LABORATÓRIOS DE PESQUISAS E ANÁLISES CLÍNICAS NO ESTADO DE SÃO PAULO, CNPJ nº 47.436.373/0001-73.
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Convocamos os representantes da categoria econômica de hospitais, clínicas, casas de saúde, laboratórios de pesquisas e análises clínicas filiadas e não filiadas ao **SINDHOSP** para comparecerem em **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA** a realizar-se em **16/07/2024**, **A ASSEMBLEIA OCORRERÁ NA SALA PLATAFORMA ZOOM DO SINDHOSP QUE DISPONIBILIZARÁ LINK DE ACESSO REMOTO PARA PARTICIPAÇÃO DOS ASSOCIADOS VIA INTERNET**, às **10h00** em 1ª convocação e, no caso de não haver quórum, a Assembleia será instalada às **10h30**, com qualquer número de representantes a fim de tratar da seguinte ordem do dia: **1)** autorizar o **SINDHOSP** a negociar com o Sindicato Profissional e defender judicialmente os interesses da categoria se suscitado Dissídio Coletivo, inclusive para arguir preliminares processuais nos termos do que garante a Constituição Federal e legislação vigente, em especial o que dispõe o art. 114, § 2º da CF; **2)** exame, discussão e votação da Pauta de Reivindicações apresentada pelo **SINDICATO DOS NUTRICIONISTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. DATA-BASE: 01/07; 3)** deliberar sobre a proposta conciliatória da categoria econômica e autorizar o **SINDHOSP** a instaurar Dissídio Coletivo, se necessário; **4)** debater e deliberar sobre a Contribuição Assistencial Patronal a ser estabelecida em caso de Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo. É importante a presença do Diretor ou Titular da Empresa. Credencie seu representante vinculado à categoria com poderes específicos. Participe e traga sua contribuição! Atenciosamente. **FRANCISCO ROBERTO BALESTRIN DE ANDRADE** - Presidente

---

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT
CNPJ/ME nº 60.633.674/0001-55

Cotação – Processo IPT Nº DL00398.2024 – RC95424.2024
OBJETO: Manutenções preventiva e corretiva no equipamento de câmara climática de marca: VISOMES PLUS - modelo: VCC 200 - nº de série: VCC 200-367/2009.

Cotação – Processo IPT Nº DL00400.2024 – RC99227.2024
OBJETO: Transporte de mobiliário do SINDIFRANCA para o IPT filial em Franca.

Cotação – Processo IPT Nº DL00395.2024 – RC99662.2024
OBJETO: Manutenção corretiva do veículo PEUGEOT/BOXER F350MH 23S.

Cotação – Processo IPT Nº DL00399.2024 – RC99461.2024
OBJETO: Prestação de serviço para inspeção das caldeiras similares em operação no campus do IPT.

Data Final para apresentação de proposta: 12.07.2024 até as 17:00h.
Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone/e-mail: (11) 3767-4039 - sonia@ipt.br - Departamento de Compras.

ipt INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS — SP SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

Lumape Participações Ltda.

CNPJ/MF nº 12.278.831/0001-09 - NIRE 35.234.000.529
Resolução de Sócia Datada de 10 de Julho de 2024

MBS Lazer Holding Ltda., sociedade empresária limitada unipessoal, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.079, conjunto 141A/141B, Sala G, Condomínio Edifício Torre João Salem, CEP: 01311-200, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.237.978.651 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.944.830/0001-80 ("MBS Lazer"), neste ato representada na forma do seu Contrato Social pelos seguintes diretores: (i) **Alexandre Rubio Teixeira Pinto,** brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF/MF sob o nº 286.395.488-11, portador da Cédula de Identidade RG nº 32.220.701-0, com endereço comercial na Avenida Paulista, n° 1.079, n° 141A/141B, Sala A, Condomínio Edifício Torre João Salem, Bela Vista, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01311-200; e (ii) **Renato Frade Borriello de Andrade,** brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF/MF sob o nº 35424616879, portador da Cédula de Identidade RG nº 36445869-0 SSP/SP, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.079, nº 141A/141B, Sala A, Condomínio Edifício Torre João Salem, CEP 01311-200, na qualidade de única sócia representando a totalidade do capital social da **Lumape Participações Ltda.,** sociedade empresária limitada unipessoal, com sede na cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo, na Rua Santana de Ipanema, nº 450, Sala 3, Cumbica, CEP 07220-010, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.234.000.529 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.278.831/0001-09 (a "Sociedade"), nos termos do artigo 1.078 da Lei nº 10.406/2002 ("Código Civil") e considerando a redução do capital social da Sociedade no valor de R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) formalizada por meio da resolução de sócia da Sociedade datada de 17 de maio de 2024 (conforme publicada no "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e no jornal "Folha de São Paulo" em 17 de maio de 2024) ("Redução - 5MM"), **Resolve,** neste ato: **(i)** aprovar, nos termos dos artigos 1.082, II e 1.084, a redução do capital social da Sociedade, por julgá-lo excessivo em relação às suas atividades, em até R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) (podendo ser um valor inferior a este), passando o capital social da Sociedade, que se encontra totalmente subscrito e integralizado, atualmente de R$ 97.508.482,40 (noventa e sete milhões, quinhentos e oito mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e quarenta centavos) (considerando a Redução - 5MM), para até R$ 77.508.482,40 (setenta e sete milhões, quinhentos e oito mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e quarenta centavos) (ou o respectivo valor aplicável, caso a redução seja num valor inferior a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais)), mediante restituição de capital à única sócia MBS Lazer, em moeda corrente nacional, e consequente redução do número de quotas da Sociedade de 52.168.113 (cinquenta e dois milhões, cento e sessenta e oito mil, cento e treze) quotas (considerando a Redução - 5MM) para até 41.467.893 (quarenta e um milhões, quatrocentas e sessenta e sete mil, oitocentas e noventa e três) quotas (ou o respectivo valor de quotas aplicável, caso a redução seja num valor inferior a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais)). A redução de capital só se tornará efetiva após o cumprimento das seguintes condições: (a) publicação do presente instrumento; e (b) decurso do prazo de 90 (noventa) dias, contados da data da publicação do presente instrumento, sem que tenha sido apresentada, pelos credores quirografários, oposição a essa deliberação ou, se tiver havido oposição, mediante a prova do pagamento e/ou depósito judicial dos valores devidos a tais credores, conforme estabelecido no artigo 1.084, §1º e §2º do Código Civil; e **(ii)** autorizar a administração da Sociedade a praticar todos e quaisquer atos, bem como a assinar todos e quaisquer documentos necessários para implementar e efetivar as deliberações tomadas por meio do presente instrumento perante todos e quaisquer órgãos, sejam estes públicos ou não. Em conformidade com o § 3º do Artigo 1.072 do Código Civil, as formalidades relativas à reunião de sócios foram dispensadas visto que todos os assuntos a serem decididos em reunião foram deliberados por escrito neste ato pela única sócia representando a totalidade do capital social da Sociedade. Guarulhos, 10 de julho de 2024. **MBS Lazer Holding Ltda. -** Por: Alexandre Rubio Teixeira Pinto e Renato Frade Borriello de Andrade - Cargo: Diretores.

MBS Lazer Holding Ltda.

CNPJ/MF nº 43.944.830/0001-80 - NIRE 35.237.978.651
Resolução de Sócia Datada de 10 de Julho de 2024

Merama Holding Brazil Ltda., sociedade empresária limitada unipessoal, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1079, nº 141A/141B, Sala 11 A, Condomínio Edifício Torre João Salem, CEP 01311-200, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.236.949.861 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 41.156.866/0001-73 ("Merama"), neste ato representada na forma do seu Contrato Social pelos seguintes diretores: (i) **Alexandre Rubio Teixeira Pinto,** brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF/MF sob o nº 286.395.488-11, portador da Cédula de Identidade RG nº 32.220.701-0, com endereço comercial na Avenida Paulista, n° 1.079, n° 141A/141B, Sala A, Condomínio Edifício Torre João Salem, Bela Vista, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01311-200; e (ii) **Renato Frade Borriello De Andrade,** brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF/MF sob o nº 35424616879, portador da Cédula de Identidade RG nº 36445869-0 SSP/SP, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1079, nº 141A/141B, Sala A, Condomínio Edifício Torre João Salem, CEP 01311-200, na qualidade de única sócia representando a totalidade do capital social da **MBS Lazer Holding Ltda.,** sociedade empresária limitada unipessoal, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1079, conjunto 141A/141B, Sala G, Condomínio Edifício Torre João Salem, CEP 01311-200, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na JUCESP sob o NIRE 35.237.978.651 e inscrita no CNPJ/MF sob o n° 43.944.830/0001-80 (a "Sociedade"), nos termos do artigo 1.078 da Lei nº 10.406/2002 ("Código Civil") e considerando a redução do capital social da Sociedade no valor de R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) formalizada por meio da resolução de sócia da Sociedade datada de 17 de maio de 2024 (conforme publicada no "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e no jornal "Folha de São Paulo" em 17 de maio de 2024) ("Redução - 5MM"), **Resolve,** neste ato: **(i)** aprovar, nos termos dos artigos 1.082, II e 1.084, a redução do capital social da Sociedade, por julgá-lo excessivo em relação às suas atividades, em até R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) (podendo ser um valor inferior a este), passando o capital social da Sociedade, que se encontra totalmente subscrito e integralizado, atualmente de R$ 133.904.242,00 (cento e trinta e três milhões, novecentos e quatro mil, duzentos e quarenta e dois reais) (considerando a Redução - 5MM), para até R$ 113.904.242,00 (cento e treze milhões, novecentos e quatro mil, duzentos e quarenta e dois reais) (ou o respectivo valor aplicável, caso a redução seja num valor inferior à R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais)), mediante restituição de capital à única sócia Merama, em moeda corrente nacional, e consequente redução do número de quotas da Sociedade de 133.904.242 (cento e trinta e três milhões, novecentas e quatro mil, duzentas e quarenta e duas) quotas (considerando a Redução - 5MM) para até 113.904.242 (cento e treze milhões, novecentas e quatro mil, duzentas e quarenta e duas) quotas (ou o respectivo valor de quotas aplicável, caso a redução seja num valor inferior a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais)). A redução de capital só se tornará efetiva após o cumprimento das seguintes condições: (a) publicação do presente instrumento; e (b) decurso do prazo de 90 (noventa) dias, contados da data da publicação do presente instrumento, sem que tenha sido apresentada, pelos credores quirografários, oposição a essa deliberação ou, se tiver havido oposição, mediante a prova do pagamento e/ou depósito judicial dos valores devidos a tais credores, conforme estabelecido no artigo 1.084, §1º e §2º do Código Civil; e **(ii)** autorizar a administração da Sociedade a praticar todos e quaisquer atos, bem como a assinar todos e quaisquer documentos necessários para implementar e efetivar as deliberações tomadas por meio do presente instrumento perante todos e quaisquer órgãos, sejam estes públicos ou não. Em conformidade com o § 3º do Artigo 1.072 do Código Civil, as formalidades relativas à reunião de sócios foram dispensadas visto que todos os assuntos a serem decididos em reunião foram deliberados por escrito neste ato pela única sócia representando a totalidade do capital social da Sociedade. São Paulo, 10 de julho de 2024. **Merama Holding Brazil Ltda. -** Por: Alexandre Rubio Teixeira Pinto e Renato Frade Borriello de Andrade - Cargo: Diretores.

HOSPITAL GERAL DE SÃO MATEUS DR. MANOEL BIFULCO
COMUNICADO DE LICITAÇÃO

Acha-se aberto, no setor de licitação, na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90091/2024 do tipo menor preço**, referente ao **Processo nº 024.00056268/2024-02**, cujo objeto é a **Aquisição de insumos - (haste p/ hig. Oral e monitor de limpeza).** A data da abertura do certame será no dia **23/07/2024 às 09h00min**, através do sistema www.comprasnet.gov.br. O edital na íntegra com anexos encontra-se à disposição dos interessados para consulta e obtenção no site www.gov.br/pncp.

CIDADE DE SÃO PAULO — **CULTURA**

AVISO - ALTERAÇÃO

CHAMAMENTO PÚBLICO **nº 02/2023/SMC/LEIPAULOGUSTAVO -** Processo n° **6025.2023/0030236-5.**

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, reabre procedimento de chamamento público para **EDITAL DE APOIO A CINECLUBES, CINEMA ITINERANTE E SALAS DE CINEMA EM ESPAÇOS CULTURAIS PERIFÉRICOS DA CIDADE DE SÃO PAULO**, cujas inscrições estarão reabertas no período compreendido entre o dia **11/07/2024 até às vinte e três horas e cinquenta e nove minutos de 26/07/2024**. O presente edital tem por finalidade, conforme o Artigo 6º, Inciso II da Lei Complementar nº 195/2022, apoiar projetos de funcionamento operacional de cineclubes, cinemas itinerantes e salas de cinema em espaços culturais periféricos na cidade de São Paulo. A inscrição deverá ser realizada inteiramente online, sendo que o interessado deve ser inscrito virtualmente pelo portal: https://leipaulogustavo.prefeitura.sp.gov.br/

CIDADE DE SÃO PAULO — **FAZENDA**

COMUNICADO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico **nº 90014/2024 -** Processo SEI **Nº 6017.2024/0017459-4**
OBJETO**: Contratação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva nos sistemas de Monitoramento CFTV e Controle de acesso, do imóvel sede da Secretaria Municipal da Fazenda, com fornecimento de peças e mão de obra sem ônus adicional para a Contratante, conforme exigências estabelecidas no Termo de Referência -** Local: https://www.gov.br/compras/pt-br/ - UASG**: 925011 -** Data e hora da abertura da sessão pública**: 25/07/2024 às 10h00 -** MODO DE DISPUTA**: Aberto e Fechado -** CRITÉRIO DE JULGAMENTO**: Menor Preço Total Anual.**
EDITAL**:** O Edital consta no documento SEI 106333881, e poderá ser consultado também gratuitamente no site: https://www.gov.br/compras/pt-br/.

CIDADE DE SÃO PAULO — **SUBPREFEITURA PARELHEIROS**

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Concorrência **nº 02/SUB-PA/2024,** Processo Administrativo SEI nº **6047.2024/0000731-4**
Objeto: **Contratação de empresa especializada de engenharia ou arquitetura para revitalização e reurbanização de área pública - Estrada da Barragem a Varginha, 1553 - Barragem - São Paulo - SP.** A abertura do certame ocorrerá no dia **01/08/2024 às 09:00 horas.**
Concorrência **nº 03/SUB-PA/2024 -** Processo Administrativo **SEI nº 6047.2024/0000745-4**
Objeto: **Contratação de empresa especializada para realização de obras de contenção de talude em área de risco, drenagem, pavimentação e serviços complementares - Rua Jane Vanine Capozi e Rua Helenira Rezende de Souza Nazareth - Parada Cinquenta e Sete - Parelheiros - São Paulo - SP.** A abertura do certame ocorrerá no dia **02/08/2024 às 09:00 horas -** Os editais e seus anexos poderão ser adquiridos por meio da Internet pelos sítios: Diário Oficial - https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br e PNCP - Portal Nacional de Contratações Públicas - https://www.gov.br/pncp/pt-br e Portal de Compras do Governo Federal https://www.gov.br/compras/pt-br.

CPTM - Companhia Paulista de Trens Metropolitanos
CNPJ 71.832.679/0001-23

CONVOCAÇÃO
69ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Convocamos os Acionistas da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária no dia 15/07/2024, às 15h00 a ser realizada na Rua Boa Vista, 162, 6º andar, São Paulo, SP, para apreciação e deliberação da seguinte ordem do dia:

1 – Nomeação de empresa especializada para emissão de Laudo de Avaliação Contábil, nos termos do Artigo 8º da Lei nº 6.704/76.

São Paulo, 04 de julho de 2024.

ALEXANDRE AKIO MOTONAGA
Presidente do Conselho de Administração

CPTM — Secretaria dos Transportes Metropolitanos — SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

Nautika Comercial de Artigos para Lazer Ltda.

CNPJ/MF nº 08.712.193/0001-15 - NIRE 35.221.227.376
Resolução de Sócia Datada de 10 de Julho de 2024

Lumape Participações Ltda., sociedade empresária limitada unipessoal, com sede na cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo, na Rua Santana de Ipanema, nº 450, Sala 3, Cumbica, CEP 07220-010, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.234.000.529 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.278.831/0001-09 ("Lumape"), neste ato representada na forma do seu Contrato Social pelos seguintes diretores: (i) **Gabriela Megda de Assunção Morato,** brasileira, casada, comunhão parcial de bens, empresária, inscrita no CPF/MF sob o nº 370.037.298-14, portadora da cédula de identidade RG nº 30.164.012-9, residente na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dionísio da Costa, 47, apartamento 141, CEP 04117-110; e (ii) **Renato Frade Borriello de Andrade,** brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF/MF sob o nº 35424616879, portador da Cédula de Identidade RG nº 36445869-0 SSP/SP, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1079, nº 141A/141B, Sala A, Condomínio Edifício Torre João Salem, CEP 01311-200, na qualidade de única sócia representando a totalidade do capital social da **Nautika Comercial de Artigos para Lazer Ltda.,** sociedade empresária limitada unipessoal, com sede na cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo, na Rua Santana de Ipanema, nº 597, Cumbica, CEP 07220-010, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.221.227.376 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.712.193/0001-15 (a "Sociedade"), nos termos do artigo 1.078 da Lei nº 10.406/2002 ("Código Civil") e considerando a redução do capital social da Sociedade no valor de R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) formalizada por meio da resolução de sócia da Sociedade datada de 17 de maio de 2024 (conforme publicada no "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e no jornal "Folha de São Paulo" em 17 de maio de 2024) ("Redução - 5MM"), **Resolve,** neste ato: **(i)** aprovar, nos termos dos artigos 1.082, II e 1.084, a redução do capital social da Sociedade, por julgá-lo excessivo em relação às suas atividades, em até R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) (podendo ser um valor inferior a este), passando o capital social da Sociedade, que se encontra totalmente subscrito e integralizado, atualmente de R$ 31.510.000,00 (trinta e um milhões, quinhentos e dez mil reais) (considerando a Redução - 5MM), para até R$ 11.510.000,00 (onze milhões, quinhentos e dez mil reais) (ou o respectivo valor aplicável, caso a redução seja num valor inferior à R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais)), mediante restituição de capital à única sócia Lumape, em moeda corrente nacional, e consequente redução do número de quotas da Sociedade de 31.510.000 (trinta e um milhões, quinhentas e dez mil) quotas (considerando a Redução - 5MM) para até 11.510.000 (onze milhões, quinhentas e dez mil) quotas (ou o respectivo valor de quotas aplicável, caso a redução seja num valor inferior à R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais)). A redução de capital só se tornará efetiva após o cumprimento das seguintes condições: (a) publicação do presente instrumento; e (b) decurso do prazo de 90 (noventa) dias, contados da data da publicação do presente instrumento, sem que tenha sido apresentada, pelos credores quirografários, oposição a essa deliberação ou, se tiver havido oposição, mediante a prova do pagamento e/ou depósito judicial dos valores devidos a tais credores, conforme estabelecido no artigo 1.084, §1º e §2º do Código Civil; e **(ii)** autorizar a administração da Sociedade a praticar todos e quaisquer atos, bem como a assinar todos e quaisquer documentos necessários para implementar e efetivar as deliberações tomadas por meio do presente instrumento perante todos e quaisquer órgãos, sejam estes públicos ou não. Em conformidade com o § 3º do artigo 1.072 do Código Civil, as formalidades relativas à reunião de sócios foram dispensadas visto que todos os assuntos a serem decididos em reunião foram deliberados por escrito neste ato pela única sócia representando a totalidade do capital social da Sociedade. Guarulhos, 10 de julho de 2024. **Lumape Participações Ltda. -** Por: Gabriela Megda de Assunção Morato e Renato Frade Borriello de Andrade - Cargo: Diretores.

CIDADE DE SÃO PAULO — **SAÚDE**

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

A **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE** torna públicas as licitações abaixo. Os pregões serão realizados pela plataforma COMPRAS.GOV. Os editais poderão ser consultados e/ou obtidos pelo WWW.COMPRAS.GOV.BR ou pelo Painel de Negócios da PMSP, endereço https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=negocios_pesquisar

PROCESSO**: 6018.2024/0054700-0 -** PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90502/2024-SMS.G**
Tipo menor preço - Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE AGULHAS PARA ANESTESIA.** A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h30min, do dia 23 de julho de 2024**, a cargo da **4ª CPL/SMS.**

PROCESSO: **6018.2024/0053006-0** - PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90505/2024-SMS.G**
Tipo menor preço - Objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO: CURETA TIPO GREY**. A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h, do dia 22 de julho de 2024**, a cargo da **3ª CPL/SMS.**

PROCESSO: **6018.2024/0019170-2** - PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90504/2024-SMS.G**
Tipo menor preço - Objeto: **registro de preços para o fornecimento de kit dreno de sucção tipo jackson pratt/blake com dreno de 10 french; kit dreno de sucção tipo jackson pratt/blake com dreno de 15 french e kit dreno de sucção tipo jackson pratt/blake com dreno de 19 french**. A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h00min do dia 22 de julho de 2024,** a cargo da **5ª CPL/SMS.**

PROCESSO: **6018.2023/0078806-5** - PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90506/2024-SMS.G**
Tipo menor preço - Objeto: **aquisição de videocolposcópio com monitor e aquecedor de fluidos, contemplando entrega e manutenção durante o período da garantia, para o Hospital Municipal Dr. Carmino Caricchio, vinculado a esta Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo**. A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h00min do dia 24 de julho de 2024**, a cargo da **10ª CPL/SMS.**

PROCESSO: **6110.2024/0007024-7** - PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90503/2024-SMS.G**
Tipo menor preço - Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE OPME PRÓTESE TOTAL DE QUADRIL COMPATÍVEL COM INSTRUMENTAL PARA VIA ANTERIOR NECESSÁRIOS AO ATENDIMENTO DE CIRURGIAS NA ESPECIALIDADE DE ORTOPEDIA, PARA O PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.** A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **9h, do dia 22 de julho de 2024,** a cargo da **8ª CPL/SMS.**

PROCESSO: **6018.2024/0014913-7** - PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90507/2024-SMS.G**
Tipo menor preço - Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO À TERAPIA DO BANHO DE LEITO EM PACIENTES ACAMADOS EM SUAS RESIDÊNCIAS E QUE ESTÃO ASSISTIDOS PELO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, COM FORNECIMENTO DE PRODUTO (SABONETE) E EQUIPAMENTOS EM COMODATO**. A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h00min do dia 24 de julho de 2024,** a cargo da **16ª CPL/SMS.**

PROCESSO: **6110.2023/0007185-3** - PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90508/2024-SMS.G**
Tipo menor preço - Objeto: **contratação de empresa especializada, para modernização de elevador, incluindo projeto executivo, com construção de casa de máquinas incluso sistema de exaustão, instalação de quadro de comando para o elevador, instalação de sistema de acionamento hidráulico, quadros de comando, sistema de segurança, cabines em acabamentos em aço inox, operadores de portas, troca de portas de pavimentos e cabines, infraestrutura elétrica, civil e mecânica, com limpeza geral, prestação de serviço com fornecimento de materiais, insumos necessários para a modernização, instalação de sistema de iluminação, exaustão e pintura na casa de máquinas, construção de alvenaria, instalação de telha trapezoidal e retirada/descarte de todo material antigo/entulho/maquinário do elevador para o H.M. Dr. Ignácio Proença de Gouvêa, subordinado À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.** A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h00min do dia 25 de julho de 2024,** a cargo da **16ª CPL/SMS.**

PROCESSO: **6018.2024/0028475-1** - PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90509/2024-SMS.G**
Tipo menor preço - Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS MANIPULADOS III**. A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h00min do dia 23 de julho de 2024**, a cargo da **5ª CPL/SMS.**

esporte

ESPORTE AO VIVO | **16h** Holanda x Inglaterra Eurocopa, CAZÉTV | **19h** Vasco x Corinthians Brasileiro, PREMIERE | **21h** Uruguai x Colômbia Copa América, GLOBO/SPORTV

Velocista que cresceu com asma corre para superar Bolt em Paris

Noah Lyles demonstra confiança para bater marcas históricas e ser o grande nome dos Jogos Olímpicos

Marcos Guedes

SÃO PAULO Kevin Lyles e Keisha Caine Bishop eram estrelas do atletismo universitário dos Estados Unidos, mas não imaginavam que o mais velho de seus três filhos seguiria seus passos. O garoto Noah Lyles sofria com uma asma severa que o fazia respirar com dificuldade e ter uma tosse aguda, cujo som era semelhante a um latido. Ele não podia ter brinquedos de pelúcia, que poderiam acumular poeira e agravar a situação.

Aquele menino hoje tem 26 anos e é o maior velocista do mundo. Cheio de personalidade, fala em superar marcas de Usain Bolt, corredor histórico que defendeu a Jamaica em quatro Olimpíadas, promete ao menos três medalhas de ouro nos Jogos de Paris e realmente tem boa chance de ser o grande nome da edição 2024 do megaevento.



Lyles tem metas ambiciosas Patrick Smith - 29.jun.24/Getty Images via AFP

"Eu definitivamente vou ganhar minha primeira medalha olímpica em Paris", afirmou, em recente entrevista à revista Time. E a segunda? "Com certeza." E a terceira? "Eu, com certeza, vou ganhar três." Quatro? "Essa é discutível!", gargalhou, com um sorriso que não foi visto em Tóquio, nos Jogos de 2020, realizados em 2021 por causa da pandemia do novo coronavírus.

Lyles chegou ao Japão como o campeão mundial dos 200 m rasos, mas não estava em seu melhor momento. Primeiro, deu demonstrações de cansaço pelas viagens e a distância de sua família, na Flórida. Em seguida, sofreu com o isolamento na pandemia. Então, em maio de 2020, ocorreu o assassinato de George Floyd, homem negro morto por um policial em Mineápolis. "Eu ficava constantemente pensando: 'Poderia ser eu'", disse.

O velocista norte-americano passou, então, a tomar antidepressivos, dos quais depois se distanciou para retornar às competições. Conseguiu bons tempos em 2021 e desembarcou em Tóquio como o claro favorito nos 200 m, porém sentiu dores no joelho, teve dificuldade de competir sem público —por causa da pandemia— e obteve um bronze considerado decepcionante.

"Eu estava motivado pela metade. Parecia que eu tinha entrado em uma sala vazia e que me falaram: 'Lute'", afirmou. Ele completou a prova em 19s74, atrás do canadense Andre De Grasse, ouro, e do norte-americano Kenneth Bednarek, prata. Então, chorou, falou sobre suas dificuldades com a saúde mental e lamentou que não tinha a companhia do irmão Josephus, também velocista, que não se classificou para os Jogos.

Noah hoje chama a aquela medalha de sua maior e revê constantemente a corrida no YouTube, embora com alguma dor. "É fisicamente muito difícil apertar o botão 'play'. Mas, a cada vez que assisto ao vídeo, fico pensando: 'É, não sou mais aquele cara'", contou.

O atleta passou a trabalhar com a psicóloga do esporte Diana McNab e assegura estar em um momento diferente agora. Um dos exercícios é a redação de um roteiro sobre cada parte de uma corrida, do aquecimento à chegada.

Tem funcionado. O falante Lyles esbanja confiança e vem de resultados expressivos. No último Mundial de atletismo, em Budapeste, em 2023, conquistou a medalha de ouro nos 100 m, nos 200 m e no revezamento 4 x 100 m. É nessas provas que promete triunfar também em Paris. O quarto ouro, aquele "discutível", depende de ele ser escalado para a equipe dos Estados Unidos no revezamento 4 x 400 m.

Cumprir as ambiciosas metas na França seria mais uma virada para o garoto que sofria com asma, antes de achar a medicação que lhe permitiu respirar confortavelmente. Mas seus dentes ficaram descoloridos —ele crê que por causa dos remédios— e sofreu com o bullying na escola. "Eles eram impiedosos. Era uma pancada emocional, isso realmente te destrói."

O jovem conseguiu refúgio na arte e no esporte, juntando essas duas paixões quando desenhou o uniforme de seu time de atletismo no ensino médio. E, no fim das contas, tornou-se um atleta de altíssimo rendimento, que fala em superar Usain Bolt—o norte-americano tem 19s31 como melhor marca nos 200 m, contra 19s19 do ídolo jamaicano.

"Sim, por que não? É o meu plano. Eu tenho a personalidade, eu tenho a velocidade, eu sei dar um espetáculo."



Raio-X

Nome: Noah Lyles

Idade: 26 anos

Nascimento: Gainesville (EUA)

Altura: 1,80 m

Participações olímpicas: uma (Tóquio-2020, com bronze nos 200 m)

Principais resultados não olímpicos: seis medalhas de ouro e uma de prata em Mundiais

Treinador de time feminino do AM é preso sob suspeita de injúria racial

SÃO PAULO Hugo Duarte, treinador do JC Futebol Clube, do Amazonas, foi preso sob suspeita de ter cometido crime de injúria racial contra a zagueira Suelen Santos, do Bahia, na noite de segunda-feira (8), após partida do Campeonato Brasileiro feminino da Série A2, a segunda divisão, realizada no estádio de Pituaçu, em Salvador.

Ao fim do jogo, um empate por 0 a 0 que classificou o Bahia às semifinais e garantiu seu acesso à primeira divisão, a comemoração acabou em confusão. Suelen disse ter sido alvo de ofensas racistas proferidas por Duarte, que foi levado preso em flagrante.

De acordo com o G1, suspeito, vítima e testemunhas foram levados à Central de Flagrantes, onde o caso foi registrado. Até a conclusão desta edição, Duarte permanece sob custódia.

A defesa do treinador não foi localizada pela reportagem, mas seu clube se manifestou por meio das redes sociais. Disse estar averiguando a situação e afirmou ser um time contra o preconceito.

"O JC Futebol Clube AM, repudia qualquer ato de racismo ou injúria racial contra qualquer pessoa", publicou a equipe amazonense.

"O clube juntamente com seu jurídico está averiguando todas informações necessárias dos acontecimentos para realizar os procedimentos cabíveis para que não haja informações infames ou caluniosas que prejudiquem quaisquer que sejam os envolvidos", acrescentou o JC.

Já a jogadora, também por meio das redes sociais, citou a Constituição.

"A Constituição Brasileira delineia o direito de ser tratado como igual perante os demais membros da sociedade, sem distinção de etnia e raça. Entretanto, lamentavelmente, ontem, na partida que garantiu o tão esperado acesso para a elite do futebol brasileiro, fui submetida ao ato de racismo praticado pelo criminoso treinador do time adversário, que utilizou de mecanismo de opressão para inferiorizar minha negritude", disse a atleta.

"A naturalização que foi proferida mais de uma vez pela expressão racista 'macaca' tenta silenciar a minha figura como mulher preta no esporte, porém o ato denúncia é a arma que tenho para combater o racista. Agradeço às minhas companheiras, à minha família e ao Bahia por todo o suporte e o acolhimento", acrescentou.

O Bahia, por sua vez, chamou o episódio de lamentável.

"O que deveria ser uma noite apenas de comemoração pelo acesso das Mulheres de Aço à elite do futebol brasileiro acabou manchado por episódio lamentável no estádio de Pituaçu. Ao final da partida, a zagueira tricolor Suelen foi alvo de ofensa racial praticada pelo treinador da equipe adversária no gramado", publicou o clube.

No ano passado, o presidente Lula (PT) sancionou a lei que equipara injúria racial ao crime de racismo, aumentando a pena para dois a cinco anos de prisão. O crime é inafiançável e imprescritível.



ESPANHA VIRA JOGO CONTRA A FRANÇA E AVANÇA À DECISÃO DA EUROCOPA
A Espanha saiu atrás da França, em um gol de cabeça marcado por Kolo Muani, mas buscou a virada ainda no primeiro tempo, em finalizações de Lamine Yamal, de apenas 16 anos, e Dani Olmo; com a vitória por 2 a 1, espera na decisão da Eurocopa o vencedor do confronto entre Holanda e Inglaterra, que medem forças nesta quarta-feira (10) Miguel Medina/AFP

É preciso gostar mais da bola

Brasil fica pouco com ela; há tempos predominam lances individuais, isolados

Tostão
Cronista esportivo, participou como jogador das Copas de 1966 e 1970. É formado em medicina

Não houve surpresas nos empates do Brasil contra Colômbia e Uruguai. São três seleções do mesmo nível. A Argentina é a melhor. Da mesma forma, há pouca diferença entre as melhores seleções europeias e entre as principais da Europa e as da América do Sul.

Os jogos da Eurocopa são mais agradáveis de ver do que os da Copa América porque os europeus se preocupam menos em tumultuar, fazer faltas e parar o jogo. A grande superioridade dos europeus ocorre somente entre os melhores times porque eles contratam os principais jogadores sul-americanos.

Após o empate entre Brasil e Colômbia por 1 a 1, o ótimo e lúcido zagueiro Marquinhos disse que faltou à seleção brasileira ficar mais com a bola. Contra o Uruguai, ficou menos ainda. Isso ocorreu nos dois jogos por causa da marcação por pressão dos adversários e porque o meio-campo do Brasil não teve talento para sair dessa marcação. O time abusou das bolas longas da defesa para o ataque.

Nas duas partidas, Paquetá não sabia se jogava ao lado ou próximo de Bruno Guimarães e de João Gomes ou se atuava mais perto dos atacantes. Não fez uma coisa nem outra. Não foi meio-campista nem meia-atacante. A história se repete, pois a seleção teve o mesmo problema com Tite no Mundial de 2022.

O Brasil fica pouco com a bola e troca poucos passes. Há tempos predominam na seleção as estocadas, os lances individuais, isolados. Quando o time enfrenta adversários frágeis, como o Paraguai na Copa América, os pontas, meias e atacantes hábeis e dribladores deitam e rolam. Porém, contra fortes rivais, as dificuldades são enormes pela falta de uma melhor elaboração de jogadas no meio-campo. Isso ocorre há décadas.

Independentemente da formação tática, o Brasil precisa gostar mais da bola, os atletas precisam compartilhá-la com os companheiros. O jogo é coletivo. O futebol brasileiro parece uma representação da sociedade individualista do país.

Quem gosta demais da bola é a Espanha, finalista da Eurocopa após vencer a França por 2 a 1. É uma equipe bastante coletiva, que troca muitos passes, comandada no meio-campo com extrema regularidade e talento por Rodri. O garoto Lamine Yamal, que fará 17 anos nos próximos dias, marcou um belíssimo gol, no estilo Estevão, do Palmeiras. Na véspera, Yamal fez o dever de casa para a escola em que estuda na Espanha.

A seleção brasileira, mesmo com deficiências individuais e coletivas, é uma das candidatas a ganhar novamente a Copa do Mundo por causa do equilíbrio técnico. Existem esperanças de que melhore a maneira de jogar, que alguns jovens evoluam bastante, como Estevão e Endrick, que Neymar volte em boas condições físicas e técnicas e que as pessoas que trabalham no futebol, em diferentes atividades, dentro e fora de campo, tenham mais sabedoria, que vai muito além de informação e padronização.

É preciso gostar mais da bola, tratá-la com carinho. É fundamental também divertir-se com ela, como faz Vinicius Junior. A sua fantasia transita pelo espaço imaginário entre a brincadeira e a seriedade.

A bola deve ter surgido antes da roda. A forma esférica sempre fascinou as pessoas e está presente na natureza. Dizem que o formato da bola foi inspirado nos estudos de Leonardo da Vinci sobre as formas esféricas. O químico britânico Harold Kroto recebeu o Prêmio Nobel em 1966 pela descoberta de uma nova fórmula molecular do carbono (fulereno), que tem o formato de uma bola.

Segundo a teoria do Big Bang, a vida começou como uma bola de fogo. O mundo é uma bola.

NORMALITAS

Susana Bragatto
folha.com/normalitas

Barcelona eliminará apartamentos turísticos em 2028

BARCELONA (ESPANHA) Chega o verão na costa mediterrânea e é sempre a mesma história.

Além das andorinhas, aterrissam em Barcelona os turistas. Muchos, demasiados, saindo pelos bueiros junto cos ratinhos veraniegos do Raval.

Depois do hiato da pandemia, movidas talvez por uma vontade de superar a mágoa do confinamento forçado, as multidões se multiplicaram, com o perdão do multitarismo. O que antes era 'poxa, tá meio chato isso' virou, entre muitos de nós, moradores, puro desespero, com preços exorbitantes no mercado e no aluguel, filas intermináveis e superlotação no transporte público.

Pois esse cenário, tão comum quanto previsível nos meses de férias e, na real, o ano inteiro, em breve pode mudar —pelo menos um pouquinho.

No final de junho, o prefeito de Barcelona, Jaume Collboni, anunciou medidas drásticas para conter uma das consequências mais graves da exploração turística desenfreada: a falta de moradia e os preços exorbitantes de aluguel e compra de imóveis.

Na prática, até 2028 serão extintos todos os apartamentos de aluguel de curta temporada da cidade. As 10 mil licenças oficiais atualmente em vigor não serão renovadas, e nenhuma nova será cedida.

"Esses 10 mil imóveis serão utilizados por residentes da cidade ou serão postos à venda ou para aluguel", disse Collboni.

Medidas drásticas, mas necessárias. Segundo dados da própria prefeitura, o preço dos aluguéis subiu quase 70% na última década, e o de compra disparou quase 38%.

A época do verão leva esse encarecimento ao paroxismo. Não só por causa dos turistas, mas também por conta da invasão de estudantes, que chegam na cidade pra aproveitar as férias antes de começar o ano letivo em setembro.

Toda essa gente, claro, tem que dormir em algum lugar. Tcharaaam! Entram em cena os apartamentos de temporada —e saem os moradores, acabrunhados com a alta de preços, o vai e vem de vizinhos desconhecidos e a sinfonia de festinhas mais o barulho de "TRA TRA TRA" de maletas com rodinhas nas calçadas às 3 da manhã. Eu vivi essa exata situação em diferentes bairros de Barcelona.

No último apartamento onde morei, em uma zona residencial afastada do centro, plaquinhas de empresas de aluguel turístico davam um ar de hotel ao lobby do andar do edifício antigo. Coladas à minha parede, eu escutava diariamente todas as línguas: gritaria de famílias italianas, soirées de adolescentes francesas, brisa cannabística e bachata nas alturas de jogadores de hóquei americanos etc etc. Histórias verídicas, todas.



Manifestantes atiram água com pistolas em protesto contra turismo de massa em Barcelona Bruna Casas - 6.jul.2024/Reuters

As medidas anunciadas pela prefeitura de Barcelona tiveram grande repercussão, mas muitos ainda as consideram insuficientes para frear as consequências da crescente invasão turística.

No sábado (6), uma manifestação com cerca de 3.000 moradores percorreu o bairro da Barceloneta e outras zonas turísticas da cidade para protestar contra a massificação turística.

Com cartazes como "vizinhos em perigo de extinção", "tourists, go home" e "os ônibus para o bairro, não para o seu safári", associações de vizinhos, ecologistas, movimentos civis e sindicatos chamaram a atenção para um dos problemas mais dramáticos da cidade nos últimos anos: o brutal encarecimento do custo de vida.

Em seu manifesto, os organizadores propõem um "plano de 'decrescimento' turístico", e alertam que o problema vai além da moradia.

Segundo eles, o modelo monoeconômico baseado no turismo massivo "gera dependência de uma indústria altamente volátil".

Durante a pandemia, quando a cidade ficou fechada pro turismo, houve um princípio de debate da questão. A capivara foi puxada pela então prefeita Ada Colau, ela mesma uma ativista de movimentos civis associados à defesa da moradia democrática.

"Nem mesmo a regulamentação contundente do aluguel de temporada, nem a extinção do aluguel turístico poderiam, por si sós, mudar essa dinâmica [do turismo massivo]", alertaram os manifestantes. "É preciso parar e reverter o processo de turistização", focando na "diversificação da economia".

Além de insuficiente, a extinção dos apartamentos turísticos em Barcelona, se não for acompanhada de outras estratégias, pode também sair pela culatra.

Menos apartamentos turísticos não necessariamente se traduzirá em menos turistas.

Na mesma semana em que anunciou as novas medidas, por exemplo, o prefeito sinalizou que poderá flexibilizar a construção de hotéis no centro —algo limitado por gestões anteriores, exatamente para conter a massificação da zona.

Por outro lado, o Airbnb não se manifestou ainda, mas a Apartur (Associação de apartamentos turísticos de Barcelona) já expressou em comunicado que a eliminação dos apartamentos de temporada é "um erro que conduzirá a um aumento de pobreza e desemprego" e à disseminação de apartamentos turísticos ilegais.

O governo espanhol, que esta semana também anunciou medidas para conter a crise imobiliária no país, manifestou todo seu apoio a Collboni.

"Se trata de realizar todos os esforços necessários para garantir o acesso a uma moradia acessível", disse a ministra espanhola de Habitação, Isabel Rodríguez, em suas redes sociais.

Entre as propostas do Ministério, instituições privadas de ensino poderão ser obrigadas a oferecer alojamentos para estudantes. Além disso, comunidades de vizinhos terão poder de veto na hora de permitir ou não atividades econômicas no condomínio.

A Espanha é o terceiro maior destino turístico do mundo e o primeiro país escolhido por estudantes de intercâmbio financiados pelo programa Erasmus da União Europeia.



ALPINISTA DESAPARECIDO HÁ 22 ANOS É ENCONTRADO MUMIFICADO EM MONTANHA DO PERU
O corpo do alpinista americano William Stampfl foi achado a uma altitude de 5.200 metros com as roupas em bom estado Polícia Nacional do Peru/via AFP

ACERVO FOLHA
Há 50 anos
10.jul.1974

Primeiro-ministro de Portugal pede renúncia

O primeiro-ministro de Portugal, Adelino da Palma Carlos, apresentou a sua renúncia ao presidente do governo provisório do país, António de Spínola.

Sobre o motivo, Palma Carlos limitou-se a dizer para os jornalistas que enviou uma carta a Spínola explicando a decisão.

Outros quatro ministros também deixaram seus cargos: Vasco Vieira de Almeida (Coordenação Econômica), Mário Firmino Miguel (Defesa Nacional), Joaquim Magalhães Mota (Administração Interna) e Francisco Sá Carneiro (adjunto do primeiro-ministro).

Os renunciantes pertencem a partidos de centro ou são independentes.



FOLHA DE S. PAULO
Alguns sustos e tremores
Grave crise no governo de Portugal

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

Limites da matemática computacional

Após esforço de quatro décadas, pesquisadores calcularam 5º 'castor atarefado'

Marcelo Viana
Diretor-geral do Instituto de Matemática Pura e Aplicada, ganhador do Prêmio Louis D., do Institut de France

Na semana passada, uma notícia um pouco misteriosa agitou o mundo da matemática computacional: um grupo de pesquisadores anunciou que tinha, finalmente, conseguido calcular o 5º "castor atarefado" e o seu valor é 47.176.870. Foi o culminar de um esforço envolvendo centenas de especialistas ao longo de mais de quatro décadas. Mas para entender essa história precisamos remontar ainda mais no tempo, até 1936.

Nesse ano, o matemático britânico Alan Turing (1912–1954) propôs um modelo matemático do conceito de computador, que logo foi chamado "máquina de Turing". As máquinas de Turing executam cálculos lendo e escrevendo zeros (0) e uns (1) numa fita de comprimento infinito dividida em células quadradas, por meio de um dispositivo de leitura e escrita que interage com uma célula de cada vez.

Cada máquina de Turing tem seu próprio programa, ou seja, suas próprias regras sobre como o cálculo deve ser realizado. Um exemplo: "se a célula contém 1, substitua esse valor por 0, mova a fita uma célula para a esquerda e consulte a regra B; se a célula contém 0, mova a fita uma célula para a direita e consulte a regra A". Há uma regra especial que determina quando a máquina para de calcular: voltarei a ela daqui a pouco.

Turing provou que todo e qualquer cálculo pode ser realizado por uma máquina de Turing, desde que se disponha de tempo suficiente (comparadas com os computadores eletrônicos construídos a partir de meados do século 20, máquinas de Turing são bem lentas).

Mas existe um problema fundamental: certas máquinas de Turing não calculam nada, porque o programa delas entra em círculo e não para nunca. Então, quando um cálculo está demorando muito, como podemos saber se é porque é longo —e só temos que esperar— ou porque não vai parar mesmo? Essa questão é conhecida na teoria da computação como "halting problem" (problema da paragem).

Ora Turing também provou que esse problema não tem solução: não existe nenhum procedimento objetivo capaz de decidir se uma máquina de Turing qualquer é do tipo que para ou do tipo que não para.

Visando contornar esse fato de alguma forma, em 1962, o matemático húngaro Tibor Radó (1895–1965) propôs o conceito de "castor atarefado": para um número fixado k de regras no programa, qual é o tempo máximo CA(k) que uma máquina de Turing (do tipo que para) pode ficar operando antes de parar? A ideia é que se tivermos uma máquina de Turing com k regras e após CA(k) operações ela não tiver parado, então sabemos que não vai parar nunca.

Continuarei este tema na semana que vem.

ilustrada

Imitação da vida

Dirigida e estrelada por Bete Coelho, peça reinventa 'As Lágrimas Amargas de Petra von Kant', o melodrama central na carreira trágica do cineasta Rainer Werner Fassbinder



As atrizes Luiza Curvo e Bete Coelho em cena da peça 'Petra', que encena clássico de Rainer Werner Fassbinder Luiza Ananias/Divulgação

Gustavo Zeitel

SÃO PAULO O cineasta e dramaturgo alemão Rainer Werner Fassbinder usava a imagem de uma casa para descrever a sua obra, composta por dezenas de filmes e peças. Uma delas, "As Lágrimas Amargas de Petra von Kant", que estreou em 1971, correspondia ao quarto de sua construção, um cômodo de natureza íntima.

No ano seguinte, seis meses após a estreia nos palcos, Fassbinder levou o texto às telonas e transformou o espectador em um voyeur da permanente tensão, provocada pelo artista, entre as linguagens do cinema e do teatro. O longa se tornou, mais tarde, um clássico da sétima arte.

Sob o título de "Petra", a obra volta agora à cena, no teatro Cacilda Becker, em São Paulo, num espetáculo concebido pela Cia. BR116, com direção de Gabriel Fernandes e Bete Coelho, premiada atriz que vive a personagem principal. "Teatro não é passatempo. É um assunto necessário", diz ela. "Não faço peças para ficar rebolando ou para eu me envaidecer. O meu teatro é de companhia."

Na história, Petra von Kant é uma estilista de alta-costura que passa o tempo todo em seu quarto, dando ordens para a assistente Marlene, interpretada por Lindsay Castro Lima. Ali, ela recebe as amigas Sidonie, papel de Clarisse Kiste, e Karin, personagem de Luiza Curvo, por quem descobre ter uma paixão avassaladora.

No quarto, ela ainda é surpreendida pela presença da filha, Gabriele, vivida pela estreante Miranda Diamant Frias, e trava embates com a sua mãe, Valerie, papel de Renata Melo.

"Gosto muito de dançar, o que facilita muito. E, quando minha mãe dirigiu a peça 'Escute as Feras', passei a gostar mais de teatro do que gostava antes", diz Diamant Frias, lembrando a última montagem teatral liderada pela mãe. Ela é filha da editora Fernanda Diamant com o jornalista Otavio Frias Filho, que dirigiu este jornal até sua morte, há seis anos, e também foi dramaturgo, autor de peças como "Rancor", de 1993, e "Don Juan", de 1995.

Na montagem, a cenografia, assinada por Daniela Thomas e Felipe Tassara, é formada por espelhos, uma das marcas do cinema do diretor alemão, e deixa à mostra a estrutura das coxias do teatro. Se Fassbinder usava os espelhos para refletir as identidades dos personagens, a nova peça materializa, no jogo de reflexos, a experiência claustrofóbica enfrentada por Von Kant.

"Ao se passar num único ambiente, a história mostra que uma só pessoa pode ser boa e ruim ao mesmo tempo. Não tem vilão e mocinha", diz Curvo. No palco, o ambiente se completa com uma cama e um carrinho de bebidas.

Ao longo do tempo, a cena teatral do país viu algumas encenações do texto. A mais célebre, é certo, foi estrelada por Fernanda Montenegro, há quase cinco décadas, com um elenco que ainda tinha Renata Sorrah. Foi um dos maiores êxitos de toda a carreira de Fernanda.

Um dos principais nomes do novo cinema alemão, Fassbinder iniciou a sua trajetória como diretor de peças do Action-Theater, de Munique. Cioso com a crescente influência do novo diretor, um dos integrantes do grupo resolveu destruir o edifício.

De todo modo, a instituição foi reformada pelo próprio Fassbinder, sendo rebatizada como Antiteatro. Com o nome, Fassbinder já anunciava o tom crítico do trabalho desenvolvido pela trupe, incluindo no palco os segmentos marginalizados da sociedade. Ele mesmo era bissexual e, devasso, morreria, aos 37 anos, vítima de uma overdose.

Nas primeiras peças, seu estilo de direção se assemelhava àquele do cinema, com marcações rigorosas e a estaticidade dos atores nos quadros.

Continua na pág. C4

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

NA CARA DO GOL

A cerca de duas semanas para o início dos Jogos Olímpicos de Paris, os brasileiros já compraram 57 mil ingressos para ver as competições, de acordo com números atualizados pelo Comitê Olímpico do Brasil (COB).

GOL 2 O futebol (surpresa nenhuma) foi o esporte mais procurado, com 12.927 tickets adquiridos por brasileiros. Em seguida vêm o vôlei (11.651), o vôlei de praia (5.284), o tênis (4.313), o basquete (4.121), o atletismo (2.675) e o handebol (2.470).

LANTERNA Na lanterna, com apenas 5 ingressos vendidos para brasileiros, ficou o triatlo.

LOTAÇÃO MÁXIMA O público brasileiro deve desaparecer na multidão que chegará a Paris para os jogos. No total, os organizadores das Olimpíadas disponibilizaram 10 milhões de ingresso para o mundo todo.

SALEIRO Os preços variam, mas no geral são salgados.

SALEIRO 2 Os ingressos para ver uma das primeiras rodadas do futebol masculino custam entre 24 e 70 euros (cerca de R$ 140 e R$ 410, respectivamente). Na final, eles não saem por menos de 80 euros (cerca de R$ 469) e podem chegar a 300 euros (R$ 1.759).

SALEIRO 3 Quem quer ver as rodadas preliminares de vôlei precisará desembolsar a partir de 35 euros (R$ 205), chegando a até 140 euros (R$ 820). Acompanhar uma das partidas da semifinal também sai mais caro: entre 85 euros (R$ 498) e 280 euros (R$ 1.641).

SALEIRO 4 O bilhete mais em conta para a fase de grupos do basquete custa 24 euros (R$ 140) e o mais caro, 150 euros (R$ 879). Já os acessos para ver a disputa pela medalha de ouro da modalidade podem chegar a 520 euros (R$ 2.989).

LISTA A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados enviou um ofício ao grupo de trabalho (GT) que analisa o projeto de regulamentação da reforma tributária em que defende a manutenção do modelo de Imposto Seletivo (IS), apelidado de "imposto do pecado", sobre tabaco e bebidas alcoólicas e açucaradas.

LISTA 2 O colegiado pede a inclusão de alimentos ultraprocessados na lista. O modelo cria uma taxa extra para produtos e serviços considerados prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. Na lista também estão as apostas esportivas.

LISTA 3 O relatório preliminar da reforma deverá ser votado nesta quarta (10). O projeto recebeu ao menos 18 emendas.

OLHO VIVO Um grupo de 12 associações de moradores das zonas Sul e Oeste da capital paulista acionou o Ministério Público contra as mudanças aprovadas pela Câmara Municipal de São Paulo na revisão da Lei de Zoneamento.

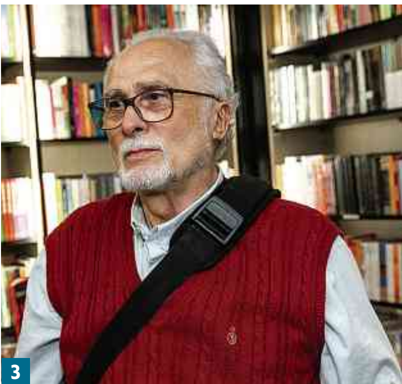
NAS ALTURAS Com as alterações, alguns dos bairros mais valorizados da cidade poderão ganhar regras de ocupação que permitem a construção do maior tipo de prédio possível na capital. As mudanças precisam ser sancionadas pelo prefeito Ricardo Nunes.

PRATELEIRA



Fotos Ronny Santos/Folhapress





O jornalista Luís Costa Pinto **1** recebeu convidados no lançamento do seu mais novo livro, "O Procurador", na Livraria Drummond, em São Paulo, na semana passada. Na obra, ele narra os bastidores da atuação de Augusto Aras como procurador-geral da República, de 2019 até 2023. O advogado e professor da USP Otavio Rodrigues **2** e o ex-deputado e ex-presidente do PT José Genoino **3** marcaram presença no evento

SET O cineasta Hélio Goldsztejn iniciou as filmagens de um documentário sobre a artista Amelia Toledo, morta em 2017. Primeiro do gênero a se debruçar sobre a vida da paulistana, o longa reunirá depoimentos originais e abordará a versatilidade de sua obra.

SET 2 "Amelia nunca foi reconhecida como deveria, apesar de ter obras no país e no exterior. Agora, anos após a sua morte, ela encanta o público", afirma Goldsztejn.

PORTAS ABERTAS Sede do Governo de São Paulo, o Palácio dos Bandeirantes recebeu, entre abril e junho deste ano, 1.555 visitantes na mostra "São Paulo: Terra, Povo e Trabalho". O número é 170% maior que o registrado no mesmo período do ano passado, quando 577 pessoas passaram pelo local.

PORTAS 2 A mostra, que ficará em cartaz até o final de 2024, reúne obras de mais de cem artistas como Anita Malfatti, Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, Djanira e Alex Flemming. Os visitantes são acompanhados por educadores.

FONE A apresentadora Giovanna Nader estreia no próximo dia 16 a segunda temporada do podcast "O Veneno Mora ao Lado", em que discute o uso de agrotóxicos no Brasil. Serão disponibilizados ao todo quatro episódios, em que ela entrevista pesquisadores, produtores rurais e ambientalistas sobre o assunto.

ORA, POIS A Associação Portugal Brasil 200 anos (APBRA) e a Unesp (Universidade Estadual Paulista) vão promover na próxima quinta-feira (11) o evento "Cidadania da Língua" na Casa de Portugal, em São Paulo. O escritor e gestor cultural José Manuel Diogo, colunista da **Folha**, dará uma palestra no encontro.

com Bianka Vieira, Karina Matias e Manoella Smith



Os atores Alex Huszar, Juliana Araujo e Maristela Chelala em 'A Filha Perdida' Julio Aracack/Divulgação

'A Filha Perdida', sobre dores da maternidade, tem adaptação teatral

Após virar filme, livro de Elena Ferrante estreia nos palcos com um retrato das relações complexas entre mães e filhas

Cristina Camargo

SÃO PAULO "Como pode um peixe vivo viver fora da água fria?" A tradicional cantiga brasileira, entre seu tema marítimo e a síntese característica desse tipo de assunto, embala a montagem de "A Filha Perdida", peça baseada no livro da italiana Elena Ferrante que também já virou filme pela Netflix, com Olivia Colman no papel principal.

A música apareceu na dramaturgia quando a atriz Juliana Araujo estava com os pés na areia, numa viagem, e vislumbrava a encenação após anos de preparação para a montagem, idealizada e protagonizada por ela, Maristela Chelala e Alex Huszar.

"É uma canção emblemática. Tem a ambiguidade da maternidade que o livro trata. É uma música de ninar e ainda fala de algo forte", diz Araujo.

Em cartaz no Sesc Bom Retiro, em São Paulo, a peça começou a ser pensada em 2017, quando a atriz leu o livro de Ferrante. Ela ainda cursava a Escola de Arte Dramática, a EAD, da Universidade de São Paulo, e tinha se tornado mãe.

No livro, lançado em 2006, Leda, uma professora universitária aproveita sozinha as férias no litoral da Itália e entra em contato com uma barulhenta família napolitana. Ao observar Nina, jovem mãe de uma menina, sempre acompanhada de uma boneca, Leda reflete sobre os conflitos da própria maternidade e a relação difícil com a mãe.

O universo de Araujo se encontrou com o da escritora. Na fase da EAD, a atriz levava a filha recém-nascida para as aulas noturnas. Não queria perder a oportunidade de mudar de profissão, após dez anos atuando como jornalista. Ela também teve uma relação difícil com a mãe.

As idas e vindas entre o presente e as memórias estão na obra literária e no espetáculo, com as atrizes se revezando nos papéis de mãe e filha, em um jogo cênico comovente.

Está ali o desejo das mulheres de serem vistas como pessoas, não apenas como funções, inclusive após a maternidade. É como se uma saísse do corpo da outra e reconhecesse as dificuldades e as belezas da condição feminina, entre dores e amores.

Instigantes, os sons escolhidos para a montagem contribuem para a atmosfera. Além de atuar nos papéis masculinos, Alex Huszar assina e executa a trilha sonora ao vivo, a partir de um computador e com o uso de sintetizadores.

A trilha tem, além de "Peixe Vivo", uma música de David Bowie e uma de Marina Lima e Arnaldo Antunes, "Grávida". Inclui também ruídos que remetem ao cenário marítimo, ao choro de crianças e ao caos da fase inicial da maternidade. Projeções visuais e um cenário com poucos objetos e luz quente completam o clima, que alterna entre aconchego e estranheza.

O governo Bolsonaro, a segunda gravidez de Araujo e uma negociação com o escritório que representa Ferrante preencheram o período entre a ideia da peça e a estreia.

Para viabilizar o trabalho, a idealizadora da montagem conseguiu um acordo em que os direitos autorais foram liberados para que o projeto fosse apresentado a editais e o pagamento pela obra viria depois. Em meio às conversas, surgiu o filme, o que ajudou a tornar a trama conhecida.

A atriz acreditava que seria uma mulher solta no mundo e não pensava em casar e ter filhos. Também não planejava escrever um texto dramatúrgico com pontos de encontro com a sua realidade. No entanto, hoje mãe de duas filhas e totalmente envolvida pela história, não viu outro caminho a não ser o de adaptar ela mesma o livro para os palcos.

"É como contar a minha história através dessa", ela diz. "Parece a chance de ressignificar o passado com arte, da forma mais bela possível."

A Filha Perdida

Dir.: Fernanda Castello Branco e Paula Weinfeld. Com: Juliana Araujo, Maristela Chelala e Alex Huszar. Sesc Bom Retiro - al. Nothmann, 185, São Paulo. 16 anos. Sex. e sáb., às 20h. Dom. e feriados, às 18h. Até 28 de julho. R$ 15 a R$ 50, em sesc.org.br



Os atores Vera Zimmermann e Tiago Martelli em ensaio fotográfico para a peça 'Mãe e Filho' João Pacca/Divulgação

Peça de Jon Fosse expõe tensão entre mãe e filho

Protagonizado por Vera Zimmermann e Tiago Martelli, texto versa sobre o distanciamento familiar e o abismo existencial

Cristina Camargo

SÃO PAULO O jorro nervoso de palavras da mãe, em contraponto às respostas monossilábicas do filho, revelam na peça "Mãe e Filho" duas pessoas que lidam com um abismo existencial enquanto tentam uma conexão e confrontam as próprias vivências.

Ela é uma funcionária pública bem-sucedida na Noruega, que teve um filho indesejado e o deixou aos cuidados dos pais para estudar e construir a carreira profissional. O filho pensa que talvez fosse melhor não ter nascido e, gélido, expõe a ausência da mãe.

A peça, protagonizada por Vera Zimmermann e Tiago Martelli, é uma montagem do texto dramatúrgico do norueguês Jon Fosse, vencedor do Nobel de Literatura no ano passado. Sob direção de Lavínia Pannunzio e Carlos Gradim, está agora em cartaz no Sesc Ipiranga, em São Paulo.

Ao anunciar o prêmio, a Academia Sueca saudou Fosse por dar voz ao indizível. Autor de mais de 40 peças, é o dramaturgo mais montado na Noruega desde Henrik Ibsen, um dos pais do teatro moderno, com quem costuma ser comparado.

"Fosse nos mostra uma família em que todos são vistos apenas em seus papéis, sociais e de gênero. Um lugar em que o afeto precisa sempre ser reconstruído. O absurdo toma forma, e o que se tem, então, são dois estranhos unidos por uma gestação e um nascimento. Desesperadamente, nada além disso", afirma Gradim.

A peça reflete sobre o lugar que a estrutura social patriarcal e machista reserva para as mulheres e põe em cena uma mãe que tentou escapar da opressão, mas, ao mesmo tempo, a reproduz ao valorizar as relações hierárquicas de poder em seu trabalho.

A discussão contemporânea sobre o direito ao aborto também aparece, já que a mãe teve negado por um comitê médico o desejo de interromper a gravidez — e só por isso o filho que a confronta nasceu.

Ele sabe e fala sobre isso, o que proporciona uma complexidade delicada ao assunto.

É ela, a mulher, que tem questões a resolver com o passado. "Deu tudo certo para nós dois", ela diz ao jovem, em uma aparente tentativa de justificar as suas decisões. O filho cresceu longe, mas ela estudou e se tornou "alguém". Ele, por sua vez, também tem conquistas intelectuais e profissionais, que a mãe tem dificuldades em lembrar com nitidez.

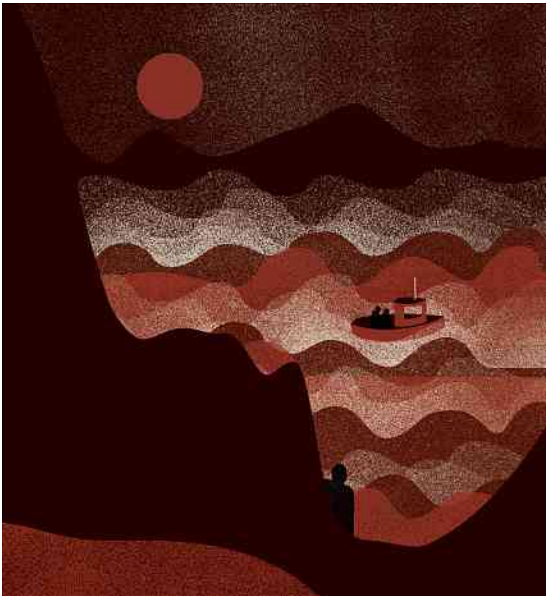
Uma proposta cenográfica com traços minimalistas e crus faz com que o foco esteja no embate dos dois personagens. Uma espécie de plataforma os aproxima da plateia em algumas cenas. O jogo de luz, os claros e escuros, ressaltam a passagem do tempo e acentuam a tensão da narrativa.

"Descobri esse texto em 2018. Li outras três peças de Fosse, e 'Mãe e Filho' foi a que mais me interessou", diz Martelli, idealizador da montagem. "A maternidade é um tema inevitável e, nesta peça, Fosse apresenta uma relação entre mãe e filho completamente tensa, do início ao fim".

A tensão foi o que mais interessou ao ator, além dos silêncios, das pausas e das repetições, elementos característicos da escrita do dramaturgo e que proporcionam um ritmo peculiar ao texto.

Mãe e Filho

Dir.: Lavínia Pannunzio e Carlos Gradim. Com: Vera Zimmermann e Tiago Martelli. Sesc Ipiranga - r. Bom Pastor, 822, São Paulo, sescsp.org.br. 14 anos. Sex. e sáb., às 20h; dom., às 18h. Até 11 de agosto. R$ 50



Capa do livro 'A Casa de Barcos', de Jon Fosse Divulgação

Livros escritos por vencedor do Nobel inovam pela forma de embaralhar ideias e falas

LIVROS

A Casa de Barcos
★★★★☆
Autor: Jon Fosse. Trad.: Leonardo Pinto Silva. Ed.: Fósforo. R$ 64,90 (144 págs.); R$ 45,40 (ebook)

Trilogia
★★★☆☆
Autor: Jon Fosse. Trad.: Guilherme da Silva Braga. Ed.: Companhia das Letras. R$ 69,90 (200 págs.); R$ 39,90 (ebook)

Alcir Pécora

Jon Fosse teve recentemente dois de seus livros lançados no Brasil. O mais antigo é "A Casa de Barcos", de 1989, que conta a história de dois garotos que crescem juntos numa pequena cidade da Noruega, formam uma banda de rock e começam a se interessar por garotas. Aos poucos, no entanto, brotam entre eles rivalidades e mágoas.

A narrativa em primeira pessoa é entregue ao rapaz que permanece na cidade e que, aos 30 anos, sem estudo ou trabalho, mora ainda com a mãe, congelado na infância.

O outro amigo se torna professor de música e, após dez anos fora, volta casado e com duas filhas. Quando sua mulher demonstra interesse pelo antigo amigo, as velhas rivalidades suspensas no tempo se precipitam, desta vez com consequências trágicas.

O mais atraente no livro, no entanto, não é a angústia juvenil, mas a forma como ela se manifesta no fluxo de consciência do narrador, girando sempre em torno das mesmas frases, como se fossem ecos soltos de pequenos eventos batendo com força contra o muro da memória.

Mesmo as frases que não se repetem aparecem geralmente ligadas pela conjuntiva "e", a relacionar ações mínimas sem estabelecer conexão entre elas.

Notável ainda é quando o tartamudeio do fluxo de consciência se desdobra numa espécie de alucinação de segundo grau, e o narrador passa a imaginar os desvarios de ciúmes do amigo retornado, sem que possamos saber se a obsessão é fruto do delírio de quem conta, do rival ou de ambos.

O segundo livro, "Trilogia", é de dez anos atrás e se passa no mesmíssimo meio fechado dos vilarejos às margens dos fiordes noruegueses. Desta vez, porém, a história acompanha um casal de adolescentes.

O rapaz vem de uma linhagem de violinistas talentosos, que tem como maldição o abandono dos lares que formam. Já a menina está nos últimos dias de uma gravidez precoce. Para complicar, eles perdem o lugar onde moram.

Depois de andar à exaustão, sem encontrar abrigo, o rapaz acaba forçando a entrada na casa de uma idosa que havia negado um quarto a eles. A situação dramática se acirra ainda mais quando a menina entra em trabalho de parto. A partir daí, a sequência das ações é inexorável como o fado — e obviamente não acaba bem.

O que mais chama a atenção, porém, é o tipo de narração usada por Fosse, que combina o fluxo de consciência com o discurso indireto livre, embaralhando na narração falas e pensamentos.

Em relação a "A Casa de Barcos", "Trilogia" apresenta uma radicalização gráfica — dispensa as maiúsculas do início da frase, os pontos finais, os sinais de interrogação e ainda os travessões dos diálogos. Por outro lado, recua nas repetições de frases completas.

O fundamental das inovações formais, porém, permanece — um relato conduzido por frases que vão se ajuntando umas às outras, cujo melhor efeito é a sobreposição de espaços e tempos diferentes, assim como uma constante abertura entre sonho e realidade. Isso dá ao conjunto um viés onírico que, por vezes, se aproxima do conto folclórico, outras vezes de uma fábula arcaica e alegórica.



As atrizes Lindsay Castro Lima, ao fundo, Luiza Curvo, em pé, e Bete Coelho, sentada, em cena da peça 'Petra' Fotos Luiza Ananias/Divulgação

Imitação da vida

Continuação da pág. C1

No que se refere à representação, Rainer Werner Fassbinder subverteu a cena burguesa, incorporando referências dos cabarés e dos protestos de movimentos estudantis.

Ainda jovem, passou a dirigir filmes freneticamente e se distanciou pouco a pouco do teatro para rodar obras como "O Medo Devora a Alma", de 1974, e "Berlin Alexanderplatz", de 1980, série em 14 episódios que adapta o romance de Alfred Döblin, ambientado na Alemanha do fim dos anos 1920. Foram quase 40 obras para TV e cinema em apenas 13 anos, de 1969 a 1982.

"As Lágrimas Amargas de Petra von Kant" remonta à fase em que Fassbinder mostrava particular interesse pelo melodrama, ao modo das produções de Hollywood, sobretudo assinadas por Douglas Sirk, de "Tudo que o Céu Permite" e "Imitação da Vida".

Num tempo em que os artistas preferem falar de si explicitamente, Fassbinder impressiona ao tematizar o universo feminino, refletindo ali angústias pessoais. Nas telas, Petra von Kant foi eternizada pela atriz Margit Carstensen.

Em suma, ele parecia adorar a figura feminina, um traço de sua personalidade que pode ter a ver com o apego materno e a própria bissexualidade. Não por acaso, o filme é conhecido por ser a recriação do seu cotidiano com o namorado e com seu assistente.

Em paralelo, a obra é de um notável germanismo. Fassbinder explorava as múltiplas faces, na tentativa de reinventar os traços de uma Alemanha ainda dividida pelo muro, após o horror do nazismo e da Segunda Guerra Mundial.

Para tanto, ele mobilizou referências da estética germânica. O sentimento de lassidão, fundamento para a construção das personagens, se mostra caudatário de uma herança que vai do filósofo Arthur Schopenhauer, no século 19, até a modernidade artística.

Palavrosa, a obra se distingue por enfatizar, ao modo da psicanálise, a importância da fala. Consumando o narcisismo de Von Kant, a assistente Marlene não tem nem uma fala sequer ali. Sobretudo, a tensão entre o cinema e o teatro se dá pelo pensamento do dramaturgo e encenador Bertolt Brecht.

Nesse filme, Fassbinder prefere enquadramentos que lembram a cena teatral, mas já é possível notar uma câmera viva, que passeia devagar pelo quarto, para mimetizar o olhar humano — um estilo influenciado pelos filmes do conterrâneo Max Ophüls.

Ao mesmo tempo, o foco embaçado lembra que o espectador está no cinema. Tais procedimentos conferem à obra o efeito de distanciamento, conceito-chave da teoria brechtiana, que estimula o tom crítico da plateia e assume a arte como representação.

[...]

'As Lágrimas Amargas de Petra von Kant' remonta à fase em que Fassbinder mostrava particular interesse pelo melodrama, ao modo das produções clássicas feitas em Hollywood, sobretudo assinadas por Douglas Sirk, por trás de 'Tudo que o Céu Permite' e 'Imitação da Vida'

Ao juntar o melodrama e Brecht, Fassbinder inspirou também a adaptação da obra em ópera por Gerald Barry, em 2005. O cosmopolitismo de Hollywood e o efeito de distanciamento se encaixam ainda na proposta da Cia. BR116.

"Todo ator não deveria se emocionar, mas movimentar o espectador. Isso é condição 'sine qua non' para um bom ator", afirma Bete Coelho. "Ser um bom artista não é se afogar em lágrimas. Muitas vezes alguém fala 'ah, a minha personagem não veste branco', mas isso não está no texto."

Continua na pág. C5


As atrizes Clarissa Kiste e Bete Coelho em cena da peça 'Petra'


Luiza Curvo e Bete Coelho, ao fundo, e Lindsay Castro Lima, à frente, em cena do espetáculo


A atriz estreante Miranda Diamant Frias


As atrizes Bete Coelho, de pé, e Renata Melo, sentada, em momento da nova encenação

Continuação da pág. C4
Do Antiteatro de Fassbinder, a trupe da atriz cultiva o antinaturalismo, distante da indústria do audiovisual, que se apoia no método de Constantin Stanislávski. "A tradução de Stanislávski é péssima, e isso faz com que ele seja mal compreendido", diz Bete Coelho.

Na montagem, o distanciamento se completa com o uso de canções, interpretadas, à maneira dos cabarés, por Laís Lacôrte. Fundada há 15 anos, a Cia. BR116 vem explorando, no campo da linguagem, a relação entre teatro e cinema em espetáculos como "Molly Bloom" e "Medeia".

"Fassbinder sempre morou no fundo da minha alma", afirma Gabriel Fernandes, o diretor. "A ideia agora foi tirar do cinema e pôr tudo no teatro." Fassbinder recusa o caminho fácil de abordar o cinema por aspectos técnicos. Assim como no filme, "Petra" tem a cena despojada de objetos. Formalista, a Cia. BR116 se opõe ao circuito comercial.

"O fantasma do mercado pede musicais ou outros enlatados. Eu gosto de pensar", diz Coelho, que trabalhou com os principais diretores de teatro do país. Mineira, ela se mudou para São Paulo e integrou o Centro de Pesquisa Teatral, o CPT, de Antunes Filho. Em seguida, firmou a sua parceria mais longeva, com Gerald Thomas, e levou seu conceito de ópera seca para o mundo. Também foi dirigida por Zé Celso em "Cacilda!", no Teatro Oficina.

"Zé Celso foi desprezado a vida inteira. Agora todos dizem que ele é genial, mas essas pessoas nunca foram a uma peça dele", afirma Coelho. Na TV, a atriz fez novelas da Globo, como "Vamp" e "Kubacanan", mas se notabilizou por seu trabalho no teatro.

Coelho não recusa de todo o universo televisivo, embora reconheça as mudanças pelas quais o formato passa. "É insano e desgastante trabalhar em TV num formato de novela, por isso o salário precisa compensar. Eu faria com prazer TV, porém não no formato de novela e semelhantes."

Já Luiza Curvo passou 20 anos no ar, emendando trabalhos, como em "Chocolate com Pimenta", na Globo, e "Luz do Sol", na Record. Ela diz gostar de todas as artes. "Telenovelas são importantes pelo alcance gigantesco", diz. "E acho que a gente pode encontrar qualidade artística em diversas linguagens."

Agora em "Petra", que ganhou uma nova tradução por Marcos Renaux, as atrizes estarão diante de uma obra em que a relação com o tempo presente é intrínseca ao texto.

O narcisismo de Petra von Kant, sempre maquiada e bem vestida, é um comportamento típico da modernidade, era em que a existência passou a ser uma invenção de cada indivíduo. No século 21, os espelhos estão ao alcance dos celulares.

Do mesmo modo, o amor se transfigura. O homem, porém, parece cada vez mais fora de cena, como na obra de Fassbinder. As duas atrizes lembram o diretor, pensando no que a figura masculina representa para suas personagens. "Eles fedem", elas dizem —e riem.

> Teatro não é passatempo, é um assunto necessário. Todo ator não deveria se emocionar, mas movimentar o espectador. Isso é condição 'sine qua non'. Ser um bom artista não é se afogar em lágrimas
>
> **Bete Coelho**
> atriz e diretora

Petra
Autor: Rainer Werner Fassbinder. Dir.: Bete Coelho e Gabriel Fernandes. Com: Bete Coelho, Luiza Curvo, Clarisse Kiste e Miranda Diamant Frias. Teatro Cacilda Becker - r. Tito, 295, São Paulo. De sáb. (13) a 7 de agosto. Qua. a sáb., às 21h; dom., às 19h. 14 anos. R$ 20, grátis às quartas



Conto de Dostoiévski vira peça que troca a Rússia por Minas Gerais

'O Sonho de um Homem Ridículo' adapta o texto clássico e comemora os 20 anos da mineira Cia. Lúdica dos Atores

O ator Leo Horta em cena de 'O Sonho de um Homem Ridículo', em cartaz em São Paulo Camila Campos/Divulgação

Cristina Camargo

SÃO PAULO No conto "O Sonho de um Homem Ridículo", de Fiódor Dostoiévski, um homem angustiado por uma série de frustrações e pela indiferença que sente pela vida reflete sobre a ideia de cometer suicídio, mas repensa o plano ao encontrar uma menina que pede ajuda durante uma caminhada noturna.

Em sua poltrona, depois do encontro, ele adormece diante do revólver carregado e tem um sonho fantástico em uma terra harmônica, em que o mal ainda não devastou a humanidade, mas que, aos poucos, é contaminada pela mentira, a inveja e a crueldade. Na montagem da Cia. Lúdica dos Atores para o clássico literário, elementos cênicos transportam a história da fria Rússia para o estado de Minas Gerais.

O ator Leo Horta transita por um cenário composto por mobiliário de madeira, livros, objetos e recipientes que remetem à cultura mineira e são manipulados durante a encenação. Ele chega a segurar nas mãos livros como "Grande Sertão: Veredas", de Guimarães Rosa.

A peça celebra os 20 anos da companhia de Belo Horizonte e, após temporadas premiadas pelo estado, está em cartaz no Espaço Parlapatões, em São Paulo, até o final de julho.

A Cia. Lúdica dos Atores tem a trajetória marcada por pesquisas e montagens da obra de Shakespeare que fazem ligações com a cultura popular.

O grupo já apresentou peças como "Hamlet em 15 Minutos", "De Pobre a Nobre" e "Trabalhos de Amor Perdidos", todas com direção de Marcos Vogel. "A Ilha da Magia", adaptação de "A Tempestade", foi destinada ao público infantil e dirigida por Ricardo Martins, que também montou "O Rei Lear" e "Palhaços". "O Sonho de um Homem Ridículo" é uma parceria com Alexandre Kavanji, da Cia. Paulicea de Teatro.

O espetáculo busca ser fiel ao texto original, traduzido por Vadim Nikitin, e explora a interpretação dramática de Horta, ator estudioso de métodos russos de teatro.

"Nos interessa sobretudo essa narrativa fantástica, a intensidade da interpretação, a inventividade da linguagem cênica, assim como uma reflexão crítica aliada à beleza que a obra de Dostoiévski nos proporciona", diz Kavanji.

A intenção é conduzir o público para as reflexões sobre vida, morte e redenção que o autor russo propôs em seu conto. A companhia também usou como referências o texto "O Homem que Matou Deus", de Friedrich Nietzsche, e a reflexão de Albert Camus sobre o mito de Sísifo.

Além disso, foram realizadas pesquisas em linguagem corporal, artes plásticas e cinema, em um processo com cerca de um ano e meio de duração e que começou na pandemia.

A peça estreou no ano passado em Minas Gerais, circulou por várias cidades brasileiras e recebeu 14 indicações para prêmios em seis festivais. Ganhou os prêmios de melhor ator, melhor espetáculo de palco, melhor trilha sonora original e melhor cenário no mineiro Festival Internacional de Palco e Rua de Araçuaí.

Outra adaptação do conto de Dostoiévski, estrelada por Celso Frateschi, é sucesso de público e crítica desde 2011.

O Sonho de um Homem Ridículo
Dir.: Alexandre Kavanji. Com: Leo Horta. Espaço Parlapatões - pça. Franklin Delano Roosevelt, 158, São Paulo. 12 anos. Qui. a dom., às 20h. Até 21 de julho. R$ 40, em sympla.com.br



Os atores Augusto Zacchi e Pedro Osorio em cena da pela 'Realpolitik', em cartaz em São Paulo Raissa Nashla/Divulgação

'Realpolitik' mostra a desumanidade do capitalismo com louvor

TEATRO
Realpolitik
★★★★★
Dir.: Guilherme Leme Garcia e Gustavo Rodrigues. Com: Augusto Zacchi e Pedro Osorio. Teatro B32 - av. Brig. Faria Lima, 3.732, São Paulo. 16 anos. Sex. e sáb., às 20h; dom., às 17h. Até 28 de julho. R$ 50, em sympla.com.br

Paulo Bio Toledo

Os méritos de um espetáculo como "Realpolitik" se medem rapidamente, logo no fim da sessão, quando, na lenta caminhada em direção à saída, escutamos o público já a debater os principais assuntos abordados sobre o palco.

No lugar de comentários sobre a encenação, sobre o espaço não usual do espetáculo —uma sala de reuniões num edifício na avenida Faria Lima, em São Paulo—, ou sobre a qualidade dos atores, era possível ouvir pessoas falando dos crimes da mineração no Brasil ou se questionando sobre os limites éticos da ação incendiária de um dos personagens.

A capacidade de provocar o raciocínio é uma força da peça. Uma força conquistada de um modo simples e objetivo.

Num espaço quase vazio, sem refletores ou outros elementos teatrais, dois atores representam uma situação limite entre o CEO de uma grande mineradora responsável pela ruptura de uma barragem, que causou várias mortes, e um jornalista prestes a realizar um ato terrorista contra aquela corporação.

O encontro tenso é o que dispara uma série de debates existencialistas sobre responsabilidade e alcance de ações individuais diante da "máquina do mundo". Seria o CEO da fictícia empresa um vilão cínico ou só uma engrenagem substituível de uma estrutura que o ultrapassa? Há culpados individuais no rompimento de uma barragem? Ou é uma tragédia gerada pela dinâmica selvagem do mundo corporativo? E o que pode uma pessoa inconformada fazer diante de tal sistema?

Mas a peça também se mantém presa numa contradição estrutural que limita o desenvolvimento dos temas complexos. As perguntas movimentadas pelos diálogos ensaiam debates sobre questões sociais do mundo atual, mas a estrutura dialogada da peça faz com que os assuntos muitas vezes se transformem apenas em um tipo de contexto para dilemas particulares ou conflitos individuais.

Podemos dizer que o espetáculo "Realpolitik" é um drama de confinamento, que paralisa o tempo exterior e obriga as personagens a dialogar num espaço isolado, como numa bola de vidro. Nas palavras de um importante crítico cultural dos anos 1960, o confinamento é "uma muralha contra a épica do mundo".

Isso porque o que tende a ficar em evidência neste tubo de ensaio são os tumultos íntimos das personagens, as idas e vindas de suas indecisões particulares. Pouco a pouco, tal interiorização dos temas sociais vai diluindo os assuntos até que eles pareçam apenas um pano de fundo para uma situação dramática eletrizante.

Ao mesmo tempo em que "Realpolitik" mobiliza, com notável competência artística, excelentes debates sobre os desarranjos sociais que vivemos, também há ali uma trava estrutural, que impede a reflexão de ir além e olhar mais a fundo, nos olhos, o mecanismo organizado de desumanidade que se tornou o capitalismo contemporâneo.

Hmmfalemais

e às vezes, dra.

eu penso que sou apenas uma sombra do que já fui

tipo a seleção brasileira

er... isso

é complicado mesmo

aparece um *paraguai* na nossa vida e não conseguimos mais vencer

para quem nos ama, sobra apenas a decepção

sim, é terrível

ainda tem todas as atitudes questionáveis

as amizades erradas

os problemas legais

sei bem como é

e no fim das contas

nos vemos vivendo do passado

sem perspectiva de futuro

e humilhados no presente

exatamente, dra., não aguento mais

o que fazer?

olha, um bom começo seria treinar pênalti

ahn?

uma vergonha essa eliminação, credo

mas, dra., e o meu caso???

amiga, se bobear a gente nem vai pra copa

perde um monte de feriado

e você aí se preocupando com essas besteiras suas?

vsf po

francamente

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. Bia Braune | TER. Manuela Cantuária | QUA. Hmmfalemais | **QUI. Flávia Boggio** | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

É HOJE EM CASA

Jacqueline Cantore
cantorejac@gmail.com (interina)

'Debaixo da Ponte' narra história real de canadense que sumiu há décadas

Debaixo da Ponte: A Verdadeira História do Assassinato de Reena Virk
Disney+, 16 anos
Dramatização da história real de uma garota canadense de 14 anos que foi a uma festa e nunca mais voltou para casa. É baseada no livro homônimo escrito pela jornalista Rebecca Godfrey, que também é personagem na série, interpretada por Riley Keough. Ela e a policial local, papel de Lily Gladstone, mostram o universo jovem de 1997 até que se encontre o improvável assassino.

Melissa Etheridge: I'm Not Broken
Paramount+
Documentário em duas partes sobre um show da cantora na prisão feminina de Topeka, nos Estados Unidos, sua cidade natal. Melissa Etheridge ficou próxima de cinco detentas, de quem recebeu cartas, e, inspirada por elas, compôs para discutir o poder da reabilitação por meio da música.

Uma Prova de Coragem
Prime Video, 12 anos
Michael está treinando para uma corrida quando encontra um cachorro de rua machucado. O vínculo entre os dois se torna cada vez mais forte e gera reflexões sobre lealdade e o verdadeiro sentido de vitória. Filme estrelado por Mark Wahlberg.

Quando os Sinos Tocam
HBO, 20h, 12 anos
O título do filme se refere a uma canção de Natal inspirada em eventos reais. Com o país dividido durante a guerra civil americana, o poeta Henry Wadsworth Longfellow viveu uma tragédia pessoal e resolveu não escrever mais. Até o dia de Natal, quando ouviu os sinos e redescobriu sua voz.

Te Devo Essa! Reforma das Estrelas
H&H, 22h22, livre
A atriz Zoe Saldaña presenteia sua melhor amiga e maquiadora há 15 anos com uma reforma assinada pelos irmãos Scott.

Asas do Desejo
Telecine Cult, 23h40, livre
Damien e Cassiel são dois anjos que vivem em Berlim e observam a vida humana de longe. Até que um deles decide abandonar a eternidade de porque se apaixona por uma mulher mortal, a trapezista Marion. Filme dirigido por Wim Wenders, estrelado por Bruno Ganz.

QUADRINHOS

Piratas do Tietê *Laerte*



Bicudinho *Caco Galhardo*



Níquel Náusea *Fernando Gonsales*



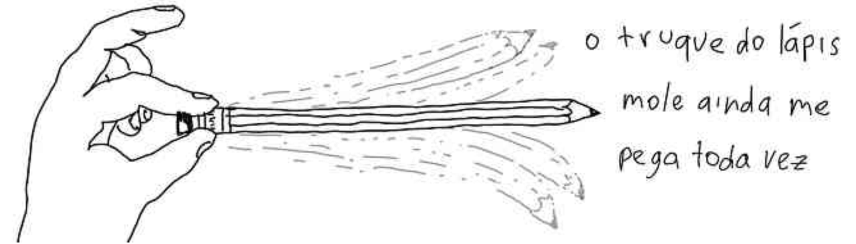
Não Há Nada Acontecendo *André Dahmer*



Viver Dói *Fabiane Langona*



Péssimas Influências *Estela May*



Vida Besta *Galvão Bertazzi*



SUDOKU

texto.art.br/fsp

DIFÍCIL

1						6	9	
4	5		3					
		3					1	
		9		8	5			2
			6		2			
						5		
5				7			4	
	2		4			9	8	7

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

1	8	7	5	2	4	6	9	3
4	5	6	3	9	1	7	2	8
2	9	3	8	6	7	4	1	5
3	4	9	7	8	5	1	6	2
7	1	5	6	4	2	8	3	9
8	6	2	1	3	9	5	7	4
5	3	8	9	7	6	2	4	1
9	7	4	2	1	8	3	5	6
6	2	1	4	5	3	9	8	7

CRUZADAS

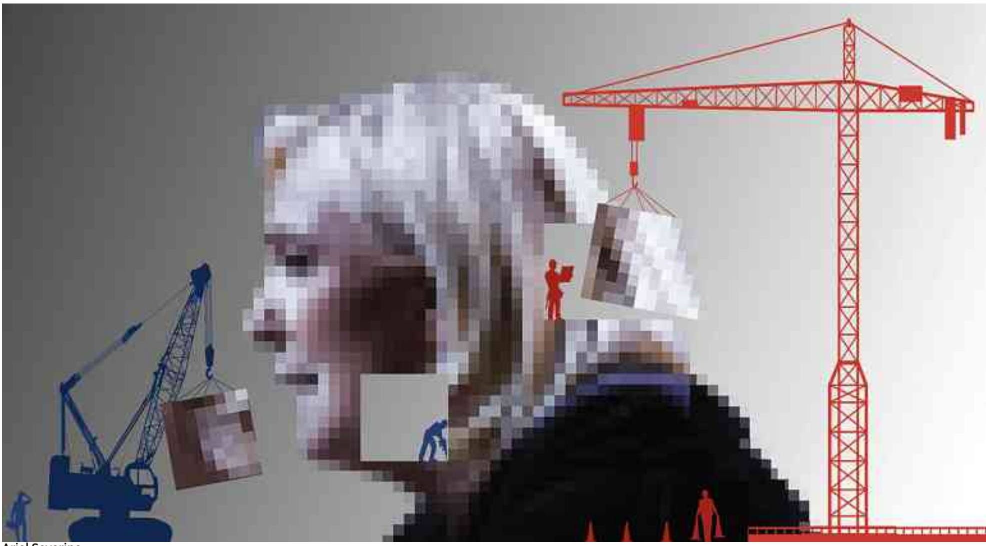
HORIZONTAIS
1. Cidade fluminense às margens da lagoa homônima **2.** Blusa que se usa solta / Murcha, sem vida (flor, árvore etc.) **3.** Cantar (o grilo) **4.** A ginasta Hypólito **5.** Correspondente / Césio, elemento químico **6.** Bendita / Gordura, em inglês **7.** Longa península montanhosa situada nos confins da América do Sul **8.** Insípido / (Nas) Locução que significa às pressas, sem precaução ou cuidado **9.** O xenônio, em química / Discursar, tratar, comentar etc. a respeito de algo **10.** Alunos de academia militar **11.** (Ironic.) Atitude que pretende transmitir ou sugerir sapiência, mas que, na verdade, não passa de pura pose **12.** Área de Livre Comércio das Américas / Rio que banha Bristol e Stratford, na Inglaterra **13.** Que provoca mal físico ou moral.

VERTICAIS
1. As 4 primeiras letras do alfabeto / A Santista fica em São Paulo **2.** Quase nunca / (Ingl.) Velho **3.** Que está em relação / Relógio que quando dá horas imita o canto da ave homônima **4.** Pessoa que tem sentimento de superioridade ou de agressividade, de forma preconceituosa, em relação a indivíduos de grupos distintos do seu / Que põe termo, que mata **5.** Fixado novo preço **6.** Instituição que abriga idosos desamparados / Suportar com paciência **7.** (Gír.) Confusão, desordem / (Fotog.) Substância usada na fixação de imagens **8.** Bodum, catinga / Objetos sem valor **9.** Saliências, quinas / Num triângulo retângulo, razão entre o cateto oposto e a hipotenusa.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1									■
2					■				
3									
4								■	
5	■						■		
6						■			
7									
8				■					
9			■						■
10		■							
11									
12					■				
13	■								

HORIZONTAIS: 1. Araruama, **2.** Bata, Seca, **3.** Cricrilar, **4.** Daniele, **5.** Mesmo, Cs, **6.** Benta, Fat, **7.** Antártica, **8.** Ité, Coxas, **9.** Xe, Falar, **10.** Cadetes, **11.** Doutorice, **12.** Alca, Avon, **13.** Doloroso.

VERTICAIS: 1. ABCD, Baixada, **2.** Raramente, Old, **3.** Atinente, Cuco, **4.** Racista, Fatal, **5.** Remarcado, **6.** Asilo, Tolerar, **7.** Melê, Fixativo, **8.** Aca, Cacarecos, **9.** Arestas, Seno.



Ariel Severino

O dilema de Marine Le Pen

Se os franceses se entregarão ao canto dessa sereia, o tempo é quem dirá

Wilson Gomes

Professor titular da Universidade Federal da Bahia e autor de 'Crônica de uma Tragédia Anunciada'

É raro, mas acontece muito. Debates tipicamente acadêmicos entre especialistas na nova onda de partidos e movimentos extremistas no mundo se tornam temas de divergências no jornalismo.

Em toda parte, acontece o debate de se Marine Le Pen e seu partido devem continuar sendo classificados como de extrema direita ou se, após um esforço de reabilitação de imagem, agora podem ser considerados como uma direita republicana, ainda que nacionalista.

A "desdiabolização", para usar a expressão que os franceses empregam, é um tipo de normalização que consiste na remoção de certas características presentes em uma imagem pública, no deslocamento de outras para o segundo plano ou na adição de novos predicados que tornem o partido ou movimento mais palatável ao gosto médio dos eleitores.

No caso francês, foi crucial a remoção do antissemitismo, antissionismo e do racialismo, a moderação dos radicais do partido, políticas sociais e um novo discurso sobre gênero.

Marine Le Pen fez um esforço para reabilitar o movimento herdado do pai, Jean-Marie. Entendeu que não havia esperanças de superar o sarrafo republicano ainda alto da maioria dos franceses com uma oferta ideológica que seduzia apenas os feios, sujos e malvados.

Por outro lado, qualquer discussão sobre a classificação de uma força política como extremista deveria partir de algum consenso sobre o que isso significa. Quem usa o modelo histórico fascista como parâmetro dificilmente encontrará partidos fascistas bem-sucedidos nas grandes democracias.

A nova extrema direita europeia não incorpora teses fundamentais dos fascistas, como o imperialismo expansionista, investidas contra a liberdade de mercado e o individualismo liberal, ou ataques à democracia e ao Estado de Direito.

O discurso é protecionista do território, não expansionista; e há a crença de que a extrema direita é a última trincheira da democracia e da civilização contra a barbárie, não adversária delas.

Retoricamente, as várias extremas direitas vivem da promoção do alarmismo sobre identidades —nacionais, ocidentais ou cristãs— ameaçadas. Ou da promoção da crença de que "nós", franceses, alemães, holandeses, italianos, portugueses etc., somos vítimas de um cerco de inimigos externos —as "hordas muçulmanas", os migrantes africanos e sul-americanos— e internos, os complacentes com isso.

Por isso, reivindica uma autoridade mais forte do que a permitida pelas amarras constitucionais para lidar com esse enorme problema. Eventualmente, nas bordas dos movimentos, há alguma glorificação da violência justificada pela defesa dos interesses da identidade, mas é raro ver tais teses expostas publicamente.

Isso não é fascismo, mas quem disse que é preciso ser fascista para ultrapassar limites republicanos inegociáveis?

O fato de não serem fascistas não os torna menos perigosos para aqueles que são alvo de sua hostilidade. A retórica identitária que se alimenta de um antagonismo feroz entre "nós", os nacionais sitiados em nosso próprio território, e os estrangeiros "inassimiláveis" que nos ameaçam, geralmente é sintoma de uma situação em que grupos já estão tomando medidas para mostrar aos migrantes todas as formas e cores da nossa repulsa.

Ao mesmo tempo, essa retórica funciona como uma autorização social ao racismo, às demonstrações de desprezo, às discriminações e à violência.

O pacote completo inclui muito mais do que o rótulo "xenofobia" é capaz de mostrar. Estrangeiros são responsabilizados pelos principais problemas sociais do momento: desemprego, delinquência, queda na qualidade dos serviços públicos, violência contra mulheres etc.

O foco está sempre nas ameaças —prostituição, drogas, crimes, estupros—, e as diferenças são destacadas com ênfase nos estereótipos negativos, para mostrar como "eles" não aceitam nossos valores, trazem costumes estranhos para nossa pátria e se recusam a viver como nós, ao mesmo tempo em que consomem nossos recursos, diminuem nossas oportunidades e ameaçam nosso modo de vida e nossa soberania.

Lá como cá, não há extremismo sem que se apresentem antagonistas malignos, sem que se dissemine o sentimento de que somos vítimas de um cerco ou de uma ocupação de inimigos, sentimento que passa a justificar tudo, e sem que se difunda a sensação de que estamos em uma crise tão grave que não há solução tradicional capaz de resolvê-la.

Se os franceses se entregarão ao canto dessa sereia como nós o fizemos, o tempo, e não apenas esta eleição, é quem dirá.

| SEG. Luiz Felipe Pondé | TER. João Pereira Coutinho | QUA. Wilson Gomes | **QUI. Fernanda Torres**, Drauzio Varella | SEX. Djamila Ribeiro | SÁB. Mario Sergio Conti



Crianças brincam com arma na Guerra do Vietnã, em abril de 1968, em fotografia de José Hamilton Ribeiro agora exposta no Museu da Imagem e do Som, em São Paulo Abril Comunicações S.A/Divulgação

Exposição no MIS dá rosto a grandes conflitos

'O Gosto da Guerra' exibe fotos de José Hamilton Ribeiro no Vietnã junto a cliques de Hélio Campos Mello e Yan Boechat

Alessandra Monterastelli

SÃO PAULO Uma criança aponta uma arma para a cabeça de outra, enquanto um terceiro menino sorri para a câmera que os eterniza em preto e branco. Os três garotos franzinos brincam de luta em meio à Guerra do Vietnã, num retrato perspicaz do conflito mais imagético do século 20.

A fotografia do jornalista José Hamilton Ribeiro faz parte da mostra "O Gosto da Guerra", no Museu da Imagem e do Som, o MIS, homônima ao livro que reúne reportagens escritas durante a cobertura do conflito e que agora ganha uma reedição atualizada pela Companhia das Letras.

Cliques dos brasileiros André Lihon, Hélio Campos Mello, Juca Martins, Leão Serva e Yan Boechat fazem coro com as desconcertantes imagens de Zé Hamilton, como Ribeiro é conhecido, para narrar algumas das guerras mais violentas do último século.

Mostrar ao Brasil essa guerra foi duro. Durante a cobertura, Zé Hamilton perdeu uma perna, e a tragédia foi fotografada por Keisaburo Shimamoto, que o acompanhava. Uma foto colorida do momento está exposta no MIS, com Zé Hamilton ferido, de costas, tirada quando Shimamoto percebeu que o amigo foi atingido.

Assim como ele, a imagem também é uma sobrevivente, já que o resto do rolo do filme foi perdido, conta Teté Ribeiro, repórter especial da **Folha**, curadora da mostra e filha do jornalista, hoje com 88 anos.

Teté sempre ouviu do pai que os horrores daquela guerra puderam ser contados porque não havia censura da imprensa. Não por acaso, as imagens que circularam nas primeiras páginas de jornais pelo mundo e nas televisões incendiaram corações e mentes para o movimento pacifista e o Maio de 1968, na França.

Zé Hamilton caminhava entre soldados, vestido como um deles, mas, em vez de um fuzil, carregava uma câmera, um bloco de papel e uma caneta.

Os jornalistas podiam ver a guerra de perto, afirma Teté. Nunca mais foi assim. Desde a Guerra do Vietnã, os jornalistas passaram a ter o acesso ao conflito cada vez mais restrito, com mapeamentos de áreas em que podiam ou não estar.

A transmissão massiva do conflito fez com que a Guerra do Vietnã se tornasse um tema central para Hollywood, reinterpretado por grandes nomes do cinema. É o caso de "Platoon" e "Nascido em 4 de Julho", dirigidos por Oliver Stone, "Pecados de Guerra", de Brian De Palma, "Nascido Para Matar", de Stanley Kubrick, e "Apocalypse Now", de Francis Ford Coppola.

"O 'verde Exército' é o verde da Guerra do Vietnã. Quando falamos em padrão camuflado, vem à cabeça aquela coisa orgânica, um verde, preto e cinza", diz Teté, sobre como o conflito extrapolou as imagens para influenciar não só os rumos políticos do mundo, mas também toda a cultura.

Nas décadas seguintes, os jornalistas em campo viraram alvos. "Cobrir guerra é cada vez mais limitado e perigoso. Tem tecnologia para filmar tudo em qualquer lugar, mas a imprensa está amarrada", diz.

Ela lembra quando o terrorista Osama Bin Laden, autor do ataque às Torres Gêmeas, foi capturado e morto pelas forças americanas. Apesar de a perseguição ter paralisado o mundo, nenhum repórter acompanhou a operação e nenhuma imagem veio a público.

A única fotografia de que se tem notícia é uma de Barack Obama, então presidente dos Estados Unidos, Hillary Clinton, então secretária de Estado, e a equipe de segurança nacional na Casa Branca acompanhando a movimentação por uma televisão.

A inexistência de fotografias como essa em um mundo cada vez mais tecnológico parece tão contraditória quanto a banalização do que vemos nas telinhas dos celulares, decorrente do excesso de imagens nas redes sociais.

É em meio a esse caos imagético que fotos de soldados vigiando as ruas de El Salvador, tiradas por Hélio Campos Mello durante a guerra civil no país em 1989, ou ainda retratos de cidades ucranianas destroçadas no ano passado, de Yan Boechat, tentam dar um rosto à guerra.

Se, por um lado, os milhões de imagens acessíveis dão a impressão que o acesso à informação foi democratizado, por outro é difícil distinguir o que merece atenção, argumenta Teté Ribeiro. O tempo dirá se as redes serão positivas ou prejudiciais. "Obviamente, o que aconteceu no Vietnã não era visto como uma coisa banal e facilmente superável."

O Gosto da Guerra

MIS - av. Europa, 158, São Paulo. Livre. De ter. a sex., das 10h às 20h; sáb., das 10h às 21h; dom., das 10h às 19h. Até 26 de julho. Grátis

Lira acelera votação da reforma tributária e deixa setores apreensivos

Representantes de diferentes indústrias atuam nos bastidores; texto pode ser votado nesta quarta

Adriana Fernandes e Victoria Azevedo

BRASÍLIA O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), acelerou a tramitação da regulamentação da reforma tributária na Casa às vésperas do recesso parlamentar. Numa tentativa de realizar uma força-tarefa para analisar os projetos de lei, Lira suspendeu as reuniões das comissões temáticas da Casa até quinta-feira (11).

A expectativa, com isso, é que o projeto possa ser votado no plenário da Casa na quarta-feira (10), com sessão começando pela manhã e se estendendo ao longo do dia. A iniciativa gerou incômodo em deputados, que se queixaram à reportagem pela velocidade da tramitação de uma matéria considerada complexa.

O movimento de Lira, no entanto, teve respaldo do governo federal. Na terça, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se reuniu com o presidente da Casa e lideranças partidárias para apresentar cálculos do impacto das mudanças no projeto na alíquota média de referência dos novos impostos.

A regulamentação da reforma tributária é considerada a principal prioridade do Executivo na Câmara neste semestre. O governo também tem pressa para aprovar esse tema num momento em que o mercado sinaliza positivamente ao andamento da reforma tributária.

Além da aposta em corte de juro em setembro nos Estados Unidos e melhora do ambiente fiscal, depois que o presidente Lula assumiu compromisso com o arcabouço fiscal, a aceleração da votação da reforma animou o mercado financeiro.

Para os analistas, é importante o andamento da agenda de reformas que terão impacto no crescimento do país.

Na véspera da votação, a Câmara ficou repleta de lobistas de setores apreensivos com o risco de não terem sido atendidos, mas também com esperança de emplacar ainda mudanças no parecer final que será levado à votação do plenário. Outros querem se certificar de que foi decidido no parecer inicial seja mantido.

Assim como ocorreu na tramitação da PEC (proposta de emenda à Constituição) da reforma tributária na Câmara no ano passado, a expectativa é que os pontos considerados polêmicos sejam resolvidos no momento em que o texto for discutido no plenário.

A inclusão das carnes na cesta básica nacional com imposto zero é o mais polêmico, mas outros pleitos, se atendidos, podem ter impacto na alíquota média do IBS e CBS de 26,5%, calculada pela Fazenda com base no projeto do Executivo que foi enviado ao Congresso.

O valor da alíquota segue indefinido e foi o principal tema da reunião de líderes com Haddad nesta terça. Lira indicou que vai calibrar as alterações finais com base no impacto da alíquota.

Setores de medicamentos, saneamento, alimentos, mineração, petróleo, automóveis elétricos, armas de fogo, construção civil, livros, igrejas, bets (jogos de azar) e refrigerantes atuam fortemente nos bastidores.

Os setores que garantiram a imunidade tributária (não pagam o imposto) na emenda constitucional, como as igrejas, pressionam para recuperar os créditos das cadeias anteriores. É o caso também da indústria do livro.

Técnicos do governo estão sem dormir fazendo as contas a pedido do grupo de trabalho da regulamentação da forma de seguem sem saber até agora qual será o impacto da alíquota. O primeiro parecer praticamente não alterou a alíquota média porque a flexibilização das regras para a construção (a com maior impacto) foi compensada pela inclusão dos jogos de azar (bets) e dos carros elétricos no IS, mais conhecido como imposto do pecado.

O setor de medicamentos é uma dos mais inquietos na expectativa de conseguir mudanças nesta reta final da votação na Câmara. Cinco entidades do setor (Acessa, Alanac, Febrafar, Grupo Farma Brasil e PróGenéricos) fazem uma ofensiva na Câmara para garantir alíquota reduzida para todos os medicamentos.

A proposta é que haja duas faixas apenas de alíquota: desconto de 60% e 100% (zero). Eles querem eliminar a lista do projeto que contém medicamento com pagamento integral (alíquota cheia), sem desconto. Pelos cálculos do setor, o projeto deixa de contemplar 56% dos medicamentos, principalmente aqueles de uso popular, como antigripais e para o tratamento da diabetes.

"Estamos num processo de aguardar o que vai sair. A causa é muito justa. Estamos conversando com os líderes", disse à **Folha** o presidente do Grupo Farma Brasil, Reginaldo Arcuri.

O presidente do IBP (Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás), Roberto Ardenghy, também conta com mudanças no projeto para garantir que ele seja aprovado prevendo alíquota zero do imposto do pecado, garantindo também que não haja tributação das exportações.

PAINEL S.A. | *Julio Wiziack*
painelsa@grupofolha.com.br

Mais para a habitação

O governo aguarda a saída do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, para buscar reduzir em 5% os compulsórios dos bancos, algo que garantiria R$ 40 bilhões aos financiamentos imobiliários. Hoje, as instituições financeiras são obrigadas a direcionar 20% de seus depósitos para o BC, o chamado compulsório. A ideia é que esse índice caia para 15%. Os recursos dessa diferença lastreariam novos empréstimos.

ROTEIRO Para ser levada adiante, a medida precisa passar pelo Conselho Monetário Nacional, formado pelos ministros da Fazenda e do Planejamento, além do presidente do BC. Depois, ela tem de ser aprovada pela autarquia.

SÃO TOMÉ Entre os bancos, contudo, a avaliação é de que, independente do sucessor de Campos Neto, o cenário fiscal pressiona pelo rigor nos juros. Apesar disso, as instituições defendem a redução. Afirmam que, em outros países, o compulsório é menor.

DOS DEUSES As Olimpíadas estão entre os maiores campeonatos do mundo em geração de receita. É o que mostra a consultoria Sports Value com dados dos últimos oito anos. Em 2016, os jogos geraram US$ 7,8 bilhões, quarta maior renda entre competições naquele ano. Em 2020, com a pandemia, o faturamento caiu para US$ 5 bilhões e, mesmo assim, foi o sexto maior.

LANTERNINHA O ranking mostra ainda que a Série A do Brasileirão ocupa a 14ª posição, com US$ 1,2 bilhão de faturamento, valor que vem reduzindo com a desvalorização do real. "A variação cambial fez os principais campeonatos nacionais perderem ainda mais relevância no cenário global dos negócios esportivos", diz Amir Somoggi, sócio da Sports Value.

SEM SINAL O ministro das Comunicações, Juscelino Filho, ampliou em 50% o programa Internet Brasil, que deve entregar 155 mil chips de celular com 20 GB de acesso à internet até o fim do ano para alunos de baixa renda da rede pública em Amapá, Bahia, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Minas Gerais. No entanto, cabe ao aluno ter o aparelho.

LA GARANTÍA... Como noticiou o Painel S.A., a YPFB, responsável pelo gasoduto Brasil-Bolívia, afirmou nesta terça (9) que pretende lançar contratos flexíveis e de longo prazo para os grandes industriários brasileiros. A promessa foi feita em reunião entre a cúpula da estatal boliviana e representantes dos setores de vidro, produtos químicos, cerâmicas e grandes consumidores de energia do Brasil. As negociações avançaram graças ao ministro Alexandre Silveira (Minas e Energia), que deixou claro que acabou o monopólio da Petrobras nesse ramo.

...SOY YO Segundo pessoas que participaram do encontro, o anúncio oficial da YPFB deve ocorrer na sede da Fiesp, em setembro, quando ela apresentará, além das novas condições contratuais, uma série de produtos para fornecimento de gás ao Brasil.

com Diego Felix



O ministro Fernando Haddad (Fazenda) no lançamento do Plano Safra, no Palácio do Planalto Pedro Ladeira-3.jul.2024/Folhapress

Cashback pode compensar carnes fora da cesta básica

Ministro se reuniu com o presidente da Câmara e os líderes partidários na véspera da votação do projeto

Adriana Fernandes e Victoria Azevedo

BRASÍLIA O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta terça-feira (9) que a ampliação do "cashback" na regulamentação da reforma tributária pode compensar a ausência de proteína animal na lista de produtos da cesta básica —que terão alíquota zero quando a reforma for implementada.

O impacto de alta nas mudanças no projeto na alíquota média de referência dos novos impostos foi o principal tema da reunião do ministro com lideranças da Câmara na tarde desta terça-feira (9), véspera da votação do projeto.

Haddad disse ainda que os líderes fizeram uma espécie de "sabatina" com o técnico da Receita que estava na reunião. Ele afirmou que os congressistas não poderão reclamar, no futuro, que a Fazenda não apresentou informações sobre o impacto na alíquota. "O Congresso não vai poder dizer que nós não prestamos as informações devidas."

Haddad informou que na reunião com os líderes foi feita uma apresentação detalhada de como os cálculos da alíquota média são feitos. Ponderou, no entanto, que a decisão política é do Congresso, que dará a última palavra sobre a reforma.

A visão de Haddad sobre a proteína animal coincide com a do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que, na semana passada, indicou resistência à inclusão de carnes e sugeriu ampliação do mecanismo. O "cashback" prevê a devolução de impostos para a população de baixa renda.

"Aumentar a parcela do imposto que é devolvida para as pessoas que estão no cadastro único é uma coisa que tem efeitos distributivos importantes. Então, às vezes, não é isentar toda a carne, mas aumentar o cashback de quem não pode pagar o valor cheio da carne", disse o ministro.

> "Aumentar a parcela do imposto que é devolvida para as pessoas que estão no cadastro único é uma coisa que tem efeitos distributivos importantes
>
> **Fernando Haddad**
> ministro da Fazenda

Segundo ele, a inclusão das carnes na cesta básica nacional com imposto zero é uma alteração que poderá ter o impacto mais expressivo na alíquota, porque o volume de proteína animal consumida no Brasil é relevante.

"Nós expusemos lá qual seria o impacto e levamos um técnico que fez o modelo. Não é um modelo feito de última hora, é um modelo que foi desenvolvido desde 2020, para várias finalidades, inclusive não apenas da reforma tributária", disse.

"O da proteína animal é o mais relevante, mas não é o único", ponderou. Segundo Haddad, o impacto da inclusão das carnes é de 0,53 ponto percentual na alíquota do IVA (Imposto sobre Valor Agregado) nos cálculos do governo e de 0,57 ponto percentual pela conta do Banco Mundial.

A inclusão ou não da proteína animal é um dos pontos polêmicos na reta final da discussão da regulamentação da reforma tributária. A FPA (Frente Parlamentar da Agropecuária), uma das forças mais expressivas da Casa, por exemplo, defende a inclusão do produto.

Assim como ocorreu na tramitação da PEC da reforma tributária no ano passado, a tendência é que temas considerados polêmicos sejam resolvidos no plenário. Mais cedo, o líder do governo na Casa, José Guimarães (PT-CE) disse que a ideia de Lira era "não levar grandes polêmicas para o plenário". O deputado Claudio Cajado (PP-BA), que integra o grupo de trabalho da Câmara que analisa o texto, espera que sejam apresentados poucos destaques, apesar de não ter sido firmado nenhum acordo a respeito disso.

"A percepção que eu tenho é que o colégio de líderes quer que a discussão seja a maior possível, a mais democrática possível, mas em relação a emendas e destaques, seja a menor possível", disse.

Ele afirmou que a Fazenda apresentou os estudos e, agora, caberá à Câmara decidir quais alterações serão feitas. Ele disse que o colegiado se pautou por dois "dogmas" ao longo da elaboração do parecer: não aumentar a atual carga de nenhum setor e não aumentar a previsão da alíquota média de 26,5%. Ele indicou que "há espaço" para mudanças no texto sem ferir esses dogmas. A ideia dos parlamentares é que o primeiro texto possa ser votado no plenário da Câmara nesta quarta-feira (10). Ao longo desta terça, os membros do grupo de trabalho se reuniram com as bancadas partidárias para destrinchar pontos do texto.

Numa tentativa de consolidar uma força-tarefa em torno do texto, Lira suspendeu as reuniões das comissões temáticas da Câmara de terça (9) a quinta-feira (11).

Carvão, mineral poluente, fica fora do 'imposto do pecado'

João Gabriel

BRASÍLIA O carvão ficou de fora da lista de minerais e combustíveis tributados pelo imposto seletivo, previsto no projeto de regulamentação da reforma tributária que tramita na Câmara dos Deputados. O imposto foi apelidado de "imposto do pecado" porque tem como objetivo taxar mercadorias prejudiciais ao ambiente ou à saúde.

Entraram na lista, por exemplo, o petróleo e o gás natural, também utilizados como combustíveis e fontes de emissão de gás carbônico, que contribui para o aquecimento global. O carvão mineral, fóssil que também pode ser utilizado para produção de energia em usinas termelétricas, ficou de fora da lista, tanto na primeira versão do texto da regulamentação quanto na mais recente, apresentada na última quinta-feira (4) pelo grupo de trabalho criado para tratar do tema.

Por outro lado, o minério de ferro permaneceu no último relatório, a despeito das reclamações do Ibram (Instituto Brasileiro de Mineração).

O texto ainda pode sofrer alterações. Setores que não foram atendidos pelo grupo de trabalho articulam agora para tentar modificar a proposta na votação do plenário da Câmara. Há, inclusive, uma série de emendas apresentadas pelos deputados que, se aprovadas, podem beneficiar estes setores.

Elas propõem, por exemplo, isenção para plano de saúde animal, protetor solar e "duty free", além da retirada ou inclusão de segmentos no "imposto do pecado".

A votação do texto deve acontecer nesta quarta-feira (10) na Câmara, uma vez que ele tramita em regime de urgência a pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Depois, o projeto ainda precisa passar pelo Senado.

O texto deixou de fora as carnes da lista de produtos da cesta básica nacional — que terá alíquota zero—, aumentou descontos tributários para o setor de construção civil e definiu que carros elétricos e jogos de azar terão incidência do "imposto do pecado". O imposto seletivo incide sobre veículos, embarcações, aeronaves, produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, bebidas açucaradas, jogos de azar e bens minerais.

O relatório estabelece uma tributação de no máximo 1% sobre as operações dessa última categoria e elenca quatro classes de mercadoria consideradas como bens minerais. São elas: minério de ferro, petróleo, gás natural liquefeito e gás natural em estado gasoso.

Para Fernando Zancan, presidente da Associação Brasileira do Carbono Sustentável (antiga Associação do Carvão Mineral), a taxação poderia ampliar a conta de luz, uma vez que o custo das termelétricas movidas pelo fóssil tem impacto direto no preço da energia elétrica. "No momento que se taxa o combustível que vai para uma térmica, que é necessária para o sistema [nacional de energia], ele vai aumentando a conta do consumidor. Iria contra a política do governo federal, de reduzir as tarifas", diz.

Já Anton Schwyter, gerente de energia do Instituto Arayara, aponta que as termelétricas à carvão pouco contribuem para o setor energético do país, mas são altamente poluentes. Segundo estudo do Iema (Instituto de Energia e Meio Ambiente), essas usinas tem a pior relação entre emissão de poluentes e terawatt de energia produzida: representam 17% da eletricidade do país, e 30% de todos os gases de efeito estufa.

"O carvão é uma fonte de energia que surge com a revolução industrial, no século 18, um grande emissor de gases do efeito estufa e outras substâncias tóxicas. O uso em siderúrgicas também é prejudicial para a população e trabalhadores. Não se entende como, num país como o Brasil, com grandes potenciais de fontes renováveis, se continue a beneficiar a indústria do carvão", diz Schwyter.


Vista aérea da usina termelétrica Presidente Médici - Candiota 3, no Rio Grande do Sul Danilo Verpa/Folhapress

Estados sem dívida também querem socorro federal

Norte e Nordeste pedem que renúncia seja repassada para investimentos

Adriana Fernandes

BRASÍLIA Os governadores dos estados sem dívidas com a União, a maioria das regiões Nordeste e Norte, lançam uma ofensiva nesta semana em Brasília para garantir tratamento isonômico no projeto que prevê a renegociação das dívidas.

Eles cobram que o valor da renúncia que o governo fará aos estados superendividados, como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, seja repassado a um fundo temporário de equalização para financiar contrapartidas em projetos nas áreas de educação, socioambiental, infraestrutura e prevenção a eventos climáticos extremos.

Os estados sem dívida ou com baixo endividamento junto ao governo querem restringir o acesso dos superendividados ao fundo. Nesta quarta-feira (10), os governadores do Consórcio Nordeste, que reúne os nove estados da região, estarão no Congresso para pressionar pelo pleito.

Nesta terça (9), o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), apresentou um projeto de lei de renegociação da dívida dos estados com a União que reverte parte dos juros economizados em investimentos nos próprios estados.

O governador do Piauí, Rafael Fonteles (PT), antecipou à **Folha** a minuta de um projeto que será levada a Pacheco e ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

A proposta, que está sendo discutida no Comsefaz (Comitê de Secretários de Fazenda dos Estados), prevê que os recursos direcionados ao fundo de estabilização sejam do mesmo valor do perdão da dívida concedido aos estados superendividados na nova renegociação.

Pela proposta, o fundo seria constituído pelo pagamento dos juros mensais quitados pelos estados. O acesso ao fundo seria permitido apenas às unidades da federação cujo débito seja inferior a 2% do total agregado da dívida de todas as unidades da Federação com a União.

Padrinho do projeto de renegociação, Pacheco já antecipou que o Ministério da Fazenda aceita a criação do fundo. Mas os estados com dívida querem ter também acesso a esses recursos. É o caso do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas.

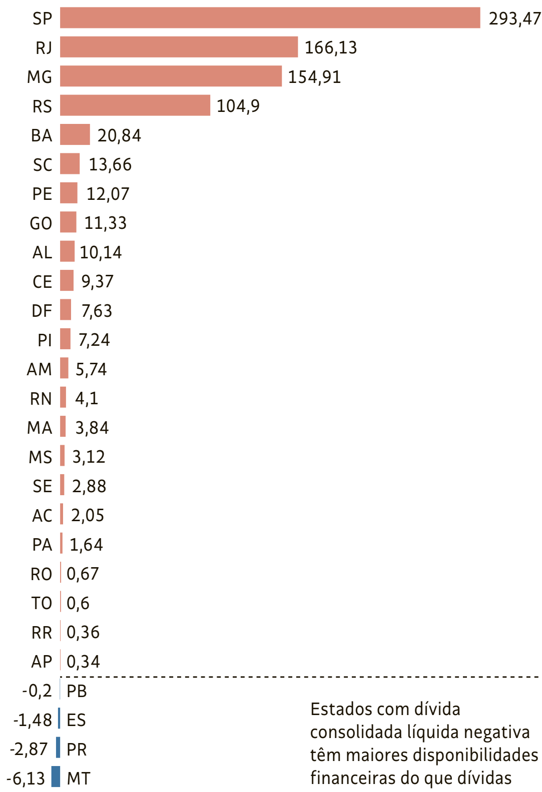

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco Agência Brasil

"Com a minuta, queremos contribuir com a negociação do projeto que, a meu ver, não está incluindo os demais estados", diz Fonteles. Segundo ele, são 22 estados, inclusive da região Sul, Sudeste e Centro-Oeste, que seriam prejudicados se for feita uma concessão de benefícios só para os estados superendividados.

"Eu proponho que o fundo seja igual ao valor da renúncia, da redução de encargos que os estados endividados terão. Se os estados endividados vão diminuir 2% [o pagamento de juros], que o fundo seja abastecido com 2% também de receitas. E que a regra de distribuição leve em consideração as desigualdades regionais", sugere o petista.

A proposta prevê que a distribuição dos recursos do fundo seja feita mensalmente com base em dois critérios: 50% pela distribuição do FPE (Fundo de Participação dos Estados) e a outra metade por uma regra que leva em conta o coeficiente de endividamento. "Existem estados que têm dívida zero, outros com dívida de 0,5% e 1% do estoque", ressalta.

Apenas quatro estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul) concentram, sozinhos, 87% da dívida consolidada líquida de todos os entes da Federação, estimada em R$ 826,4 bilhões no fim de 2023.



Por definição, esses estados tendem a ser os mais beneficiados pela repactuação —que pode envolver uma redução nos juros da dívida. O pagamento da dívida do Rio Grande do Sul foi suspenso por três anos devido à tragédia das enchentes.

O governador do Piauí afirma que não é contra a União ajudar os estados superendividados, mas pondera que é preciso ter isonomia por meio da compensação do fundo.

"Mas eu estou vendo ninguém defender os não endividados, que fizeram o dever de casa", disse. Segundo Fonteles, o Piauí não tem dívida com o governo federal.

O presidente do Comsefaz, Carlos Eduado Xavier, informa que o comitê está discutindo uma avaliação conjunta dos estados sobre o projeto. "Está avançando a questão da criação do fundo. É uma forma de inserir os demais estados nessa discussão", diz Xavier, que é secretário de Fazenda do Rio Grande do Norte.

Segundo ele, o tema será discutido nesta quarta com o presidente do Senado e a governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra (PT), que é também presidente do Consórcio Nordeste.

Outros governadores da região também estarão em Brasília. Ele admitiu que a demanda dos estados superendividados para ter acesso ao fundo representa um impasse na negociação.

"É um impasse que existe no momento, porque esses valores são estados grandes, com grande arrecadação. São valores que não podem nem fazer tanta diferença para eles", avalia

Pacheco disse que o presidente da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), senador David Alcolumbre (União Brasil-AP), deve ser o relator. O presidente do Senado quer fechar um consenso em torno do projeto para que a votação possa ocorrer antes do recesso parlamentar, que começa no dia 18 próximo.

Nos últimos meses, Pacheco tem cobrado do governo federal a renegociação da dívida dos estados com a União diante da situação fiscal de Minas Gerais, seu reduto eleitoral. O senador deve se reunir com a bancada federal do estado nesta quarta (10) para tratar do projeto.

Na semana passada, ele conversou com os governadores do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB); de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo); do Rio de Janeiro, Claudio Castro (PL); de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil); e com o vice-governador de São Paulo, Felicio Ramuth (PSD).

Pacheco apresenta projeto para rever dívida dos estados

Thaísa Oliveira e Adriana Fernandes

BRASÍLIA O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), apresentou nesta terça-feira (9) um projeto de lei de renegociação da dívida dos estados com a União que reverte parte dos juros economizados em investimentos nos próprios estados.

O projeto reduz o atual indexador da dívida de IPCA + 4% ao ano para até IPCA + 2%, mediante a entrega de ativos por parte do estado —como empresas públicas e créditos judiciais.

Uma parcela da economia poderá ser revertida em investimentos no próprio estado devedor; enquanto outra será usada para a criação de um fundo de investimentos que deve ser dividido entre todas as unidades da federação.

A criação do fundo —que vem sendo chamado de Fundo Nacional de Equalização de Investimentos— é uma resposta aos estados que não têm dívida com a União e cobram negociação isonômica em relação aos superendividados, como Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo.

O PL prevê a redução de um ponto percentual dos juros (considerando os 4% atuais), caso a unidade da federação entregue ativos que correspondam de 10% a 20% da dívida total. Se a entrega de ativos superar 20% do estoque, a queda será de dois pontos percentuais.

Ao anunciar o texto, Pacheco afirmou que não será possível diminuir o estoque da dívida, como ele e parte dos governadores queriam. "A proposta inicial que nós tínhamos, de fazer um programa equiparado ao Refis, que pudesse fazer o abatimento do estoque, acaba não sendo possível em razão de vedações, que nós compreendemos, e da afetação que isso geraria ao resultado primário da União", disse.

Pacheco afirmou que nem todas as sugestões feitas pela Fazenda foram incorporadas, mas disse que o texto apresentado nesta terça é um "ponto de partida". Segundo ele, o governo federal havia sugerido, por exemplo, "travas mais severas" em relação aos investimentos.

"Há um ponto que é digno de nota e precisa ser reconhecido. O Ministério da Fazenda, representando o governo federal nessa discussão, concorda que os 4% de juros sejam revertidos e não há nenhum tipo de reversão para a União em si", disse o senador.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, evitou fazer comentários sobre o projeto apresentado pelo presidente do Senado e disse que o texto é diferente do que havia sido proposto pela pasta.

"Eu não li o texto que foi apresentado, que difere daquele que a Fazenda tinha encaminhado. Eu vou cotejar para poder comentar depois. Mas o objetivo é que não haja impacto primário nas contas primárias do governo federal. Isso nós podemos assegurar de qualquer jeito", afirmou o ministro.

Segundo ele, é preciso garantir esse ponto para não gerar uma série de problemas nas contas públicas. "Nós temos que fazer as coisas muito adequadas para que não haja impacto primário", disse.

Votação de projeto de IA é adiada no Senado pela quinta vez, após pressão de indústrias

TEC

Patrícia Campos Mello

SÃO PAULO Após pressão da CNI (Confederação Nacional da Indústria), a votação do projeto de lei 2338/2023, que regulamenta o uso da inteligência artificial no país, foi adiada pela quinta vez na Comissão Temporária Interna sobre Inteligência Artificial (CTIA) no Senado.

A CNI apresentou uma nota técnica de 18 páginas contra o projeto, afirmando que o texto "resulta em um modelo regulatório com amplitude e rigor sem precedente, o que coloca o país sob o risco de sofrer um isolamento tecnológico com impacto negativo sobre a sociedade como um todo e sobre a competitividade das atividades econômicas".

A CNI também encampa a oposição das big techs à cobrança de direitos autorais sobre dados e conteúdo usados para treinar modelos de IA.

Uma das considerações da indústria, segundo apurou a **Folha**, é a ameaça de algumas big techs de não instalarem data centers no Brasil caso a legislação seja aprovada na versão atual. As empresas vêm afirmando que o país seria um lugar ideal para instalar data centers, que têm alto consumo energético –e o Brasil é grande produtor de energia limpa.

Segundo um representante das big techs, caso haja regras mais restritivas, o Brasil pode perder a vantagem competitiva e deixar de atrair data centers, que oferecem capacidade de processamento essencial para o avanço da IA.

Na visão da indústria e das big techs, são necessárias mais discussões sobre o assunto e, enquanto não se chega a um consenso, as agências reguladoras já existentes devem fazer a regulação do uso de IA em cada setor.

"A CNI representa, de certa forma, o setor de tecnologia, e eles trazem aqui (na nota técnica), com razão, a dificuldade de (para inovação) que estamos criando com esse projeto, por mais que ele tenha sido aperfeiçoado", disse o senador Izalci Lucas (PL-DF). O senador Eduardo Gomes (PL-TO), relator do projeto, havia aceitado a maioria das mudanças no texto pedidas pela CNI.

> Vimos uma aliança inexplicável da indústria nacional aos interesses das grandes empresas de tecnologia para barrar um projeto que trará avanços ao país
>
> **Bia Barbosa**
> do CGI (Comitê Gestor da Internet)

Segundo o relator, o projeto, de autoria do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), está em discussão há mais de dois anos e passou por 14 audiências públicas, um seminário internacional e 103 manifestações de especialistas.

Nos últimos dias, com o anúncio de que seria votado, o projeto passou a ser atacado nas redes sociais pela bancada bolsonarista, principalmente pelo deputado Nikolas Ferreira (PL-MG), que acusava a lei de representar "censura" da mesma maneira que os PLs das Fake News e do streaming.

O texto recebeu uma enxurrada de emendas de última hora dos senadores Marcos Pontes (PL-SP), Marcos Rogério (PL-RO) —que foi autor do pedido de adiamento da votação—, Carlos Portinho (PL-RJ), Izalci Lucas e Laercio Oliveira (PP-SE), alinhados às plataformas.

Marcos Pontes é vice-presidente da Frente Parlamentar Brasil Competitivo, que organizou seminário sobre transformação digital e IA, com patrocínio da Microsoft e do Google.

As principais críticas referem-se ao pagamento de direitos autorais por conteúdo usado para treinar modelos de IA, a classificação de sistemas de recomendação como de "alto risco", o que exigirá que passem por auditorias para medir impacto potencial, e o estabelecimento de obrigações de transparência.

As big techs defendem o PL 21/2020 da Câmara, relatado pela deputada Luísa Canziani (PSD-PR), que libera o uso de dados públicos para treinamento de modelos de IA.

Com o adiamento, há poucas chances de votar o projeto antes da eleição municipal, que ocorre em outubro, segundo pessoas envolvidas no processo. A Coalizão Direitos na Rede, que reúne entidades da sociedade civil e defende a lei, criticou o adiamento da votação.

Usinas despacháveis e intermitentes

Não é razoável que se utilize uma única métrica para comparar as duas fontes

Jerson Kelman
Engenheiro, foi professor da Coppe-UFRJ e dirigente de ANA, Aneel, Light, Enersul e Sabesp

Uma fonte de energia elétrica é despachável se consegue produzir eletricidade quando necessário. Isto é, se está disponível quando o ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) a "despacha".

As usinas hidroelétricas com reservatório são despacháveis desde, é claro, que os reservatórios não estejam vazios. Ademais, são também "limpas", no sentido de que não emitem gases que causam o efeito estufa (GEE), graças à natural renovação da água que escoa pelos rios (ciclo hidrológico).

As usinas termoelétricas também são despacháveis, desde que haja estoque de carvão, gás natural, biomassa ou urânio, conforme o tipo da usina.

As que queimam carvão são as que mais emitem GEE por MWh gerado, seguidas da que queimam gás natural. As que utilizam biomassa também emitem GEE durante a queima, mas a emissão líquida é nula quando se considera a reabsorção de CO_2 durante o crescimento da biomassa. As usinas nucleares, movidas a urânio, não emitem GEE.

Uma usina intermitente, ao contrário de uma despachável, só produz eletricidade quando a natureza permite. Usinas solares são intermitentes porque só produzem quando o Sol brilha, eólicas só quando o vento sopra e hidroelétricas sem reservatório só quando o rio flui. Em compensação, não emitem GEE.

A energia produzida por uma usina "limpa" não é equivalente à produzida por outra que emite GEE porque a segunda causa externalidade ambiental negativa, que causa mudanças climáticas.

Por isso não é razoável que se utilize uma única métrica para comparar as duas fontes, baseada apenas no custo unitário da energia (R$/MWh). Seria como comparar banana com laranja.

Para corrigir essa distorção, discute-se em todo o mundo a criação de mercados de carbono com o objetivo de "internalizar a externalidade". Quando implementado, as usinas que emitem GEE serão obrigadas a comprar créditos de carbono, tornando-se menos competitivas. Talvez ao ponto de fecharem as portas ou buscar alguma alternativa que dispense o uso de combustíveis fósseis.

A depender do avanço tecnológico, a alternativa poderá ser trocar o calor produzido por combustível fóssil pelo produzido pela geotermia (ver coluna de 16 de abril). Ou pela transformação da sobra de geração elétrica intermitente em calor armazenado em grafite ou em tijolos refratários, para posterior produção de vapor para uso em térmicas convencionais.

O ponto aqui é que a energia produzida por uma usina despachável não é equivalente à de uma intermitente. A despachável certamente poderá ser acionada para garantir o suprimento quando ocorrer, por exemplo, um pico de consumo. A intermitente, pode ser que sim, pode ser que não.

Da mesma maneira em que se busca normatizar o uso de créditos de carbono para "nivelar" usinas que emitem GEE, é preciso achar maneira de tornar comensurável o custo das usinas despacháveis e das intermitentes. Uma possibilidade é considerar que usinas intermitentes se tornam equivalentes às despacháveis quando associadas a algum armazenamento de energia para posterior conversão em eletricidade.

Pode ser químico (baterias), gravitacional (usinas hidroelétricas reversíveis), térmico (grafite e tijolos refratários) ou qualquer outro tipo. Para efeito de comparação, o relevante é que o cálculo do custo unitário de usinas intermitentes considere não só o custo de produção de energia elétrica propriamente dito, mas também o de armazenamento. Aí a comparação fica entre banana e banana.

COGNA EDUCAÇÃO S.A.

Companhia Aberta - CNPJ 02.800.026/0001-40 - NIRE 31.300.025.187

AVISO AOS DEBENTURISTAS

A **COGNA EDUCAÇÃO S.A.** ("**Emissora**") vem comunicar aos titulares das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da 2ª (segunda) série da 7ª (sétima) emissão da Emissora em circulação ("**Debenturistas**", "**Debêntures da Segunda Série**" e "**Emissão**", respectivamente) e ao Agente Fiduciário, a proposta para aquisição facultativa das Debêntures da Segunda Série, pelo Preço de Aquisição (conforme abaixo definido), observados os termos e condições estabelecidos na Cláusula 5.20 do "*Instrumento Particular de Escritura da 7ª (Sétima) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 2 (duas) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Cogna Educação S.A.*", celebrado em 15 de julho de 2021, entre a Emissora e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("**Agente Fiduciário**"), conforme aditado em 17 de agosto de 2021 ("**Escritura de Emissão**"), conforme aplicáveis ("**Oferta de Aquisição Facultativa**"), assim como aqueles estabelecidos na presente proposta ("**Proposta**"). O preço a ser pago pela Emissora em relação à cada uma das Debêntures da Segunda Série, no âmbito da Oferta de Aquisição Facultativa, corresponderá ao saldo do Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura de Emissão) das Debêntures da Segunda Série acrescido da Remuneração da Segunda Série (conforme definida na Escritura de Emissão), calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Pagamento da Remuneração da Segunda Série (conforme definida na Escritura de Emissão) imediatamente anterior (inclusive), até a data da sua efetiva aquisição (exclusive), acrescido de um prêmio *flat* calculado da seguinte forma ("**Preço de Aquisição**"):

Vaquisição = VR + Prêmio

onde:
VR = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda série ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme aplicável, acrescido da Remuneração da Segunda Série, calculada *pro rata temporis*, desde a primeira Data de Integralização (conforme definida na Escritura de Emissão) ou da respectiva Data de Pagamento da Remuneração da Segunda Série imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a Data de Aquisição (exclusive), conforme abaixo definida.

Prêmio = VR * ((1 + Taxa)^(du_vcto/252)-1)

Taxa = 0,50% (cinquenta centésimos por cento).
du_vcto = quantidade de Dias Úteis entre a Data de Aquisição (inclusive) e a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série (conforme definida na Escritura de Emissão) (exclusive).

A aquisição aqui prevista será realizada conforme procedimentos previstos na Subseção II da Seção III do Capítulo III da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 77, de 29 de março de 2022 ("**Resolução CVM 77**"), e operacionalizada por meio da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**"). Os titulares das Debêntures poderão manifestar sua intenção de alienação das Debêntures à Companhia a partir da publicação deste aviso até 25 de julho de 2024 (inclusive) ("**Prazo de Manifestação**"), sendo que a Emissora se compromete a realizar tal aquisição no dia 6 de agosto de 2024 ("**Data de Aquisição**"), mediante o pagamento, pela Emissora, do Preço de Aquisição, à vista, em moeda corrente nacional. A Emissora declara e se obriga, desde já, a, após a efetiva aquisição das Debêntures da Segunda Série objeto da presente Oferta de Aquisição Facultativa, cancelar as Debêntures da Segunda Série adquiridas, nos termos da legislação aplicável e da Escritura de Emissão. A Emissora pretende adquirir a quantidade mínima de 5% (cinco por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação. A Oferta de Aquisição Facultativa não permanecerá válida nos termos aqui previstos, caso a quantidade de Debêntures da Segunda Série indicada nas manifestações de alienação recebidas seja inferior à quantidade mínima de Debêntures da Segunda Série. Caso a quantidade de Debêntures da Segunda Série, indicada nas manifestações de alienação recebidas seja superior à quantidade mínima de Debêntures da Segunda Série, serão adquiridas pela Emissora tantas Debêntures da Segunda Série quantas tiverem sido indicadas nas manifestações de alienação recebidas, nos termos do inciso I, alínea "a", do § 6º do artigo 19 da Resolução CVM 77, podendo, portanto, vir a ser adquirida até a totalidade das Debêntures em circulação. A Oferta de Aquisição Facultativa possui caráter vinculante e está condicionada ao recebimento, pela Emissora, das Debêntures da Segunda Série a serem adquiridas, sendo certo que, na hipótese da não observância desta condição, por qualquer razão, esta Proposta será automaticamente cancelada e as obrigações da Emissora aqui contidas serão automaticamente rescindidas. Os titulares de Debêntures custodiadas junto à B3 que tiverem interesse em alienar suas Debêntures devem, dentro do Prazo de Manifestação, manifestar sua adesão à presente Oferta de Aquisição Facultativa diretamente no sistema NoMe, através de seu custodiante contratado. Os titulares de Debêntures poderão alienar parte ou a totalidade de suas Debentures, sendo que em ambos os casos o lançamento é feito em Títulos e Valores Mobiliarios > Cadastramento de Operações > Recompra pelo Emissor > Manifestação de venda para o Emissor, observado os procedimentos estabelecidos pela B3. Para fins de preenchimento no sistema, o código da conta da Companhia junto à B3 é 30228.40-5. Em caso de dúvidas sobre o procedimento perante a B3, os Debenturistas deverão entrar em contato com o atendimento de emissores balcão da B3, pelo telefone (11) 2565-5061, ou pelo endereço eletrônico emissores.rendafixa@b3.com.br. O lançamento da manifestação de venda de Debêntures será unilateral pelo titular das Debêntures, podendo este desistir dos lançamentos anteriormente efetuados, total ou parcialmente, também unilateralmente, quando e se tais lançamentos forem realizados dentro do Prazo de Manifestação. Observa-se que, entre o lançamento da manifestação de venda de Debêntures para a Companhia no sistema NoMe e a Data de Aquisição Facultativa, a quantidade de Debêntures indicada no sistema permanecerá bloqueada para movimentação pelo debenturista, sendo visualizada no Módulo de Posição de Custódia. Os titulares de Debêntures custodiadas junto ao Escriturador que tiverem interesse em alienar suas Debêntures devem manifestar sua adesão à presente Oferta de Aquisição Facultativa no Prazo de Manifestação, de forma escrita, por meio do envio do formulário de intenção previsto no Anexo A da Resolução CVM 77 e na forma do Anexo I à presente Proposta ("**Termo de Intenção de Alienação**"), à Companhia com cópia para o Agente Fiduciário, para os correios eletrônicos (e-mails) indicados abaixo: **(i)** para a Companhia: Tesourariacorp@cogna.com.br; **(ii)** para o Agente Fiduciário: agentefiduciario@vortx.com.br e gtm@vortx.com.br. O envio do Termo de Intenção de Alienação de Debêntures deverá ser assinado unilateralmente pelo titular das Debêntures, podendo este, dentro do Prazo de Manifestação, retificar, reenviar ou desistir do Formulário de Intenção de Alienação de Debêntures anteriormente enviado, parcial ou totalmente, também unilateralmente, mediante envio de novo Formulário de Intenção de Alienação de Debêntures, à Companhia com cópia para o Agente Fiduciário, para os correios eletrônicos (e-mails) indicados acima, desde que observado o referido prazo. Os titulares de Debêntures custodiadas junto ao Escriturador que tiverem aderido à Oferta de Aquisição Facultativa obrigam-se a assinar o termo de transferência das Debêntures, na forma do modelo disponibilizado pelo Escriturador ("**Termo de Transferência**"), bem como apresentar ao Escriturador a documentação indicada a seguir, digital ou fisicamente nos endereços indicados abaixo, o que deverá ocorrer, no máximo, até o Prazo de Manifestação: **(i)** Termo de Transferência devidamente preenchido, rubricado e assinado, com o reconhecimento de firma de assinaturas por autenticidade ou mediante assinatura eletrônica com certificado digital (ICP-Brasil); e **(ii)** Cópia dos seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade válido com foto (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); (b) quando pessoa jurídica, (I) último estatuto social ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (II) documentos societários que comprovem a representação legal do debenturista; e (III) documento de identidade válido com foto do representante legal; (c) quando fundo de investimento, (I) último regulamento consolidado do fundo; (II) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (III) documento de identidade válido com foto do representante legal; (d) caso qualquer dos debenturistas indicados nas alíneas (a) a (c) acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar procuração com poderes específicos. Endereço Escriturador: Itaú Corretora de Valores S.A. - Customer Success | Gerencia de Escrituração - Avenida do Estado, nº 5533 - 1° andar, bloco A - Mooca - São Paulo/SP - CEP 03105-003 - Correio Eletrônico: escrituracaorendafixa@itau-unibanco.com.br. **O TITULAR DE DEBÊNTURES DEVE ESTAR CIENTE QUE NÃO PODERÁ CONDICIONAR SUA INTENÇÃO DE ADESÃO À OFERTA DE AQUISIÇÃO FACULTATIVA E, CASO NÃO MANIFESTE SUA INTENÇÃO DE DESISTÊNCIA VIA LANÇAMENTO NO SISTEMA NoMe NO PRAZO DE MANIFESTAÇÃO, SUA VENDA DO ATIVO SERÁ AUTOMATICAMENTE OPERACIONALIZADA PELO SISTEMA NoMe, INDEPENDENTEMENTE DE TER SIDO ASSINALADA ERRONEAMENTE A OPÇÃO DE CONDICIONAR SUA ADESÃO VIA SISTEMA NoMe.** Observa-se que o lançamento de novas manifestações de venda de Debêntures no sistema NoMe, bem como a desistência desses lançamentos, quando e se efetuados fora do Prazo de Manifestação não serão acatados. **Cronograma da Oferta de Aquisição Facultativa:** Encontra-se abaixo um cronograma simplificado das principais etapas da Oferta de Aquisição Facultativa:

Nº	Evento	Data de Realização/Data Prevista
1.	Divulgação de Comunicado sobre Oferta de Aquisição Facultativa(1)	10 de julho de 2024
2.	Publicação de Comunicado sobre Oferta de Aquisição Facultativa nos jornais, conforme previsto na Escritura de Emissão	10 de julho de 2024
3.	Início do Prazo de Manifestação	10 de julho de 2024
4.	Encerramento do Prazo de Manifestação	25 de julho de 2024
5.	Prazo máximo para formalização do Termo de Transferência junto ao Escriturador (2)	25 de julho de 2024
6.	Data de Aquisição Facultativa	6 de agosto de 2024

(1) Divulgação nas páginas da Companhia, CVM e B3 na rede mundial de computadores, assim como no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e no jornal "Folha de São Paulo". (2) Aplicável exclusivamente àqueles titulares de Debêntures custodiadas junto ao Escriturador que tiverem aderido à Oferta de Aquisição Facultativa, conforme previsto neste comunicado. Nos termos do artigo 19, § 9º da Resolução CVM 77, a Oferta de Aquisição Facultativa possui caráter irretratável, sem prejuízo da possibilidade de as condições serem alteradas ou revogadas até o término do Prazo de Manifestação. Neste caso, a revogação ou alteração deverá (i) ser comunicada ao Agente Fiduciário e a todos os debenturistas e (ii) ser concedido novo prazo igual ou maior ao Prazo de Manifestação para que os debenturistas que já tenham aderido possam revogar ou alterar sua manifestação e aqueles que não tenham aderido possam se manifestar. Os Debenturistas que formalizarem o Termo de Intenção de Alienação deverão entrar em contato com seus respectivos custodiantes para a tomada das medidas necessárias à disponibilização das Debêntures a serem adquiridas pela Emissora via sistema de negociação de valores mobiliários. As demais informações sobre a Oferta de Aquisição Facultativa exigidas nos termos do Anexo H da Resolução da CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, encontram-se no Anexo I ao Comunicado ao Mercado divulgado nesta data e disponível na página da Emissora (https://ri.cogna.com.br/) e da CVM (https://sistemas.cvm.gov.br/) na rede mundial de computadores. Quaisquer dúvidas ou esclarecimentos adicionais, favor entrar em contato com a Emissora, por meio dos endereços de correio eletrônico: Tesourariacorp@cogna.com.br. A Companhia manterá os Debenturistas atualizados sobre quaisquer desdobramentos e atualizações relevantes referentes à Oferta de Aquisição Facultativa por meio da divulgação de eventuais comunicações e avisos nas páginas na rede mundial de computadores da Emissora, (https://ri.cogna.com.br/). Os termos iniciados em letras maiúsculas utilizados e não definidos no presente Aviso terão os significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão. São Paulo, 10 de julho de 2024. **Frederico da Cunha Villa -** Vice-presidente Financeiro e Diretor de Relações com Investidores da Cogna Educação S.A.

ANEXO I

TERMO DE INTENÇÃO DE ALIENAÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA 2ª (SEGUNDA) SÉRIE, DA 7ª (SÉTIMA) EMISSÃO DA COGNA EDUCAÇÃO S.A.

QUALIFICAÇÃO DO ALIENANTE			
Nome/Razão Social:			**CPF/MF ou CNPJ/MF:**
Endereço:			**Telefone:**
CEP:	**Cidade:**	**UF:**	**País:**

QUALIFICAÇÃO DA ADQUIRENTE			
Razão Social: Cogna Educação S.A. ("**Emissora**")			**CNPJ/MF:** 02.800.026/0001-40
Endereço: Rua dos Guajajaras, nº 591, 4º andar, Sala 01, Bairro Lourdes			**Telefone:** (31) 3133-7309/(11) 3133-7304
CEP: 30.180-101	**Cidade:** Belo Horizonte	**UF:** MG	**País:** Brasil

TERMOS E CONDIÇÕES DA ALIENAÇÃO

Este termo de intenção de alienação de debêntures refere-se à oferta de aquisição facultativa, pela Emissora, das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da 2ª (segunda) série, da 7ª (sétima) emissão da Emissora ("**Debêntures da Segunda Série**"), observados os termos e condições estabelecidos no "*Instrumento Particular de Escritura da 7ª (Sétima) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 2 (duas) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Cogna Educação S.A.*", celebrado em 15 de julho de 2021, entre a Emissora e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("**Agente Fiduciário**"), conforme aditado em 17 de agosto de 2021 ("**Escritura de Emissão**"), conforme aplicáveis ("**Oferta de Aquisição Facultativa**").

QUANTIDADE DE DEBÊNTURES DA SEGUNDA SÉRIE DETIDA PELO DEBENTURISTA	QUANTIDADE DE DEBÊNTURES DA SEGUNDA SÉRIE QUE O DEBENTURISTA DESEJA ALIENAR	FORMA DE PAGAMENTO	TOTAL A SER PAGO
		À vista, em moeda corrente nacional	Preço de Aquisição (conforme definido na proposta comunicado da Oferta de Aquisição Facultativa)

Se aplicável, prêmio de aquisição mínimo aceito pelo debenturista. (*O qual não pode ser superior ao prêmio máximo ofertado pela companhia emissora. Este item deve ser mantido apenas nos casos previstos no art. 19, § 6º, inciso II, da Resolução da CVM nº 77, de 29 de março de 2022)*	Não aplicável à presente Oferta de Aquisição Facultativa
Esta intenção de alienação possui condições adicionais a que se refere o art. 19, § 5º, da Resolução da CVM nº 77, de 29 de março de 2022?	Não aplicável à presente Oferta de Aquisição Facultativa
Caso a resposta do item acima seja "Sim", favor assinalar abaixo a condição aplicável:	
I - adesão de Debenturistas interessados em alienar a totalidade das debêntures indicada como objeto da aquisição na comunicação da Emissora (incluindo as debêntures de titularidade deste debenturista); ou	Não aplicável à presente Oferta de Aquisição Facultativa
II - adesão de Debenturistas interessados em alienar ____ debêntures desta [emissão/série] (incluindo as debêntures de titularidade deste debenturista), definida pelo próprio titular.	Não aplicável à presente Oferta de Aquisição Facultativa

Iguatemi volta ao Rio de Janeiro e compra fatia do Rio Sul

Companhia vai desembolsar cerca de R$ 360 milhões para deter 16,6% do shopping localizado em Botafogo

Stéfanie Rigamonti

SÃO PAULO Após anunciar venda de sua participação no Shopping Iguatemi São Carlos e de 18% de sua fatia no Shopping Iguatemi Alphaville na semana passada, a Iguatemi S.A. informou na noite da última segunda-feira (8) operação para adquirir 16,6% do Shopping Rio Sul e se tornar administradora do negócio.

A transação, se concretizada, marca o retorno da companhia ao Rio de Janeiro. Hoje, a Iguatemi está presente nos estados de São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Distrito Federal.

Além disso, com essa jogada, o banco americano Goldman Sachs disse em relatório enxergar a companhia adotando uma boa estratégia de troca de ativos de "nível B" por um de patamar "A".

"Vemos o negócio como uma estratégia positiva, já que poderá aumentar a exposição da Iguatemi a um ativo potencialmente de maior qualidade, financiado em parte com recursos da venda de dois ativos de nível inferior", diz o analista Jorel Guilloty, do Goldman Sachs.

Analistas do BTG Pactual também disseram em relatório publicado nesta terça-feira (9) que veem o negócio como positivo. Além do retorno ao Rio, eles citam a posição de dominância do shopping na capital fluminense e a taxa de capitalização (retorno em relação ao valor investido) atrativa do negócio.

"O Rio Sul é um ativo dominante (bairro de Botafogo) com um perfil de alto padrão (consumidores A+)", argumentam Gustavo Cambauva, Elvis Credendio e Luis Mollo, do BTG.

Após a notícia, as ações ordinárias da Iguatemi encerraram o pregão desta terça em alta de 0,74%, enquanto as units subiram 1,24% na sessão.

Na véspera, o Iguatemi informou o mercado que celebrou acordo com a Combrashop, sociedade que detém o Shopping Rio Sul, para participar do investimento feito pela empresa na fatia detida pelo fundo canadense Brookfield.

Hoje, a Combrashop detém 46% do capital social do shopping e a participação dos outros 54% é de titularidade da Brookfield, detida indiretamente pelo fundo FIP Retail.

Quando o fundo anunciou intenção de vender a fatia de 54% no shopping localizado no bairro de Botafogo, a Allos, empresa fruto da fusão entre a Aliansce Sonae e a brMalls, informou em abril deste ano que estava em tratativas para adquirir, junto a um consórcio de parceiros de investidores financeiros, a participação da Brookfield no Rio Sul. O valor da transação era de R$ 1,1 bilhão a R$ 1,2 bilhão.

O conselho de administração da Allos chegou a aprovar a compra em maio, que daria participação de 15% no shopping por meio do consórcio. A empresa, portanto, desembolsaria entre R$ 310 milhões e R$ 330 milhões na aquisição, do total pago pelo grupo.

No mês passado, porém, a Allos disse que recebeu notificação do FIP Retail informando que uma das condições estipuladas para a aquisição do shopping não se verificou após a Combrashop exercer seu direito de preferência de compra da fatia do fundo no ativo. A Allos, então, suspendeu as negociações.

Procurada pela **Folha**, a companhia não quis comentar qual condição não cumprida impediu a concretização do negócio.

Após a desistência da Allos, a Iguatemi entrou na jogada, e comprou a fatia de 16,6% do Shopping Rio Sul, em uma operação feita em conjunto com o fundo de investimento imobiliário BB Premium Malls (BBIG FII), que agora passará a ser titular de 33,3% do capital social do shopping. A Combrashop ficará com 50,1%.

Pelo acordo, a Iguatemi será contratada como administradora do shopping após a conclusão da operação.

"A oportunidade de investimento no Shopping Rio Sul está alinhada à estratégia da Iguatemi de estar presente nas principais propriedades, nos mercados mais importantes do país, fortalecendo o seu portfólio de ativos", disse a empresa no fato relevante enviado à CVM (Comissão de Valores Mobiliários) em que anunciou a aquisição.

"Uma vez concluída essa operação, a Iguatemi adicionará ao seu portfólio a participação em um dos shoppings mais relevantes do país, na cidade do Rio de Janeiro, que representa o segundo maior PIB [Produto Interno Bruto] do Brasil", completou.

O investimento da Iguatemi na operação será de aproximadamente R$ 360 milhões. Já com a venda das fatias no Iguatemi São Carlos e no Iguatemi Alphaville, deve levantar R$ 250 milhões. Do total dos R$ 360 milhões, 70% será pago à vista e o restante em duas parcelas anuais corrigidas pelo CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

Segundo a Iguatemi, a taxa de capitalização de entrada é de 7,7%, enquanto a taxa implícita, considerando as taxas de serviço líquidas de custos, é de 11% mais uma TIR (Taxa Interna de Retorno) de 17,1% para o investimento.

O Shopping Rio Sul está localizado na região mais valorizada da cidade. Apesar de se autodenominar o primeiro shopping construído no Rio de Janeiro, sendo inaugurado nos anos 1980, o Shopping do Méier toma para si essa prerrogativa, ao dizer em seu site que é o pioneiro do Brasil, fundado em 1963.

O Rio Sul possui 52 mil m², reúne 400 lojas e recebe mensalmente 1,5 milhão de consumidores. Em seu entorno, 81% das residências são das classes A e B, com renda média duas vezes maior que a de toda cidade, segundo a Iguatemi. Dentro de um raio de 5 km, o shopping contempla os bairros de Ipanema, Copacabana, Leme, Lagoa, Flamengo e Leblon.

> A Iguatemi adicionará ao seu portfólio a participação em um dos shoppings mais relevantes do país, na cidade do Rio de Janeiro, que representa o segundo maior PIB do Brasil
>
> **Iguatemi S.A**
> em fato relevante

A república não é a do Brasil

Política francesa entretém e alarma, mas líder golpista é o maior cabo eleitoral neste país

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da **Folha**. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Alguns brasileiros estamos entretidos com as reviravoltas da política francesa. Alguns estivemos alarmados com as ameaças à liberdade, à igualdade, à fraternidade e à dignidade humana em geral, postas em risco pela possibilidade de vitória do partido Reunião Nacional, de Marine Le Pen, de ultradireita ou o nome que se dê.

Um rótulo político qualquer não vai esconder que se trata de um partido adversário da república, ideia para a qual jamais demos muita bola, mas que na França ainda comove muita gente. A república envolve princípios e direitos reais e muito caros para massas de pessoas; sua instituição periclitou por um século e meio e custou muito sangue e guerra civil.

Faz menos de dois anos, vimos aqui no Brasil assaltos até contra o direito de termos um sistema eleitoral democrático, que é um meio para se chegar a uma democracia substantiva e à república.

O líder do golpe contra as eleições é o maior líder político do país além do presidente da República. Trata-se, claro, de Jair Bolsonaro, que proclamou em público que cancelaria eleições —e muito mais. Quanto ao caráter republicano do presidente das trevas, basta lembrar sua pregação do genocídio, da guerra civil, da tortura, o preconceito criminoso contra indígenas, mulheres etc.

Em menos de dois meses, começa a campanha eleitoral municipal. Não é possível saber ainda, quantos dos candidatos serão liderados ou vão aderir a Bolsonaro, tal como o fez o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes. Sabe-se que a maioria do centrão direitão que domina prefeituras e Congresso já sustentou o governo Bolsonaro, é adepto do seu programa ou vai se valer de seu apoio.

O centrão direitão e suas alas mais bolsonaristas tiveram sucesso em 2020 e 2022, base do seu domínio e expansão políticos. Não têm programa quanto a questões essenciais: gasto público e impostos, transição energética, saúde pública, devastação ambiental etc. No essencial, não importa muito se as coisas continuarem como estão desde que tenham mais poder sobre o Orçamento (emendas gastas à matroca) e fundos para feudalizarem a política. São pontas de lança do movimento que vai esgotar todo o Orçamento até que governo e Estado se tornem inviáveis, daqui a um lustro, talvez.

Quanto à ideia maior de república, jamais foi uma preocupação nacional explícita, se foi preocupação. Agora, se trata de acabar com a possibilidade de que tenhamos uma, dado a liderança normalizada de um golpista e do avanço de suas tropas contra os direitos mais elementares.

República, aqui, fazia parte do nome do golpe militar que derrubou o império agrário escravista de Pedro 2º e é parte do nome oficial do país, República Federativa do Brasil.

Por falar nisso, diga-se, de passagem, que tratamos mais de "federação" do que de república, pois está em jogo o interesse de elites regionais e dos centrões.

República está longe de haver, pois os direitos mais básicos, como os civis ou mesmo o direito à vida não se estendem a massas de pobres, ainda menos se pretos e pardos. São pessoas largadas em calabouços sem processos ou advogados, assassinadas aos montes pelo crime privado ou estatal, discriminados negativamente até por serem discriminados (sic), pois condenados à pobrezas e outras opressões.

A república depende de direitos sociais. Um dos mais básicos é o direito universal à escola, que não havia na prática faz meros 30 anos e, substantivamente, ainda não há, dada a educação péssima e muito desigual.

Enfim, deu para entender. A democracia e a república estão sob ataque contínuo e despercebido. O maior cabo eleitoral do país é golpista. Como se fosse normal.

Japão Brasil Minério de Ferro Participações Ltda.

CNPJ nº 23.460.425/0001-89

Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Março de 2024 e de 2023 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

Balanços Patrimoniais	Nota	31/03/2024	31/03/2023
Ativo/Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	89.429	40.600
Impostos a recuperar		1.410	1.594
Adiantamento a terceiros		8	–
Despesas a apropriar		17	12
JCP a receber	7	34.246	6.902
Total do ativo circulante		125.110	49.108
Não Circulante			
Imposto Diferido		–	71
Investimentos	7	2.691.144	2.457.573
Imobilizado		9	26
Total do ativo não circulante		2.691.153	2.457.670
Total do Ativo		2.816.263	2.506.778

Balanços Patrimoniais	Nota	31/03/2024	31/03/2023
Passivo e Patrimônio Líquido/Circulante			
Fornecedores		406	265
Impostos a pagar		120	70
Outros passivos		181	116
Total do passivo circulante		707	451
Não Circulante			
Imposto Diferido		8	–
Total do passivo não circulante		8	–
Patrimônio Líquido			
Capital social	10.a)	813.574	813.574
Outros resultados abrangentes	7	1.886.361	1.652.790
Lucros acumulados		115.613	39.963
Total do patrimônio líquido		2.815.548	2.506.327
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		2.816.263	2.506.778

Demonstrações do Resultado	Nota	31/03/2024	31/03/2023
Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	11	(5.400)	(7.936)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	11	394.512	467.730
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro		389.112	459.794
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	12	13.458	14.261
Despesas financeiras	12	(7.143)	(7.258)
Lucro antes do IR e da CS		395.427	466.797
IR e CS	13	(22.930)	(23.892)
Lucro Líquido do Período		372.497	442.905

Demonstrações do Resultado Abrangente	Nota	31/03/2024	31/03/2023
Lucro Líquido do Período		372.497	442.905
Outros Resultados Abrangentes			
Variação do valor justo do investimento na CSN Mineração S.A.	7	233.571	(604.238)
Resultado Abrangente Total do Exercício		606.068	(161.333)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	Nota	Capital	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de Janeiro de 2022		813.574	2.257.028	206.435	3.277.037
Variação do valor justo do investimento na CSN Mineração S.A.	7	–	(604.238)	–	(604.238)
Dividendos distribuídos	10	–	–	(609.377)	(609.377)
Lucro líquido do período		–	–	442.905	442.905
Saldos em 31 de Março de 2023		813.574	1.652.790	39.963	2.506.327
Variação do valor justo do investimento na CSN Mineração S.A.	7	–	233.571	–	233.571
Dividendos distribuídos	10	–	–	(296.847)	(296.847)
Lucro líquido do período		–	–	372.497	372.497
Saldos em 31 de Março de 2024		813.574	1.886.361	115.613	2.815.548

Demonstrações dos Fluxos de Caixa	Nota	31/03/2024	31/03/2023
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro do período antes do IR e da CS		395.427	466.797
Ajustes para reconciliar o lucro antes do IR e da CS com o caixa utilizado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações		17	20
Dividendos e JCP	7	(394.481)	(467.711)
Redução (aumento) nos ativos:			
Outros ativos		242	1.343
Aumento (redução) nos passivos:			
Fornecedores		141	(54)
Impostos a pagar		50	(635)
Outros passivos		73	–
Caixa utilizado nas atividades operacionais		1.469	(240)
IR e contribuição pagos		(22.930)	(23.892)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		(21.461)	(24.132)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Dividendos e JCP recebidos	7	367.137	460.809
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		367.137	460.809
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Dividendos pagos	10	(296.847)	(609.377)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(296.847)	(609.377)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		48.829	(172.700)
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Saldo inicial		40.600	213.300
Saldo final		89.429	40.600
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		48.829	(172.700)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional: A Japão Brasil Minério de Ferro Participações Ltda. ("Empresa") é uma sociedade empresarial limitada, com sede na Avenida Paulista, 37 - 19º andar (parte), na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, constituída em 7 de outubro de 2015. Sua atividade é de participação em outras empresas, na qualidade de sócia, cotista ou acionista. Foi constituída com propósito específico (SPE), com prazo de duração indeterminado pela Itochu Brasil S.A. A Empresa utiliza a estrutura de administração de seu controlador final a Itochu Corporation, através da nomeação de executivos do Japão para monitoramento e administração dos interesses dos cotistas em seu investimento na CSN Mineração S.A. A operação da Empresa no Brasil tem tido suporte financeiro próprio, através de dividendos recebidos da CSN Mineração. Suas demonstrações financeiras estão preparadas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), assumindo que a Empresa continuará com suas operações. Desta forma, as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de março de 2024 foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional. A Empresa possui até 31 de março de 2024, um único investimento na CSN Mineração S.A., que realizou abertura de capital na B3 no dia 18 de fevereiro de 2021, representado por 507.762.966. A CSN Mineração tem como atividade principal a produção de minério de ferro, que é desenvolvida no município de Congonhas no Estado de Minas Gerais. O minério de ferro é substancialmente comercializado no mercado internacional, principalmente nos continentes europeu e asiático. Os preços que vigoram nesses mercados são historicamente cíclicos e estão sujeitos a flutuações significativas em períodos curtos, em decorrência de vários fatores relacionados à demanda mundial, às estratégias adotadas pelos principais produtores de aço e à taxa de câmbio. **2. Elaboração das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Empresa foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **2.2. Base de preparação e exercício social:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. O exercício social da Empresa começa em 1º de abril e termina em 31 de março de cada ano. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Empresa no processo de aplicação das práticas contábeis. Essas estimativas podem afetar os valores divulgados de ativos e passivos no fim do exercício e os valores divulgados de receitas e despesas durante o exercício. Apesar de essas estimativas serem baseadas na melhor perspectiva da Administração, os resultados reais podem ser diferentes. As áreas que envolvem maior julgamento ou complexidade, ou cujas premissas e estimativas sejam relevantes às demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3. As principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras estão descritas a seguir. **2.3. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras:** A moeda funcional da Empresa é o real (R$), por ser a moeda do ambiente econômico no qual ela opera e ainda aquela na qual são gerados as receitas e os fluxos de caixa operacionais, sendo a mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Apuração do resultado:** O resultado das operações (receitas, custo e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas brutas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas. A Empresa reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos-futuros fluam para a entidade; e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Empresa. A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva. **2.5. Moeda estrangeira:** Transações e saldos em moeda estrangeira: As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Empresa (reais - R$) utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente no fim de cada exercício. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício, na rubrica "Variação cambial, líquida". Os impactos de variação monetária e encargos financeiros sobre ativos e obrigações, nos termos dos contratos vigentes, também são reconhecidos, de modo que reflitam os valores auferidos e incorridos até o fim de cada exercício, e seus resultados são levados às rubricas "Receitas financeiras" e "Despesas financeiras". **2.6. Caixa e equivalentes de caixa:** Mantidos com a finalidade de atender a compromissos de pagamento de curto prazo e não para investimento ou demais fins. A Empresa considera como caixa e equivalentes de caixa: (a) dinheiro em caixa; (b) depósitos bancários; e (c) aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa sujeito a um risco insignificante de mudança de valor os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **2.7. Investimentos:** Os investimentos em participações de outras empresas são registrados e avaliados pelo método do valor justo e foram reconhecidas inicialmente pelo custo. Entretanto, conforme divulgado no item 2.12 abaixo, a Empresa na adoção da IFRS 9 decidiu pelo reconhecimento de alterações subsequentes ao valor justo de seu investimento patrimonial na CSN Mineração S.A., em outros resultados abrangentes, sendo somente a receita de dividendos reconhecida no resultado. **2.8. Provisões:** Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação na data das demonstrações financeiras, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando se espera recuperar alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **2.9. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para o registro e a divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (iii) obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Empresa questionou a inconstitucionalidade de tributos. **2.10. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.11. IR e CS:** As despesas com IR e CS compõem os impostos correntes e diferidos. Impostos correntes: A provisão para IR e CS está baseada no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para IR e CS é calculada com base na alíquota vigente no fim da data mês. Impostos diferidos: O IR e a CS diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo o saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Empresa apresente lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período em que se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Empresa espera, no fim de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados na rubrica "Outros resultados abrangentes". **2.12. Instrumentos financeiros:** Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros: A classificação dos ativos financeiros segundo a IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Conforme a IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; valor justo por meio do resultado ("VJR"); valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") - instrumento de dívida; VJORA - instrumento patrimonial; ou valor justo por meio de resultado ("VJR"). No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes ("ORA"). Esta escolha é feita investimento por investimento. As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros mensurados a custo amortizado	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido também no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado a menos que os dividendos representem claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Sob a IFRS 9, um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível na IFRS 9). Um ativo financeiro é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição. **3. Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis:** Ao adotar as práticas contábeis mencionadas na nota explicativa nº 2, a Administração, com base em julgamentos e premissas, utiliza estimativas relacionadas aos valores contábeis dos ativos e passivos que não podem ser facilmente obtidas de outras fontes. Essas estimativas e premissas baseiam-se na experiência e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas consideradas são revisadas continuamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que a estimativa é revisada, caso a revisão afete esse exercício, ou no exercício da revisão e em futuros exercícios, caso a revisão afete tanto o exercício corrente e futuros. A seguir, são apresentadas as principais origens de incerteza nas estimativas no fim do exercício, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício. IR diferido: O IR diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados e diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do IR diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e no nível de lucros tributáveis futuros. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: As provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. **4. Normas e Interpretações Revisadas e Vigentes:**

Normas	Alteração	Vigência a partir de:
IFRS 17 - Contratos de Seguros	Nova norma	01.01.2023
IAS 1 - Evidenciação dos Relatórios Contábil Financeiros de Propósito Geral	Divulgação de políticas contábeis	01.01.2023
IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição de estimativas contábeis	01.01.2023
IAS 12 - Tributos sobre o Lucro	Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única ("*single transaction*")	01.01.2023

5. Normas Revisadas e não Vigentes:

Normas	Alteração	Vigência a partir de:
IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas IAS 28 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida
IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	(*)
IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Apresentação das demonstrações financeiras - Passivo Não Circulante com *covenants*	(*)
IFRS 16 - Arrendamentos	Passivo de arrendamento em uma transação de "*Sale and Leaseback*"	(**)
IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Acordos de Financiamento de Fornecedores	(*)

(*) As alterações, que contêm medidas de transição específicas para o primeiro período anual no qual a entidade aplica as alterações, são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada e não foram adotadas na preparação dessas demonstrações financeiras. (**) As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. Se o vendedor-arrendatário aplicar as alterações para um período anterior, ele deve divulgar esse fato. A Administração da Companhia e suas controladas estão em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

6. Caixa e Equivalentes de Caixa:

	31/03/2024	31/03/2023
Aplicações financeiras - CDB pós-CDI	89.429	40.600
Total	89.429	40.600

Os Certificados de Depósito Bancário - CDBs são registrados ao custo e acrescidos dos rendimentos auferidos até o fim do exercício, remunerados entre 98% e 103% da taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e resgatáveis imediatamente por solicitação da Empresa, por força de compromissos de recompra pelas instituições financeiras, sem perda de remuneração.

7. Investimentos:

	31/03/2024	31/03/2023
CSN Mineração S.A.	964.438	964.438
(+/–) Variação do valor justo dos instrumentos patrimoniais	1.726.706	1.493.135
Total	2.691.144	2.457.573

CSN Mineração S.A. ("CSN Mineração"): Sediada em Congonhas, no Estado de Minas Gerais, a CSN Mineração tem por objetivo principal a produção, a compra e a venda de minério de ferro, e tem o mercado externo como foco principal na comercialização de seus produtos. A partir de 30 de novembro de 2015, a CSN Mineração passou a centralizar as operações de mineração da Companhia Siderúrgica Nacional, incluindo os estabelecimentos da mina de Casa de Pedra, do porto TECAR e participação de 18,63% na MRS. Em 18 de fevereiro de 2021, a CSN Minérios concluiu a oferta pública de ações, se tornando assim, uma sociedade anônima de capital aberto. A oferta consistiu na distribuição primária e secundária de ações ordinárias de sua emissão, através da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão. O Preço por Ação foi fixado em R$8,50, após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a investidores institucionais, realizados no Brasil e no exterior. Com a negociação das ações emitidas da CSN Minérios capitalizou o montante de R$1.370 bilhões que foram destinados para aumento do capital social. A participação da Empresa nessa Companhia na data de abertura de capital era de 545.353.980 ações, sendo que nesta mesma data a Empresa decidiu vender 37.591.014 destas ações, ficando em 31 de março de 2024 e de 2023 com 507.762.966 onde último preço cotado nesta data foi de R$5,30 (R$4,84 em 2023) por ação totalizando o investimento da Empresa na Companhia no montante de R$2.691.143 (R$2.457.573 em 2023). A movimentação dos investimentos para o exercício findo em 31 de março de 2024 e em 31 de março de 2023 estão demonstradas a seguir:

Saldo em 31 de março de 2022	3.061.811
(–) Variação do valor justo dos instrumentos patrimoniais para 31 de março de 2023	(604.238)
Saldo em 31 de março de 2023	2.457.573
(–) Variação do valor justo dos instrumentos patrimoniais para 31 de março de 2024	233.571
Saldo em 31 de março de 2024	2.691.144

Dividendos e JCP recebidos: A Empresa recebeu dividendos da CSN Mineração relativos ao exercício fiscal de 2023, no montante de R$328.326 (R$328.326 recebidos em 2023 referente ao exercício fiscal de 2022 e 2023), a Empresa também reconheceu JCP da CSN Mineração, no montante de R$66.156 (R$31.909 recebidos em 2023 referente ao exercício fiscal de 2022). O montante foi reconhecido no resultado do período na linha "outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" conforme nota explicativa nº 11. Juros sobre capital próprio a receber: Em 31 de março de 2024 a Empresa reconheceu JCP (Juros sobre capital próprio) a receber no montante de R$34.246 (R$6.902 em 2023) provenientes da CSN Mineração S.A. **8. Saldos e Transações com Partes Relacionadas:** As transações com partes relacionadas são como segue:

	31/03/2024	31/03/2023
Ativo Circulante:		
JCP a receber - CSN Mineração	34.246	6.902
Outras receitas:		
Dividendos e JCP - CSN Mineração	394.481	467.711
Despesas administrativas:		
Itochu Brasil S.A. (a)	(1.637)	(1.699)
Itochu Corp (a)	(338)	(392)

(a) Refere-se a serviços prestados de auxílio em assessoria e gestão financeira, tais como administrativos, de recursos humanos e jurídicos. O pagamento é trimestral e esses serviços são oferecidos à tributação de impostos (Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, Imposto sobre Serviços - ISS e IR Retido na Fonte - IRRF). Remuneração da Administração: Pelo fato de a Administração da Empresa ser compartilhada com as demais empresas do Grupo Itochu Brasil, a remuneração paga aos administradores é inicialmente registrada entre elas e apropriada a cada empresa por meio de acordos de serviços corporativos entre as empresas do Grupo. **9. Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas:** A Empresa não está envolvida em disputas e litígios nas esferas judicial e administrativa, oriundas do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis, entre outras. Em 31 de março de 2024, não era conhecido risco provável que devesse ser refletido nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo naquela data ou qualquer risco possível que deva ser divulgado. De acordo com a legislação fiscal vigente, as declarações de rendimentos dos últimos cinco exercícios e os impostos e as contribuições sociais permanecem sujeitos à revisão e aprovação pelos órgãos competentes por períodos variáveis de tempo. Como decorrência dessas revisões, transações e recolhimentos poderão ser questionados, ficando os valores identificados sujeitos a multas, juros e atualização monetária. **10. Patrimônio Líquido:** a) Capital social: Em 31 de março de 2024 e de 2023, o capital subscrito e integralizado é representado por 813.573.737 cotas com valor nominal de R$1,00, e a composição acionária da Empresa é como segue:

	Quantidade de cotas	
	31/03/2024	31/03/2023
Itochu Corporation	628.762	628.762
JFE Steel Corporation	161.775	161.775
Kobe Steel, Ltd.	23.034	23.034
Itochu Brasil S.A.	3	3
Total	813.574	813.574

O capital estrangeiro está registrado no Banco Central do Brasil - BACEN, no montante anteriormente mencionado, em nome dos cotistas. A remessa de dividendos, a repatriação e os reinvestimentos externos estão sujeitos ao devido registro do capital estrangeiro com o BACEN. Distribuição de dividendos: No exercício fiscal encerrado em março de 2024 os cotistas aprovaram distribuição de dividendos no montante total de R$ 296.847 mil conforme atos societários protocolados na JUCESP nos dias 18 de maio de 2023 (montante de R$58.494), 12 de junho de 2023 (montante de R$112.000) e 11 de dezembro de 2023 (montante de R$126.353). No exercício fiscal encerrado em março de 2023 os cotistas aprovaram distribuição de dividendos no montante total de R$609.377 mil conforme atos societários protocolados na JUCESP nos dias 13 de abril de 2022 (montante de R$170.233), 8 de junho de 2022 (montante de R$233.286) e 11 de janeiro de 2023 (montante de R$205.858).

11. Despesas por Natureza:	31/03/2024	31/03/2023
Despesas gerais e administrativas	(5.400)	(7.936)
Outras receitas e (despesas) operacionais líquidas	394.512	467.730
Total	389.112	459.794

A Empresa apresenta a demonstração do resultado utilizando classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza das despesas estão apresentadas a seguir: Abertura das despesas gerais e administrativas e outras receitas (despesas) operacionais, líquidas:

	31/03/2024	31/03/2023
Dividendos e JCP oriundos da CSN Mineração S.A.	394.481	467.711
Serviços profissionais tomados	(3.554)	(5.801)
Viagens e estadias	(63)	(452)
Outras receitas (despesas)	(1.752)	(1.664)
Total	389.112	459.794

12. Resultado Financeiro:	31/03/2024	31/03/2023
Receitas financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	13.458	14.261
Total	13.458	14.261
Despesas financeiras:		
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(6.745)	(7.252)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(397)	(6)
Total	(7.143)	(7.258)

13. IR e CS: 13.1 IR e CS reconhecidos no resultado: O IR é calculado à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240, e a CS é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável, ajustado na forma legal. A taxa combinada é de 34%. A reconciliação da provisão para IR e CS, com base nas taxas em vigor e no valor efetivamente reconhecido no lucro, para o período de 12 meses findo em 31 de março de 2024 e do exercício findo em 31 de março de 2023, está demonstrada a seguir:

	31/03/2024	31/03/2023
Lucro antes do IR e da CS	395.427	466.797
Alíquota combinada do IR e da CS	34%	34%
Despesa com IR e CS pela alíquota combinada	(134.445)	(158.711)
Dividendos recebidos da CSN Mineração S.A.	111.630	134.804
Outras diferenças permanentes	(115)	15
Despesa com IR e CS	(22.930)	(23.892)

13.2 IR e CS diferidos:	31/03/2024	31/03/2023
Diferenças temporárias:		
Variação do investimento (nota nº 7)	233.571	(604.238)
Outras diferenças temporárias	(24)	209
Base de cálculo	233.547	(604.029)
Alíquota combinada	34%	34%
Impostos diferidos ativo (Passivo)	(79.406)	205.370
Provisão sobre realização (i)	79.414	(205.441)
Total do IR e CS diferidos ativos (passivos)	(8)	71

(i) A Empresa adquiriu a participação na CSN Mineração S/A pelo montante de R$3.404 milhões, conforme nota explicativa nº 7, o valor do investimento na data de 31 de março de 2024 é de R$2.691 milhões (R$ 2.457 bilhões de reais em 31 de março de 2023), resultando em uma variação negativa de R$713 milhões (R$947 milhões de reais em 2023). Considerando que a Empresa não tem outros investimentos e ou operações, o IR diferido ativo sobre a variação deste investimento não foi reconhecido devido seu julgamento de não ter expectativa de lucros tributáveis futuros da mesma natureza. De acordo com a legislação fiscal vigente, as declarações de rendimentos dos últimos cinco exercícios e os impostos e as contribuições sociais permanecem sujeitos à revisão e aprovação pelos órgãos competentes por períodos variáveis de tempo. **14. Gerenciamento de Riscos e Instrumentos Financeiros:** a) Considerações gerais: Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Empresa foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias apropriadas de avaliações. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em outros ativos de risco. Em 31 de março de 2024 e de 2023, a Empresa não possuía nenhuma operação em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos, tampouco foram contratadas operações dessa natureza durante o exercício findo naquela data. b) Categoria dos instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros da Empresa foram classificados conforme as seguintes categorias:

	31/03/2024	31/03/2023
Ativos financeiros		
Valor justo por meio de resultado ("VJR"):		
Caixa e equivalentes de caixa	89.429	40.600
JCP a receber	34.246	6.902
Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes ("VJORA") - instrumentos patrimoniais:		
Investimentos - CSN Mineração S.A.	2.691.144	2.457.573
Total de ativos financeiros	2.814.819	2.505.075
Passivos financeiros		
Custo amortizado:		
Fornecedores	406	265
Outros passivos	181	116
Total de passivos financeiros	587	381

c) Classificação e metodologia de apuração do valor justo dos instrumentos financeiros O quadro a seguir apresenta os ativos e passivos financeiros consolidados mensurados pelo valor justo com base na hierarquia prevista na IFRS 13 - Medição do Valor Justo:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Em 31 de março de 2023				
Ativo:				
Caixa e equivalentes de caixa	40.600	–	–	40.600
JCP a receber	6.902	–	–	6.902
Investimentos - CSN Mineração S.A.	2.457.573	–	–	2.457.573
Em 31 de março de 2024				
Ativo:				
Caixa e equivalentes de caixa	89.429	–	–	89.429
JCP a receber	34.246	–	–	34.246
Investimentos - CSN Mineração S.A.	2.691.144	–	–	2.691.144

Nenhum ativo ou passivo mensurado pelo valor justo foi reclassificado entre os diversos níveis em 31 de março de 2024 e de 2023. Métodos de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Com base na hierarquia definida pela IFRS 13, o valor justo pode ser mensurado usando os seguintes critérios: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta (i.e., preços) ou indiretamente (i.e., dados baseados nos preços), exceto preços cotados incluídos no Nível 1. • Nível 3: informações para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). d) Descrição dos principais riscos financeiros: Os principais riscos associados aos instrumentos financeiros são os riscos de capital, liquidez, crédito e taxa de juros. O departamento de tesouraria e financeiro são responsáveis pela implementação da estratégia definida pela Administração, estabelecendo e analisando a divulgação de posições financeiras, monitorando os riscos financeiros, definindo e fiscalizando a adequada implementação das normas que regem a exposição financeira. e) Risco de capital: A Empresa administra seu capital para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das obrigações e do patrimônio. A estrutura de capital da Empresa é formada basicamente pelo capital de seus cotistas, uma vez que não possui nenhum nível de endividamento. A Empresa monitora o capital com base no índice de capital circulante líquido, que corresponde à capacidade que a Empresa tem de honrar suas dívidas no curto prazo subtraindo-se o passivo circulante do ativo circulante. Em 31 de março de 2024, a Empresa possuía capital circulante líquido de R$124.403 (R$48.657 em 31 de março de 2023). f) Risco de liquidez: É o risco de a Empresa não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e os pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. g) Risco de crédito: A Empresa restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo. h) Risco de taxa de juros: Esse risco está relacionado à vulnerabilidade da Empresa com relação às flutuações nas taxas de juros que resultem em impacto nas receitas de aplicações financeiras. As aplicações financeiras são atreladas à taxa de juros pós-fixada. Para efeito de análise de sensibilidade, estima-se que um aumento ou uma redução de cada 10% nas taxas de CDI resultariam em um ganho ou uma perda na Empresa, brutos de IR e CS, no montante demonstrado a seguir:

Risco de juros	Montante exposto	Ganho ou perda sobre a exposição
CDBs atrelados ao CDI	89.428	5.475

15. Cobertura de Seguros: As coberturas das apólices de seguros vigentes em 31 de março de 2024 são as seguintes:

Natureza	Cobertura	Limite contratual
D&O RC Adm. e diretores	Responsabilidades administradores e diretores	3.712

16. Autorização para Emissão das Demonstrações Financeiras: Em 20 de maio de 2024, a Administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras.

Diretoria

Daisuke Hori - Diretor - RNM nº V283486-U

Contador

Alcides Y. Sakitani - CRC TC nº 1SP095.387/O-8

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Japão Brasil Minério de Ferro Participações Ltda. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Japão Brasil Minério de Ferro Participações Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Japão Brasil Minério de Ferro Participações Ltda. em 31 de março de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a Empresa atualmente apresenta apenas um investimento na CSN Mineração S.A., e a operação da Empresa no Brasil tem tido suporte financeiro de seus cotistas, tendo como principal cotista a Itochu Corporation. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Administração da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de maio de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Alessandro Costa Ramos
Contador
CRC nº 1 SP 198853/O-3

Deloitte.

Caso da J&F causa divergência entre MME e técnicos do TCU

Pasta de Minas e Energia tenta aval para acordo com Âmbar, dos irmãos Batista

Fábio Pupo

BRASÍLIA O MME (Ministério de Minas e Energia) busca um aval do TCU (Tribunal de Contas da União) para formalizar um acordo com a Âmbar, da J&F —grupo dos irmãos Joesley e Wesley Batista e dono da JBS—, após a empresa deixar de concluir usinas no prazo previsto. A iniciativa contraria a área especializada da corte, que recomenda a rescisão dos contratos.

O ministério enviou ofício a outros órgãos em abril, de forma sigilosa, apresentando um acordo entre a pasta e a empresa, o que foi revelado pela revista Piauí e confirmado pela **Folha**.

O MME afirma que não houve divulgação porque a iniciativa ainda é um ato preparatório e aguarda análise do TCU – que, nesta terça-feira (9), adiou uma decisão sobre o tema.

O acordo conta com a simpatia expressa de ministros da corte e seria julgado pelo plenário nesta quarta (10). Mas a área do tribunal especializada em energia reiterou há pouco mais de duas semanas sua oposição à conciliação, e o caso acabou sendo retirado de pauta na véspera.

As usinas em questão são termelétricas compradas pela Âmbar em 2021 poucos meses após elas saírem vencedoras de um leilão emergencial feito durante a crise hídrica e batizado de PCS (Procedimento Competitivo Simplificado). Elas não entraram em operação na data prevista pelo edital.

A empresa tenta há anos alterar o contrato original e um dos pleitos foi trocar as quatro térmicas contratadas por outro empreendimento —uma usina de Cuiabá com mais de 20 anos de operação.

A cláusula 4.4 do contrato original, no entanto, veda essa alternativa, ao explicitar que a energia não pode ser entregue por outra usina.

Após idas e vindas sobre o tema na Aneel, o MME solicitou no ano passado que o TCU buscasse um consenso por meio do então recém-criado mecanismo de solução de conflitos da corte –por meio do qual têm sido renegociados diferentes contratos de infraestrutura.

Em março de 2023, o TCU abriu uma comissão de solução consensual composta por representantes do tribunal, da Aneel, do MME e da própria Âmbar. No fim das discussões, integrantes do TCU discordaram do acordo principalmente por divergências em relação à comprovação da capacidade de entrega de energia da Âmbar.

O caso foi a plenário e, por unanimidade, os ministros decidiram em abril deste ano pelo arquivamento do caso baseados na premissa de que os acordos precisavam de consenso. Mas, em suas falas, houve a sinalização de que não se oporiam a um eventual acordo entre a empresa e MME.

"Sim, eu tenho uma simpatia por essa proposta [de acordo]", afirmou o ministro Benjamin Zymler.

"Nada impede que o ministério, poder concedente, possa desenvolver novas tratativas, considerando aquilo que foi levado em conta pelo procedimento de consenso aqui feito", disse o colega Antonio Anastasia.

Poucos dias depois, em um despacho de abril, o ministro Alexandre Silveira (Minas e Energia) apresentou a outros órgãos (como a Advocacia-Geral da União) um acordo com a Âmbar nas mesmas bases discutidas no TCU prevendo o encaminhamento ao tribunal antes da entrada em vigor "por precaução e deferência".

> "Não só o sistema elétrico não precisa da energia dessas usinas, passados mais de dois anos da data acordada em contrato, como o preço por ela seria, em muito, superior a alternativas de geração
>
> **Unidade técnica do TCU em parecer**

"Não nos parece restar outra alternativa a não ser firmar o acordo, inclusive para não penalizar ainda mais os consumidores de energia, diante de uma praticamente certa demanda judicial, com risco elevado, que virá caso o cenário de indefinições perdure ainda mais", afirmou Silveira no despacho.

A Âmbar terá que pagar multa de R$ 1,1 bilhão pelo atraso, seus contratos serão ampliados de 44 para 88 meses e o valor total de receita (montante pago pelos consumidores pelo fornecimento de energia ao sistema elétrico brasileiro) será reduzido de R$ 18,7 bilhões para R$ 9,4 bilhões.

A AudElétrica (Unidade de Auditoria Especializada em Energia Elétrica e Nuclear) do TCU, ciente do acordo alcançado entre MME e empresa fora do TCU, insistiu na oposição ao entendimento e propôs que o ministério "faça cumprir as cláusulas contratuais e editalícias referentes a essas usinas e promova a rescisão unilateral" dos contratos, com as penalidades pertinentes.

Segundo o parecer, a substituição pela usina de Cuiabá não apenas fere a isonomia no tratamento dado às demais usinas do PCS como também iria de encontro à motivação e conformação do leilão que tinha como objeto a "contratação de energia de reserva de novos empreendimentos".

Além disso, o parecer afirma que a energia das usinas da Âmbar têm preço entre R$ 1.594,84 e R$ 1.601,01/MWh, e hoje o custo da energia no curto prazo é de R$ 61,07/MWh. "Não só o sistema elétrico não precisa da energia dessas usinas, passados mais de dois anos da data acordada em contrato, como o preço por ela seria, em muito, superior a alternativas de geração", afirma o texto.

Procurado pela reportagem, o MME afirma que o acordo foi realizado a partir das manifestações do TCU e que a multa da Âmbar é muito superior aos valores a serem arcados pelos demais participantes do PCS que chegaram a um acordo.

Sobre o sigilo do acordo com a empresa, afirmou que ainda "existem questões que podem ser apontadas pelo TCU" e que, por isso, "os documentos que o compõe ainda são considerados preparatórios e protegidos".

Procurada, a Âmbar afirmou que sempre buscou uma solução que evitasse a judicialização do caso, "ampliando a segurança jurídica do setor elétrico brasileiro, a segurança de suprimento do sistema interligado e benefícios para os consumidores de energia em relação ao contrato original do PCS".

"As vantagens de um acordo são tão significativas que o próprio TCU recomendou, em plenário, que as partes buscassem o consenso direto para evitar a judicialização", diz a empresa em nota.



Usando chapéu, o presidente Lula participa de encontro com movimentos sociais em Santa Cruz com o colega boliviano, Luiz Arce (esq.) Rodrigo Urzagasti/AFP

Brasil retoma promessa de investimento na Bolívia em busca de gás natural mais barato

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO A visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à Bolívia terminou com promessas de investimento brasileiro na produção de gás natural e grande otimismo da indústria nacional com a possibilidade de comprar o insumo mais barato.

Petrobras e Fluxus, dos irmãos Batista, anunciaram planos de investimento em exploração e produção na Bolívia, após anos sem aporte de capital brasileiro. Em outra frente, grandes consumidores iniciaram conversas para negociar fornecimento direto da estatal local.

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, informou que a empresa pretende perfurar em 2025 um poço exploratório na área de San Telmo Norte, no estado de Tarija. O investimento estimado em US$ 40 milhões, no entanto, depende ainda de licença ambiental.

Segundo ela, o combustível pode ajudar a viabilizar as indústrias petroquímica e de fertilizantes no Brasil, caso a produção tenha preços competitivos. "Apostamos muito nessa sinergia entre Brasil, Bolívia e também a Argentina, países interligados pelo gasoduto", declarou.

O gás boliviano foi fundamental para o desenvolvimento do mercado brasileiro após a inauguração do Gasbol (Gasoduto Bolívia-Brasil), em 1999. Mas a nacionalização dos ativos petrolíferos feita pelo ex-presidente Evo Morales acabou afastando investimentos e reduzindo a produção do país andino.

A Petrobras já chegou a produzir 30 milhões de metros cúbicos por dia no país vizinho, mesma capacidade de transporte pelo Gasbol, mas hoje produz apenas 9 milhões de metros cúbicos por dia, destacou Magda.

> Hoje o mercado demanda 50 milhões de metros cúbicos de gás por dia. Acreditamos que esse número pode ser triplicado, alcançando 150 milhões de metros cúbicos diários
>
> **Magda Chambriard**
> presidente da Petrobras

"Hoje o mercado consumidor brasileiro demanda 50 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia. Acreditamos que esse mercado pode ser triplicado, alcançando 150 milhões de metros cúbicos diários", prosseguiu a executiva, de acordo com nota distribuída pela estatal.

Parte dessa nova demanda vai ser atendida pela produção do pré-sal, mas a indústria aposta na Bolívia e na Argentina como fontes de gás mais barato.

A subsidiária de petróleo e gás do grupo J&F, Fluxus, anunciou nesta terça-feira (9) US$ 100 milhões em três campos que passou a operar no país vizinho após a compra da Pluspetrol Bolivia, em junho.

"Com este passo, a Fluxus aproveita a reserva disponível e a posição estratégica da Bolívia para atender a demanda por gás na região, inclusive dos outros negócios do grupo J&F", afirmou o presidente da companhia, Ricardo Savini, em nota.

A empresa anunciou recentemente a compra de 12 térmicas a gás da Eletrobras, por meio de sua controlada Âmbar Energia, e tem ainda negócios nos setores de celulose, mineração, finanças e higiene e cosméticos.

A comitiva do presidente Lula contou ainda com representantes de outros setores dependentes do gás. É o caso, por exemplo, das indústrias de vidro, cerâmica e química. Eles saíram com a promessa de negociações para compra do insumo diretamente da estatal YPFB, sem intermediação da Petrobras.

Em nota, disseram que as conversas representaram "um passo histórico para a ampliação do mercado de gás natural, através da maior competição e redução de custos, com impactos para a descarbonização da indústria nacional e o aumento da atividade econômica brasileira".

A expectativa é que os primeiros contratos sejam fechados ainda este ano. Ainda não há detalhes, porém, sobre preços e volumes, que devem ser pequenos neste primeiro momento, segundo fontes.

A redução dos custos de transporte também é outro pleito da indústria.

A indústria de fertilizantes, por exemplo, espera preços finais na casa dos US$ 6 a US$ 7 por milhão de BTU (unidade de poder calorífico), enquanto a Petrobras pratica hoje preços em torno de US$ 11 por milhão de BTU.

A Bolívia produz atualmente cerca de 33 milhões de metros cúbicos de gás natural em 54 concessões exploratórias. O vice-presidente da YPFB, Ariel Montaño, afirmou que espera ultrapassar a casa dos 40 milhões em 2028 com os novos investimentos, segundo informações da agência de notícias estatal ABI.

De sua produção, 13 milhões são enviados ao Brasil, o que deixa o Gasbol com capacidade ociosa não apenas para o gás boliviano, mas também para a produção argentina, uma outra grande aposta da indústria brasileira em busca de preços mais competitivos.



Aviões no aeroporto de Congonhas, em São Paulo; uma das funções da Anac é fiscalizar estrutura dos terminais no país Bruno Santos - 17.ago.2023/Folhapress

Anac regula setor com aéreas em dificuldade e preços em alta

Agência, que está com diretor-geral interino há mais de um ano, enfrenta falta de funcionários e pressão política

Renato Machado

BRASÍLIA A Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) vem enfrentando nos últimos anos o desafio de regular um setor sob pressão, com empresas aéreas em dificuldades financeiras, alto preço de passagens e temas que geram conflito entre empresas e usuários.

Sempre no foco após grandes acidentes aéreos, a agência divide sua atuação entre temas como segurança de passageiros, uso de combustíveis verdes, concessão de aeroportos e até certificação de carros voadores. Recentemente, também passou a ser cobrada por soluções que melhorem o transporte de pets —em particular, após a repercussão da morte do cão Joca.

Os desafios são enfrentados com um complicador. A agência convive com déficit de pessoal, baixos recursos e sob pressão política, o que a faz estar há mais de um ano com um diretor-geral interino.

A Anac foi criada em 2005, em substituição ao antigo Departamento de Aviação Civil. Ela é a agência regulatória responsável por regular e fiscalizar as atividades da aviação civil e a infraestrutura aeronáutica e aeroportuária no Brasil.

O órgão tem os objetivos principais de promover a segurança da aviação civil e estimular a concorrência e a melhoria dos serviços. As multas para as companhias aéreas, por excesso de atrasos ou cancelamentos de voos são aplicadas por ela.

Em 2024, foram aplicadas apenas 630 multas, que correspondem a um total de R$ 8 milhões. A princípio, o número representa uma grande queda proporcional em relação ao ano anterior, quando houve 2.000 autuações, que totalizaram R$ 122 milhões.

A Anac diz, no entanto, que os processos de autuações costumam ser demorados, envolvendo diferentes etapas. Por isso, o número atualizado para este ano deve subir, já que muitos processos estão em fase de consolidação.

A agência também é responsável por conceder as certificações para diferentes atores no mercado da aviação civil, como aeronaves, escolas de formação e profissionais.

Outra atribuição é fiscalizar os contratos de concessão para a iniciativa privada dos aeroportos, verificando a qualidade dos serviços e se as obras previstas estão sendo executadas. Há atualmente 59 aeroportos sob o regime de concessão, por onde passam 93% de todos os passageiros dentro do Brasil.

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) concluiu no fim do ano passado a sétima rodada de concessão de aeroportos, que passaram em anos recentes a serem feitas em blocos. A previsão é que sejam investidos cerca de R$ 7,3 bilhões pelos próximos 30 anos, nos 15 aeroportos.

Desde o ano passado, a Anac também se tornou um dos órgãos cobrados, ao lado das empresas aéreas e do Ministério dos Portos e Aeroportos, por uma solução para abaixar o preço das passagens aéreas.

"A gente atua promovendo maior concorrência", afirma Marcelo Bernardes, superintendente de Governança e Meio Ambiente da Anac, em referência a uma das apostas da agência para baratear o transporte aéreo: atrair as chamadas low costs, empresas com serviço mais enxuto e preços menores.

O governo Lula tem atribuído a alta dos preços das passagens, além da questão do QAV (Querosene de Aviação) e da alta do dólar, ao excesso de judicialização do setor e à falta de segurança jurídica.

Nesse último aspecto, Bernardes cita como exemplo a falta de definição sobre a cobrança por bagagem despachada, alvo de grande disputa no Congresso Nacional. Empresas aéreas estrangeiras, em particular low costs, chegaram a externar que aguardam uma definição para bater o martelo sobre a entrada ou não no mercado brasileiro.

A proibição da cobrança pelo despacho de uma bagagem com peso inferior a 23 quilos em voos nacionais ou inferior a 30 quilos nos internacionais partindo do Brasil foi aprovada pelo Congresso Nacional. Na sequência, no entanto, acabou vetada por Jair Bolsonaro (PL).

O veto completou dois anos sem ser apreciado por deputados e senadores.

"A Anac tem se posicionado favoravelmente a manter o veto, a manter a regra atual. Essas empresas podem cobrar pela bagagem despachada, não são obrigadas. Então vai de acordo com o modelo do negócio de cada uma. Então, uma vai oferecer já passagens com a bagagem, a outra não, a outra tem um modelo mais low cost", afirma Bernardes.

Os representantes da Anac apontam que uma grande contribuição da agência para o barateamento dos custos dos transportes veio com o programa Voo Simples, durante a gestão Bolsonaro, que reduziu custos processuais.

Após ser atingido pela pandemia, o setor aéreo vem se recuperando nos últimos anos. Com isso, os representantes da agência apontam um crescimento nas suas próprias atividades, ao mesmo tempo em que enfrentam dificuldades com a falta de servidores e reduções em seu orçamento.

A legislação prevê que a Anac tenha 1.755 servidores, mas cerca de 70% desses cargos estão preenchidos atualmente. A situação ainda é considerada mais grave considerando que muitos de seus quadros são profissionais de alta qualificação, precisando executar atividades como certificação de aviões e oficinas mecânicas especializadas.

"Um dos grandes desafios é voltar a ter uma maior presença em território nacional. Hoje na Anac as operações estão muito centralizadas em Brasília", afirma Fabio Rosa, presidente do Sinagências (Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação).

O orçamento da agência também vem apresentando queda ano a ano. A dotação orçamentária caiu de R$ 449 milhões em 2019 para os atuais R$ 392 milhões.

Gastos discricionários — aqueles em que há liberdade de execução conforme prioridades, como fiscalização, investimentos em tecnologia da informação, entre outros—, caíram nesse mesmo período de R$ 191 milhões para R$ 109 milhões.

"Esses cortes podem limitar a capacidade da agência de investir em tecnologias novas, ampliar suas operações de fiscalização e monitoramento e apoiar o desenvolvimento da infraestrutura aeroportuária", informou a agência em nota.

Para amenizar esse aperto, a agência adotou um programa de gestão de desempenho, adotando de maneira massiva o teletrabalho e, dessa forma, devolveu muitos dos imóveis que ocupava.

Servidores também apontam que a ausência de um diretor-geral efetivo fragiliza a instituição. A Anac está com um chefe interino, Tiago Sousa Pereira, há mais de um ano e sem perspectiva de mudança dessa situação.

Ele foi indicado pelo governo Lula, em março do ano passado, para ser efetivado no cargo. Apesar de uma mensagem presidencial com as indicações ter sido publicada no Diário Oficial da União, o Senado afirma que ela nunca chegou à Casa, para que seja feita a sabatina e votação.

A Casa Civil foi procurada e não se pronunciou até a publicação dessa reportagem.

Outro tema bastante popular tratado pela Anac é a possível mudança nas normas para o transporte de animais de estimação, após a grande repercussão pela morte do cão Joca. O animal de estimação deveria ter ido de São Paulo para Sinop (MT), mas foi embarcado por engano para Fortaleza (CE).

A repercussão chegou até o casal presidencial, Janja e Lula, com o mandatário usando uma gravata especial em homenagem ao cão. A Anac e o Ministério dos Portos e Aeroportos abriram, então, uma investigação sobre a morte.

A agência também abriu uma consulta pública para receber contribuições da sociedade sobre regras de de transporte de animais. O prazo da consulta terminou no mês passado, após ter sido prorrogada. Agora a Anac vai analisar as sugestões e deve apresentar propostas para as empresas aéreas e discutir eventuais mudanças nas normas.

Os representantes do órgão também apontam que se tornou prioridade a transição energética e a descarbonização do setor. O papel da agência, nesse caso, é buscar promover práticas sustentáveis e apoiar a transição para combustíveis alternativas e tecnologias menos poluentes, principalmente com o chamado SAF (combustível sustentável de aviação).

+

Série faz raio-x das agencias reguladoras

Este é o novo episódio de série da **Folha** que detalha a atuação das agências reguladoras federais. Ao todo, serão 11 reportagens para traçar um raio-X dessas instituições na regulação e supervisão de setores como energia, petróleo, planos de saúde, vigilância sanitária, transportes, mineração, águas, aviação civil e audiovisual.

+

Raio-X da Anac

O QUE É
Autarquia vinculada ao Ministério dos Portos e Aeroportos, com sede em Brasília, que regula e fiscaliza as atividades de aviação civil e da infraestrutura aeronáutica e aeroportuária

ATRIBUIÇÕES
Promover a segurança da aviação civil e estimular a concorrência e a melhoria da prestação dos serviços no setor. Elabora normas, certifica empresas, oficinas, escolas, profissionais de aviação civil, aeródromos e aeroportos. Também fiscaliza as operações de aeronaves, empresas, aeroportos e profissionais.

CRIAÇÃO
2005, durante o governo Lula (PT)

Orçamento: R$ 392,7 milhões (2024)

SERVIDORES
1.186

DIRETORES (E QUANDO TERMINAM OS MANDATOS)
- **Tiago Sousa Pereira,** diretor-presidente substituto (19 de março de 2026)
- **Ricardo Bisinotto Catanant** (19 de março de 2025)
- **Rogério Benevides Carvalho** (7 de agosto de 2024)
- **Luiz Ricardo de Souza Nascimento** (19 de março de 2026)
- **Uma diretoria vaga**

Boeing se declara culpada de fraude em investigação sobre acidentes com 346 mortos

Chris Prentice, Mike Spector e David Shepardson

NOVA YORK E WASHINGTON | REUTERS A Boeing concordou em se declarar culpada de uma acusação de conspiração de fraude criminal e pagar uma multa de US$ 243,6 milhões (R$ 1,33 bilhão) para resolver uma investigação do Departamento de Justiça dos Estados Unidos sobre dois acidentes fatais com o 737 Max, que mataram 346 pessoas.

O acordo, anunciado pelo governo americano em um documento judicial no domingo (7), condenará a empresa por acidentes na Indonésia e na Etiópia que aconteceram no intervalo de cinco meses entre 2018 e 2019.

A resolução atraiu críticas imediatas das famílias das vítimas, que desejavam que a Boeing enfrentasse um julgamento e sofresse consequências financeiras mais duras.

A pressão do Departamento de Justiça para indiciar a Boeing aprofundou uma crise contínua que envolve a empresa desde um outro incidente em janeiro deste ano: uma tampa de porta de avião se soltou durante um voo e expôs problemas contínuos de segurança e qualidade na fabricante de aviões.

Uma confissão de culpa poderia ameaçar a capacidade da companhia de garantir contratos governamentais lucrativos com o Departamento de Defesa dos EUA e a Nasa, por exemplo.

A Boeing ficou exposta a um processo criminal depois que o Departamento de Justiça descobriu, em maio, que a empresa violou um compromisso de 2021 envolvendo os acidentes fatais.

Ainda assim, o acordo poupa a Boeing de um julgamento contencioso que poderia ter exposto as decisões da empresa antes dos acidentes fatais a um escrutínio público ainda maior. Isso também tornará mais fácil para a fabricante de aviões, que terá um novo presidente-executivo ainda neste ano, tentar seguir em frente enquanto busca aprovação para sua aquisição planejada da Spirit AeroSystems.

Um porta-voz da Boeing confirmou que a empresa "chegou a um acordo em princípio sobre os termos de uma resolução com o Departamento de Justiça."

Como parte do acordo, a fabricante de aviões concordou em gastar pelo menos US$ 455 milhões (R$ 2,49 bilhões) nos próximos três anos para melhorar seus programas de segurança e conformidade. A diretoria da companhia terá que se reunir com os familiares dos mortos nos acidentes com o 737 Max, segundo o documento.

O acordo também impõe um monitor independente, que terá de apresentar publicamente relatórios anuais de progresso, para supervisionar a conformidade da empresa. A Boeing ficará em "liberdade condicional" durante os três anos de mandato do monitor.

Os advogados de algumas das famílias das vítimas disseram que planejavam pressionar o juiz Reed O'Connor, que está supervisionando o caso, a rejeitar os termos.

Em um documento, eles citaram a declaração de O'Connor em uma decisão de fevereiro de 2023: "O crime da Boeing pode ser considerado o crime corporativo mais mortal da história dos EUA"

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIBUNA - SP

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0016/2024 - EDITAL Nº 0019/2024 - Objeto: Ata de Registro de Preço para contratação de empresa especializada em serviços médicos, para atender ao Departamento Municipal de Saúde da Estância Turística de Paraibuna. Menor Preço Por Item. Data da Sessão: 24 de julho de 2024 às 09:00 horas. Local: www.bllcompras.org.br.
Obs.: O Edital e seus respectivos modelos, bem como informações quanto as quantidades, prazos, valores estimados e demais condições estão disponíveis no endereço acima e pelo site www.paraibuna.sp.gov.br.
Paraibuna/SP, 10 de julho de 2024.
Victor de Cassio Miranda. Prefeito Municipal.

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

PREGÃO ELETRÔNICO

PE.365/2024 – PEC.01248/2024 – REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS - data de abertura do Pregão Eletrônico dia 23/07/2024 às 09:00 horas

O(s) edital(is) encontra(m)-se disponível(is) no quadro de editais na Av. Kennedy, nº 1100 – "Prédio Gilberto Pasin", Pq. Anchieta - SBC, das 8:30 às 17 horas e no site **https://compras.saobernardo.sp.gov.br.** Telefones (11) 2630-5499/5500/5495/5481.

DPERN

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2024 – DPE/RN (90007/2024-Comprasnet).
PROCESSO SEI Nº: 06410012.000264/2024-64

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (UASG 925772), por meio da sua pregoeira, nomeada pela Portaria nº 33/2024-GDPGE, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento do tipo MAIOR DESCONTO, por execução indireta, sob regime de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, objetivando contratação, sob demanda, dos serviços de manutenção predial preventiva e corretiva nos imóveis, edificações e instalações em uso pela Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte, conforme as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência - Anexo III do Edital, a ser realizado no dia 24 de julho de 2024, às 09h00 (horário oficial de Brasília). Local da disputa e Edital: **www.comprasnet.gov.br**. Informações: (84) 99814-0506, e-mail: **cpl@dpe.rn.def.br**

Natal/RN, 09 de julho de 2024.
Maria Edna Trindade de Lima
Coordenadoria de Licitações/Pregoeira - DPE/RN

UNIÃO SÃO PAULO S.A. AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNPJ/MF nº 43.629.633/0001-76 - NIRE nº 35300038045

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam os Srs. Acionistas da União São Paulo S.A. – Agricultura, Indústria e Comércio ("Companhia") convocados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada em **18/07/2024** às **10:00h**, **de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma eletrônica *Teams* a ser disponibilizada pela Companhia, sem prejuízo do envio do boletim de voto à distância, nos termos da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10/06/2020, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras, do Relatório da Diretoria e demais atos de gestão referentes ao exercício social encerrado em 31/03/2024; **(ii)** proposta da administração para a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/03/2024; e **(iii)** eleição dos membros da Diretoria Estatutária. **Informações gerais**: • Encontram-se à disposição dos Acionistas, na sede da Companhia e no seguinte *link* https://bit.ly/AGO_USP_18_JUL_2024, as Demonstrações Financeiras da Companhia acompanhadas do Relatório da Administração e do Parecer dos Auditores Independentes. • Os Acionistas que desejarem participar da AGO deverão confirmar, **até às 10:00 do dia 16/07/2024, por e-mail** a ser enviado a: secretariagovernanca@zilor.com.br, com cópia para ana.brunello@zilor.com.br e carolina.giovani@zilor.com.br, a sua participação, indicando o(s) nome(s) do(s) representante(s) legal(is) que estará(ão) presente(s) na AGO. A confirmação deverá estar **acompanhada de documentos que comprovam a qualidade de acionista**, nos termos do art. 126 da Lei 6.404/76: (i) identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à AGO (nomes completos; CPF ou CNPJ, conforme o caso; telefone e e-mail); (ii) cópia simples do documento de identidade do acionista (para pessoa física); (iii) cópia simples do contrato ou estatuto social, dos documentos societários que comprovem a representação legal do acionista e do documento de identidade do representante legal, para pessoa jurídica; e (iv) cópia simples da procuração outorgada pelo acionista ao procurador e documento de identidade do procurador, se aplicável. **As demais informações completas para a participação virtual na AGO, inclusive o Boletim de Voto à Distância**, podem ser consultadas no seguinte *link* https://bit.ly/AGO_USP_18_JUL_2024. Por fim, a Companhia enviará todas as informações aos endereços de e-mails, dos Acionistas, cadastrados na Companhia. Lençóis Paulista, 10/07/2024. **Fabiano José Zillo** – Diretor Presidente. (10,11,12)

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

EDITAL DE 1º E 2º LEILÃO de bem **IMÓVEL** (abaixo descrito) e para **INTIMAÇÃO** da Devedora Fiduciante **KARYN KOLMOGOROFF**, inscrita no CPF 147.603.578-40, de acordo com as regras e condições dispostas na Lei 9.514/1997 (ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA), no Decreto 21.981/32 e no presente Edital de Leilão. **1.** O apartamento nº 54, localizado no 5º andar do "EDIFÍCIO VENEZA", Bloco "3", integrante do CONDOMÍNIO RESIDENCIAL JARDINS DO AEROPORTO, com acesso pelo nº 550 da Rua Ipiranga, no 30º Subdistrito — Ibirapuera, contendo a área privativa de 47,98 metros quadrados, área comum de 46,29 metros quadrados, perfazendo uma área total de 94,27 metros quadrados, correspondendo-lhe uma fração ideal de 0,33707% do terreno e nas demais partes comuns do condomínio, cabendo-lhe o direito de uso de uma vaga indeterminada na garagem coletiva localizada no 2º subsolo, sujeita ao uso de manobrista. **Matrícula 195.283, do 15º C.R.I. de são Paulo/SP.** (Cadastro Municipal nº 089.052.0225-1). **1.1. Observação**: Imóvel Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, conf. art. 30 da Lei 9.514/1997. **1.2. Débitos Fiscais**: Não constam débitos tributários relacionados ao imóvel (CND [0000158132-2024], de 10/05/2024, da Prefeitura Municipal de São Paulo/SP). Todos os débitos até o ato da arrematação serão de responsabilidade do VENDEDOR. **1.3.** O bem será vendido em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra física e documentalmente, sem garantias, sendo que as áreas mencionadas neste Edital, catálogos e outros veículos de comunicação são, meramente, enunciativas (e as fotos, meramente, ilustrativas). **2. Do Leiloeiro, do Leilão e das Datas**: O leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial **Felipe Nunes Gomes Teixeira Bignardi** (Jucesp 950), devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário/Vendedor **VERT COMPANHIA SECURITIZADORA**, inscrita no CNPJ 25.005.683/0001-09, com sede na Rua Cardeal Arcoverde, nº 2365, 11º andar, São Paulo/SP, na qualidade de atual detentor dos direitos creditórios decorrentes Instrumento Particular de Empréstimo com Constituição de Alienação Fiduciária em Garantia, Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário com Garantia Real Imobiliária, CCI sob nº 8915, série 2022, no qual figura a Devedora Fiduciante acima nomeada. **2.1**. O leilão será realizado presencialmente na Av. Nove de Julho, 3229, Cj. 401, Jardim Paulista, São Paulo/SP – CEP 01407-000 e através da plataforma eletrônica **www.mercado.bomvalor.com.br/leiloei** e, também, seguindo integralmente os termos e condições do presente Edital, será divulgado simultaneamente, de forma não exclusiva e em suas respectivas praças de atuação, pelos Leiloeiros Públicos Oficiais integrantes da rede colaborativa Mercado Bomvalor® (**www.mercado.bomvalor.com.br**), todos devidamente credenciados nas suas relativas Juntas Comerciais, onde os lances serão recepcionados, pelos valores e nas datas e horários abaixo (**horários de Brasília/DF**): **1º Leilão**: 22/07/2024, às 14h00 (fechamento). Lance mínimo: **R$ 462.825,67 (quatrocentos e sessenta e dois mil e oitocentos e vinte e cinco reais e sessenta e sete centavos) 2º Leilão**: 29/07/2024, às 14h00 (fechamento). Lance mínimo: **R$296.597,94 (duzentos e noventa e seis mil e quinhentos e noventa e sete reais e noventa e quatro centavos). 3.** A Devedora Fiduciante será comunicada na forma do §2º-A, do art. 27, da Lei 9.514/1997, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários para, no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição, na forma estabelecida no §2º-B do mesmo artigo e lei, devendo apresentar manifestação formal de interesse. **4. Da Comissão:** O Arrematante ou a Devedora Fiduciante deverá pagar ao Leiloeiro, a título de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) do preço de arrematação do bem, que não se inclui no preço do lanço, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contado da comunicação, por e-mail, da concretização da arrematação. **5. Condições gerais e de venda**: **5.1.** Os interessados em participar do leilão deverão se cadastrar no site **www.mercado.bomvalor.com.br** e se habilitar no lote com antecedência de até 24 horas do início do leilão, sendo que os lances deverão respeitar o lance mínimo e o incremento estabelecido. **5.2.** O Lance ofertado é revestido de irrevogabilidade e irretratabilidade, não podendo o arrematante vencedor se desincumbir das obrigações decorrentes da arrematação. **5.3.** A desistência do lance ou inadimplência em relação aos pagamentos e envio de documentação pelo arrematante vencedor ensejará o cancelamento da arrematação de pleno direito, **ficando o inadimplente obrigado a pagar uma multa de 20% (vinte por cento) ao Credor Fiduciário e 5% (cinco por cento) ao Leiloeiro, sobre o valor do lance**, a título de perdas e danos. **5.4.** Será celebrada, entre Vendedor e Comprador (ou Fiduciante), Escritura Pública de Venda e Compra no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data da realização do Leilão (correrão por conta do Arrematante/Fiduciante todas as despesas com a transferência do bem arrematado, inclusive foro e laudêmio, se o caso), sendo que o Tabelião de Notas será definido pelo Vendedor. **5.5.** Eventuais outros avisos/menções relacionados ao imóvel e divulgados na página eletrônica do presente leilão, aderirão ao Edital. E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital, que será publicado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo.

EDITAL DE LEILÃO

Gustavo Costa Aguiar Oliveira, Leiloeiro Oficial, Mat. JUCEMG nº 507, devidamente autorizado pelo credor fiduciário abaixo qualificado, faz saber que, na forma da Lei nº 9.514/97 e do Decreto-lei nº. 21.981/32 levará a LEILÃO PÚBLICO de modo **Presencial e Online** o imóvel a seguir caracterizado, nas seguintes condições. **IMÓVEL:** Um lote de terreno, sem benfeitorias, nem construções, caracterizado pelo lote n° 06, da quadra 10, com frente para a rua 20, no loteamento denominado Parque das Árvores, situado nesta cidade e comarca de Araras, Estado de São Paulo, com a área total de 250,00 metros quadrados e localizado no lado impar do referido logradouro público, medindo, integralmente, na frente e nós fundos, dez metros (10,00) e, dos lados, vinte e cinco metros (25,00), confrontando de um lado com o lote nº 5, de outro lado com o lote nº 7 e nos fundos com o lote nº 43. Av. 05 - Alteração de denominação de via pública: a Rua 20, passou a ser denominada, Rua Armelindo Baghin. Av. 06 – Construção: foi construído um imóvel desta matrícula, com frente para a Rua Armelindo Baghin, um prédio próprio para residência, o qual recebeu o n° 337 (trezentos e trinta e sete), com área construída de 126,20 metros quadrados. **Matrícula:** Imóvel devidamente matrículado sob o n° 7988 no Registro de Imóveis da Comarca de Araras/SP. Obs: Imóvel ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97. **DATA DOS LEILÕES: 1º Leilão: 30/07/2024 às 15:00 horas, e 2º Leilão dia 01/08/2024 às 15:00 horas. LOCAL:** Loja nº 42, Shopping Sul, localizado à Av. Nossa Senhora do Carmo, nº 1650, 2º andar, Bairro Carmo, Belo Horizonte/MG. **DEVEDOR (A) FIDUCIANTE: DENIS WILLIAM DOMINGUES DE GODOY**, CPF nº 298.052.638-00, brasileiro, empresário, casado em comunhão parcial de bens com **VIVIAN MALDOTI DE GODOY**, CPF n° 350.355.818-70, brasileira, secretaria executiva, casada e ambos residentes e domiciliados na Rua Carlos Mazon, n°. 51, Parque das Árvores, na cidade de Araras/SP. **CREDOR FIDUCIÁRIO SICOOB ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA, CNPJ: 16.551.061/0001-87. DO PAGAMENTO:** No ato da arrematação o arrematante deverá emitir 01 cheque caução no valor de 20% do lance. O pagamento integral da arrematação deverá ser realizado em até 24 horas, mediante depósito em cheque ou TED, na conta do comitente vendedor a ser indicada pelo leiloeiro, sob pena de perda do sinal dado. Após a compensação dos valores o cheque caução será resgatado pelo arrematante. **DOS VALORES: 1º leilão: R$444.463,17 (Quatrocentos e quarenta e quatro mil e quatrocentos e sessenta e três reais e dezessete centavos). 2º leilão: R$365.121,48 (Trezentos e sessenta e cinco mil e cento e vinte e um reais e quarenta e oito centavos)**, calculados na forma do art. 26, § 1º e 27 §§ 2º e 3º da Lei nº 9.514/97. Os valores estão atualizados até a presente data podendo sofrer alterações na ocasião do leilão. **COMISSÃO DO LEILOEIRO:** Caberá ao arrematante, o pagamento da comissão do leiloeiro, no valor de 5% (cinco por cento) da arrematação, a ser paga à vista, no ato do leilão, cuja obrigação se estenderá, inclusive, ao(s) devedor(es) fiduciante(s), na forma da lei. **DO LEILÃO ONLINE:** O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) das datas, horários e local de realização dos leilões para, no caso de interesse, exercer(em) o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27, da Lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465/2017. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão cadastrar-se no site www.gpleiloes.com.br e se habilitar acessando a opção "Habilitese", com antecedência de 01 hora, antes do início do leilão presencial, juntamente com os documentos de identificação, inclusive do representante legal, quando se tratar de pessoa jurídica, com exceção do(s) devedor(es) fiduciante(s), que poderá(ão) adquirir o imóvel preferencialmente em 1º ou 2º leilão, caso não ocorra o arremate no primeiro, na forma do parágrafo 2º-B, do artigo 27 da Lei 9.514/97, devendo apresentar manifestação formal do interesse no exercício da preferência, antes da arrematação em leilão. **OBSERVAÇÕES:** O arrematante será responsável pelas providências de desocupação do imóvel, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97. O(s) imóvel(i)s será(ão) vendido(s) no estado em que se encontram física e documentalmente, em caráter "ad corpus", sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação são meramente enunciativas e as fotos dos imóveis divulgadas são apenas ilustrativas. Dessa forma, havendo divergência de metragem ou de área, o arrematante não terá direito a exigir do VENDEDOR nenhum complemento de metragem ou de área, o término da venda ou o abatimento do preço do imóvel, sendo responsável por eventual regularização acaso necessária, nem alegar desconhecimento de suas condições, eventuais irregularidades, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização, devendo as condições de cada imóvel ser prévia e rigorosamente analisadas pelos interessados. Correrão por conta do arrematante, todas as despesas relativas à arrematação do imóvel, tais como, taxas, alvarás, certidões, foro e laudêmio, quando for o caso, escritura, emolumentos cartorários, registros, etc. Todos os tributos, despesas e demais encargos, incidentes sobre o imóvel em questão, inclusive encargos condominiais, após a data da efetivação da arrematação são de responsabilidade exclusiva do arrematante. **O arrematante será responsável por realizar a devida *due diligence* no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital.** Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leiloeiro e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante à título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transitada em julgado, não enseja ao arrematante o direito à desistência da arrematação.** O arrematante presente pagará no ato o preço total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate, exclusivamente por meio de cheques. O proponente vencedor por meio de lance on-line, terá prazo de 24 horas, depois de comunicado expressamente do êxito do lance, para efetuar o pagamento, exclusivamente por meio de TED e/ou cheques, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro, conforme edital. O não pagamento dos valores de arrematação, bem como da comissão do Leiloeiro, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas contadas da arrematação, configurará desistência ou arrependimento por parte do(a) arrematante, ficando este(a) obrigado(a) a pagar o valor da comissão devida ao Leiloeiro (5% - cinco por cento), sobre o valor da arrematação, perdendo a favor do Vendedor o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do lance ou proposta efetuada, destinado ao reembolso das despesas incorridas por este. Poderá o Leiloeiro emitir título de crédito para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32. Ao concorrer para a aquisição do imóvel por meio do presente leilão, ficará caracterizada a aceitação pelo arrematante de todas as condições estipuladas neste edital. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427 de 1° de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Mais informações: (31)2117-9001 / leilaojudicial@gpleiloes.com.br.

Processo Administrativo 0200004926/2.024. Processo Licitatório 89/2.024. Concorrência 03/2.024. Objeto: contratação de empresa especializada, através de Ata de Registro de Preços, para a execução de infraestrutura urbana com intervenções de recapeamento asfáltico em CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente), microrevestimento, fresagem, reciclagem de pavimento asfáltico e componentes de sinalização viária no Município de Auriflama-SP. Termo de Rerratificação: 1) Onde se lê: O edital completo encontra-se, a disposição dos interessados no sitio eletrônico https://auriflama.sp.gov.br/ e sistema www.bllcompras.com leia-se: O edital completo encontra-se, a disposição dos interessados, sitio eletrônico https://auriflama.sp.gov.br/ e Quadro de Avisos da Prefeitura de Auriflama S/P; 2) As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas. Auriflama S/P, 08 de julho de 2.024. Katia Conceição Morita de Carvalho- Prefeita.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BASTOS
RETIFICAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 032/2024

O Prefeito Municipal de Bastos, torna público a RETIFICAÇÃO da data da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO N.º 032/2024, passando a ser no dia 24/07/2024, no mesmo horário aprazados anteriormente na plataforma BLL, em razão do feriado estadual de 09/07. Bastos SP., 09.07.2024; Manoel Ironides Rosa - Prefeito Municipal.

J. SAFRA ASSESSORIA FINANCEIRA SOCIEDADE UNIPESSOAL LIMITADA

CNPJ 20.818.335/0001-29, NIRE 35.228.569.574
EXTRATO DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE 28ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DE 26.06.2024.

Data e Local: 26.06.2024, com sede social na Avenida Paulista, nº 2.100, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01310-930. **Presença**: Totalidade do capital: ***Banco J. Safra S.A.,*** CNPJ nº 03.017.677/0001-20 e NIRE 35.300.170.733; representado por seus Diretores, Carlos Pelá e Marcos Lima Monteiro. **Deliberação**: dentre outras deliberações, o único sócio decidiu reduzir o capital social da Sociedade em R$26.000.000,00, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social da Sociedade, nos termos do inciso II do Artigo 1.082 do Código Civil, passando dos atuais R$27.462.510,00 para R$1.462.510,00, mediante o cancelamento de 26.000.000 quotas, com valor nominal de R$1,00 real cada uma, de titularidade do sócio Banco J. Safra S.A., com restituição do mencionado valor ao Sócio, em moeda corrente nacional. **Sócio**: ***Banco J. Safra S.A.***, representado por seus Diretores, Carlos Pelá e Marcos Lima Monteiro.

UNICAMP

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE ABERTURA - Encontra-se aberto na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP o **Pregão Eletrônico PE DGA Saúde 90028/2024**, UASG 450161, Processo no. 15P-45356/2023, do tipo menor preço; destinado a Registro de Preços de Detergente Hospitalar. O prazo de entrega das propostas eletrônicas será até o dia 24/07/2024 às 09h30min, sendo que a sessão pública será no mesmo dia e horário, pela página virtual do Portal de Compras do Governo Federal (**https://www.gov.br/compras/pt-br/**). O Edital na íntegra encontra-se disponível na página virtual do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (**https://www.gov.br/pncp/pt-br**) e no Sistema de Compras do Governo Federal (**www.gov.br/compras**).

Tagipuru Administração e Participação S.A.

CNPJ/MF: 47.851.696/0001-23 - NIRE: 35.300.181.417
Extrato da Ata da AGO Realizada em 30/04/2024

1. Data: 30/04/2024; **2. Hora:** 10 horas; **3. Local:** sede social, na Rua Dr. Alfredo de Castro, 200, conjunto 804, São Paulo/SP; **4. Convocação:** Dispensada; **5. Mesa:** Walney de Araújo Moura: Presidente, Milton Roberto Godoy Moreira Zanirato: Secretário; **6. Quorum:** Totalidade dos acionistas, representando 100% do capital votante; **7. Deliberações Aprovadas por Unanimidade:** As contas, bem como as Demonstrações Financeiras e Balanço Patrimonial, o Lucro apurado no exercício social findo em 31/12/2023, valor de R$ 8.395.300,77 será distribuído aos sócios na proporção de sua participação a saber: a) Marbi Administração Ltda, R$ 5.733.990,43, b) Administradora Cadete Ltda, R$ 1.922.523,87, c) Caldea Administração Ltda, R$ 738.786,47. **8. Acionistas Presentes:** Marbi Administração Ltda, Administradora Cadete Ltda, Caldea Administração Ltda. **9. Nº e Data do Arquivamento: JUCESP** nº 208.454/24-0 em 22/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL PARA EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA - FUMEC

AVISO DE LICITAÇÃO

Acha-se aberto na **Fundação Municipal para Educação Comunitária**, com Instrumento Convocatório disponibilizado no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) ou **www.fumec.sp.gov.br o Pregão Eletrônico nº 14/2024, Interessada:** Fundação Municipal para Educação Comunitária (FUMEC), Processo Administrativo nº FUMEC.2024.00001363-39 Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviço de dados 4G com fornecimento de SIM CARD e MINI MODEM sob o regime de comodato para utilização no município de Campinas/SP para uso de alunos e servidores da FUMEC. **DISPONIBILIDADE DO EDITAL: 10/07/2024, DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 24/07/2024 - 09:00 h. Unidade Compradora: 925256 – Número da Licitação:90014/2024** Qualquer dúvida ou esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do email: (fumec.licitacoes@educa.fumec.sp.gov.br).
Campinas, 05 de julho de 2.024.
FABIO ALVES CREMASCO – Gerente de Compras e Licitações - FUMEC

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE ALAGOAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico n.º UNCISAL 90.003/2024.
Processo: 41010. 26107/2023.
Tipo: menor preço, por item.
Objeto: Aquisição de LONGARINAS, BEBEDOURO, REFRIGERADOR, LIXEIRA, ARMÁRIO AÇO, TELEVISOR, CAMA e CADEIRA ESCRITÓRIO.
Data de realização: 23 de julho de 2024 às 09h. - Horário de Brasília
Disponibilidade: endereço eletrônico **www.comprasnet.gov.br** UASG: 926107
Maceió, 09 de julho de 2024.
Bruno da Silva Bandeira.
Pregoeiro/ CPL-UNCISAL

CAMPUS DE SÃO PAULO
Instituto de Artes - UNESP - SP

Encontra-se aberto no Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP, a Concorrência Eletrônica nº 90001/2024-UNESP/IA, Processo nº 250/2024-UNESP/IA, objetivando a CONCESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE CANTINA E RESTAURANTE, COM FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES, NO INSTITUTO DE ARTES - UNESP - CAMPUS SÃO PAULO. A realização da sessão pública "online" será no dia 15/08/2024, às 09h00min, junto ao endereço eletrônico (https://www.gov.br/compras). As propostas eletrônicas deverão ser enviadas para o citado endereço eletrônico, durante o período compreendido entre o dia 10/07/2024 até o dia e horário previstos para a abertura da referida sessão pública. Os procedimentos da presente licitação serão tomados junto à Seção Técnica de Materiais do Instituto de Artes da UNESP, situada na Rua Bento Teobaldo Ferraz, nº 271 - 3º Andar - Várzea da Barra Funda, São Paulo/SP, CEP: 01140-070. O Edital na íntegra encontra-se nos endereços eletrônicos: https://www.gov.br/pncp/pt-br e https://ape.unesp.br/licitacao/.

unesp

Universidade Estadual Paulista "CAMPUS DE RIO CLARO"
Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Encontra-se aberto no Instituto de Geociências e Ciências Exatas - Campus de Rio Claro da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", UASG 102323, a licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 90005/2024 – IGCE/CRC, objetivando o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE TENDAS, JOGO DE MESAS E BANHEIROS QUÍMICOS, cujo critério de escolha é o de menor preço. A abertura da sessão pública "online", será no dia 24/07/2024, às 09:00h, junto ao endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br. As propostas eletrônicas deverão ser enviadas para o endereço eletrônico citado, durante o período de 10/07/2024 até o dia e horário previstos para abertura da referida sessão pública. Os procedimentos da presente licitação serão tomados junto à Seção Técnica de Materiais, situada à Avenida 24 A nº 1515, Bairro Bela Vista, Rio Claro, Estado de São Paulo. O Edital, na íntegra, consta nos sites: https://www.gov.br/pncp/pt-br e https://ape.unesp.br/licitacao/ - Processo n° 394/2024 – IGCE/CRC.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Pregão Eletrônico nº 033/2024 - Registro de preços para a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de avaliação psicológica com emissão de laudo individualizado.

Abertura da Sessão de Lances: 25/07/2024 às 14:00 horas.

Edital: encontra-se disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: **https://ww2.trt2.jus.br/transparencia/licitacoes-compras-e-contratos/licitacoes/licitacoes-em-andamento-/-retirada-de-editais**.

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 78/2024. Objeto: Aquisição de Máquinas e Ferramentas, sob a forma de Entrega Integral, conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência. O Edital poderá ser obtido no referido site. O cadastramento de proposta inicia-se no momento em que for publicado o edital no Portal de Compras e encerra-se automaticamente, na data e hora marcadas para realização da sessão do pregão. O manual de instrução para cadastramento e participação na sessão de lances encontra-se no link: https://compras.mg.gov.br/acesso-a-informacoes/manuais/fornecedor. Abertura da sessão dia 24/07/2024, às 10:00 horas, no sítio eletrônico www.compras.mg.gov.br. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, Rodovia Papa João Paulo II, nº 4143, Edifício Minas, 5º andar, Serra Verde, Cidade Administrativa. Belo Horizonte, 04 de julho de 2024. Camilla Aparecida Drumond – Superintendência de Infraestrutura e Logística

MINAS GERAIS — GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1501561-07/2024
TIPO: MENOR PREÇO

O Estado de Minas Gerais, por intermédio da Subsecretaria de Compras Públicas da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG-MG, realizará a licitação visando à contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva para o Sistema de Circuito Fechado de Televisão (CFTV), com fornecimento de peças e de softwares, conforme especificações, exigências e quantidades estabelecidas no edital e seus anexos. A sessão do pregão iniciará no dia 25/7/2024, às 9h, no site www.compras.mg.gov.br. Mais informações: comprascentrais@planejamento.mg.gov.br. BH/MG, 10/7/2024. Jafer Alves Jabour – Superintendente Central de Licitações e Contratações – SEPLAG-MG.

MINAS GERAIS — GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

LEILÃO ON LINE
Sheila Souto F dos Santos Jucesp 1213, torna público que no dia 17/07/2024 às 18:00h Leilão On Line de moedas, cédulas, selos e medalhas antigas.
Acesse:
www.anaaquinoleiloes.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM MG. FMS/SMS. Pregão Eletrônico nº 01/2024 – PAC nº 13/2024 - Objeto: Contratação de empresa especializada em locação de equipamentos para exames de gasometria com fornecimento de reagentes. Abertura de proposta dia 01/08/2024 às 09:00h. Edital completo no site: www.portaldecompraspublicas.com.br do Portal de Compras Públicas com número de identificação 318205 e, no portal da Prefeitura de Betim pelo site www.betim.mg.gov.br. Informações: (31)3512-3319
Superintendência de Suprimentos - 09/07/2024.

Elong Administração e Representações Sociedade Unipessoal Limitada

CNPJ 43.826.783/0001-70, NIRE 35.201.213.167

Extrato do Instrumento Particular de 28ª Alteração e Consolidação do Contrato Social de 26.06.2024
Data e Local: 26.06.2024, com sede social na Avenida Paulista, 2.100, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01310-930. **Presença**: Totalidade do capital: ***Banco Safra S.A.,*** CNPJ nº 58.160.789/0001-28 e NIRE 35.300.010.990 ("Banco Safra"); representados por seus Diretores Executivos, Carlos Pelá e Marcos Lima Monteiro. **Deliberação**: dentre outras deliberações, o único sócio decidiu reduzir o capital social da Sociedade em R$83.000.000,00, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social da Sociedade, nos termos do inciso II do Artigo 1.082 do Código Civil, passando dos atuais R$260.258.194,00 para R$177.258,194,00, mediante o cancelamento de 83.000.000 quotas, com valor nominal de R$1,00 real cada uma, de titularidade do sócio Banco Safra S.A., com restituição do mencionado valor ao Sócio, em moeda corrente nacional. **Sócio**: ***Banco Safra S.A.***, representado por seus Diretores Executivos, Carlos Pelá e Marcos Lima Monteiro.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - FUERN

AVISO DE LICITAÇÃO
ASSUNTO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2024 - UASG 925543

Processo nº: 04410007.001404/2024-10. **Objeto:** Contratação de serviços de prestação de serviço continuado de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde (RSS) e de resíduos de natureza similar. **Abertura às 09:00 de 26/07/2024** no COMPRAS.GOV. Edital disponível em COMPRAS.GOV (https://www.gov.br/compras/pt-br/) e www.uern.br. Dúvidas pelo (84) 3315-2113 ou contratacoes@uern.br.

Mossoró/RN, 09/07/2024.
Raissa Carla Fernandes Lobato Marques - Agente de Contratação
Portaria nº 1581/2023 - GP/FUERN

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Pregão Eletrônico nº 018/2024 - Registro de preços para aquisição de poltronas.

Abertura da Sessão de Lances: 23/07/2024 às 11:30 horas.

Edital: encontra-se disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: **https://ww2.trt2.jus.br/transparencia/licitacoes-compras-e-contratos/licitacoes/licitacoes-em-andamento-/-retirada-de-editais**.

PRONTO-SOCORRO CARDIOLÓGICO DE PERNAMBUCO PROF. LUIZ TAVARES — PROCAPE

AVISOS DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PROC. 575.2024.CPL.PROC.PE.0028.PROCAPE- OBJ: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE MATERIAL PENSO. Estimado R$101.550,7518. Proposta até 23/07/24 às 8:30h. Disputa 23/07/24 às 8:35h. **PROC. 1375.2024.CPL.PROC.PE.0034.PROCAPE-** OBJ: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE MATERIAL PENSO. Estimado R$97.867,4002. Proposta até 23/07/24 às 8:00h. Disputa 23/07/24 às 8:05h. **PROC. 1376.2024.CPL.PROC.PE.0035.PROCAPE-** OBJ: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. Estimado R$827.584,1841. Proposta até 23/07/24 às 10:00h. Disputa 23/07/24 às 10:05h. **PROC. 1377.2024.CPL.PROC.PE.0036. PROCAPE-** OBJ: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE MATERIAL DE HEMODINÂMICA. Estimado R$28.787,9938. Proposta até 23/07/24 às 10:00h. Disputa 23/07/24 às 10:05h. **PROC. 1378.2024.CPL.PROC.PE.0037.PROCAPE-** OBJ: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE EXTENSOR DE SERINGA DESCARTÁVEL COM BOMBAS DE SERINGA EM COMODATO. Estimado R$236.981,46. Proposta até 24/07/24 às 13:00h. Disputa 24/07/24 às 13:05h. **PROC. 1379.2024.CPL.PROC.PE.0038.PROCAPE-** OBJ: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL FORNECIMENTO PELO REGIME DE OXIGENADORES COM EQUIPAMENTOS EM COMODATO. Estimado R$4.486.109,534. Proposta até 23/07/24 às 13:00h. Disputa 23/07/24 às 13:05h. **PROC. 1386.2024. CPL.PROC.PE.0041.PROCAPE-** OBJ: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE MATERIAL PENSO. Estimado R$537.443,3796. Proposta até 24/07/24 às 8:30h. Disputa 24/07/24 às 8:35h. **PROC. 1389.2024.CPL.PROC.PE.0042.PROCAPE-** OBJ: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL FORNECIMENTO PELO REGIME DE CONSIGNAÇÃO DE CÂNULA ARTERIAL. Estimado R$54.360,60. Proposta até 24/07/24 às 8:00h. Disputa 24/07/24 às 8:05h. **PROC. 1465.2024.CPL.PROC. PE.0043.PROCAPE-** OBJ: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL FORNECIMENTO PELO REGIME DE CONSIGNAÇÃO DE MATERIAL DE BLOCO CIRÚRGICO. Estimado R$295.752,735. Proposta até 24/07/24 às 10:00h. Disputa 24/07/24 às 10:05h. Editais www.peintegrado.pe.gov.br, Inf (81)3181-7120, licitacaoprocape@upe.br. Recomenda-se que os licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à habilitação previamente digitalizados.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUPI - PE

AVISO DE EDITAL
PROCESSO: 029/2024
PREGÃO ELETRÔNICO: 013/2024

Objeto Nat.: Confecção de Fardamento Escolar Destinado a Distribuição dos Alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Jupi/PE. Valor máximo global admitido: R$ 289.355,78. Limite para acolhimento das propostas: Às 08:00hs do dia 22 de julho de 2024. Abertura das propostas: Às 08:00hs do dia 22 de julho de 2024. Início da sessão de disputa: ÀS 10:00hs do dia 22 de julho de 2024. Informações no site: www.bnc.org.br, pelo telefone (87) 3779-1464 ou pelo e-mail: cpl_jupi@hotmail.com.

Jupi - PE, 09 de julho de 2024.
Cicero Leandro Vieira-Pregoeiro.

COMUNICADO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberta na Penitenciária "Wellington Rodrigo Segura" de Presidente Prudente, a licitação na modalidade Pregão Eletrônico PNCP nº 90024/2024, UGE 380123, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, referente ao Processo nº 006.00146795/2024-18, cujo objeto é aquisição Gêneros Alimentícios Estocáveis. A sessão pública será realizada no dia 23/07/2024, a partir das 09h00min, através do sistema https://www.comprasnet.gov.br

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE PIRACICABA

AVISO DE LICITAÇÃO – PE Nº 021/2024

Encontra-se aberta no Departamento Regional de Saúde – DRS X - Piracicaba, a licitação, na modalidade **Pregão Eletrônico nº 021/2024**, nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 01/04/2021 referente ao Processo nº 024.00084782/2024-20, cujo objeto é a Aquisição de Medicamento Para Continuidade de Atendimento de Paciente de Ação Judicial. A data de abertura do certame será no dia 23/07/2024 a partir das 08:30horas, através do sistema Compras.Gov, sitio eletrônico www.compras.sp.gov.br.

E D I T A L

DESMEMBRAMENTO SANTA CECÍLIA V – MATRÍCULA 22.482

A Escrevente MAIZE ROSENDO DOS SANTOS, do Registro de Imóveis da cidade, município e comarca de BROTAS, Estado de São Paulo, FAZ PÚBLICO, que foram apresentados na Serventia, por CLEODORICE BRAGA MARTINELLI RAGASSI, agropecuarista, RG.11.807.191/SSP-SP, CPF.034.091.158-11, casada no regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei nº 6.515/77, com JOÃO LUIZ RAGASSI, agropecuarista, RG.8.812.555-5/SSP-SP, CPF.714.654.728-00, brasileiros, residentes e domiciliados em Brotas/SP, na Chácara Santa Cecília, requerimento instruído dos documentos previstos na Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979, para Registro de Loteamento do imóvel situado neste município de BROTAS/SP, consistente em: UM TERRENO URBANO sem benfeitorias - GLEBA 01 do desmembramento sem denominação, situado à Rua Otavio Camillo, sem número, lado ímpar, bairro Santa Cecília, nesta cidade e comarca de BROTAS/SP, com a área de 3.669,45 metros quadrados, com a descrição constante da matrícula nº 22.482, deste Registro de Imóveis, com memorial descritivo e mapa elaborados pelo Responsável Técnico Arquiteto Aristeu Sanches Gimenes – CREA nº 064.178.724-3. O plano do DESMEMBRAMENTO SANTA CECÍLIA V – MATRÍCULA 22.482 é formado por 8 lotes, com a área de 3.669,45 metros quadrados, correspondente a 100% do imóvel, abrangendo toda a área disponível, observados os padrões urbanísticos estabelecidos pela municipalidade de Brotas/SP, bem como as cláusulas restritivas indicadas no Contrato-Padrão. Possui toda infraestrutura de rede distribuidora de água, rede coletora de esgotos, pavimentação asfáltica, guias e sarjetas e galeria de águas pluviais. A presente publicação é para efeito de, decorrido o prazo de quinze 15 dias da última publicação do presente edital sem qualquer impugnação de terceiros ou deste ofício, proceder-se ao registro de que trata o artigo 19, parágrafo 1º da Lei Federal 6766/79. Dado e passado em cartório do Oficial do Registro de Imóveis, etc., aos 02 de Julho de 2024. A Escrevente Maize Rosendo dos Santos.

CROQUI DE LOCALIZAÇÃO

Propriedade de Cleodorice Braga Martinelli Ragassi MAT. Nº 22.463

RUA TORRINHA

RUA CAMILO

Propriedade de Cleodorice Braga Martinelli Ragassi MAT. Nº 22.483

RUA ISRAEL SILVEIRA

RUA OTAVIO

RUA MORAES

AVISO DE VENDA

Leilão Público nº 0158/2024/32.0340-SP

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, por meio da CEPAT- CN Patrimônio e Bens de Terceiros, torna público aos interessados que licitará pela maior oferta e por meio de propostas, lotes dados em garantia de contratos de Penhor, podendo conter, em conjunto ou isoladamente, jóias, relógios, canetas, moedas, barras de ouro e demais objetos, vinculados a contratos de Penhor emitidos na(s) agência(s) ARARAQUARA, SP, BARRETOS, SP, BEBEDOURO, SP, CATANDUVA, SP, CIDADE DE MOCOCA, SP, ORLANDIA, SP, RIBEIRAO PRETO, SP, SAO CARLOS, SP, SAO JOSE DO RIO PRETO, SP, SERTAOZINHO, SP, AVENIDA MAJOR NICACIO, SP, AV BADY BASSITT, SP, JARDIM MOSTEIRO, SP, vencidos há mais de 30 dias. O Edital de Leilão, contendo as condições para habilitação, valores, prazos e demais disposições regulamentares do qual é parte integrante o presente Aviso de Venda, estará à disposição dos interessados de 16/07/2024 a 01/08/2024, em horário bancário, na(s) a página da CAIXA na Internet https://vitrinedejoias.caixa.gov.br . A exibição das imagens dos lotes ocorrerá no(s) dia(s) 29/07/2024 a 01/08/2024, no site da CAIXA na internet, no endereço https://vitrinedejoias.caixa.gov.br . As propostas são efetuadas nos terminais de autoatendimento localizados em qualquer agência da CAIXA, no(s) dia(s) 01/08/2024, horário de funcionamento da agencias. A divulgação do resultado da Leilão será efetuada no dia 08/08/2024, em primeira chamada, e no(s) dia(s) 13/08/2024, para as demais convocações, nos mesmos locais onde foi divulgado o Edital de Leilão e na página da CAIXA na Internet, no endereço https://vitrinedejoias.caixa.gov.br ., opção Resultados. São Paulo, 27 de junho de 2024. **A COMISSÃO**

AVISO DE VENDA

Leilão Público nº 0168/2024/9.0262-SP

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, por meio da CEPAT- CN Patrimônio e Bens de Terceiros, torna público aos interessados que licitará pela maior oferta e por meio de propostas, lotes dados em garantia de contratos de Penhor, podendo conter, em conjunto ou isoladamente, jóias, relógios, canetas, moedas, barras de ouro e demais objetos, vinculados a contratos de Penhor emitidos na(s) agência(s) GUARULHOS, SP, PENHA DE FRANCA, SP, MOGI DAS CRUZES, SP, GLICERIO, SP, SERRA DE BRAGANCA, SP, vencidos há mais de 30 dias. O Edital de Leilão, contendo as condições para habilitação, valores, prazos e demais disposições regulamentares do qual é parte integrante o presente Aviso de Venda, estará à disposição dos interessados de 16/07/2024 a 16/08/2024, em horário bancário, na(s) a página da CAIXA na Internet https://vitrinedejoias.caixa.gov.br . A exibição das imagens dos lotes ocorrerá no(s) dia(s) 13/08/2024 a 16/08/2024, no site da CAIXA na internet, no endereço https://vitrinedejoias.caixa.gov.br . As propostas são efetuadas nos terminais de autoatendimento localizados em qualquer agência da CAIXA, no(s) dia(s) 16/08/2024, horário de funcionamento da agencias. A divulgação do resultado da Leilão será efetuada no dia 23/08/2024, em primeira chamada, e no(s) dia(s) 28/08/2024, para as demais convocações, nos mesmos locais onde foi divulgado o Edital de Leilão e na página da CAIXA na Internet, no endereço https://vitrinedejoias.caixa.gov.br ., opção Resultados. São Paulo, 27 de junho de 2024. **A COMISSÃO**

AVISO DE VENDA

Leilão Público nº 0178/2024/16.0263-SP

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, por meio da CEPAT- CN Patrimônio e Bens de Terceiros, torna público aos interessados que licitará pela maior oferta e por meio de propostas, lotes dados em garantia de contratos de Penhor, podendo conter, em conjunto ou isoladamente, jóias, relógios, canetas, moedas, barras de ouro e demais objetos, vinculados a contratos de Penhor emitidos na(s) agência(s) PEDROSO DE MORAES, SP, SANTANA, SP, OSASCO, SP, HEITOR PENTEADO, SP, ALPHAVILLE, SP, SERRA DA CANTAREIRA, SP, vencidos há mais de 30 dias. O Edital de Leilão, contendo as condições para habilitação, valores, prazos e demais disposições regulamentares do qual é parte integrante o presente Aviso de Venda, estará à disposição dos interessados de 09/08/2024 a 27/08/2024, em horário bancário, na(s) a página da CAIXA na Internet https://vitrinedejoias.caixa.gov.br . A exibição das imagens dos lotes ocorrerá no(s) dia(s) 22/08/2024 a 27/08/2024, no site da CAIXA na internet, no endereço https://vitrinedejoias.caixa.gov.br . As propostas são efetuadas nos terminais de autoatendimento localizados em qualquer agência da CAIXA, no(s) dia(s) 27/08/2024, horário de funcionamento da agencias. A divulgação do resultado da Leilão será efetuada no dia 03/09/2024, em primeira chamada, e no(s) dia(s) 06/09/2024, para as demais convocações, nos mesmos locais onde foi divulgado o Edital de Leilão e na página da CAIXA na Internet, no endereço https://vitrinedejoias.caixa.gov.br ., opção Resultados. São Paulo, 27 de junho de 2024. **A COMISSÃO**

AVISO DE VENDA

Leilão Público nº 0179/2024/25.0345-SP

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, por meio da CEPAT- CN Patrimônio e Bens de Terceiros, torna público aos interessados que licitará pela maior oferta e por meio de propostas, lotes dados em garantia de contratos de Penhor, podendo conter, em conjunto ou isoladamente, jóias, relógios, canetas, moedas, barras de ouro e demais objetos, vinculados a contratos de Penhor emitidos na(s) agência(s) SANTOS, SP, SAO VICENTE, SP, VICENTE DE CARVALHO, SP, BOQUEIRAO, SP, GUARUJA, SP, GONZAGA, SP, LITORAL PLAZA SHOPPING, SP, vencidos há mais de 30 dias. O Edital de Leilão, contendo as condições para habilitação, valores, prazos e demais disposições regulamentares do qual é parte integrante o presente Aviso de Venda, estará à disposição dos interessados de 12/08/2024 a 28/08/2024, em horário bancário, na(s) a página da CAIXA na Internet https://vitrinedejoias.caixa.gov.br . A exibição das imagens dos lotes ocorrerá no(s) dia(s) 23/08/2024 a 28/08/2024, no site da CAIXA na internet, no endereço https://vitrinedejoias.caixa.gov.br . As propostas são efetuadas nos terminais de autoatendimento localizados em qualquer agência da CAIXA, no(s) dia(s) 28/08/2024, horário de funcionamento da agencias. A divulgação do resultado da Leilão será efetuada no dia 04/09/2024, em primeira chamada, e no(s) dia(s) 09/09/2024, para as demais convocações, nos mesmos locais onde foi divulgado o Edital de Leilão e na página da CAIXA na Internet, no endereço https://vitrinedejoias.caixa.gov.br ., opção Resultados. São Paulo, 27 de junho de 2024. **A COMISSÃO**

AVISO DE VENDA

Leilão Público nº 0180/2024/20.0351-SP

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, por meio da CEPAT- CN Patrimônio e Bens de Terceiros, torna público aos interessados que licitará pela maior oferta e por meio de propostas, lotes dados em garantia de contratos de Penhor, podendo conter, em conjunto ou isoladamente, jóias, relógios, canetas, moedas, barras de ouro e demais objetos, vinculados a contratos de Penhor emitidos na(s) agência(s) CRUZEIRO, SP, GUARATINGUETA, SP, JACAREI, SP, PINDAMONHANGABA, SP, SANTOS, SP, SAO JOSE DOS CAMPOS, SP, SAO VICENTE, SP, TAUBATE, SP, VICENTE DE CARVALHO, SP, BOQUEIRAO, SP, CARAGUATATUBA, SP, GUARUJA, SP, GONZAGA, SP, LITORAL PLAZA SHOPPING, SP, vencidos há mais de 30 dias. O Edital de Leilão, contendo as condições para habilitação, valores, prazos e demais disposições regulamentares do qual é parte integrante o presente Aviso de Venda, estará à disposição dos interessados de 12/08/2024 a 28/08/2024, em horário bancário, na(s) a página da CAIXA na Internet https://vitrinedejoias.caixa.gov.br . A exibição das imagens dos lotes ocorrerá no(s) dia(s) 23/08/2024 a 28/08/2024, no site da CAIXA na internet, no endereço https://vitrinedejoias.caixa.gov.br . As propostas são efetuadas nos terminais de autoatendimento localizados em qualquer agência da CAIXA, no(s) dia(s) 28/08/2024, horário de funcionamento da agencias. A divulgação do resultado da Leilão será efetuada no dia 04/09/2024, em primeira chamada, e no(s) dia(s) 09/09/2024, para as demais convocações, nos mesmos locais onde foi divulgado o Edital de Leilão e na página da CAIXA na Internet, no endereço https://vitrinedejoias.caixa.gov.br ., opção Resultados. São Paulo, 27 de junho de 2024. **A COMISSÃO**

FUNDAÇÃO CASA

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo SEI nº 161.00024172/2024-66 - Acha-se aberto o Pregão Eletrônico nº 90012/2024, UASG 990202, que tem como objeto a aquisição de materiais para conservação e manutenção de imóveis, a ser realizado por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Portal de Compras do Governo Federal", cuja abertura está marcada para o dia 23/07/2024, às 09:30 horas. Os interessados em participar do certame deverão acessar, a partir de 11/07/2024, o endereço eletrônico www.gov.br/compras, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos endereços eletrônicos www.fundacaocasa.sp.gov.br, opção Transparência e www.imprensaoficial.com.br, opção e-negociospublicos.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
COORDENADORIA DE SERVIÇO DE SAÚDE
CENTRO DE REABILITAÇÃO DE CASA BRANCA

Encontra-se aberto no CENTRO DE REABILITAÇÃO DE CASA BRANCA, situado a Rodovia SP-340 - Km. 238, Município de Casa Branca, Estado de São Paulo, a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 90039/2024, referente ao Processo nº 024.00110364/2024, destinado a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM, DESTE CENTRO DE REABILITAÇÃO DE CASA BRANCA, do tipo MENOR PREÇO; cuja abertura da sessão será no dia 24 de julho de 2024 às 09:00 horas, por intermédio do site: www.compras.sp.gov.br

O Edital da presente licitação está disponível, na integra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico: www.compras.sp.gov.br ewww.imesp.com.br, opção "e-negociospublicos"

RICO LEILÕES

LEILÃO ONLINE

DetranSP 6ª CIRETRAN DE BOTUCATU

Veículos c/ Documento, Sucatas Aproveitáveis e Inservíveis

COM DIREITO À DOCUMENTAÇÃO

Encerramento: 23/07/2024 à partir das 10h00m

SUCATA APROVEITÁVEL	SUCATA INSERVÍVEL
Encerramento: 24/07/2024 à partir das 10h00m	Encerramento: 25/07/2024 à partir das 10h00m

* Aquisição e visitação nas modalidades Sucatas Aproveitáveis e Sucatas Aproveitáveis com motor inservível, apenas pessoas jurídicas devidamente credenciadas no DETRAN

** Maiores informações, visitação e edital completo no site.

Leiloeira Oficial – Rosana Lemos da Costa – JUCESP 1038

Tel. (11) 4040-8060 | www.RicoLeiloes.com.br

POLÍCIA CIVIL

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA DO INTERIOR – DEINTER 7 – SOROCABA/SP

Encontra-se aberto neste Departamento de Polícia de São Paulo Interior – Deinter 7 –Sorocaba/SP, PREGÃO nº 90011/2024, tipo menor preço – Processo SEI nº 058.00055425/2024-30, objetivando a contratação de empresa para aquisição de 11 itens de materiais de consumo. O início da sessão pública ocorrerá em 22/07/2024 às 09h, através do portal de Compras do Governo Federal. Maiores informações poderão ser obtidas através do email adm.deinter7@policiacivil.sp.gov.br ou no site da Imprensa Oficial do Estado em negócios públicos.

POLÍCIA CIVIL

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA DO INTERIOR – DEINTER 7 – SOROCABA/SP

Encontra-se aberto neste Departamento de Polícia de São Paulo Interior – Deinter 7 –Sorocaba/SP, PREGÃO nº 90003/2024, tipo menor preço – Processo SEI nº 058.00016140/2024-83, objetivando a contratação de empresa para manutenção de jardins e áreas verdes do prédio que abriga o Deinter 7 - Sorocaba. O início da sessão pública ocorrerá em 30/07/2024 às 09h, através do portal de Compras do Governo Federal. Maiores informações poderão ser obtidas através do email adm.deinter7@policiacivil.sp.gov.br ou no site da Imprensa Oficial do Estado em negócios públicos.

ONS Operador Nacional do Sistema Elétrico

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA 2024

A Presidente do Conselho de Administração, nos termos do Estatuto do ONS, informa que a 1ª Assembleia Geral Extraordinária de 2024 será realizada em ambiente virtual, conforme orientações detalhadas a serem disponibilizadas na plataforma SINtegre, com acesso pelo site **www.sintegre.ons.org.br** e encaminhadas aos associados através de e-mail até o dia 10 de julho de 2024. Haverá auditoria externa independente para atestar a conformidade.

Dessa forma, são convocados os membros associados e os membros participantes do ONS para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária no **dia 25 de julho de 2024, às 10h00, em primeira convocação, ou às 11h00 em segunda convocação**, em ambiente virtual, para deliberar sobre as seguintes ordens do dia:

1. Proposta Orçamentária ONS 2025-2027;
2. Revisão da Política de Remuneração dos Conselheiros e Diretores do ONS; e
3. Referendo da substituição de Conselheiro após AGO 2024 - mandato 2024/2026.

Ressaltamos que os membros associados e participantes deverão fazer-se representar na forma dos respectivos estatutos ou contratos sociais ou mediante procuração com poderes específicos para participar da Assembleia e deliberar sobre as matérias da pauta. Esses documentos deverão ser encaminhados através da plataforma SINtegre, impreterivelmente com antecedência mínima de 24 horas do início previsto para a realização da Assembleia em primeira convocação.

Rio de Janeiro, 10 de julho de 2024.
Solange Maria Pinto Ribeiro
Presidente do Conselho de Administração do ONS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ELEIÇÕES DIRETORIA, CONSELHO FISCAL, SUPLENTES E DELEGADOS REPRESENTANTES

(Arquivo MT. 245.28.135/90 – CNPJ (MF) 54.709.985/0001-58)

Pelo presente edital o **Sindicato dos Funcionários Públicos de São Manuel e Região**, com sede na Rua Coronel Joaquim Floriano 233, 2º Andar, Centro, SÃO MANUEL/SP, CEP: 18650-000, por seu Presidente, convoca todos associados quites com as respectivas obrigações sindicais, de todas as Prefeituras Municipais, Câmaras Municipais e Autarquias Municipais dos Municípios de Anhembi, Arandu, Areiópolis, Avaré, Barra Bonita, Bofete, Botucatu, Cerqueira César, Conchas, Coronel Macedo, Fartura, Igaraçu do Tietê, Itaju, Itatinga, Laranjal Paulista, Macatuba, Manduri, Mineiros do Tietê, Pardinho, Pereiras, Piraju, Porangaba, Santa Maria da Serra, São Manuel, Sarutaiá, Taguaí, Taquarituba, Tejupá e Timburi, exceto professores das escolas da rede de ensino municipal de Avaré, nos termos do artigo 34 e seguintes do Estatuto do Sindicato, a participarem da ELEIÇÃO SINDICAL para escolha da nova Diretoria Executiva composta por 7 (sete) membros e 3 (três) suplentes, do Conselho Fiscal, composto por 3 (três) membros e 3 (três) suplentes e 2 (dois) Delegados representantes junto ao Conselho da Federação, cuja eleição será no dia 5 (cinco) anos, a ser realizada no dia 15/08/2024, entre 8hs e 18hs na sede do Sindicato, ficando aberto o prazo de 5 (cinco) dias para registro de Chapas, que correrá da data de publicação deste Edital. O requerimento será feito ao Presidente do Sindicato, por qualquer candidato integrante da Chapa, acompanhado de todos os documentos exigidos para o registro, e entregue na Sede da Entidade. O prazo para impugnação é de 3 (três) dias, a contar do término da inscrição das Chapas, e prazo de 3 (três) dias para defesa, quando apresentada ou não, será encaminhada à Comissão Eleitoral para decisão no prazo de 03 (três) dias. Na hipótese de ser registrada uma única Chapa será desnecessária a instalação de mesa coletora. Para ter direito a voto, o associado deverá contar com mais de 2 (dois) anos de atividade na categoria e no mínimo 6 (seis) meses de inscrição no quadro associativo. Para ser candidato a cargo, o associado deverá comprovar que contém mais de 5 (cinco) anos de exercício na categoria e mais de 3 (três) anos como associado do Sindicato, além de apresentar Ficha de Qualificação segundo modelo aprovado pela Diretoria, ambos documentos em duas cópias que deverão instruir o requerimento de inscrição da Chapa.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

ID Contratação no PNCP: 71584833000195-1-000054/2024

Data de Publicação no PNCP: 05/07/2024

Pregão Eletrônico PGE nº 90011/2024

Objeto: Prestação de serviços de intermediação e agenciamento de transporte de passageiros via aplicativo para *smartphone*, com acesso à internet, e também via plataforma WEB, com apoio operacional e tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet, visando deslocamentos intramunicipais a serem providos por prestadores de serviços de transporte individual remunerado de passageiros de utilidade pública, nos termos da legislação vigente, por empresas ou cooperativas de táxi.

Modalidade da Contratação: Pregão Eletrônico

Modo de Disputa: Aberto

Fase: Aviso

EXTRATO DE EDITAL

Acha-se aberta no Departamento de Suprimentos e Atividades Complementares da Procuradoria Geral do Estado, situado à Rua Pamplona, nº 227, 11º andar, bairro Jardim Paulista, nesta Capital, a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 90011/2024 - Processo 023.00013077/2024-76 que visa a contratação de prestação serviços de intermediação e agenciamento de transporte de passageiros via aplicativo para *smartphone*, com acesso à internet, e também via plataforma WEB, com apoio operacional e tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet, visando deslocamentos intramunicipais a serem providos por prestadores de serviços de transporte individual remunerado de passageiros de utilidade pública, nos termos da legislação vigente, por empresas ou cooperativas de táxi, conforme especificações constantes do Termo de Referência - ANEXO I do edital, cuja data do início do prazo para envio da proposta eletrônica será em **10/07/2024** e a realização de abertura da sessão pública dar-se-á no dia 24/07/2024 às **10:30** horas (horário de Brasília). O Edital poderá ser obtido pela Internet no sítio www.gov.br/compras, www.pge.sp.gov.br,

FUNDAÇÃO CASA

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo SEI nº 161.00076938/2024-98 - Acha-se aberto o Pregão Eletrônico nº 90008/2024, UASG 990202, que tem como objeto a aquisição de materiais de lavanderia, a ser realizado por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Portal de Compras do Governo Federal", cuja abertura está marcada para o dia 23/07/2024, às 09:30 horas. Os interessados em participar do certame deverão acessar, a partir de 11/07/2024, o endereço eletrônico www.gov.br/compras, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos endereços eletrônicos www.fundacaocasa.sp.gov.br, opção Transparência e www.imprensaoficial.com.br, opção e-negociospublicos.

FUNDAÇÃO CASA

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo SEI nº 161.00024959/2024-28 - Acha-se aberto o Pregão Eletrônico nº 90007/2024, UASG 990202, que tem como objeto a Aquisição de materiais de manutenção, a ser realizado por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Portal de Compras do Governo Federal", cuja abertura está marcada para o dia 25/07/2024, às 09:30 horas. Os interessados em participar do certame deverão acessar, a partir de 11/07/2024, o endereço eletrônico www.gov.br/compras, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos endereços eletrônicos www.fundacaocasa.sp.gov.br, opção Transparência e www.imprensaoficial.com.br, opção e-negociospublicos.

GIOVANNI LUCA TISSIANO MARTINS, Leiloeiro Oficial, JUCESP no 1162, devidamente autorizado pelo proprietário/credor fiduciário ***TERRAZUL CG LTDA***, pessoa jurídica inscrita no CNPJ/MF 27.299.383/0001-05, com sede na Rua Victor Annibal Rosim, n.º 27-K, Vila Bandeirantes, em Santa Rita do Passa Quatro/SP, Cep. 13.670-000, faz saber que, nos termos do artigo 27, da Lei 9514, de 20 novembro de 1997 e regulamentação complementar do Sistema de Financiamento Imobiliário, que institui alienação fiduciária de bem imóvel, devido a negociação descumprida pelo fiduciante, **KAREN FRANCISCO DE CAMPOS**, inscrita no CPF/MF sob n.º 444.699.328-33, promoverá 02 (dois) Leilões Públicos que se farão realizar em: ***Primeiro Leilão: Dia 24 de julho de 2024, às 10:00 horas; e, Segundo Leilão: Dia 31 de julho de 2024, às 10:00 horas. Local:*** Sede da Empresa Terrazul CG Ltda., em Santa Rita do Passa Quatro/SP, situada na Rua Victor Annibal Rosim, n.º 27-K, Vila Bandeirantes (próximo ao Fórum), Cep. 13.670-000, e fica o fiduciante, intimado das datas dos leilões, pelo presente edital, inclusive para o exercício do direito de preferência. **Imóvel: Um lote de terreno**, sob o nº **35 (trinta e cinco)**, **da Quadra H**, do loteamento denominado **"JARDIM TERRAZUL CG"**, situado na cidade de **Campinas-SP**, medindo 7,00 metros de frente para a Rua 20; do lado direito de quem da rua olha para o referido lote, mede 20,00 metros, confrontando com o lote 36; do lado esquerdo, mede 20,00 metros, confrontando com o lote 34; e nos fundos mede 7,00 metros, confrontando com o lote 14; encerrando assim uma área total de **140,00 metros quadrados. Matriculado no 3º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Campinas-SP, sob n.º 253.871**, com **cadastro municipal** sob **n.º 3341.33.23.0001.00000 (área maior)**. ***Condições e Valor de Venda:*** A venda será realizada a vista. O valor de avaliação do lote para que o mesmo seja levado a leilão leva em conta o disposto no parágrafo único do artigo 24 da Lei 9514/97, motivo pelo qual a avaliação do lote em questão é de **R$ 154.777,92** (cento e cinquenta e quatro mil, setecentos e setenta e sete reais e noventa e dois centavos); Se no primeiro público Leilão, o maior lance oferecido for inferior ao valor da avaliação, será realizado o segundo leilão, na data acima marcada. No segundo leilão, será aceito o maior lance oferecido, desde que igual ou superior ao valor da dívida, das despesas, dos prêmios de seguro, dos encargos legais, inclusive tributos, atualizados até a data do leilão. Correrão por conta do comprador todas as despesas relativas à aquisição do imóvel no leilão, como: pagamento de 5%(cinco por cento) a título de comissão do Leiloeiro sobre o valor da arrematação e no ato da arrematação, Escritura Pública, Imposto de transmissão, Foro, Laudêmio, taxas, alvarás, certidões, emolumentos cartorários, registros, averbações, etc. O pagamento deverá ser feito à vista e a comissão do Leiloeiro em cheque separado. O imóvel será vendido no estado em que se encontra, não podendo o arrematante alegar desconhecimento das condições, características e estado de conservação. O imóvel se encontra desocupado e sem nenhuma construção, porém em eventual ocupação, a desocupação também correrá por conta do arrematante. Maiores informações no escritório do leiloeiro – Tel.: (19) 3523-6393.

BIASI leilões

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

1º Leilão: dia 17/07/2024 às 14h30 2º Leilão: dia 26/07/2024 às 14h30

Eduardo Consentino, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI** – preposto em exercício), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10169790301, firmado em 23/11/2021, no qual figura como Fiduciante **JAMILLE DA SILVA SOUZA INACIO**, RG nº 563501480-SSP-SP, CPF nº 017.707.155-92, técnica de enfermagem, e seu marido **LUIS FERNANDO CUNHA INACIO**, RG nº 43.4965637-SSP-SP, CPF nº 375.660.318-05, advogado, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei nº 6.515/77, brasileiros, residentes e domiciliados em São Paulo/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 17 de julho de 2024, às 14:30 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 375.742,82 (Trezentos e setenta e cinco mil, setecentos e quarenta e dois reais e oitenta e dois centavos)** o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído por um **PRÉDIO, situado na Rua Gregório de Moraes Rego, nº 143, com área construída de 148,00 m² e seu terreno constante de parte do lote 12 da quadra 18, no jardim Consórcio, bairro da Campininha, ou Campo Grande, 29º subdistrito-Santo Amaro, medindo 5,00m de frente, igual medida nos fundos, onde confronta com Armando Rodrigues Moraes; por 26,00m da frente aos fundos, de ambos os lados, confrontando do lado direito de quem da Rua olha para o imóvel com o prédio 149, e do lado esquerdo com o lote 11, com 130,00 m². Matrícula nº 14.541 do 11º Registro de Imóveis de São Paulo/SP**. Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 26 de julho de 2024, às 14:30 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 302.568,60 (Trezentos e dois mil, quinhentos e sessenta e oito reais e sessenta centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

1º Leilão: dia 17/07/2024 às 14h30 2º Leilão: dia 26/07/2024 às 14h30

Eduardo Consentino, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10170821103, firmado em 24/12/2021, no qual figuram como Fiduciantes **SEBASTIÃO APARECIDO DE LIMA**, brasileiro, divorciado, motorista, portador da cédula de identidade RG nº 22.202.303/SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 167.627.418-94; e **SOLANGE DOS SANTOS CARVALHO**, brasileira, divorciada, autônoma, portadora da cédula de identidade RG nº 30.415.384/SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 248.423.948-38, ambos residentes e domiciliados em Jundiaí/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 17 de julho de 2024, às 14:30 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 498.510,15 (Quatrocentos e noventa e oito mil, quinhentos e dez reais e quinze centavos)** o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído por uma **GLEBA DE TERRAS, situado no bairro do Pinhal, neste município e comarca, denominada chácara São Jorge, perímetro rural, com frente para a rua 03, com 46,00m de um lado; 102,00m de outro lado e 96,00m de outro lado, de forma triangular, confrontando com a fazenda Ypê, contendo 2.408,00 m². Foi edificada sobre o terreno, uma RESIDENCIA e edícula que recebeu o nº 115 da Alameda das Pitangas, com a área construída de 191,48 m². Matrícula nº 1.384 do Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Itatiba/SP**. Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 26 de julho de 2024, às 14:30 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 507.682,39 (Quinhentos e sete mil, seiscentos e oitenta e dois reais e trinta e nove centavos).** Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

1º Leilão: dia 17/07/2024 às 14h30 2º Leilão: dia 26/07/2024 às 14h30

Eduardo Consentino, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10169674406, firmado em 24/11/2021, no qual figura como Fiduciante **RENAN TALARICO VIOTTO**, brasileiro, solteiro, maior, empresário, portador do RG/SP n 48.985.565-9, inscrito no CPF sob nº 422.733.088-25, residentes e domiciliado em Ibitinga/SP, levará a PÚBLICO LEILÃO de modo Presencial e On-line, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 17 de julho de 2024, às 14:30 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 716.675,68 (Setecentos e dezesseis mil, seiscentos e setenta e cinco reais e sessenta e oito centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído por **UM TERRENO, situada nesta cidade, no local denominado "JARDIM ELDORADO", e que constitui o lote nº 23 da quadra "L", com frente par a Rua Antonio Guedes dos Santos, medindo 12,00m de frente, por 25,00m da frente aos fundos, de largura uniforme, com área de 300,00 m², confrontando na frente com a referida via pública, do lado direito para quem da rua olha para o terreno. Foi construído no terreno, um prédio residencial com 161,92 m² de área edificada, que recebeu o nº 151 da Rua Antonio Guedes dos Santos. Matrícula nº 19.463 do Registro de Imóveis da comarca de Ibitinga/SP**. Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 26 de julho de 2024, às 14:30 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 660.615,19 (Seiscentos e sessenta mil, seiscentos e quinze reais e dezenove centavos).** Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

1º Leilão: dia 17/07/2024 às 14h30 2º Leilão: dia 26/07/2024 às 14h30

Eduardo Consentino, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10160476504, firmado em 25/06/2021, no qual figura como Fiduciante **JOSEFA LAUDEIR DE MÉLO**, brasileira, divorciada, que não mantém união estável, coordenadora pedagógica, RG 19276259-X-SSP/SP, CPF/MF 142.092.638-18, residente e domiciliada em São Paulo/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 17 de julho de 2024, às 14:30 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 89.606,09 (Oitenta e nove mil, seiscentos e seis reais e nove centavos)** o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído por um **APARTAMENTO nº 309, localizado no 2º andar ou 3º pavimento do "EDIFÍCIO SAFIRA", situado à Rua Kikusaburo Tanaka, nº 384, na Vila Oceânica Amabile, nesta cidade de Praia Grande/SP, com a área útil de 18,20 m², área comum de 4,4537 m², no total de 22,6537 m², pertencendo-lhe no terreno, como nas demais coisas e partes comuns, uma fração ideal equivalente a 2,7526% do todo. Matrícula nº 74.412 do Registro de Imóveis de Praia Grande/SP**. Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 26 de julho de 2024, às 14:30 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 89.810,26 (Oitenta e nove mil, oitocentos e dez reais e vinte e seis centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

Orientação sexual, uso do tempo e mercado de trabalho

Pesquisas mostram como normas de gênero influenciam no tempo alocado para as responsabilidades domésticas e na participação no mercado de trabalho

Lorena Hakak
Doutora em economia e professora da FGV. Atua como presidente da GeFam (Sociedade de Economia da Família e do Gênero)

O matemático e cientista inglês Alan Turing foi um dos responsáveis por decifrar o código de comunicação nazista Enigma durante a Segunda Guerra Mundial. Essa descoberta permitiu que os aliados acessassem informações sigilosas que, provavelmente, aceleraram o fim da guerra e salvaram muitas vidas.

Porém, suas realizações não foram suficientes para o proteger de perseguições devido a um suposto "problema". Ele era homossexual, o que na época era considerado um crime.

Em 1952, Turing foi condenado pelo crime de indecência grave e submetido à castração química como alternativa à prisão. Ele cometeu suicídio em 1954. Somente em 2013 a rainha lhe concedeu um perdão póstumo. Sua história foi retratada no filme O Jogo da Imitação de 2014.

Esta é somente uma entre milhares de histórias que ilustram como a humanidade tem dificuldade em lidar com as diferenças. Eu tenho uma certa dificuldade em entender por que diferentes formas de amor incomodam tanto algumas pessoas. Ainda hoje, em alguns países como Irã, Arábia Saudita e Nigéria, a homossexualidade é considerada crime e pode ser punida com a pena de morte.

A homossexualidade deixou o rol de "doença" pela Organização Mundial da Saúde apenas em 1990. No Brasil essa medida foi tomada em 1985 pelo Conselho Federal de Medicina. Anualmente, diversas paradas LGBT+ acontecem pelo mundo, celebrando a diversidade e a importância de aceitarmos o outro do jeito que é. Para mim, acima de tudo, é a festa da aceitação e do respeito mútuo.

No Brasil, não existem muitas pesquisas demográficas que incluam orientação sexual no rol de perguntas a serem feitas aos participantes. Em 2019, tivemos essa inclusão na Pesquisa Nacional de Saúde. Os indivíduos tinham como opção de resposta dizerem se se identificavam como heterossexual, homossexual, bissexual ou outra orientação. O percentual de respondentes que se identificavam como não heterossexual ficou próximo de 2%. Essa pesquisa permitiu analisar se a orientação sexual de pessoas casadas ou solteiras (ou em outro estado civil) condiciona diferentes decisões no uso do tempo, mais especificamente na decisão de alocação de horas entre o mercado de trabalho e cuidados.

De acordo com o artigo "Latin American pride: Labor market outcomes of sexual minorities in Brazil" ("Orgulho Latino Americano: os desfechos de minorias sexuais no mercado de trabalho no Brasil", em tradução livre), de João Tampellini, mulheres que se autodeclaram lésbicas têm maior nível de escolaridade e maior probabilidade de estarem trabalhando, inclusive em tempo integral, em comparação com mulheres heterossexuais.

Além disso, o autor aponta que mulheres lésbicas ganham, em média, mais. Por outro lado, homens gays ou bissexuais têm menor probabilidade de trabalhar em tempo integral em comparação com homens heterossexuais. O autor não observou diferença salarial entre homens gays ou bissexuais e heterossexuais.

Com relação à divisão do trabalho doméstico, há uma diferença entre homens e mulheres dependendo da orientação sexual. Na nota técnica de 2020, "Rendimentos e jornadas de trabalho remunerado e não remunerado no Brasil: uma análise por orientação sexual", os autores Ana Luiza Barbosa, Carolina Vital, Felipe Russo e Joana Costa utilizam dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua para explorar diferenças na divisão do trabalho doméstico entre homens gays e heterossexuais.

Os resultados indicam que os homens gays alocam, em média, 14 horas por semana aos afazeres domésticos, enquanto os homens heterossexuais dedicam cerca de 11 horas.

Já no caso das mulheres, as diferenças são mais acentuadas: as mulheres heterossexuais alocam, em média, 7 horas a mais nos afazeres (24 horas por semana) do que as mulheres lésbicas. Além disso, mulheres heterossexuais passam cerca de 3 horas a menos no mercado de trabalho semanalmente. A taxa de participação das mulheres lésbicas no mercado de trabalho é quase 30 pontos percentuais superior à das mulheres heterossexuais.

Em resumo, os resultados indicam que homens gays dedicam mais tempo aos afazeres domésticos em comparação aos homens heterossexuais, enquanto mulheres lésbicas dedicam menos tempo a essas tarefas e mais ao trabalho remunerado do que as mulheres heterossexuais.

Essa distribuição de tempo reflete como as normas de gênero influenciam tanto o tempo alocado para as responsabilidades domésticas quanto na participação no mercado de trabalho, sendo que, em relações heterossexuais, essas normas podem ser especialmente rígidas e mais desiguais.

| DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcos de Vasconcellos, Ronaldo Lemos | TER. Michael França, Cecilia Machado | QUA. Bernardo Guimarães, Lorena Hakak | **QUI.** Cida Bento, **Solange Srour** | SEX. André Roncaglia | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan



Congestionamento de caminhões na rodovia Anchieta (Serra do Mar) no início da descida sentido Santos Eduardo Knapp/Folhapress

Porto de Santos espera novos acessos para evitar colapso

Com 20 mil caminhões ao dia, frente quer nova pista no Anchieta-Imigrantes

Alex Sabino

SANTOS O barulho fica ainda mais forte quando os caminhões sacolejam ao atravessar os buracos. Se incomoda quem passa por alguns segundos, imagine quem fica ali o dia inteiro. "É sempre assim! A depender da hora, você precisa ver a fila de caminhões... Vai até a rodovia", diz Dalva Silva, que vende almoços para motoristas, entregando marmitas pela janela de sua casa.

Não há imagem que represente melhor a discussão sobre os gargalos de acessibilidade do Porto de Santos, o maior do hemisfério sul, como a da Rua Professor Idalino Pinez. Mas ninguém a conhece por esse nome. Para todos, é a Rua do Adubo.

São cerca de 700 metros de uma via de mão dupla em área que, na teoria, é residencial. Os caminhões que saem da Rodovia Cônego Domenico Rangoni em direção à margem esquerda do porto, que fica no Guarujá, não têm opção. Devem passar pela Rua do Adubo. Para aproveitar o movimento, surgiram ali postos de gasolina e borracharias.

"O Porto nunca olhou para o Guarujá. E é no Guarujá que está o espaço para crescimento. Em Santos, não há um metro quadrado disponível", constata o presidente da APS (Autoridade Portuária de Santos), Anderson Pomini.

Existe a preocupação de que o acesso ao complexo, que abarca também Guarujá e Bertioga (e em breve, Cubatão), possa entrar em colapso no final da próxima década. É o preço da própria eficiência.

Nos últimos 30 anos, apenas em dois deles o Porto de Santos não bateu o próprio recorde de movimentação de cargas. Foram 173,3 milhões de toneladas em 2023, contra 29,1 milhões em 1993, com crescimento médio de 5,9% ao ano.

O Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do porto avalia que, em 2040, a movimentação vai chegar a 240,6 milhões de toneladas.

"É só a ponta do iceberg. As projeções não contemplavam expansões previstas para os TUPs [Terminais de Uso Privado] nem estudos para implantação de mais meia dúzia. Se isso acontecer, serão mais 70 ou 80 milhões de toneladas em 2040", diz Frederico Bussinger, ex-diretor da Codesp, atual Autoridade Portuária.

Na safra de açúcar de 1993-1994, a tonelada era embarcada por US$ 44 (R$ 248 em valores atuais). O preço está hoje entre US$ 6 e US$ 8 (R$ 32,5 e R$ 43,3). Eram embarcadas por hora cem toneladas. Agora está perto de 3.000.

"Antes, eram descarregados oito contêineres por hora. Atualmente, são mais de cem. Mesmo na crise financeira de 2008, o porto nunca faltou ao comércio mundial brasileiro. O porto se virou", completa Bussinger.

Segundo a APS, 60% da carga que chega e sai do porto usa a via rodoviária, 30% são por ferrovias e 10% por dutos.

Embora especialistas ressaltem a necessidade também de investir na malha ferroviária, principalmente por causa do agro, a preocupação geral é com o acesso dos caminhões. A estimativa é que são 20 mil por dia. Em Santos, 15 mil, e 5.000 no Guarujá.

"É preciso, antes de tudo, discutir como fazer a gestão do complexo. Tenho defendido que o caminho é estabelecer uma governança que envolva as três esferas de poder: federal, estadual e municipal. Sem isso, será impossível resolver o problema dos acessos. Todos sabem o que deve ser feito, mas é preciso vontade política", afirma Fabrizio Pierdomenico, ex-secretário Nacional dos Portos.

Entre as alternativas à mesa, estão: investir em complexos viários, viadutos, um túnel ligando Santos a Guarujá (em fase de projeto), ampliação do Rodoanel e a construção de uma nova pista do complexo Anchieta-Imigrantes.

Em maio, foi lançada a Frente Parlamentar Terceira Pista Anchieta-Imigrantes, presidida pela deputada estadual Solange Freitas (União Brasil). O secretário de Parcerias e Investimentos de SP, Rafael Benini, disse que a Ecovias, concessionária do sistema, havia sido contratada para efetuar estudos, projetos e licenciamentos para uma nova ligação entre o planalto e o litoral.

Por causa da inclinação da pista e dos longos túneis, os caminhões não podem usar a Imigrantes, apenas a Anchieta. Isso significa que 60% da movimentação da principal porta de saída das exportações do país dependem de uma rodovia aberta em 1947.

À **Folha**, a assessoria da Ecovias confirma ter recebido autorização do governo paulista para elaborar "estudos e projetos necessários para a concepção de uma nova ligação". O prazo para conclusão desses estudos é de dois anos. Sem isso, diz a empresa, não há como estimar tempo e custo da obra. Engenheiros que trabalham com obras portuárias falam em cerca de seis anos.

Em março, o ministro dos Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho (Republicanos), anunciou R$ 12,6 bi em investimentos em Santos até 2028. Entre eles, estão a contratação para obras de R$ 600 milhões, como avenida perimetral (que passa ao lado do porto), viadutos e vias de acesso para o Aeroporto Santos-Guarujá.

Mesmo o túnel entre Santos e Guarujá, uma obra viária que não é necessariamente portuária, entrou no projeto de desestatização. O orçamento previsto é de R$ 6 bilhões.

Toda discussão que envolve o porto ganha proporção não apenas pelo seu tamanho e importância. É também por envolver os governos federal, estadual, municipal, Autoridade Portuária, iniciativa privada e a comunidade local, que reclama maior participação nas decisões.

A administração do Porto, feita pela APS, é federal. As vias de acesso são de responsabilidade do governo de SP com as prefeituras. A operação do complexo é 100% responsabilidade da iniciativa privada, o que gera conflitos. O maior deles, com as prefeituras, é a briga pelo pagamento ou não do IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano).

A discussão é se a taxa pode ser cobrada de prestadores de serviços que substituem o poder público e usam imóveis da União para exercer suas atividades.

Lei municipal em Santos também exige contrapartidas de terminais privados que façam obras com mais de 2.000 metros quadrados. O secretário de Assuntos Portuários e Emprego da cidade, Elias Júnior, estima que já foram R$ 300 milhões em reformas de escolas e outros equipamentos públicos.

"O mercado só quer saber de carga, de caminhão e navio entrando, não quer saber se a cidade está degradada. Quando há um movimento de integrar a cidade, tem operador que olha torto. Mas a gente precisa pensar nisso", afirma Pomini, citando a inauguração, no último dia 5, do Parque Valongo. É a reforma de terminais abandonados no centro de Santos para fins turísticos. O investimento inicial foi de R$ 44 milhões.

Os planos de expansão do porto passam por novos terminais e berços de atracação na antiga área da Cosipa (em Cubatão), no Canal de Piaçaguera, na Ilha Barnabé e na Área Continental de Santos. No futuro está o porto offshore, que é construído no mar, sem ligação com a terra.

A cada projeto assim, surge a ressalva de que é preciso evitar o colapso no acesso. "Não adianta o porto ter eficiência se não tiver como escoar as cargas, que são a riqueza do país", diz o presidente APS.

São discussões para o futuro, que não devem mudar, a curto prazo, a realidade dos caminhões que passam pela Rua do Adubo e produzem o barulho tão incessante quanto insuportável. "Tudo o que fala sobre o porto é fascinante. É o lugar em que você vê e sente o cheiro do PIB", resume Fabrizio Pierdomenico.